

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis

Relatório de Gestão 2008

Março de 2009

Diretor-Geral

Haroldo Borges Rodrigues Lima

Diretores

Allan Kardec Duailibe Barros Filho
Magda Maria de Regina Chambriard
Nelson Narciso Filho
Victor de Souza Martins

Relatório de Gestão 2008**Coordenação**

Murilo Mota Filho
Subsecretário Executivo

Coordenação Executiva

Antônio Carlos Felipe Dias
Eduardo Marcelo Vianna de Menezes

Revisão

Victor Freire Ribeiro do Vale
Denise das Neves Barbosa de Souza

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), CNPJ nº 02.313673/0002-08, é uma entidade integrante da administração federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Tem sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, na SGAN quadra 603, módulo 1, 3º andar, cep 70830-903, e Escritório Central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na avenida Rio Branco, 65, do 12º ao 22º andares, cep 20090-004, telefone (21) 2112-8100 e fac-simile (21) 2112-8129. Seu endereço na internet é www.anp.gov.br. No SIAFI, a ANP está registrada como Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, UG 323030; Escritório Central da ANP, UG 323031; e gestão, 32205:ANP. O regimento interno da Agência foi aprovado pela Portaria ANP nº 160, de 2 de agosto de 2004, publicado na edição do Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2004 e entrou em vigor no dia 31 do mesmo mês e ano.

ÍNDICE

1 - RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	7
1.2 - GESTÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO PLANO PLURIANUAL 2008/2011	8
1.3 - INDICADORES DE DESEMPENHO	28
2 - A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	32
3 - ESTUDOS E SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.	37
3.1 - ESTUDOS PREPARATÓRIOS PARA A DÉCIMA RODADA DE LICITAÇÕES	37
3.2 - ESTUDOS EM BACIAS SEDIMENTARES	46
4 - GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES SOBRE BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS	51
5 - PROMOÇÃO DE LICITAÇÕES	56
5.1 - DÉCIMA RODADA DE LICITAÇÕES DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS	56
5.2 - PROMOÇÃO DA DÉCIMA RODADA	56
5.3 - APRIMORAMENTO DO PROCESSO DAS RODADAS	59
5.4 - RESULTADOS DA DÉCIMA RODADA	62
5.5 - ATIVIDADES EM COOPERAÇÃO COM OUTRAS ÁREAS	67
6 - EXPLORAÇÃO	68
7 - DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO	73
7.1 - CONTROLE DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	73
7.2 - CONTROLE DE ATIVIDADES E INVESTIMENTOS	75
7.3 - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE INSTALAÇÕES E ATIVIDADES	76
7.4 - ELABORAÇÃO DE RESOLUÇÕES	76
8 - MEDIÇÃO DA PRODUÇÃO	77
9 - SEGURANÇA OPERACIONAL	79
9.1 - REGULAMENTAÇÃO	79
9.2 - AUDITORIAS E INSPEÇÕES PARA GARANTIA DA INTEGRIDADE ESTRUTURAL DA PLANTA DE PROCESSO	79
9.3 - TERMINAIS DE RECEBIMENTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO	80
9.4 - EXECUÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICAS	80
9.5 - MONITORAMENTO DO TRÁFEGO MARÍTIMO	80
9.6 - CONTROLE DE INCIDENTES	81
9.7 - CONSISTÊNCIA E HOMOGENEIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DA AGÊNCIA	81
9.8 - ARTICULAÇÃO COM OS AGENTES GOVERNAMENTAIS	81
10 - CONTEÚDO LOCAL	82
10.1 - FISCALIZAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL	82
10.2 - CERTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL	83
10.3 - APERFEIÇOAMENTO DE CONTEÚDO LOCAL PARA AS RODADAS DE LICITAÇÕES	85
11 - CONTROLE DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS	88
11.1 - ARRECADAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CÁLCULO DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS	88
11.2 - AÇÃO DE TRANSPARÊNCIA, DIVULGAÇÃO DE CÁLCULOS E RESULTADOS	89
11.3 - REPRESENTAÇÕES DOS INTERESSES GOVERNAMENTAIS RELATIVOS AO PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS	89
11.4 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS E REVISÃO ANUAL DOS ANEXOS I E II DA PORTARIA 206/2000	90
12 - TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	92
12.1 - PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS DA ANP PARA O SETOR PETRÓLEO E GÁS NATURAL	92

12.2 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CLÁUSULA DE INVESTIMENTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	94
12.3 - APOIO TÉCNICO AO CT-PETRO/MCT	103
12.4 - CAMPO-ESCOLA	103
13 - MEIO AMBIENTE	104
14 - REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL	110
14.1 - REGULAMENTAÇÃO	110
14.2 - FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS	111
14.3 - AUTORIZAÇÕES DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS	112
14.4 - PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS INSTITUCIONAIS	114
15 - COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL.....	115
15.1 - AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS	115
15.2 - INSPEÇÕES TÉCNICAS	116
15.3 - ATIVIDADES QUE VISAM À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL	116
15.4 - ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE MONITORAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL.....	120
15.5 - CONVÊNIO COM O CENTRO DE TECNOLOGIA DE DUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DE DUTOS	121
16 - ABASTECIMENTO	122
17 - QUALIDADE DE PRODUTOS E BIOCOMBUSTÍVEIS.....	128
17.1 - QUALIDADE DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	128
17.2 - QUALIDADE DE BIOCOMBUSTÍVEIS	129
17.3 - AUTORIZAÇÕES DE NOVOS COMBUSTÍVEIS.....	131
17.4 - CONVÊNIO ANP/ FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP)	131
17.5 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	132
17.6 - PROGRAMA DE MARCAÇÃO DE SOLVENTES E BIODIESEL	135
18 - FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO	136
18.1 - AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	136
18.2 - AÇÕES POR CONVÊNIO.....	139
18.3 - PROCESSOS JULGADOS E ARRECADAÇÃO DE MULTAS	140
19 - RELAÇÕES COM O CONSUMIDOR.....	141
20 - DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	143
21 - GESTÃO INTERNA.....	151
21.1 - APOIO À DIRETORIA E PROCESSO DECISÓRIO	151
21.2 - GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS DA ANP	152
21.3 - ACOMPANHAMENTO DE GASTOS DA AGÊNCIA.....	153
21.4 - REORGANIZAÇÃO INTERNA DA AGÊNCIA	154
21.5 - PROJETO LEGISLAÇÃO	156
21.6 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	157
21.7 - DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	161
22 - AÇÕES NA ÁREA DE INFORMÁTICA	166
22.1 - TECNOLOGIA.....	166
22.2 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO	167
22.3 - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS	168
22.4 - INÍCIO DA OPERAÇÃO DA “FÁBRICA DE SOFTWARE”	169
22.5 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	169
23 - GESTÃO DE PESSOAS.....	171
24 - GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA	181
24.1 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	181

24.2 - GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	182
24.3 - COORDENAÇÃO DE AQUISIÇÕES.....	185
25 - CORREGEDORIA	188
26 - PLANEJAMENTO E PESQUISA	189
26.1 - ATIVIDADES	189
26.2 - PROJETOS.....	191
26.3 - ATIVIDADES EM COOPERAÇÃO COM A ARIAE	192
27 - DIVULGAÇÃO	194

1 - RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis foi criada pela Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, e tem por finalidade promover a regulação, a promoção e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, gás natural e dos biocombustíveis.

A partir da definição das políticas nacionais para o petróleo, gás natural e combustíveis e tendo como foco a garantia do suprimento e a defesa dos interesses dos consumidores quanto a preço e qualidade e oferta de produtos, a ANP deverá:

- i) promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;
- ii) regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera,
- iii) promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;
- iv) autorizar a prática das atividades de refinação, processamento, transporte, importação e exportação, na forma estabelecida nesta Lei e sua regulamentação;
- v) estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores;
- vi) fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis,
- vii) instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;
- viii) fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;
- ix) estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;
- x) organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;
- xi) consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;
- xii) fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;
- xiii) regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante

convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

- xiv) regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biodiesel, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
- xv) especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.

A gama de atividades reguladas pela Agência é muito variada, mas todas elas se inserem no contexto da busca da sustentabilidade econômica da qual o fornecimento de energia e insumos industriais é fator primordial.

O crescimento do setor tem como resultado maiores exigências em termos de:

- ✓ atualizar a regulamentação;
- ✓ modernizar dos procedimentos de fiscalização;
- ✓ dar celeridade e eficiência nos processos de autorização de novos agentes;
- ✓ estreitar as relações com os outros entes da federação para o combate a práticas lesivas aos consumidores aos cofres públicos;
- ✓ estimular o desenvolvimento tecnológico e a qualificação de mão-de-obra;
- ✓ estimular por meio das rodadas de licitação de blocos, atração de investimentos e a geração de emprego e renda e ampliação das reservas de petróleo e, em especial, as reservas de gás natural.

1.2 - GESTÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO PLANO PLURIANUAL 2008/2011

No âmbito de Plano Plurianual 2008/2011 (PPA 2008/2011), a ANP foi responsável pela gerência do programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis. Em relação ao PPA 2004/2007 foram realizadas algumas alterações. Nele, a ANP administrava dois programas, que foram, na revisão, aglutinados em um só. Os indicadores de desempenho foram modificados e ampliados de modo a abranger uma gama maior de atividades da ANP. No entanto o programa continuou fiel ao objetivo tratar de duas situações-problema que são enunciadas nas atribuições da ANP constantes no inciso I do artigo 8º da Lei do Petróleo:

- ✓ a garantia de suprimento de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis e;
- ✓ a proteção dos interesses dos consumidores, quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

As ações desenvolvidas no enfrentamento dessas situações-problema refletem, portanto, o conjunto de atribuições da ANP.

As atividades econômicas afetadas pelo programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis tiveram efeitos sobre a obtenção de dados técnicos, realização de serviços de geologia e geofísica nas bacias sedimentares brasileiras; exploração e a produção de hidrocarbonetos, o transporte de petróleo, gás natural, derivados e biocombustíveis, o refino de pe-

tróleo, a produção de biocombustíveis, a distribuição, a revenda e a comercialização de combustíveis derivados de petróleo e biocombustível.

Nas próximas seções, serão apresentados sumariamente os atributos e os resultados físicos e financeiros do Programa e das Ações em 2008. Nos capítulos seguintes, a partir da apresentação dos resultados, da ANP, tomando como referência as unidades organizacionais, em especial as ligadas às atividades finalísticas, são mostrados os resultados das ações de forma mais detalhada, procurando contextualizar esses resultados e apresentar outros que, apesar de não contribuírem de forma direta com a obtenção dos resultados físicos do PPA, são de grande importância para o desempenho das ações e, principalmente para o cumprimento das competências institucionais da Agência.

1.2.1 – Programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

O objetivo do programa é garantir as condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade.

Com o intuito de aproximar a avaliação do programa das ações sob as quais a ANP tem intervenção mais efetiva e como decorrência da fusão dos programas existentes foram estabelecidos cinco indicadores de desempenho, a saber: Área Total Concedida de Bacias Sedimentares Brasileiras; Grau de Qualidade nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento; Reservas de Gás Natural; Reserva de Petróleo e Taxa de Incremento da Capacidade Autorizada para a Atividade de Produção de Biodiesel.

Nesta seção serão apresentados esses indicadores e ações do programa, seus atributos bem como a evolução.

1.2.1.1 - Indicadores do Programa

1 - Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras

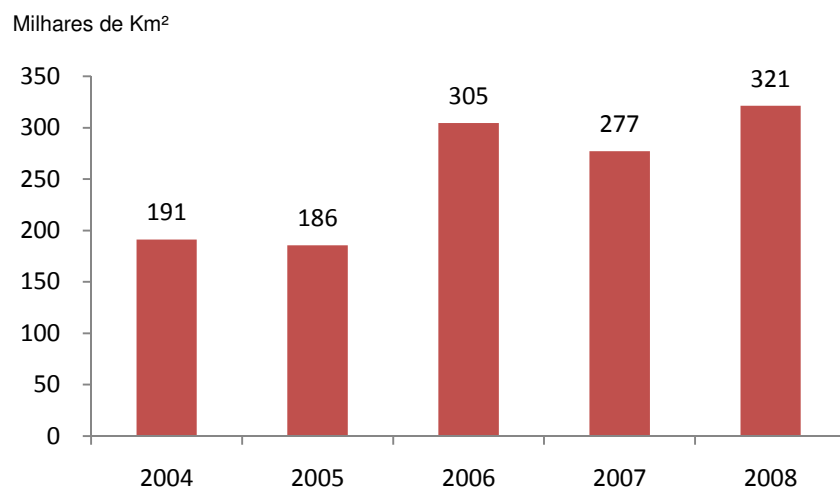
Índice Início PPA: 304.502 (12/12/2006)

Unidade de Medida: Km²

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Área total concedida (blocos exploratórios, campos de produção e acumulações marginais) ao final do ano de apuração.

Gráfico 1 – Áreas de Bacias Sedimentares Concedidas



Fonte: SigPlan

2 - Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento

Índice Início PPA: 94% (31/07/2003)

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo Relação percentual entre a quantidade de produto pesquisado em conformidade e a quantidade total de produto pesquisado

Índice Previsto para 2008: 95%

Índice Apurado Referente ao Ano de 2008 (semestral):

1º Semestre: 97,7%

2º Semestre: 97,9%

3 - Reservas de Gás Natural

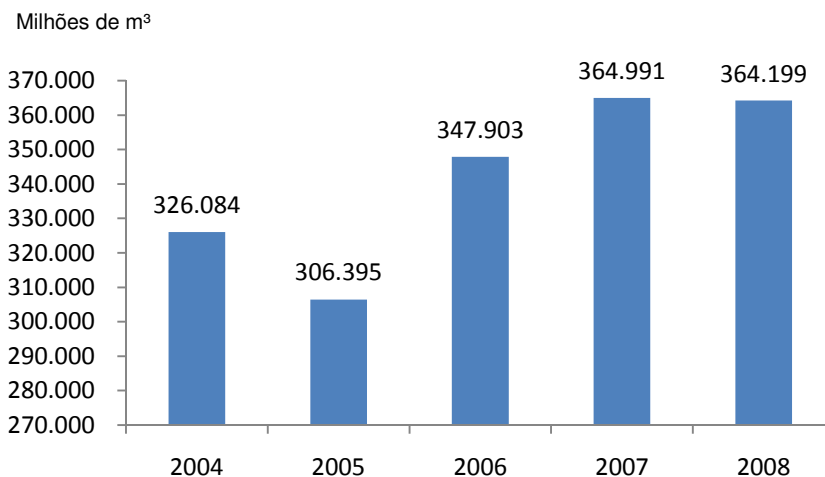
Índice Início PPA: 347.903,010 (31/12/2006)

Unidade de Medida: milhões de m³

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Reserva provada de petróleo ao final do ano de apuração.

Gráfico 2 – Reservas Provadas de Gás Natural



Fonte: SIGPLAN e SDP/ANP

4 - Indicador: Reservas de Petróleo

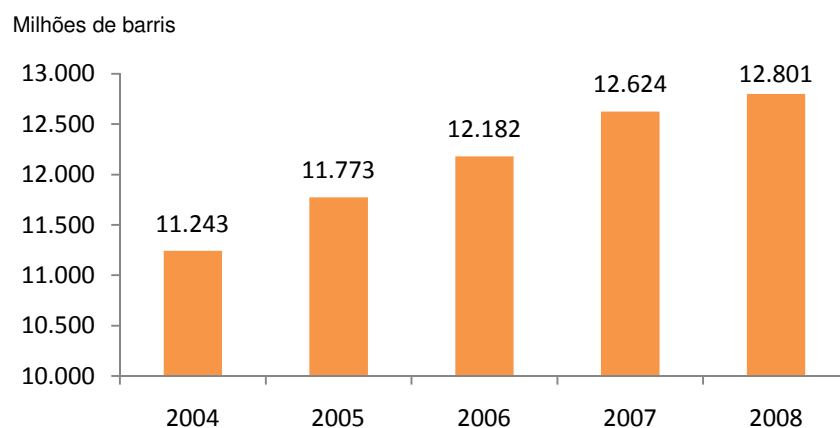
Índice Início PPA: 12.181,620 (12/12/2006)

Unidade de Medida: milhões de barris

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Reserva provada de petróleo ao final do ano de apuração.

Gráfico 3– Reservas Provadas de Petróleo



Fonte: SIGPlan e SDP/ANP

5 - Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel

Unidade de Medida: Percentagem

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Volume total autorizado no fim do período de apuração menos o volume total autorizado até o início do período da apuração, sobre a diferença entre a demanda total de biodiesel (1) no período de apuração e a demanda total de biodiesel

do período anterior à apuração. Considera-se como demanda total de biodiesel: 2% do volume do óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional, conforme § 1º, do artigo 2º, da Lei n.º 11.097, de 13 de janeiro de 2005, durante o período de apuração.

Índice Apurado Referente ao Ano de 2008: 337%

1.2.1.2 – Ações

09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Dados Físicos e Financeiros (não há previsão de execução Física na LOA)

Financeiro

	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro			416.403	416.403	-
Fevereiro			379.769	379.769	796.172
Março			401.996	401.996	401.996
Abril			527.156	527.156	527.156
Maio			529.255	529.255	529.255
Junho			560.396	560.396	560.396
Julho			516.263	516.263	516.263
Agosto			520.063	520.063	520.063
Setembro			1.337.732	1.337.732	1.337.732
Outubro			426.558	426.558	426.558
Novembro			2.339.931	2.339.931	2.339.931
Dezembro			1.362.868	1.362.868	10.215
Totais			9.318.390	9.318.390	7.965.737
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	5.603.972	9.323.634		100	

10TP - Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas

Finalidade: modernizar e aperfeiçoar o Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas, que controla a qualidade dos produtos derivados de petróleo sujeitos a fiscalização e propõe especificações técnicas e métodos de análise, assegurando que os combustíveis e lubrificantes cheguem ao consumidor conforme as especificações adequadas.

Descrição: modernização e aperfeiçoamento da estrutura física do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas para a recepção de novos equipamentos e dos ambientes laboratoriais para proporcionar melhores condições de uso e salubridade.

Unidade Executora: SBQ

Situação Atual: o processo licitatório da contratação do projeto básico foi iniciado em setembro de 2008. O pregão será realizado ainda no início de janeiro de 2009.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): projeto executado (% de execução física)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Março	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Abril	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Maio	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Junho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Julho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Dezembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Totais	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	5,000	5,000	0,00	600.000,00	600.000,00		0,00	

2000 - Administração da Unidade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nessa ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre

políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Dados Físicos e Financeiros (não há previsão de execução Física na LOA)

	Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	5.236.553	4.632.765	4.415.590
Fevereiro	0,000	0,000	5.229.919	5.188.699	5.362.347
Março	0,000	0,000	8.953.256	7.928.988	6.849.272
Abril	0,000	0,000	25.406.278	5.273.107	6.354.282
Maio	0,000	0,000	6.177.363	6.943.480	6.889.011
Junho	0,000	0,000	6.619.207	8.106.154	8.032.811
Julho	0,000	0,000	3.406.726	7.221.462	7.280.317
Agosto	0,000	0,000	4.746.905	6.649.661	6.641.859
Setembro	0,000	0,000	15.883.364	13.004.732	13.026.029
Outubro	0,000	0,000	6.990.469	9.788.516	9.765.576
Novembro	0,000	0,000	13.556.193	17.538.641	17.283.088
Dezembro	0,000	0,000	11.320.295	21.250.323	15.826.421
Totais	0,000	0,000	113.526.525	113.526.528	107.726.603
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	98.779.113	116.479.113		97,47	

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): pessoa beneficiada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	772,	0,000	0,000	20	0	0
Fevereiro	0,000	0,000	768	0,000	0,000	66.399	28.565	28.565,
Março	0,000	0,000	767	0,000	0,000	24	28.582	28.582,
Abril	0,000	0,000	759	0,000	0,000	385.000	28.488	28.488
Maió	0,000	0,000	762	0,000	0,000	0	27.003	27.003
Junho	0,000	0,000	756	0,000	0,000	0	-109	-109
Julho	0,000	0,000	763	0,000	0,000	11.232	65.106	65.106
Agosto	0,000	0,000	764	0,000	0,000	10.211	39.931	39.931
Setembro	0,000	0,000	788	0,000	0,000	10.973	72.176	72.176
Outubro	0,000	0,000	976	0,000	0,000	9.105	38.425	38.425
Novembro	0,000	0,000	1.028	0,000	0,000	292.609	47.370	47.370
Dezembro	0,000	0,000	1.111	0,000	0,000	-293.412	116.623	116.623
Totais	0,000	0,000	1.111	0,000	0,000	492.161	492.160	492.160
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	1.581	1.581	70,27	797.028	797.028		61,75	

2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): criança atendida (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	50	0,000	0,000	3.074	3.074	3.074
Fevereiro	0,000	0,000	48	0,000	0,000	2.940	2.940	2.940
Março	0,000	0,000	49	0,000	0,000	3.007	3.007	3.007
Abril	0,000	0,000	47	0,000	0,000	2.873	2.873	2.873
Maió	0,000	0,000	48	0,000	0,000	2.958	2.958	2.958
Junho	0,000	0,000	50	0,000	0,000	3.056	3.056	3.056
Julho	0,000	0,000	52	0,000	0,000	3.222	3.222	3.222
Agosto	0,000	0,000	52	0,000	0,000	3.189	3.189	3.189
Setembro	0,000	0,000	67	0,000	0,000	4.382	4.382	4.382
Outubro	0,000	0,000	72	0,000	0,000	4.950	4.950	4.950
Novembro	0,000	0,000	75	0,000	0,000	5.350	5.350	5.350
Dezembro	0,000	0,000	79	0,000	0,000	5.403	5.403	5.403
Totais	0,000	0,000	79	0,000	0,000	44.403	44.404	44.404
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	56	56	141,07	58.578	58.578		75,80	

2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Finalidade: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e viceversa.

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): servidor beneficiado (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	148	0,000	0,000	14.984	14.984	14.984
Fevereiro	0,000	0,000	148	0,000	0,000	14.098	14.098	14.098
Março	0,000	0,000	147	0,000	0,000	18.088	18.088	18.088
Abril	0,000	0,000	147	0,000	0,000	19.180	19.180	19.180
Mai	0,000	0,000	145	0,000	0,000	17.071	17.071	17.071
Junho	0,000	0,000	143	0,000	0,000	16.922	16.922	16.922
Julho	0,000	0,000	143	0,000	0,000	16.843	16.843	16.843
Agosto	0,000	0,000	144	0,000	0,000	17.913	17.913	17.913
Setembro	0,000	0,000	166	0,000	0,000	21.511	21.511	21.511
Outubro	0,000	0,000	178	0,000	0,000	19.571	19.571	19.571
Novembro	0,000	0,000	183	0,000	0,000	20.802	20.802	20.802
Dezembro	0,000	0,000	176	0,000	0,000	11.152	11.152	11.152
Totais	0,000	0,000	176	0,000	0,000	208.134	208.135	208.135
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Exe- cução	LOA	LOA + Créditos		% Exe- cução	
SIEST: 31/12/2008	172	172	102,33	284.832	284.832		73,07	

2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Finalidade: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): servidor beneficiado (unidade)

Físico			Financeiro					
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	-	-	493	-	-	72.010	72.010	72.010
Fevereiro	-	-	490	-	-	71.924	71.924	71.924
Março	-	-	483	-	-	70.523	70.523	70.523
Abril	-	-	482	-	-	71.111	71.111	71.111
Maio	-	-	481	-	-	70.586	70.586	70.586
Junho	-	-	478	-	-	69.840	69.840	69.840
Julho	-	-	473	-	-	68.985	68.985	68.985
Agosto	-	-	472	-	-	68.920	68.920	68.920
Setembro	-	-	700	-	-	136.328	136.328	136.328
Outubro	-	-	723	-	-	110.874	110.874	110.874
Novembro	-	-	719	-	-	105.946	105.946	105.946
Dezembro	-	-	723	-	-	106.762	106.762	106.762
Totais	-	-	723	-	-	1.023.809	1.023.809	1.023.809
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	578	903	80	1.018.748	1.079.636		95	

2050 - Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Gerar dados e informações técnicas para orientar as decisões estratégicas da ANP quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios a serem realizados nas bacias sedimentares brasileiras.

Descrição: Realização de estudos, levantamentos e serviços de geologia e geofísica, voltados à melhor compreensão da evolução de bacias sedimentares, definição dos principais sistemas petrolíferos atuantes e identificação de áreas e blocos com interesse exploratório para oferta em futuras licitações públicas da ANP.

Unidade Executora: SDB

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): área avaliada (Km²)

Físico				Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	-	-	-	-	-	5.000	1.219	1.219
Fevereiro	-	-	-	-	-	579.230	9.537	9.537
Março	-	-	-	-	-	9.862	4.475	4.475
Abril	-	-	-	-	-	20.000	1.280	1.280
Maio	-	-	-	-	-	-	1.776	1.776
Junho	-	-	-	-	-	15.000	15.988	15.988
Julho	-	-	-	-	-	7.295	11.744	11.744
Agosto	-	-	-	-	-	-	2.618	2.618
Setembro	-	-	-	-	-	16.663.971	583.816	583.816
Outubro	-	-	-	-	-	26.000	15.931	15.931
Novembro	-	-	3.400	-	-	25.598	2.273.537	2.273.537
Dezembro	-	-	6.800	-	-	14.175.251	28.605.285	7.927.603
Totais	-	-	10.200	-	-	31.527.206	31.527.206	10.849.524
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execu- ção	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	230.000	230.000	4	40.024.000	156.024.000		20	

Restos a Pagar de 2007)

Físico				Financeiro			
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realiza- do	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	RAP Can- celado	RAP Pago
Janeiro	-	-	15.000	-	-	-	1.236.000
Fevereiro	-	-	2.000	-	-	-	272.000
Março	-	-	5.000	-	-	-	4.425.625
Abril	-	-	10.000	-	-	-	1.445.556
Maio	-	-	45.000	-	-	-	4.682.040
Junho	-	-	40.000	-	-	-	3.925.660
Julho	-	-	65.000	-	-	-	6.389.475
Agosto	-	-	68.000	-	-	-	6.516.184
Setembro	-	-	15.000	-	-	-	1.459.144
Outubro	-	-	165.400	-	-	-	15.681.840
Novembro	-	-	70.000	-	-	91.385	6.914.508
Dezembro	-	-	34.400	-	-	-	3.872.618
Totais	-	-	534.800	-	-	91.385	56.820.650
SIAFI: 14/02/2009				RAP Inscrito	RAP Inscr. Liq.	% Execu- ção	
SIEST: 31/12/2008				70.590.280	70.498.895	81	

2379 - Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Organizar e manter atualizados e acessíveis os conhecimentos sobre o potencial produtivo das bacias sedimentares brasileiras e sobre as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Descrição: Administração e atualização do acervo de todos os dados e informações sobre bacias sedimentares brasileiras, bem como daqueles oriundos de estudos promovidos pela própria ANP e dos levantamentos de dados não-exclusivos autorizados pela Agência, envolvendo estruturação e armazenamento de dados em banco de dados próprio para disponibilização de informações aos agentes econômicos e aos demais setores da sociedade.

Unidade Executora: SDT

Comentários: No ano de 2007, baseou-se em dados em gigabytes – sísmica pós-processada armazenada no Petrobank – BDEP. No ano de 2008 houve mudança de metodologia de coleta de dados, passando a ser utilizado o acervo total de dados sísmicos armazenados no BDEP (sísmica pós-processada e pré-processada), em Terabytes, o que mudou sensivelmente a dimensão de escala dos dados.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): informação armazenada (Tbyte)

Físico				Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	-	-	2.052	-	-	195.558	-	-
Fevereiro	-	-	2.052	-	-	411.668	362.118	11.281
Março	-	-	2.052	-	-	631.701	658.002	990.055
Abril	-	-	2.052	-	-	3.896.786	986.411	622.633
Maio	-	-	2.052	-	-	661.206	1.201.184	1.545.361
Junho	-	-	2.052	-	-	46.629	886.857	879.647
Julho	-	-	2.052	-	-	188.469	345.835	351.406
Agosto	-	-	2.067	-	-	1.515.919	1.563.115	1.062.640
Setembro	-	-	2.067	-	-	3.429.315	1.589.375	2.109.545
Outubro	-	-	2.067	-	-	3.951.204	1.909.029	1.445.720
Novembro	-	-	2.076	-	-	(144.293)	1.581.189	2.050.810
Dezembro	-	-	2.076	-	-	2.236.485	5.937.533	3.086.998
Totais	-	-	2.060	-	-	17.020.647	17.020.648	14.156.096
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Exe- cução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	2.020	2.020	102	17.142.376	17.142.376		99	

2380 - Outorga de Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Oferecer oportunidades para implantação de novos empreendimentos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País.

Descrição: Realização de licitações de direitos de exploração de blocos delimitados nas bacias sedimentares, objetivando firmar contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Unidade Executora: SPL

Comentários: Em novembro de 2007 ocorreu a Nona Rodada de Licitações com 117 blocos exploratórios arrematados, dos quais 102 contratos de concessão foram assinados em 2008 e estão relacionados a 108 blocos arrematados (certame encerrado). Também foram assinados em 2008 três contratos de concessão da Sétima Rodada de Licitações (certame encerrado). A Décima Rodada de Licitações ocorreu em 18/12/2008, tendo sido arrematados 54 blocos dos 130 ofertados. A assinatura dos contratos de concessão está prevista para o mês de abril de 2009.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): concessão outorgada (unidade)

Físico				Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	-	-	-	-	-	3.540	406	406
Fevereiro	-	-	-	-	-	11.685	5.693	5.693
Março	-	-	106	-	-	24.118	9.835	9.835
Abril	-	-	-	-	-	108.000	20.622	20.622
Maio	-	-	-	-	-	22.100	15.178	15.178
Junho	-	-	3	-	-	41.000	22.248	22.248
Julho	-	-	2	-	-	-	6.258	6.258
Agosto	-	-	-	-	-	-	14.212	14.212
Setembro	-	-	-	-	-	1.610	9.941	9.941
Outubro	-	-	-	-	-	241.927	258.922	258.922
Novembro	-	-	-	-	-	107.263	93.903	93.903
Dezembro	-	-	-	-	-	405.506	509.533	120.563
Totais	-	-	111	-	-	966.748	966.751	577.781
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Exe- cução	LOA	LOA + Crédi- tos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	80	80	139	1.000.000	1.000.000		97	

2381 - Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Assegurar o fiel cumprimento dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Descrição: Gestão dos contratos de concessão para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, mediante monitoramento e fiscalização das atividades executadas pelos agentes econômicos, incluindo o controle das participações governamentais.

Unidades Executoras: SEP, SDP, SPG

Comentários: O aumento no número de blocos se dá pela assinatura de novos contratos de concessão. A redução ocorre pela devolução de blocos ou declaração de comercialidade. Neste último caso, o número de campos aumenta. O cálculo do total é feito através da média aritmética dos valores dos meses, conforme critério estabelecido pelos responsáveis pelo preenchimento das informações.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): concessão controlada (unidade)

Físico			Financeiro					
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	-	-	804	-	-	19.483	6.133	6.133
Fevereiro	-	-	774	-	-	177.867	171.127	171.127
Março	-	-	771	-	-	1.934.984	334.427	325.787
Abril	-	-	862	-	-	6.527.570	553.033	561.673
Maio	-	-	848	-	-	615.000	1.247.280	1.247.280
Junho	-	-	846	-	-	(1.958.243)	825.621	825.621
Julho	-	-	832	-	-	2.440.463	1.707.405	1.707.405
Agosto	-	-	834	-	-	156.542	1.093.218	093.218
Setembro	-	-	833	-	-	(47.223)	1.654.176	1.654.176
Outubro	-	-	834	-	-	(22.294)	944.408	944.408
Novembro	-	-	822	-	-	123.021	703.505	703.505
Dezembro	-	-	808	-	-	176.005	902.840	697.350
Totais	-	-	823	-	-	10.143.172	10.143.173	9.937.683
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execu- ção	LOA	LOA + Cré- ditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	785	785	105	10.251.646	10.251.646		99	

2388 - Regulamentação das Atividades da Indústria de Petróleo e da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis

Finalidade: Estabelecer regras disciplinares das atividades dos agentes econômicos que atuam nos diversos segmentos da indústria do petróleo e do gás natural, bem como nas atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível.

Descrição: Elaboração de atos normativos relativos às atividades de exploração, produção e desenvolvimento de petróleo e gás natural, bem como às atividades de refino, transporte, importação, exportação, distribuição e revenda.

Unidade Executora: SEC

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): norma publicada (unidade)

Físico				Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	-	-	3	-	-	510	493	493
Fevereiro	-	-	2	-	-	15.897	8.683	8.683
Março	-	-	3	-	-	3.723	5.270	5.270
Abril	-	-	6	-	-	163.061	112.015	112.015
Maior	-	-	2	-	-	29.000	33.669	33.669
Junho	-	-	3	-	-	33.000	37.003	37.003
Julho	-	-	5	-	-	6.000	5.389	5.389
Agosto	-	-	1	-	-	30.000	12.854	12.854
Setembro	-	-	6	-	-	223.411	33.792	33.792
Outubro	-	-	2	-	-	161.226	159.104	159.104
Novembro	-	-	3	-	-	262.000	243.243	240.257
Dezembro	-	-	8	-	-	34.809	311.123	300.459
Totais	-	-	44	-	-	962.638	962.638	948.988
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	37	37	119	1.098.710	1.098.710		88	

2391 - Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis

Finalidade: Assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço dos derivados de petróleo e biocombustíveis comercializados no País.

Descrição: Fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, envolvendo programas de monitoramento da qualidade dos produtos e dos preços praticados em âmbito nacional, bem como realização de auditorias e outras ações especiais voltadas ao cumprimento dos regulamentos técnicos e aos padrões de qualidade definidos pela ANP.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Unidades Executoras: SFI, SBQ

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): fiscalização realizada (unidade)

Físico				Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	-	-	1.486	-	-	61.305	49.598	49.598
Fevereiro	-	-	1.503	-	-	2.686.905	2.506.878	2.377.476
Março	-	-	1.632	-	-	2.576.196	2.373.383	2.502.785
Abril	-	-	1.886	-	-	25.154.521	2.370.335	2.370.335
Maio	-	-	1.607	-	-	2.749.142	2.878.937	2.877.538
Junho	-	-	1.828	-	-	765.195	2.814.014	2.815.413
Julho	-	-	1.200	-	-	(391.422)	3.590.347	3.590.347
Agosto	-	-	1.897	-	-	1.428.942	3.632.032	3.133.818
Setembro	-	-	1.734	-	-	2.525.573	2.237.074	2.734.997
Outubro	-	-	1.381	-	-	3.717.977	5.725.546	5.725.837
Novembro	-	-	1.868	-	-	48.164	2.602.326	2.548.395
Dezembro	-	-	1.230	-	-	(1.682.549)	8.859.479	5.099.350
Totais	-	-	19.252	-	-	39.639.949	39.639.949	35.825.889
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execu- ção	LOA	LOA + Crédi- tos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	26.500	26.500	73	45.294.052	45.294.052		88	

2393 - Ouvidoria da Agência Nacional do Petróleo

Finalidade: Manter canais de comunicação permanentes com consumidores e agentes econômicos.

Descrição: Recebimento de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, pedidos de informação, elogios e agradecimentos dos consumidores, analisá-los e informar os respectivos resultados às partes interessadas; promover a orientação dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos e serviços do mercado regulado pela ANP; desenvolver estudos e pesquisas que identifiquem tendências no mercado de consumo dos produtos e serviços de interesse da ANP; encaminhar as demandas dos consumidores individuais ou representados coletivamente por entidades públicas ou privadas de defesa de seus direitos e interesses, comunicando-se com os mesmos em nome da ANP; estabelecer a comunicação da ANP com os órgãos de defesa, proteção e orientação dos consumidores.

Unidade Executora: CRC

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): solicitação atendida (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	-	-	10.826	-	-	20.530	15.925	15.925
Fevereiro	-	-	9.637	-	-	135.782	134.735	134.735
Março	-	-	9.435	-	-	217.000	214.737	214.737
Abril	-	-	10.039	-	-	990.000	213.539	213.539
Maio	-	-	10.144	-	-	191.968	209.423	209.423
Junho	-	-	11.500	-	-	84.000	249.835	249.835
Julho	-	-	12.153	-	-	100.000	245.814	245.814
Agosto	-	-	9.194	-	-	-	252.777	252.777
Setembro	-	-	9.970	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	9.800	-	-	542.056	429.616	429.616
Novembro	-	-	8.197	-	-	-	269.816	269.816
Dezembro	-	-	7.142	-	-	168.296	213.416	213.416
Totais	-	-	118.037	-	-	2.449.633	2.449.633	2.449.633
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	120.000	120.000	98	2.500.000	2.500.000		98	

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): servidor capacitado (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	2,000	0,000	0,000	21.026,000	4.591,000	4.591,000
Fevereiro	0,000	0,000	4,000	0,000	0,000	21.048,000	12.543,000	12.543,000
Março	0,000	0,000	43,000	0,000	0,000	8.698,000	30.432,000	30.432,000
Abril	0,000	0,000	22,000	0,000	0,000	59.331,000	42.915,000	42.915,000
Maio	0,000	0,000	78,000	0,000	0,000	44.720,000	21.152,000	21.152,000
Junho	0,000	0,000	28,000	0,000	0,000	109.773,000	90.388,000	90.388,000
Julho	0,000	0,000	17,000	0,000	0,000	74.918,000	102.003,000	102.003,000
Agosto	0,000	0,000	45,000	0,000	0,000	228.286,000	23.456,000	23.456,000
Setembro	0,000	0,000	103,000	0,000	0,000	204.797,000	49.888,000	49.888,000
Outubro	0,000	0,000	216,000	0,000	0,000	128.815,000	160.678,000	160.678,000
Novembro	0,000	0,000	88,000	0,000	0,000	228.924,000	176.463,000	176.463,000
Dezembro	0,000	0,000	11,000	0,000	0,000	421.019,000	836.846,000	627.274,000
Totais	0,000	0,000	657,000	0,000	0,000	1.551.357,000	1.551.355,000	1.341.783,000
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	550,000	550,000	119,45	1.700.000,000	1.700.000,000		91,26	

4641 - Publicidade de Utilidade Pública

Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.

Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Unidade Executora: SCI

Dados Físicos e Financeiros

	Físico			Financeiro				
	Não há previsão de execução Física na LOA			Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro				0,000	0,000	10,000	0,000	0,000
Fevereiro				0,000	0,000	0,000	0,000	0,00
Março				0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Abril				0,000	0,000	1.400.000,000	70.094,000	70.094,000
Maio				0,000	0,000	0,000	148.094,000	148.094,000
Junho				0,000	0,000	0,000	46.703,000	46.703,000
Julho				0,000	0,000	0,000	126.319,000	126.319,000
Agosto				0,000	0,000	0,000	275.284,000	275.284,000
Setembro				0,000	0,000	99.990,000	833.506,000	833.506,000
Outubro				0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Novembro				0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Dezembro				0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Totais				0,000	0,000	1.500.000,000	1.500.000,000	1.500.000,000
SIAFI: 14/02/2009				LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008				1.500.000,000	1.500.000,000		100,00	

6197 - Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo

Finalidade: Assegurar que as instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (autorizadas pela ANP) estejam adequadas do ponto de vista da sua segurança operacional, permitindo a oferta destes produtos no mercado.

Descrição: Fiscalização das instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, quanto ao cumprimento dos regulamentos estabelecidos pela ANP.

Unidades Executoras: SRP e SCM

Comentários: O número de fiscalizações apresentadas representa as ações de fiscalização da Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural - SRP e da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo seus Derivados e Gás Natural - SCM. Ressalta-se que parte das ações de fiscalização das instalações monitoradas pela SCM é feita mediante convênio com o Departamento de Portos e Costas - DPC da Marinha do Brasil.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): instalação fiscalizada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	383,000	0,000	0,000	12.584,000	5.400,000	5.400,000
Fevereiro	0,000	0,000	154,000	0,000	0,000	31.255,000	21.598,000	21.598,000
Março	0,000	0,000	93,000	0,000	0,000	1.013.569,000	14.212,000	14.212,000
Abril	0,000	0,000	219,000	0,000	0,000	3.652.912,000	27.848,000	27.848,000
Maio	0,000	0,000	163,000	0,000	0,000	-432.329,000	1.361.965,000	1.361.965,000
Junho	0,000	0,000	135,000	0,000	0,000	-61.435,000	97.888,000	97.888,000
Julho	0,000	0,000	173,000	0,000	0,000	1.016.664,000	214.173,000	214.173,000
Agosto	0,000	0,000	139,000	0,000	0,000	-341.127,000	600.818,000	593.557,000
Setembro	0,000	0,000	117,000	0,000	0,000	925.252,000	779.167,000	769.462,000
Outubro	0,000	0,000	159,000	0,000	0,000	67.213,000	1.199.383,000	1.205.089,000
Novembro	0,000	0,000	124,000	0,000	0,000	-338.118,000	734.261,000	745.341,000
Dezembro	0,000	0,000	118,000	0,000	0,000	407.804,000	897.530,000	734.157,000
Totais	0,000	0,000	1.977,000	0,000	0,000	5.954.242,000	5.954.243,000	5.790.690,000
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	1.750,000	1.750,000	112,97	6.003.183,000	6.003.183,000		99,18	

6594 - Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis

Finalidade: Controlar a entrada de novos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

Descrição: Outorga de autorização para participação dos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

Unidade Executora: SAB

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): autorização outorgada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	427,000	0,000	0,000	5.010,000	1.177,000	1.177,000
Fevereiro	0,000	0,000	1.072,000	0,000	0,000	6.221,000	9.715,000	9.715,000
Março	0,000	0,000	598,000	0,000	0,000	13.865,000	7.306,000	7.306,000
Abril	0,000	0,000	531,000	0,000	0,000	90.000,000	21.662,000	21.662,000
Maio	0,000	0,000	763,000	0,000	0,000	10.000,000	13.629,000	13.629,000
Junho	0,000	0,000	1.082,000	0,000	0,000	50.734,000	29.746,000	29.746,000
Julho	0,000	0,000	1.222,000	0,000	0,000	20.000,000	16.000,000	16.000,000
Agosto	0,000	0,000	778,000	0,000	0,000	0,000	15.451,000	15.451,000
Setembro	0,000	0,000	703,000	0,000	0,000	0,000	25.200,000	25.200,000
Outubro	0,000	0,000	1.125,000	0,000	0,000	959.803,000	960.350,000	960.350,000
Novembro	0,000	0,000	897,000	0,000	0,000	41.503,000	48.206,000	48.206,000
Dezembro	0,000	0,000	1.017,000	0,000	0,000	132.153,000	180.845,000	180.845,000
Totais	0,000	0,000	10.215,000	0,000	0,000	1.329.289,000	1.329.287,000	1.329.287,000
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	9.000,000	9.000,000	113,50	1.350.000,000	1.350.000,000		98,47	

6596 - Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Assegurar a outorga de autorizações aos agentes interessados em construir e operar instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, além de outorgar a autorização para o exercício de atividades correlatas, através de atos formais expedidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Descrição: Outorga de autorização para participação de agentes econômicos nas atividades de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (ou outras atividades correlatas) desde que estes

cumpram os requisitos legais estabelecidos para seu ingresso, estes identificados nos atos normativos publicados pela ANP.

Unidade Executora: SCM e SRP

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): autorização outorgada

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	-	0,000	24,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fevereiro	0,000	0,000	11,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Março	0,000	0,000	18,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Abril	0,000	0,000	24,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Maio	0,000	0,000	20,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Junho	0,000	0,000	21,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Julho	0,000	0,000	27,000	0,000	0,000	400.000,000	0,000	0,000
Agosto	0,000	0,000	21,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Setembro	0,000	0,000	17,000	0,000	0,000	-400.000,000	0,000	0,000
Outubro	0,000	0,000	22,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Novembro	0,000	0,000	21,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Dezembro	0,000	0,000	32,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Totais	0,000	0,000	258,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SIAFI: 14/02/2009	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2008	110,000	110,000	234,55	484.020,000	484.020,000		0,00	

1.3 - INDICADORES DE DESEMPENHO

O projeto Indicadores de Desempenho das Atividades da ANP teve como seu principal objetivo desenvolver um sistema de indicadores que seja utilizado para a avaliação do desempenho e acompanhamento das atividades da Agência. É importante salientar a relevância da existência de um sistema de indicadores para a promoção de informações consistentes que permitam ao tomador de decisão balizar sua estratégia de atuação.

O estabelecimento de indicadores consistentes possibilitará à ANP avaliar a execução de suas atividades e da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis no período considerado, como também fazer comparações intertemporais do desempenho. Adicionalmente, com o estabelecimento de metas, espera-se que os resultados melhorem ao longo do tempo.

Adicionalmente, o estabelecimento de Indicadores de Desempenho visava a atender a uma série de demandas (internas e externas), a saber.

- ✓ decisões do TCU nº 243/2001 e nº 553/2002, fazem referência à ausência de metas e indicadores para o acompanhamento da gestão da ANP, principalmente em relação às atividades de fiscalização.
- ✓ demandas do CGU: no Memorando nº 166/2006/AUD, referente ao Relatório de Auditoria do Exercício de 2005, foram solicitados esclarecimentos a respeito do questionamento da CGU sobre a ausência de indicadores que permitam aferir eficácia, economicidade, qualidade e efetividade das atividades de fiscalização da Agência;
- ✓ exigências da Lei nº 10.871/04: que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras, complementada pela Lei nº 11.292/06, cria a necessidade de definir indicadores que possam mensurar de forma clara e transparente o desempenho das diversas unidades organizacionais da ANP para efeitos de cálculo das gratificações – GDAR e GDATR;
- ✓ antecipar-se a uma possível aprovação do Projeto de Lei nº 3.337/04, que prevê, no seu art. 9º, a assinatura de um Contrato de Gestão com o MME;
- ✓ avaliação das Ações Expostas no Alinhamento Estratégico 2006: retomar o desenvolvimento de um sistema de indicadores para a avaliação de desempenho das atividades da ANP, condizente com as diretrizes definidas pelo Alinhamento Estratégico 2006, aprovado na RD nº 407, de 17.10.2006.

O primeiro passo para atingir este objetivo foi o desenvolvimento do projeto de Alinhamento Estratégico da Agência, apresentado pela Exposição de Assunto levada à Diretoria em 2003 (EA nº 193/2003-SEE, apresentada na Reunião nº 266, de 26/06/2003). Este processo se caracterizou pela participação ativa da Diretoria Colegiada e de todas as Superintendências, Núcleos e outras unidades da ANP. Sob a coordenação da SEE (denominação da atual SPP), foram feitas diversas reuniões com todos representantes das áreas. Os resultados de todas estas reuniões estão registrados em atas e disponíveis para consulta.

Os resultados alcançados em 2008 são apresentados a seguir, bem como a comparação com os resultados obtidos em 2007. Foram apurados 40 indicadores de 19 unidades organizacionais em 2008.

1.3.1 - Resultados

Foram apurados 40 indicadores em 2008, que obtiveram os resultados a seguir.

	Unid. Org.	Indicador	Meta	Resultado
1	CDC	Índice de Notas Técnicas Elaboradas	100%	98,0%
2	CDC	Índice de Atos de Concentração Elaborados	100%	100,0%
3	CDC	Índice de Análise de Preços dos Combustíveis	90%	100,0%
4	CSO	Inspeções de Integridade Estrutural	16%	16,6%
5	CSO	Auditorias de Integridade Estrutural	20%	20,0%
6	CRC	Manifestações Respondidas pelo CRC	70%	85,6%
7	NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	98,2%
8	NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	98%	98,1%
9	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%	96,7%
10	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Var. de Comb. Autom. Analisados	70%	82,3%
11	NFP	Inspeções de Medição	43%	100,0%
12	SBQ	Índice de Análise de Qualidade dos Combustíveis	90%	100,0%
13	SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	97,6%
14	SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	100,0%
15	SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	99,9%
16	SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	99,0%
17	SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos	80%	100,0%
18	SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	30%	88,5%
19	SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	10%	16,4%
20	SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%
21	SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	85%
22	SEP	Índice de Inspeção de Operadores Ativos	30%	50,0%
23	SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	92,2%
24	SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP	90%	87,5%
25	SEP	Índice do Desempenho do programa Exploratório Mínimo (PEM)	80%	100,0%
26	SFA	Índice de Documentos Registrados e Protocolizados	95%	100,0%
27	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	100%	99,7%
28	SFI	Índice de Atendimento às Demandas de Fisc. Recebidas	70%	70,9%
29	SFI	Índice de Atendimento ao Monit. de Qualidade para Fisc. de Não-Conformidade	50%	77,9%
30	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de <i>Royalties</i>	100%	100,0%
31	SPL	Índice de Pacotes de Dados	90%	44,4%
32	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	94,2%
33	SPL	Índice de Qualificação de Empresas	90%	96,0%
34	SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais	90%	97,5%
35	SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	100,0%
36	SPP	Emissão do Anuário Estatístico	90%	100,0%
37	SRH	Índice de Servidores Capacitados	70%	85,9%
38	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	95,8%
39	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	30%	40,2%
40	SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	92,5%

1.3.2 - Evolução dos Indicadores em relação à 2007

A tabela a seguir sintetiza os resultados dos indicadores, por área.

	2007		2008	
	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta
Upstream	11	3	13	2
Midstream	4	1	5	0
Downstream	4	1	6	0
Áreas-meio	6	2	7	1
Geral	5	2	5	1
Total	30	9	36	4

Os indicadores do *upstream* se referem à CSO, NFP, SDP, SDT, SEP, SPG e SPL, os do *midstream* à SCM e SRP, os do *downstream* à CRC, SAB, SBQ e SFI, os das áreas-meio ao NIN, SCI, SFA e SRH, os gerais ao CDC e SPP.

Em 2008, os indicadores de desempenho da ANP apresentaram, em geral, resultados superiores aos alcançados em 2007.

	2007		2008	
	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	30	77%	36	90%
Resultado abaixo da meta	9	23%	4	10%
Total	39	100%	40	100%

Além do total de indicadores abaixo da meta ter se reduzido consideravelmente (de 9 para 4), houve melhora dos índices em 16 indicadores, 21 se mantiveram estáveis e apenas 1 piorou. Os critérios utilizados para definir se os indicadores apresentaram melhora, ficaram estáveis ou pioraram foram:

- ✓ Melhora: o indicador melhorou se seu índice apresentou variação positiva acima de 3% em 2008, em relação a 2007;
- ✓ Estável: indicadores que variaram menos de 3% no período;
- ✓ Piora: o indicador piorou se seu índice apresentou variação negativa acima de 3% em 2008, em relação a 2007.

A tabela a seguir apresenta a comparação dos resultados de cada indicador medido.

Em geral, os resultados apresentados para os indicadores em 2008 apresentaram melhora do desempenho da ANP, em relação a 2007 (9 indicadores abaixo da meta em 2007 *versus* 4 indicadores abaixo da meta em 2008). A ANP alcançou melhores resultados em 16 indicadores, 21 se mantiveram estáveis e apenas um piorou. Todos os segmentos (*upstream*, *midstream*, *downstream*, áreas-meio e geral) evoluíram

No que se refere à metodologia proposta, a SPP coordena o processo de revisão dos indicadores que não foram apurados e daqueles em que houve dificuldades de mensuração, na qual todas as unidades organizacionais têm a oportunidade de revisar, propor e/ou excluir indicadores. A revisão também contempla a criação de indicadores para aferição da eficiência dos processos. Recomenda-se que seja obrigatória a participação de todas as unidades organizacionais da Agência, com a definição de pelo menos um indicador.

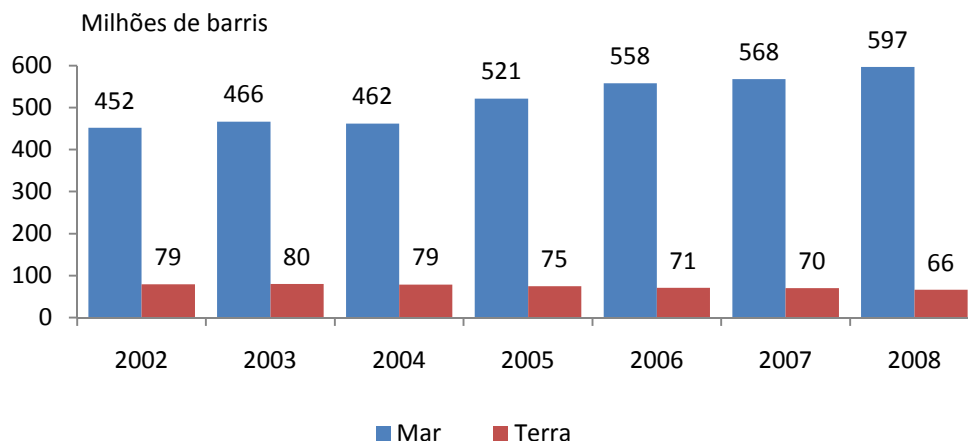
	Unid. Org.	Indicador	Meta	2007	Meta	2008	Variação	Evolução
1	CDC	Índice de Notas Técnicas Elaboradas	100%	94,3%	100%	98,0%	3,7%	Melhorou
2	CDC	Índice de Atos de Concentração Elaborados	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
3	CDC	Índice de Análise de Preços dos Combustíveis	90%	96,9%	90%	100,0%	3,1%	Estável
4	CSO	Inspeções de Integridade Estrutural	16%	15,6%	16%	16,6%	1,0%	Estável
5	CSO	Auditorias de Integridade Estrutural	20%	20,0%	20%	20,0%	0,0%	Estável
6	CRC	Manifestações Respondidas pelo CRC	70%	85,1%	70%	85,6%	0,5%	Melhorou
7	NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,9%	98%	98,2%	-1,7%	Estável
8	NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	98%	99,8%	98%	98,1%	-1,7%	Estável
9	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%		70%	96,7%	-	-
10	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Comb. Autom. Analisados	70%	50,5%	70%	82,3%	31,8%	Melhorou
11	NFP	Inspeções de Medição	22%	55,4%	43%	100,0%	44,6%	Melhorou
12	SBQ	Índice de Análise de Qualidade dos Combustíveis	90%	100,0%	90%	100,0%	0,0%	Estável
13	SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	71,6%	80%	97,6%	26,0%	Melhorou
14	SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	80,0%	80%	100,0%	20,0%	Melhorou
15	SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	100,0%	80%	99,9%	-0,1%	Estável
16	SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	98,8%	90%	99,0%	0,2%	Estável
17	SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos	80%	40,0%	80%	100,0%	60,0%	Melhorou
18	SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	30%	73,9%	30%	88,5%	14,6%	Melhorou
19	SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	5%	16,2%	10%	16,4%	0,2%	Estável
20	SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
21	SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	85%	80%	85%	0,1%	Estável
22	SEP	Índice de Inspeção de Operadores Ativos	30%	35,0%	30%	50,0%	15,0%	Melhorou
23	SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	93,7%	90%	92,2%	-1,5%	Estável
24	SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP	90%	90,3%	90%	87,5%	-2,8%	Estável
25	SEP	Índice do Desempenho do programa Exploratório Mínimo (PEM)	80%	n.i.	80%	100,0%	-	-
26	SFA	Índice de Documentos Registrados e Protocolizados	95%	100,0%	95%	100,0%	0,0%	Estável
27	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	60%	55,6%	100%	99,7%	44,1%	Melhorou
28	SFI	Índice de Atendimento às Demandas de Fisc. Recebidas	70%	71,3%	70%	70,9%	-0,4%	Estável
29	SFI	Índice de Atendimento ao Monit. de Qualidade para Fisc. de Não-Conformidade	50%	73,6%	50%	77,9%	4,3%	Melhorou
30	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de <i>Royalties</i>	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
31	SPL	Índice de Pacotes de Dados	90%	27,1%	90%	44,4%	17,3%	Melhorou
32	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	87,5%	90%	94,2%	6,7%	Melhorou
33	SPL	Índice de Qualificação de Empresas	90%	95,7%	90%	96,0%	0,3%	Estável
34	SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais	88%	43,2%	90%	97,5%	54,3%	Melhorou
35	SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	95,0%	95%	100,0%	5,0%	Melhorou
36	SPP	Emissão do Anuário Estatístico	90%	100,0%	90%	100,0%	0,0%	Estável
37	SRH	Índice de Servidores Capacitados	35%	53,8%	70%	85,9%	32,1%	Melhorou
38	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	97,3%	90%	95,8%	-1,5%	Estável
39	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	15%	47,5%	30%	40,2%	-7,3%	Piorou
40	SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	94,5%	80%	92,5%	-2,0%	Estável

2 - A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

Esse capítulo procura traçar um quadro resumido das dimensões do mercado regulado pela ANP. São apresentados os principais resultados da indústria do petróleo até o ano de 2008

As reservas provadas de petróleo alcançaram 12.801,4 milhões de barris, em 2008, ultrapassando em 1,4% o total de 2007. As de gás natural mantiveram-se praticamente inalteradas, ficando em 364.235,7 m³.

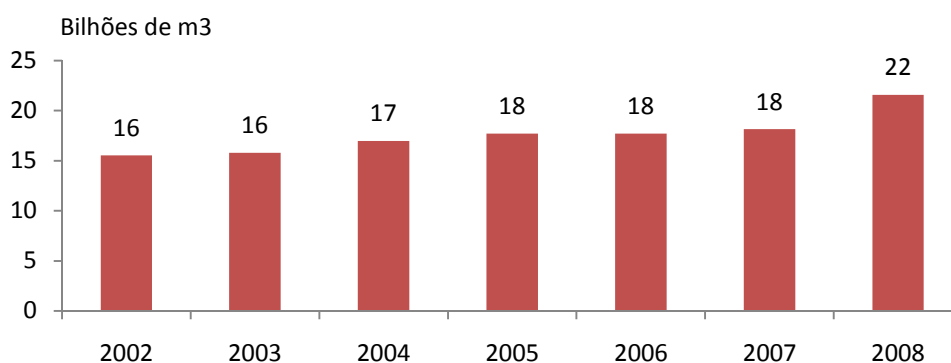
Gráfico 4 - Produção de Petróleo em Terra e no Mar



Fonte: ANP

Em 2008, foram produzidos 663,27 milhões de barris de petróleo, o que representou um acréscimo de 3,96 % em relação a 2007 (25,25 milhões). Adicionalmente, a produção de gás natural apresentou um aumento de 19,5 %, passando de 18,15 bilhões de m³ (2007) para 21,59 bilhões de m³ (2008). A oferta líquida¹ total deste produto foi de 12,62 bilhões de m³, o que representou um aumento de 28,4% em relação ao ano de 2007.

Gráfico 5 - Produção Nacional de Gás Natural



Fonte: ANP

O consumo dos combustíveis derivados de petróleo, medido em bep, cresceu 7,2% no País, devido à manutenção do aumento da atividade econômica em 2008. As vendas pelas distribuidoras dos derivados de petróleo aumentaram em todas as regiões brasi-

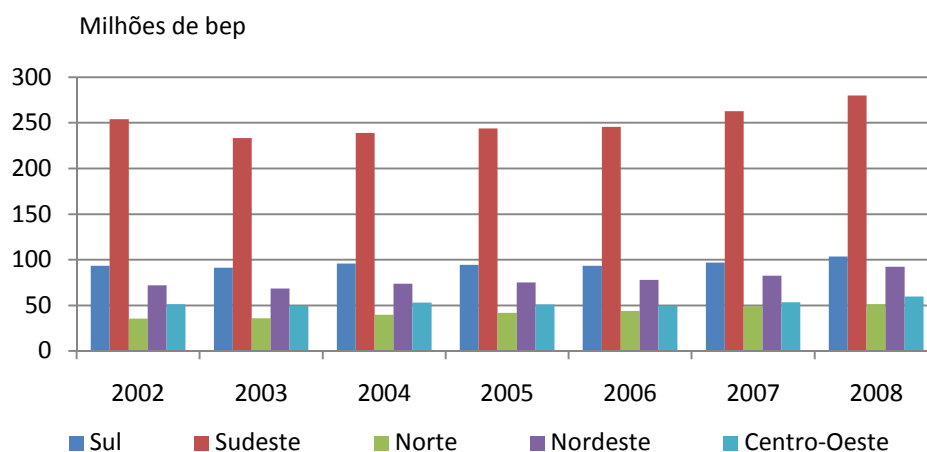
¹ Descontados o consumo próprio, a reinjeção, queima e perdas e somada à importação.

leiras, nas seguintes proporções: Norte (4,7%), Nordeste (11,4%), Centro-Oeste (11,1%) e Sudeste (5,4%) e Sul (6,6%).

As vendas de QAV, gasolina de aviação, gasolina C, óleo diesel (diesel +B2) e GLP cresceram no período, enquanto as de querosene iluminante e de óleo combustível diminuíram.

O querosene iluminante tem apresentando queda nas vendas, nos últimos anos, em função da diminuição do seu uso irregular como solvente para adulteração da gasolina. O óleo combustível, por sua vez, é utilizado em algumas térmicas, mas devido à grande quantidade de chuvas, muitas não despacharam, o que explica a queda no consumo desse energético.

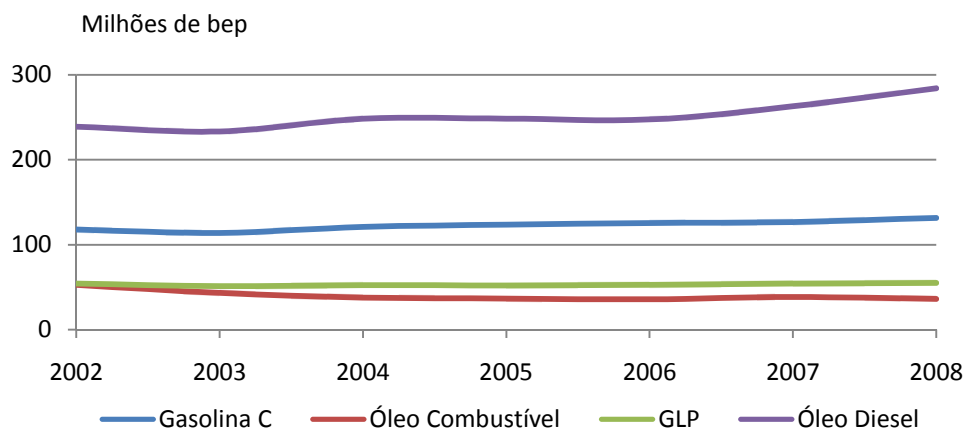
Gráfico 6 - Venda de Derivados pelas Distribuidoras²



Fonte: ANP

² A partir de 2005, as vendas de diesel incluem o volume de B₂ comercializado (mistura composta de 98% de diesel e 2% de biodiesel)

Gráfico 7 - Venda de Derivados pelas Distribuidoras



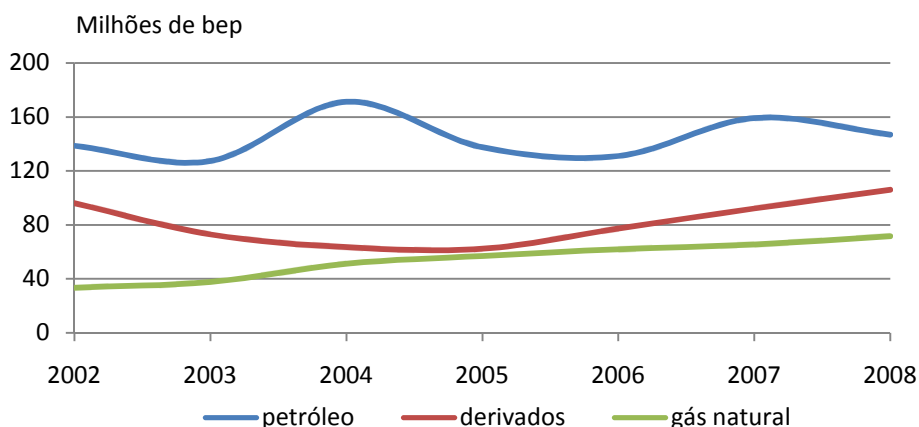
Fonte: ANP

No ano de 2008, as vendas de óleo diesel (diesel +B3) cresceram 7,6%. As vendas de GLP sofreram um incremento de 1,9%, enquanto as de gasolina C aumentaram em 3,5%. O óleo combustível, por sua vez, teve uma queda de suas vendas de 6,5%. Considerando-se o valor total das vendas desses derivados (em barris equivalentes de petróleo, bep), o resultado foi um crescimento de 7,2% neste período.

No que tange ao volume processado pelas refinarias, o volume de petróleo importado refinado manteve-se praticamente inalterado (145,5 milhões de bep em 2008), enquanto o refino de petróleo importado diminuiu de 507,4 (2007) para 495,5 milhões de bep (2008), que correspondeu a uma redução de 2,36%.

A importação de gás natural teve um aumento de 9,5% em 2007, devido ao aumento do consumo registrado nos últimos anos. No ano de 2008, o Brasil importou 71,67 milhões de bep deste energético.

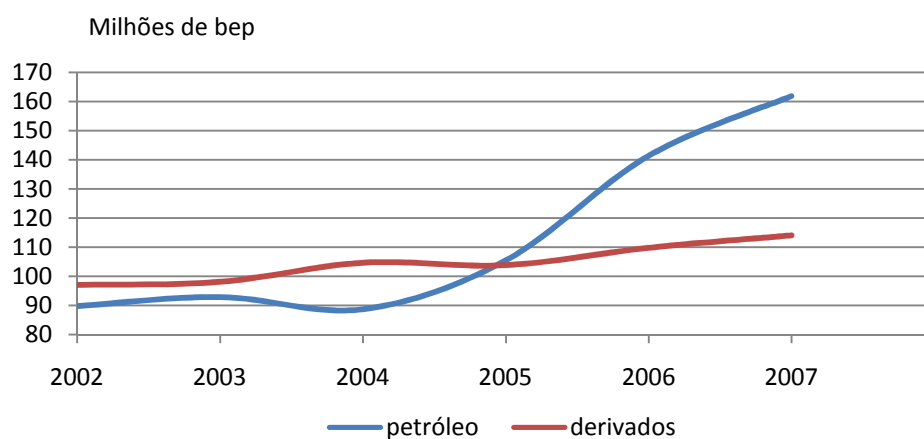
Gráfico 8 – Importação de Petróleo, Derivados e Gás Natural



Fonte: ANP

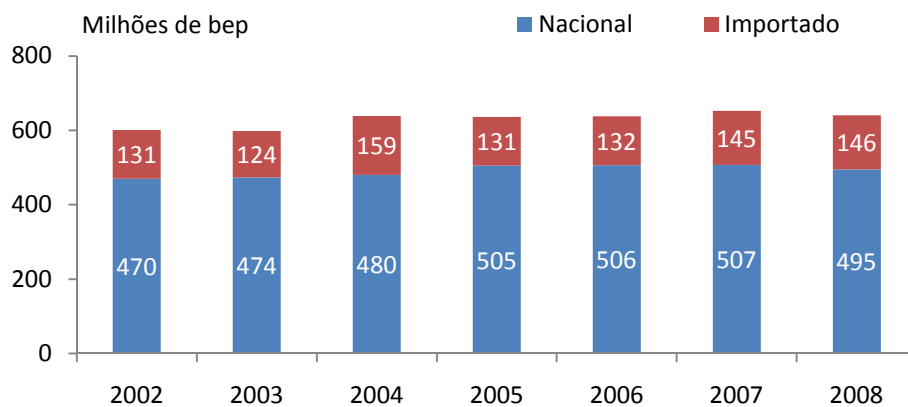
O grande aumento da cotação média do barril de petróleo que, em 2007 era de US\$ 75,30 e passou para US\$ 109,34 em 2008, fez com que as receitas advindas das exportações de óleo cru aumentassem em 53,7%, muito embora o volume exportado tenha sofrido um pequeno acréscimo de 2,8%.

Gráfico 9 – Exportação de Petróleo e Derivados³



Fonte: ANP

Gráfico 10 - Volume de Petróleo Refinado por Origem



Fonte: ANP

³ A partir de novembro de 2006, a série de exportações de derivados passou a incluir os produtos Combustíveis para aeronaves e navios. Desta forma, toda a série, deste 2000, foi refeita.

Tabela 1- Resumo Setorial

bep	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	% 2008/ 2007
Produção de Petróleo – Mar	467.080.273	482.740.276	478.333.413	539.622.856	577.576.163	588.102.732	617.928.762	5,07
Produção de Petróleo – Terra	81.603.906	82.542.251	81.397.075	77.598.108	73.331.901	72.350.547	68.669.684	-5,09
Produção de LNG	11.667.777	14.600.259	15.956.203	20.564.537	22.404.067	21.957.046	22.471.749	2,34
Produção de Gás Natural	98.351.845	100.042.725	107.512.273	112.124.438	112.168.533	114.990.713	136.789.454	18,96
Produção de Derivados – Manguinhos	4.984.751	5.855.133	5.664.220	2.751.103	953.718	444.827	134.054	-69,86
Produção de Derivados – Ipiranga	4.441.348	5.604.374	4.022.990	1.864.869	2.592.313	4.631.224	2.427.926	-47,57
Refino de Petróleo Nacional	470.271.613	473.742.534	480.479.049	505.174.571	506.148.187	507.454.104	495.487.676	-2,36
Refino de Petróleo Importado	131.215.261	124.384.544	158.709.248	131.176.087	132.292.142	145.463.424	145.528.706	0,04
Importação de Petróleo	138.517.634	127.220.608	171.173.312	137.396.103	130.920.923	159.089.833	146.827.204	-7,71
Preço médio do barril de petróleo importado	24,55	30,76	40,47	56,30	69,14	75,36	109,34	45,09
Importação de Gás Natural	33.380.848	37.673.351	51.225.409	56.999.494	62.011.735	65.461.692	71.668.962	9,48
Importação de Derivados de Petróleo	96.100.318	72.897.848	63.454.757	62.268.578	77.254.822	92.141.565	106.053.447	15,10
Exportação de Petróleo	89.817.091	92.891.969	88.686.960	105.464.796	141.408.071	146.827.204	161.909.692	10,27
Exportação de Derivados de Petróleo	59.615.418	63.568.393	69.035.228	66.015.146	109.734.606	114.020.223	106.053.447	-6,99
Consumo Aparente	633.869.622	608.940.621	636.636.369	645.405.703	640.420.915	657.711.809	668.903.693	1,70
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Diesel (+ B2 a partir de 2005)	238.967.997	233.488.175	248.354.843	249.567.010	232.777.305	262.864.634	283.982.513	8,03
Vendas, pelas distribuidoras – GLP	54.433.145	51.181.486	52.413.290	52.096.812	52.862.999	54.135.877	55.007.056	1,61
Vendas, pelas distribuidoras - Gasolina C	117.776.829	113.856.743	120.951.976	123.600.691	125.384.513	126.764.701	131.638.938	3,85
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Combustível	52.556.483	43.036.671	37.566.995	36.528.215	35.577.472	38.338.496	35.896.670	-6,37

Fonte: ANP

3 - ESTUDOS E SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.

A Superintendência de Definição de Blocos (SDB) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem como uma de suas atribuições, segundo a Portaria ANP 160/2004, a função de promover estudos e levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos no sentido de elevar o conhecimento sobre o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras. Para este fim, elabora projetos, licita, contrata e fiscaliza a execução desses estudos e levantamentos necessários ao cumprimento das atividades previstas nos incisos II e III do art. 8º Lei 9.478/97.

Em 2008 a ANP através da SDB esteve dedicada às seguintes frentes de trabalho: os preparativos para a décima rodada de licitação, a aquisição de novos dados, informações e a realização de estudos de geologia e geofísica necessários para viabilizar a continuidade do processo de outorga de concessões a curto, médio e longo prazos, pois, para o sucesso das rodadas de licitações é preciso que os blocos oferecidos representem oportunidades atrativas de investimento no competitivo mercado mundial de áreas exploratórias.

Grande parte das bacias sedimentares brasileiras (em terra) não tem seu potencial petrolífero devidamente avaliado devido à escassez de dados, o que inviabiliza a atração de novos investimentos. A aquisição de novos dados, nesses casos, permitirá que estudos revelem informações mais detalhadas sobre os potenciais sistemas petrolíferos de diversas bacias sedimentares. Informações essas que, ajudando a desvendar o potencial exploratório de vastas áreas do território brasileiro, poderão permitir inclusão de novos blocos nas futuras rodadas de licitações.

A renovação do conhecimento de bacias sedimentares brasileiras e a abertura de novas fronteiras exploratórias é a chave para a descoberta de novas acumulações que irão incrementar as reservas de petróleo e gás natural.

Para fazer frente a este desafio, estão sendo realizados trabalhos de planejamento com projetos relacionados ao Plano Plurianual de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica, a fim de organizar a sequência dos serviços a serem executados, e de modo a garantir recursos e a continuidade dos projetos voltados para a inserção das bacias sedimentares terrestres no cenário petrolífero brasileiro.

3.1 - ESTUDOS PREPARATÓRIOS PARA A DÉCIMA RODADA DE LICITAÇÕES

Em abril de 2008 a ANP realizou um *workshop* sobre a Bacia do Paraná. Este evento teve como objetivo elucidar problemas exploratórios peculiares da região e contou com a participação dos maiores especialistas da ANP, Petrobras, EXXON MOBIL, Observatório Nacional, além de universidades e empresas de aquisição de dados. O evento apresentou excelente resultado, esclarecendo questões técnicas, levantando questões que demandam pesquisa e recomendando as atividades exploratórias mais adequadas à região.

Em julho foi finalizada e submetida ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a nota técnica com os setores e blocos a serem oferecidos na décima rodada.

Nas bacias de elevado potencial, ou seja, nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo (porção marítima), conta-se hoje com apenas 64.084 km² de área concedida (menos de 10%) e uma atividade exploratória ínfima, (14 poços pioneiros perfurados em 2007).

Além disso, a ANP tem reiterado em diferentes momentos a importância da aquisição de dados e informações, assim como da realização de estudos de geologia e geofísica, como forma de melhor definir o potencial das áreas ofertadas nas licitações realizadas por esta Agência, inclusive porque, em futuro próximo, talvez não se tenha mais áreas a licitar nas bacias de elevado potencial, mesmo com mais de 80% da área sedimentar brasileira permanecendo praticamente inexplorada.

Desta forma, com vistas à próxima licitação, estão sendo apresentados para estudo áreas segundo os critérios apresentados a seguir:

Considerou-se como ponto de partida a Resolução CNPE Nº 8, de 21 de julho de 2003 que estabelece:

Compete ao Ministério de Minas e Energia explicitar as políticas e diretrizes a serem implementadas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, na adequação dos procedimentos licitatórios voltados à identificação de novas áreas para investimentos e aumento das reservas e da produção nacional de petróleo e gás natural, visando à sustentabilidade da auto-suficiência nacional na produção de petróleo e gás natural.

Adicionalmente, consideraram-se as premissas fixadas pela Resolução CNPE Nº 5, de 21 de dezembro de 2006, que autorizou os estudos da 9ª Rodada e estabeleceu seus objetivos como sendo a inclusão de:

- I – áreas em Bacias de Elevado Potencial de Descobertas para Gás Natural e Petróleo, com ênfase especial no potencial para a produção de gás natural, visando recompor as reservas nacionais e o atendimento da crescente demanda interna;
- II – áreas em Bacias de Novas Fronteiras Tecnológicas e do Conhecimento, com o objetivo de atrair investimentos para regiões ainda pouco conhecidas geologicamente ou com barreiras tecnológicas a serem vencidas, possibilitando o surgimento de novas bacias produtoras; e
- III – áreas em Bacias Maduras, com a finalidade de oferecer oportunidades a pequenas e médias empresas, em bacias densamente exploradas, possibilitando a continuidade da exploração e a produção de petróleo e gás natural nessas regiões onde essas atividades exercem importante papel socioeconômico.

Foram selecionadas áreas com quantidade de dados e informações que permitissem a avaliação do seu potencial petrolífero.

Segundo os critérios acima descritos, foram submetidas ao CNPE áreas em 12 setores em 10 bacias sedimentares para estudos visando à oferta na Décima Rodada de Licitações. Essas áreas abrangem três bacias terrestres Maduras, cinco de Novas Fronteiras e duas de Elevado Potencial (Campos e Santos), e totalizam uma área de 148.042,64 km², conforme tabela a seguir.

Tabela 2- Resumo das áreas propostas para estudo.

Bacia	Setor	Área (km ²)	Blocos
Campos (Mar)		6.498,21	37
	SC-AR2	3.918,79	22
	SC-AR3	2.579,42	15
Santos (Mar)		10.818,47	62
	SS-AR1	10.818,47	62
Recôncavo (Terra)		701,87	24
	SREC-T3	448,43	15
	SREC-T4	253,44	9
Potiguar (Terra)		1.055,25	35
	SPOT-T4	1.055,25	35
Sergipe-Alagoas (Terra)		1.789,89	58
	SSEAL-T3	1.789,89	58
Amazonas (Terra)		19.089,45	8
	SAM-O	19.089,45	8
Cumuruxatiba (Mar)		13.779,56	23
	SCUM-AP	13.779,56	23
Paraná (Terra)		31.276,61	10
	SPAR-CS	31.276,61	10
Parecis (Terra)		20.667,63	7
	SPRC-L	20.667,63	7
São Francisco (Terra)		42.365,70	20
	SSF-S	42.365,70	20
Total Global		148.042,64	284

Fonte: SDB/ANP

As áreas ofertadas em Bacias Maduras visam ao fomento da pequena e média empresa petrolífera e a manutenção dos postos de trabalho hoje existentes.

As áreas ofertadas em Bacias Terrestres de Novas Fronteiras visam à atração de investimentos exploratórios com vistas à descoberta de gás natural.

As áreas ofertadas em Bacias de Elevado Potencial visam à produção de gás natural e petróleo, com vistas a recompor as reservas nacionais de hidrocarbonetos.

Adicionalmente, o parque fabril brasileiro tem condições de fornecer, se estimulado a tempo, praticamente 100% dos equipamentos necessários à produção dos campos que vierem a ser descobertos nessas áreas.

Os blocos inseridos nos setores em estudo perfazem um total de 148.042,64 km² e estão apresentados a seguir:

1. Elevado Potencial (área total – 17.316,68 km²):

Bacia de Santos – 62 blocos de um setor em água rasa (SS-AR1).

Bacia de Campos – 37 blocos de dois setores de águas rasas (SC-AR2 e SC-AR3).

2. Bacias Maduras (área total – 3.547,01 km²):

Bacia do Recôncavo – 24 blocos de dois setores terrestres (SREC-T3 e SREC-T4).

Bacia Potiguar – 35 blocos de um setor terrestre (SPOT-T4).

Bacia de Sergipe-Alagoas – 58 blocos de um setor terrestre (SSEAL-T3).

3. Novas Fronteiras (área total – 127.178,95 km²):

Bacia do Amazonas – 8 blocos de um setor terrestre (SAM-O).

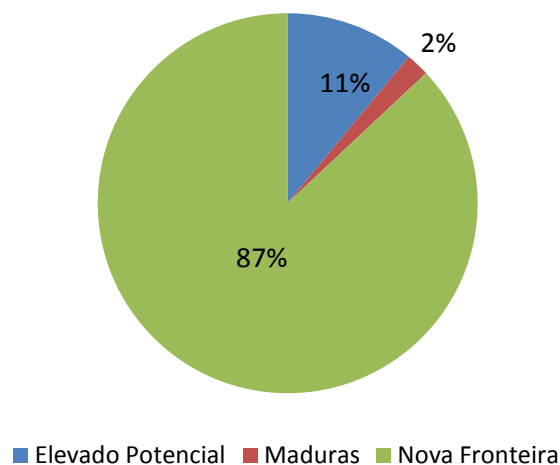
Bacia do Paraná – 10 blocos de um setor terrestre (SPAR-CS).

Bacia do Parecis – 7 blocos de um setor terrestre (SPRC-L).

Bacia de Cumuruxatiba – 23 blocos de um setor de água profunda (SCUM-AP).

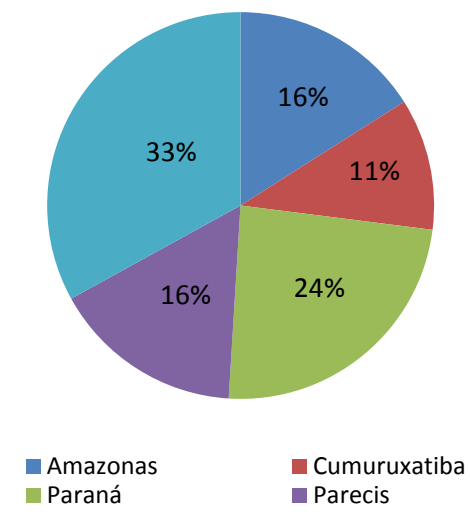
Bacia do São Francisco – 20 blocos de um setor terrestre (SSF-S).

Gráfico 11 - Áreas Sugeridas para Estudo por Tipo de Bacia



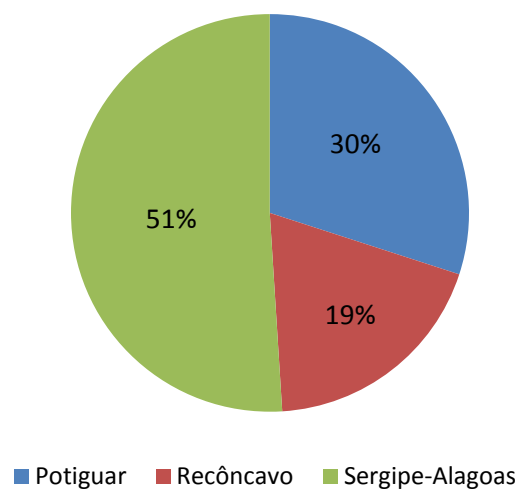
Fonte: SDB/ANP

Gráfico 12 - Áreas de Bacias de Novas Fronteiras Sugeridas para Estudo



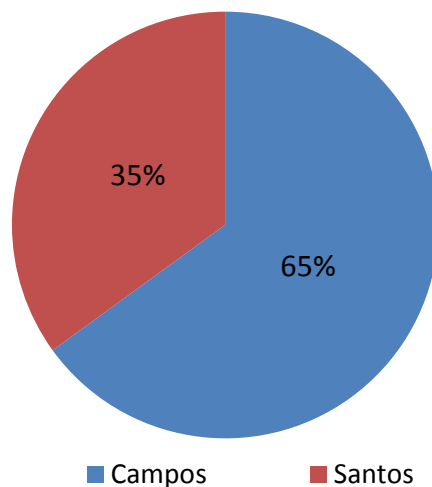
Fonte: SDB/ANP

Gráfico 13 - Áreas de Bacias Maduras Sugeridas para Estudo



Fonte: SDB/ANP

Gráfico 14 - Áreas de Bacias de Elevado Potencial Sugeridas para Estudo



Fonte: SDB/ANP

Em dezembro, como resultado dos estudos desenvolvidos em 2008 foi realizada a Décima Rodada de Licitações, que colocou em oferta blocos em oito setores, totalizando cerca de 70 mil km² em áreas de novas fronteiras e bacias maduras. A área em oferta abrange sete bacias sedimentares: Amazonas, Parecis, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas, São Francisco e Paraná. Foram oferecidos 130 blocos nos seguintes setores, todos em terra conforme Tabela 3.

Mais uma vez, o Plano Plurianual de Geologia e Geofísica da ANP contribuiu para o sucesso da rodada de licitação. Como grande parte das bacias sedimentares brasileiras (em terra) não tem seu potencial petrolífero devidamente avaliado devido à escassez de dados, a aquisição de novas informações proporcionada pelo Plano Plurianual de Geologia e Geofísica da ANP permite que estudos revelem potenciais sistemas petrolíferos de diversas bacias sedimentares. Informações essas que permitem a inclusão de novos blocos nas futuras rodadas de licitações e a atração de novos investimentos como se verificou nas Bacias do São Francisco, Amazonas, Parecis e Recôncavo.

Tabela 3 - Setores Ofertados na 10ª Rodada

Setores Terrestres				
Bacia	Área (km²)	Nº Blocos	Setor	Modelo Exploratório
Amazonas	13.338,59	7	SAM-O	Novas fronteiras
Paraná	13.297,73	5	SPAR-CS	Novas fronteiras
Parecis	14.025,97	6	SPRC-L	Novas fronteiras
São Francisco	26.725,12	12	SSF-S	Novas fronteiras
Subtotal	67.387,41	30	4 setores	-
Potiguar	1.054,58	35	SPOT-T4	Bacias Maduras
Recôncavo	354,98	12	SREC-T3	Bacias Maduras
	253,44	9	SREC-T4	Bacias Maduras
Sergipe-Alagoas	1.320,32	44	SSEAL-T3	Bacias Maduras
Subtotal	2.983,33	100	4 setores	-
Total	70370,74	130	8 setores	

Fonte: SDB/ANP

Em 2005 a ANP realizou Aeromagnetometria na Bacia do São Francisco no valor de R\$ 3.509.126,4, Figura 1. Além de contribuir para a 7ª Rodada, dois blocos que foram licitados na 10ª rodada e que estavam dentro da área levantada arrecadaram R\$ 2.783.131,00 em bônus de assinatura com o compromisso adicional de 1.865 unidades de trabalho referentes ao Programa Exploratório Mínimo (PEM), totalizando mais de R\$ 3.730.000,00 em investimentos nas áreas dos blocos que são assegurados por garantias financeiras.

Figura 1 - Aerolevantamento - Bacia do São Francisco

Aerolevantamento São Francisco

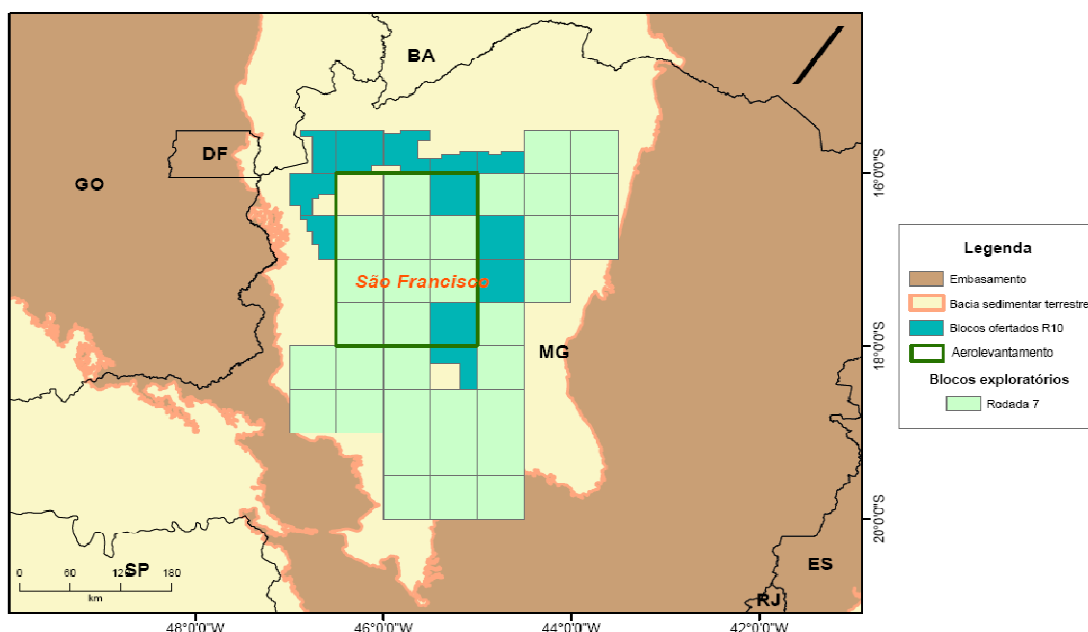
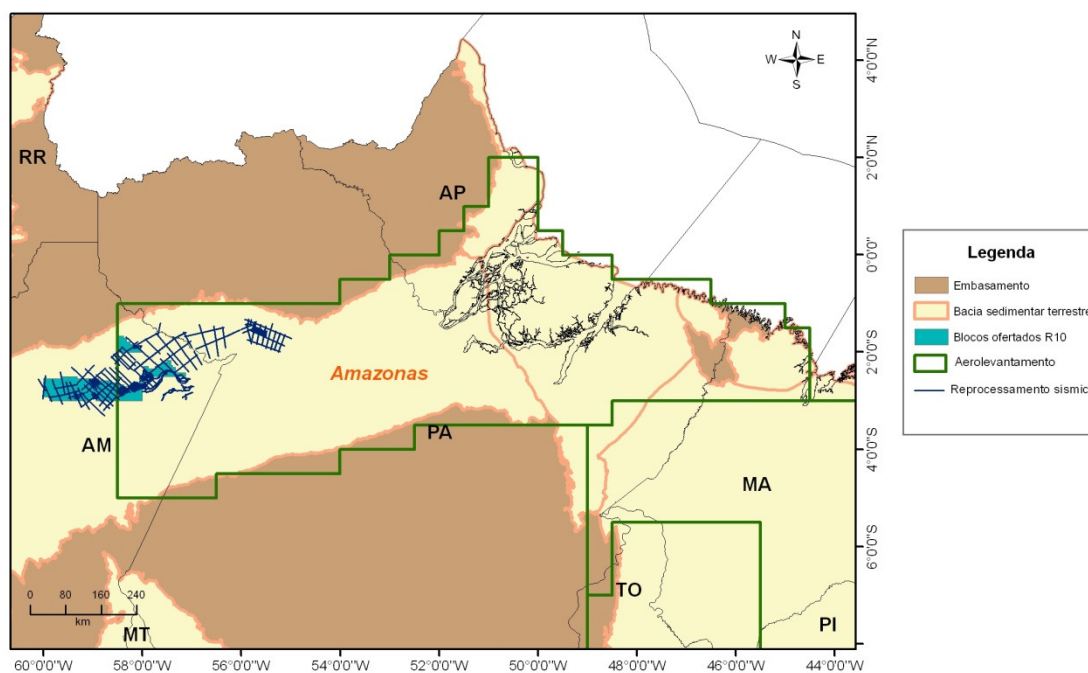


Figura 2 - Aerolevantamento e Reprocessamento - Bacia do Amazonas

Aerolevantamento e Reprocessamento Sísmico Amazonas

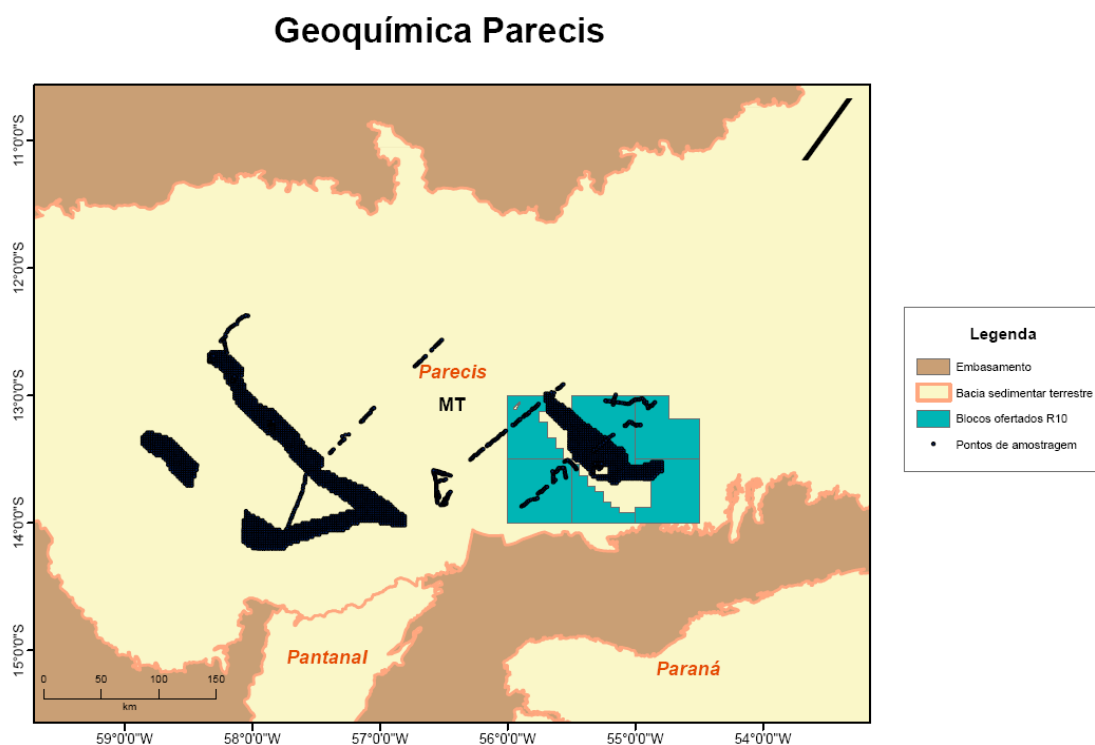


Na Bacia do Amazonas, em 2005, a ANP realizou Reprocessamento de linhas sísmicas no valor de R\$ 2.359.000,00 e em 2006 realizou um Aerolevantamento que abrangeu as Bacias do São Luís, Bragança-Vizeu, Marajó e Amazonas no valor de R\$

29.242.812,50, como pode ser visto na Figura 2. Os blocos licitados na 10ª Rodada na Bacia do Amazonas arrecadaram R\$ 27.963.642,00 em bônus de assinatura, com o compromisso adicional de 15.380 unidades de trabalho referentes ao Programa Exploratório Mínimo (PEM), totalizando mais R\$ 384.500.000 em investimentos nas áreas dos blocos que são assegurados por garantias financeiras.

Na Bacia do Parecis, foi realizado em 2008 uma geoquímica terrestre intitulado “Geoquímica de Superfície e Microbiologia na Bacia do Parecis no valor de R\$ 3.480.000,00, Figura 3. Os blocos licitados na 10ª Rodada na Bacia do Parecis arrecadaram R\$ 19.747.691,00 em bônus de assinatura, com o compromisso adicional de 18.200 unidades de trabalho referentes ao Programa Exploratório Mínimo (PEM), totalizando mais R\$ 73.578.000,00 em investimentos nas áreas dos blocos, assegurados por garantias financeiras.

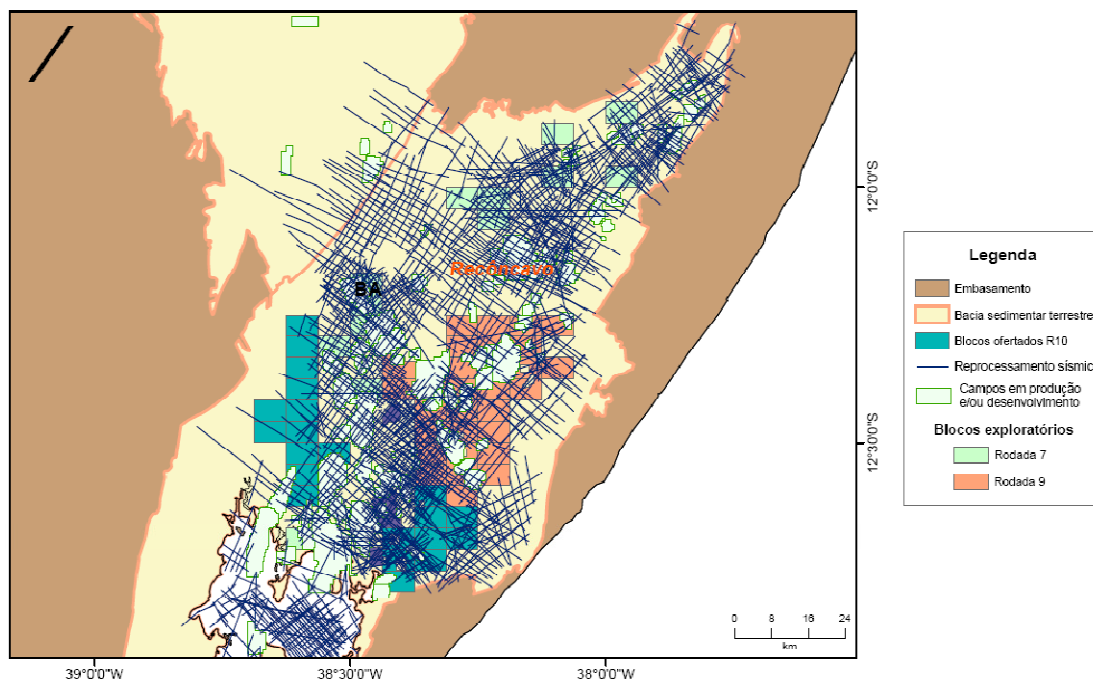
Figura 3 - Levantamento Geoquímico - Bacia do Parecis.



Na Bacia do Recôncavo, em 2005, a ANP realizou um reprocessamento de linhas sísmicas no valor de R\$ 5.040.000,00, Figura 4. Os blocos licitados na 10ª Rodada na Bacia do Recôncavo arrecadaram R\$ 11.115.403,00 em bônus de assinatura com o compromisso adicional de 16.937 unidades de trabalho referentes ao Programa Exploratório Mínimo (PEM), totalizando mais R\$ 33.874.000,00 em investimentos nas áreas dos blocos, assegurados por garantias financeiras.

Figura 4 - Reprocessamento Sísmico - Bacia do Recôncavo

Reprocessamento Sísmico Recôncavo



Os resultados alcançados atendem às diversas demandas de órgãos governamentais, entre os quais a própria ANP, o MME, e demonstram que os investimentos em estudos de geologia e geofísica estimulam de forma significativa os investimentos no setor de petróleo e gás natural.

3.2 - ESTUDOS EM BACIAS SEDIMENTARES

Em 2008, a ANP, no que tange à aquisição de novos dados, informações e a realização de estudos de geologia e geofísica, obteve os seguintes resultados:

Bacia de Pelotas

Foram finalizados dois levantamentos geológicos no ano de 2008. Geoquímica de Assoalho Oceânico na Bacia de Pelotas (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Reavaliação do Sistema Petrolífero da Bacia de Pelotas (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Bacia do Amazonas

Foi concluído em 2008 o Aerolevantamento das Bacias de São Luís, Bragança-Vizeu, Marajó e Amazonas (Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá).

Bacia de Sergipe-Alagoas

Foi concluída em 2008 a Revisão Geológica e Reavaliação dos Sistemas Petrolíferos da Bacia Sergipe-Alagoas: Revisão do Mapeamento Sísmico e Reavaliação do Potencial Exploratório da Sub-Bacia de Pernambuco e sua Relação Com a Sub-Bacia de Alagoas.

Bacia do Recôncavo

Foi concluído em 2008 o Mapeamento dos Sistemas Petrolíferos das Bacias do Recôncavo e Tucano Sul (Bahia)

Bacia de Cumuruxatiba

Foi concluído em 2008 o Mapeamento e Modelagem dos Sistemas Petrolíferos das Bacias de Cumuruxatiba e Espírito Santo/Mucuri.

Bacia do São Francisco

Foi concluído em 2008 o Aerolevantamento - Aquisição de dados gravimétricos na Bacia do São Francisco (Porção Norte) - Foram adquiridos no ano de 2008 todos os 54.000 km lineares de dados aerogravimétricos e aeromagnetométricos contratados. Esse projeto abrangeu uma área equivalente a 244.000 km².

Foi contratado em dezembro de 2008 o Levantamento Sísmico - Bacia do São Francisco - Porção Norte (Bahia) - projeto que tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 1.450 km lineares de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria terrestre associada.

Bacia do Acre

Em 2008 estavam em andamento dois projetos: o Levantamento Geoquímico - Bacia do Acre; nesse levantamento foram adquiridas 2.000 amostras para análises geoquímicas, cobrindo uma área de 31.000 km². Aquisição concluída e análises laboratoriais em andamento. Aerolevantamento - Aquisição de dados gravimétricos e magnetométricos nas bacias do Acre, Madre de Deus e Sul da Bacia de Solimões; foram adquiridos 35.000 km lineares de dados aerogravimétricos e aeromagnetométricos dos 103.000 km contratados, alcançando 35% de execução até o momento. Esse projeto abrangeu uma área equivalente a 160.000 km² de um total de 465.000 km². Em andamento.

Bacia do Parecis

Foi concluído o Levantamento Geoquímico na Bacia de Parecis (Mato Grosso) - Nesse levantamento foram adquiridas 2.400 amostras para análises geoquímicas, cobrindo uma área de 90.000 km². Concluído.

Foi contratado em dezembro de 2008 o Levantamento sísmico - Bacia de Parecis (Mato Grosso) - Projeto que tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 1.500 km lineares de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria terrestre associada.

Bacia do Parnaíba

Está em andamento o Levantamento Sísmico - Bacia do Parnaíba (Piauí) - Nesse levantamento foram adquiridos, no ano de 2008, 1.600 km de sísmica de reflexão. Esse projeto abrange uma área equivalente a 62.000 km². Finalizando aquisição gravimétrica terrestre e recuperação de área.

Foi contratado em dezembro de 2008 o Levantamento geoquímico - Bacia do Parnaíba - Projeto que tem por objeto a coleta de 5.000 amostras de solo para análises laboratoriais e interpretação de dados geoquímicos.

Bacia do São Luis

Foi concluído em 2008 o Levantamento Geoquímico da Bacia de São Luis (Maranhão). Nesse levantamento foram adquiridas mil amostras para análises geoquímicas,

cobrindo uma área de 15.000 km². Esse projeto tem as fases de aquisição e análises laboratoriais concluídas, estando na fase de análise do relatório final.

Bacia do Paraná

Foi contratado em 2008 o Aerolevanteamento, aquisição de dados gravimétricos e magnetométricos na Bacia do Paraná. Projeto que tem por objeto o levantamento de 160.851 km lineares de dados aerogravimétricos e aeromagnetométricos na Bacia do Paraná.

Além disso, foi licitado o projeto de levantamento sísmico em escala regional na Bacia do Paraná. Esse projeto tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 2.155 km lineares de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria terrestre associada e encontra-se em fase de contratação.

Bacia do Jacuípe

Foi licitado em 2008 o Levantamento Geoquímico - Assoalho Oceânico Bacia do Jacuípe (Bahia) - Projeto que tem por objeto a aquisição de dados geoquímicos em amostras de assoalho oceânico na Bacia de Jacuípe, visando identificar e caracterizar a presença de sistemas petrolíferos na bacia, através da detecção de exsudações e/ou microexsudações de óleo e gás em mil testemunhos do tipo *piston core*.

Seguem adiante dois mapas (Figuras 5 e 6) detalhando a situação dos projetos supracitados.

Figura 5 - Projetos Concluídos

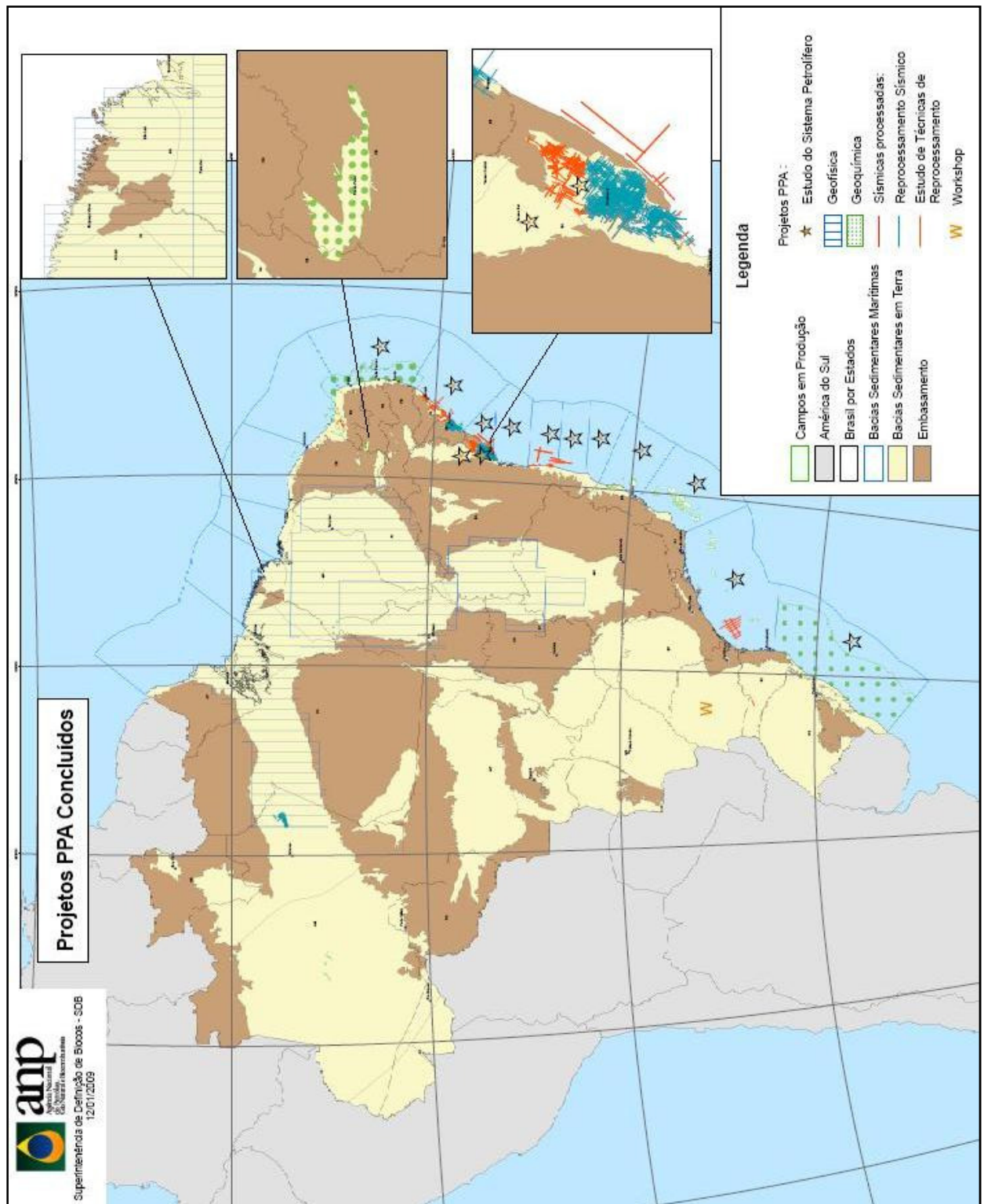
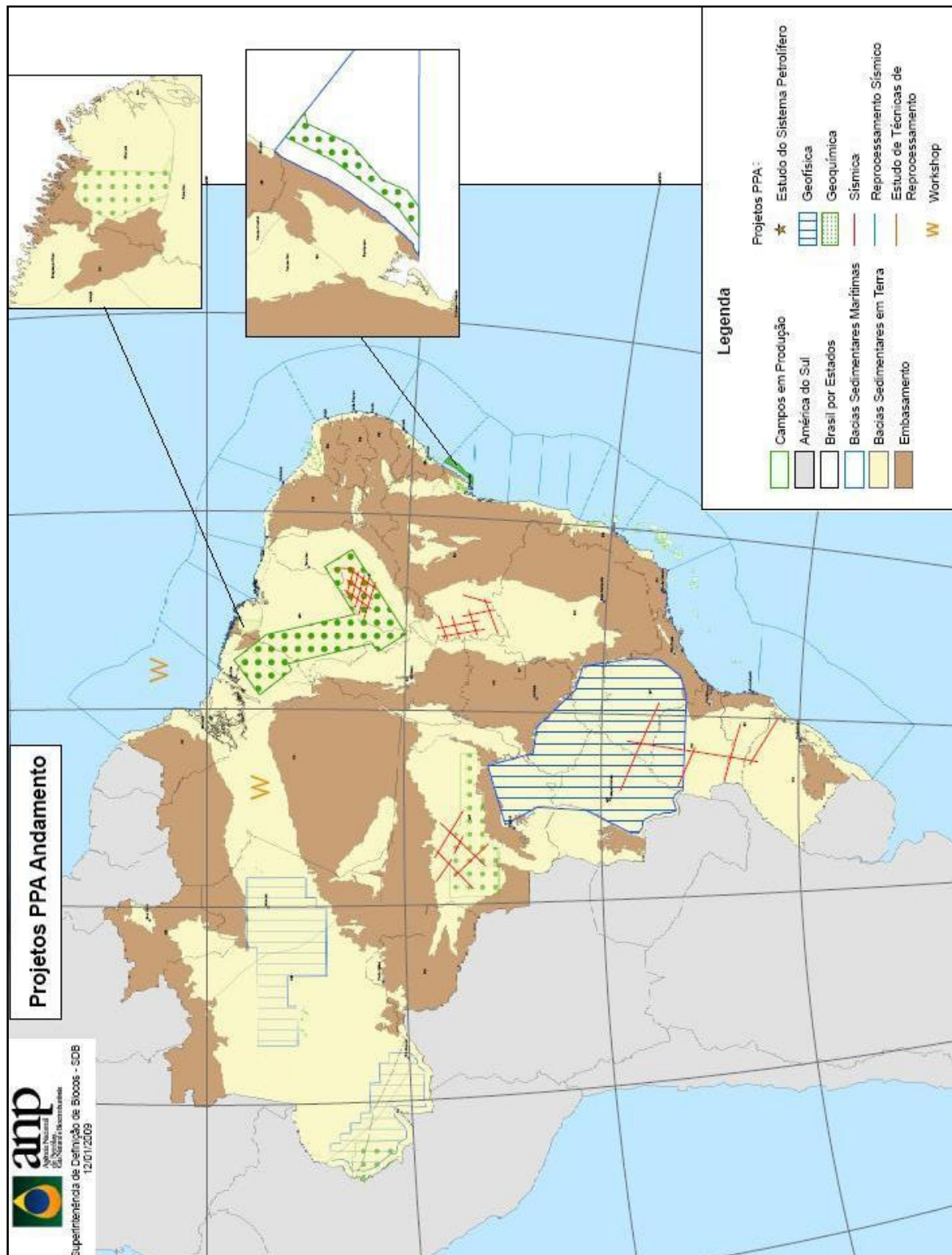


Figura 6 - Projetos em Andamento



4 - GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES SOBRE BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS

A gestão dos dados sobre as bacias sedimentares brasileiras é a principal atribuição da Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos (SDT), e para isso implantou, em maio de 2000, o Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP. Na primeira etapa, instalou-se nesse banco de dados o Centro de Sísmica e Poços, cuja concepção e modelo foram discutidos com a indústria do petróleo, através de um comitê de gerenciamento coordenado pela ANP. Desse comitê participaram empresas de petróleo, de consultoria e de serviços, além de várias instituições universitárias. Os dados foram recebidos das empresas de levantamento e da Petrobras.

Até dezembro de 2008, o acervo de dados geofísicos carregados no Sistema Petro-Bank do BDEP era constituído por 234 fitas contendo dados sísmicos pós-empilhamento, correspondentes a 12,43 Terabytes, 211.330 fitas com dados pré-empilhamento correspondentes a 2,015 Petabytes, 23.962 dados de poços carregados, sendo 20.965 poços com perfis; 6.364 com perfis compostos, 17.713 pastas de poços e 320 programas de métodos potenciais (geofísicos terrestres e aéreos). Nesses totais estão incluídos dados de poços e dados sísmicos adquiridos por empresas de serviços e companhias concessionárias. A evolução do acervo pode ser observada na tabela a seguir:

Tabela 4 – Evolução do Acervo de Dados do BDEP

Descrição	2007	2008	Acréscimo %
Sísmica pós-stack - Terabytes	12,54	12,43	-0,88
Sísmica pré-stack - Petabytes	1,99	2,015	1,26
Poços com perfis	20.626	20.965	1,64
Perfis compostos	5.778	6.364	10,14
Métodos potenciais - programas	346	320	-7,51

Fonte: Relatórios BDEP jan-dez/2008

A variação de dados sísmicos pós-stack em -0,88%, devido à retirada de dados de testes que se encontravam carregados, e a de métodos potenciais, em -7,51%, permitiram melhor atendimento aos usuários do BDEP. Ressalte-se que o atendimento às metas traçadas no PPA depende da realização de levantamentos geofísicos pelas empresas de aquisição de dados, que têm diminuído nos últimos anos. O indicador do Plano de Ação Anual (PAA) da SDT é o acervo de dados em terabytes, que em dezembro de 2008 atingiu a marca de 2.076.

Durante o ano de 2008, foram recebidos 10 relatórios não-exclusivos, com levantamentos geofísicos, reprocessamento de dados sísmicos, e estudos geológicos ou geoquímicos, seis relatórios referentes a dados exclusivos e quatro relatórios de estudos geológicos realizados por iniciativa da ANP.

No ano de 2008, foram outorgadas dez autorizações novas, sendo quatro para aquisição de dados geofísicos e seis para reprocessamento de dados sísmicos 2D e 3D. Também foram prorrogadas treze autorizações, sendo nove prorrogações de autorizações para aquisição de dados geofísicos 2D, 3D e eletromagnéticos. Duas autorizações foram prorrogadas para estudos de dados geoquímicos e outras duas prorrogações de autorização para reprocessamento de dados públicos 2D e 3D.

Outra importante atividade da SDT é o atendimento a consultas do acervo do arquivo técnico, onde estão todos os documentos relativos aos contratos de concessão e relatórios referentes aos poços perfurados, levantamentos geofísicos e estudos geológicos.

A evolução das consultas pode ser vista na tabela a seguir.

Tabela 5 – Evolução das Consultas Realizadas

Ano	Unidades Administrativas											Total
	PRG	SDB	SDP	SDT	SEP	SPG	SPL	CCL	SPP	BDEP	DIR	
2002	11	34	198	41	688	39	133				21	1.165
2003	11	235	288	94	692	658	43				2	2.023
2004		182	465	179	747	9	71		2	1	12	1.668
2005	3	391	59	188	194	12	65					912
2006	1	565	142	464	724	47	64					2.007
2007		259	133	436	744	4	20	5			4	1.605
2008			660	364	924	24	20	48			12	2.478
Total	26	1.666	1.945	1.766	4.713	793	416	53	2	1	51	11.858

Fonte: SDT/ANP

A quantidade de consultas acima descritas não reflete a sua totalidade tendo em vista que podem ser realizadas na própria *intranet*, sem necessariamente passar pelo arquivo técnico.

O número de documentos recebidos pelo arquivo técnico evoluiu da seguinte forma:

- 2004 - 3.636
- 2005 - 4.411
- 2006 - 5.468
- 2007 - 5.127
- 2008 - 5.717

totalizando 23.271 documentos no período. Devido ao crescimento do acervo, foi necessária a ampliação do espaço para armazenamento.

Foram realizadas 47 solicitações de dados por universidades, em 2008, segundo levantamentos realizados pela área técnica.

A tabela a seguir apresenta as atividades consolidadas de recuperação de dados em 2008. Os dados de sísmica estão em gigabytes, e os demais (poços, métodos potenciais), em unidades. O atendimento interno à ANP está contabilizado por superintendência.

Tabela 6 - Dados fornecidos às empresas associadas ao BDEP

		POÇOS					SÍSMICA	
		PERFIL DE POÇO	PERFIL COMPOSTO	PASTA DE POÇO	AGP	CURVAS BÁSICAS EM LAS	POS EMPILHAMENTO	PRÉ EMPILHAMENTO
ANP (INTERNO)	SDT	516	256	287	377	11	9,3250	0,0000
	SDB	322	463	355	338	29	695,8843	26,0740
	SPL	0	0	0	0	0	2,0579	0,0000
	SEP	34	224	55	207	0	42,8794	0,0000
	TOTAL - ANP (INTERNO)	872	943	697	922	40	750,1466	26,0740
TOTAL - NÃO ASSOCIADOS		14	52	13	2	353	25,2380	478,4419
CLIENTES ASSOCIADOS AO BDEP	ANP1 ANADARKO PETRÓLEO LTDA	118	116	115	0	0	0	0
	ANP1 BG E & P BRASIL LTDA	23	23	21	2	0	15,6937	0
	ANP1 CHEVRON BRASILEIRA DE PETRÓLEO	22	109	93	1	0	0	1706,14
	ANP1 DEVON ENERGY DO BRASIL LTDA	94	156	135	3	72	23,0461	1768,525
	ANP1 EL PASO ÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA	34	36	33	22	0	0,2259	121,809
	ANP1 ENCANA BRASIL PETRÓLEO LTDA	5	29	33	0	50	0	0
	ANP1 ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA	38	37	34	0	0	15,7654	1908,875
	ANP1 FUGRO GEOSOLUTIONS LTDA	3	3	2	1	0	0,0542	24,064
	ANP1 HESS BRASIL PETRÓLEO LTDA	73	95	102	7	27	5,5623	0
	ANP1 HYDRO BRASIL PETRÓLEO LTDA	12	11	10	0	11	0	0
	ANP1 KERR-MCGEE PETRÓLEO LTDA	1	0	0	0	0	0	0
	ANP1 MAERSK OIL BRASIL LTDA	0	187	241	3	187	0	543,0065
	ANP1 OGX PETRÓLEO E GÁS LTDA	42	40	35	12	0	0,2027	0
	ANP1 PERENCO PETRÓLEO E GÁS LTDA	0	56	51	0	54	0	0
	ANP1 PGS INVESTIGAÇÃO PETROLÍFERA LTDA	0	30	18	8	106	146,5771	0
	ANP1 REPSOL YPF BRASIL LTDA	39	55	57	0	1	0	0
	ANP1 SHELL BRASIL LTDA	80	38	48	1	0	0	0
	ANP2 BG E & P BRASIL LTDA	12	12	12	0	0	43,5705	0
	ANP2 BP BRASIL LTDA	29	32	32	1	5	3,8754	0
	ANP2 PROJECTMANN CONSULT. PARTICIP. LTDA	0	0	0	0	0	0	0
	ANP2 TOTAL E & P DO BRASIL LTDA	13	9	8	0	9	0	0
	ANP3 BRAZALTA BRASIL NORTE COMUNICAÇÃO	0	0	2	0	79	0,7623	103,1436
	ANP3 CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	0	0	0	0	0	0	0
	ANP3 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	0	231	108	160	135	16,2291	42,691
	ANP3 ENI OIL DO BRASIL S.A	8	7	0	0	1	0	0
	ANP3 STARFISH & GAS LTDA	0	24	22	2	20	0	45,902
	TOTAL - ASSOCIADOS AO BDEP	646	1336	1212	223	757	271,5647	6264,1555

Fonte: Relatórios mensais do BDEP.

Tabela 7 - Dados fornecidos às empresas associadas ao BDEP

		POÇOS					SÍSMICA		MÉTODOS POTENCIAIS				
		PERFIL DE POÇO	PERFIL COMPOSTO	PASTA DE POÇO	AGP	CURVAS BÁSICAS EM LAS	PÓS EMPILHAMENTO (GB)	PRÉ EMPILHAMENTO (GB)	GRAVIMETRIA	MAGNETOMETRIA	AERO GRAVIMETRIA	AERO MAGNETOMETRIA	GAMA ESPECTROMETRIA
ANP E NÃO ASSOCIADOS	DADOS PRÉ-98	677	762	600	805	322	418,6928	390,5642	4	3	3	11	1
	DADOS PÓS-98	209	221	93	1	46	346,4502	31,3727	4	5	0	5	1
	TOTAL	886	995	710	924	393	775,3846	504,5159	10	8	3	18	2
CLIENTES ASSOCIADOS AO BDEP	DADOS PRÉ-98	398	485	433	66	386	13,9911	1257,738	0	0	3	5	0
	DADOS PÓS-98	248	851	779	157	371	257,5736	5006,418	5	1	0	0	0
	TOTAL	646	1336	1212	223	757	271,5647	6264,156	5	1	3	5	0
TOTAL	DADOS PRÉ-98	1075	1247	1033	871	708	432,6839	1648,302	4	3	6	16	1
	DADOS PÓS-98	457	1072	872	158	417	604,0238	5037,79	9	6	0	5	1
	TOTAL	1532	2331	1922	1147	1150	1046,949	6768,671	15	9	6	23	2

Fonte: Relatórios mensais do BDEP.

Foram realizados investimentos no BDEP, em 2008, com a aquisição de *hardware*, assim como com a readequação elétrica para instalação dos novos equipamentos adquiridos no final de 2006. Foi realizada uma nova licitação para aquisição de servidores com arquitetura *Power 5* e *Power 6*, e foi concluído o processo para aquisição de novos *drives* de fitas, para melhorar o desempenho dos projetos em curso como *re-master* e análise.

Acrescenta-se ainda a participação do núcleo de informática da ANP na gestão da área de Tecnologia da Informação do BDEP.

Em relação ao Convênio com a CPRM para gestão do BDEP, cabe acrescentar sua renovação em dezembro de 2008, somente aditivando o valor para 2009, dando continuidade ao novo convênio iniciado em dezembro de 2006, com vigência de até cinco anos. Continua a atuação do Comitê Gestor para o BDEP com participação da ANP e da CPRM, sob a presidência do Superintendente da SDT, o que tem ajudado na condução dos trabalhos realizados naquele Banco de Dados.

Foi dada continuidade ao processo de transferência dos contratos sob gestão da CPRM para a ANP, como já acontece com a Halliburton e IBM. Foi concretizada a licitação para manutenção do sistema de incêndio com gás FM 200, assim como foram formalizados os processos para as licitações de armazenagem de mídias e prestação de serviços de limpeza e de conservação nas dependências do BDEP.

A alocação de novos servidores da ANP no BDEP aumentou ainda mais o processo de inserção na gestão, contando inclusive com a transferência de outros contratos para a gestão da SDT/ANP.

No ano de 2008, houve várias reuniões em torno de um grupo de especialistas da SDT para elaborar soluções visando a criação do Banco de Rochas. Estabeleceu-se a partir dessas reuniões estreita relação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com interlocução com professores do Instituto de Geologia. Uma proposta feita pela UFRJ foi a de ceder um terreno (cessão de direito de terreno por 50 anos), na Ilha do Fundão, junto ao Instituto de Geologia e ao Cenpes/Petrobras. Ainda em 2008 foi elaborado um anteprojeto para construção do Centro de Rochas e Fluidos e sua execução estaria subordinada à elaboração de um convênio com a UFRJ, com base na cessão de direito do terreno. No final de 2008, procuraram-se alternativas, além da UFRJ, independentemente de se firmar um convênio com essa instituição para apoio técnico-científico na implantação de um Banco de Rochas da ANP.

Outra atribuição da SDT, relacionada com a área de Geoprocessamento, é a geração de mapas e imagens, conforme destacados na tabela a seguir.

Tabela 8 – Geração de Mapas e Imagens por Áreas

Áreas	Mapas	Shapes	Geração de Imagens	Georreferenciamento de Imagens
AIC	1			
Assessoria Legislativa	11			2
Diretoria	32	5		6
CTC	1			
NFP	17			
NIN	7			
SCI	11			
SCM	25			
SDB	6	2	2	7
SDP	10		29	
SDT	111	36 ⁴		
SEP	148	27		
SPL	47	3	9	
SPP		2		
SBQ			6	
10ª Rodada	18	11	4	
3ª Rodada de Acumulações	2	2		
Gerais	14	46		
Atualização de Blocos e Campos		40		

Fonte: Relatórios mensais do BDEP.

⁴ Inclui o BDEP

5 - PROMOÇÃO DE LICITAÇÕES

Segundo a Lei nº 9.478, de 1997 – Lei do Petróleo, todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil pertencem à União, cabendo sua administração à ANP. As atividades de exploração e produção efetuadas pelas empresas concessionárias deverão ser exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitações promovidas por esta Agência, por intermédio da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL).

Atualmente os hidrocarbonetos apresentam expressiva participação na matriz energética nacional. A continuidade das atividades exploratórias e a descoberta de novas reservas têm importância estratégica para garantir, no caso do petróleo, a compensação ao declínio da produção dos atuais campos produtores e, no caso do gás natural, a redução da dependência externa.

Diante desse contexto, destaca-se a importância das atividades de planejamento, promoção e execução das rodadas de licitações exercidas pela SPL, as quais se encontram descritas ao longo deste capítulo, particularmente as relativas ao ano de 2008.

5.1 - DÉCIMA RODADA DE LICITAÇÕES DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS

Atendendo à Resolução nº 10 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), publicada no D.O.U., em 18 de setembro de 2008, a ANP realizou a Décima Rodada de Licitações para áreas exploratórias de petróleo e gás natural em bacias de novas fronteiras exploratórias e bacias maduras, em áreas fora do pré-sal, com os objetivos de promover o conhecimento das bacias sedimentares, de desenvolver a pequena indústria petrolífera e de fixar empresas nacionais e estrangeiras no País, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

A Décima Rodada de Licitações ofertou blocos em oito setores, totalizando cerca de 70 mil km² em áreas de novas fronteiras e bacias maduras, abrangendo sete bacias sedimentares: Amazonas, Parecis, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas, São Francisco e Paraná. Foram oferecidos 130 blocos, todos em terra. Das áreas inicialmente planejadas para serem ofertadas, deixaram de ser incluídos 32 blocos das bacias de Araripe, Pernambuco-Paraíba e Paraná por razões técnico-ambientais.

Um dado positivo da Décima Rodada está na participação de número expressivo de empresas nacionais em setores classificados como de novas fronteiras e bacias maduras. Ainda que sua contribuição não tenha o potencial para alterar significativamente os grandes números da produção nacional, existem realidades regionais e mesmo locais que podem ser significativamente melhoradas por meio dessas novas explorações. Igualmente significativa é a possibilidade de consolidação de um setor composto de pequenas, médias e grandes empresas privadas nacionais.

5.2 - PROMOÇÃO DA DÉCIMA RODADA

A estratégia para a promoção da Décima Rodada de Blocos Exploratórios foi representada pela realização de audiências públicas com seminários técnico-ambiental e jurídico-fiscal, *workshops* acadêmicos e foros regionais e internacionais, que visaram atrair o interesse de empresas nacionais, inclusive as que não são do setor de petróleo e gás natural, ao mesmo tempo em que procuraram disseminar o conhecimento do assunto junto às populações locais. Além disso, a divulgação foi feita também pelo sítio das rodadas na *internet* e pelos meios de comunicação convencionais.

5.2.1 - Seminários Técnico-Ambiental e Jurídico-Fiscal

O Seminário Técnico-Ambiental da Décima Rodada destacou as oportunidades das áreas colocadas em oferta, abrangendo bacias maduras e novas fronteiras conhecidas como áreas de maior risco exploratório. Objetivou-se ampliar os investidores de pequenas e médias empresas e promover o conhecimento das bacias sedimentares e, fixar empresas nacionais e estrangeiras no País, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

Os interessados puderam, posteriormente, participar de uma sessão de esclarecimentos sobre a questão ambiental, contando ainda com o apoio de representantes de órgãos estaduais presentes ao seminário. A respeito dos temas técnicos de cada bacia incluída na rodada, os especialistas da ANP detalharam os aspectos geológicos considerados favoráveis à descoberta de petróleo e gás natural.

O Seminário Jurídico-Fiscal destacou a estabilidade das regras que vêm sendo estabelecidas pela Agência ao longo de sucessivas rodadas. Enfatizou a realização e formalização da série prevista de eventos, como meio de divulgar e expor ao escrutínio público todos os passos tomados para a realização da Décima Rodada, fortalecendo-se, assim, o processo público e transparente.

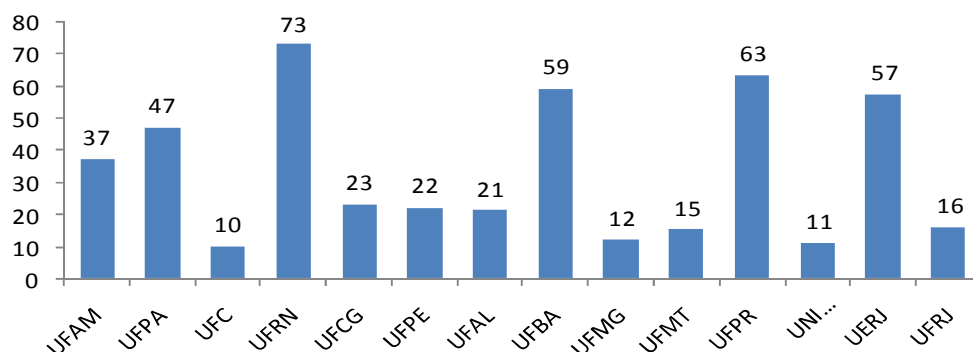
5.2.2 - *Workshops* Acadêmicos

Com o intuito de estreitar ainda mais a relação com o meio universitário foi realizado pelo segundo ano consecutivo o *Workshop* Acadêmico, desta vez para a divulgação da Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural.

O *workshop* teve como objetivo estimular a reflexão no ambiente acadêmico sobre os benefícios das rodadas de licitações, o papel da ANP, a produção de energia, o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Espera-se também ampliar a percepção favorável desse público, tradicionalmente formador de opinião na sociedade, acerca do processo licitatório conduzido pela Agência.

Realizado entre os dias 21 de outubro e 1º de dezembro de 2008, o *workshop* abrangeu 14 universidades públicas localizadas em 13 estados brasileiros, com a participação de aproximadamente 500 pessoas, entre estudantes, professores e profissionais do setor (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Workshops Acadêmicos - Participantes por Universidade



Fonte: SPL/ANP

Em cada uma dessas universidades foram feitas as seguintes apresentações:

- do institucional da ANP e de benefícios para a sociedade;
- das áreas em oferta na Décima Rodada de Licitações;
- dos procedimentos licitatórios adotados pela Agência.

Por fim, como forma de avaliar e aprimorar o *workshop* acadêmico para a divulgação de futuras rodadas de licitações, foi enviada uma pesquisa de avaliação aos professores responsáveis pela organização do evento, nas universidades. As respostas foram extremamente positivas. Para mais de 80% dos entrevistados os objetivos centrais do *workshop* foram atendidos plenamente, e todos, sem exceção, manifestaram interesse na realização de novas edições do evento.

5.2.3 – Foros Regionais

Os foros regionais, encontros com as comunidades empresariais estaduais, tiveram como objetivo reforçar os laços dos agentes responsáveis pelo fornecimento de bens e prestação de serviços locais com as futuras atividades de exploração e produção, decorrentes da concessão de blocos da Décima Rodada.

Foram realizados três foros regionais, nas seguintes localidades:

- Salvador, Bahia, em 10 de novembro de 2008;
- Natal, Rio Grande do Norte, em 20 de novembro de 2008;
- Manaus, Amazonas, em 26 de novembro de 2008.

Além dos foros regionais, foi realizado um encontro com as federações de indústrias em Minas Gerais (FIEMG) e Mato Grosso (FIEMT), em 11 de novembro e 12 de novembro respectivamente.

5.2.4 – Foros Internacionais

Uma série de apresentações internacionais sobre as áreas em oferta na Décima Rodada, bem como um panorama das diretrizes adotadas para concessão de blocos exploratórios, foi realizada no mês de novembro de 2008.

Os eventos, dedicados ao esclarecimento de possíveis investidores estrangeiros, foram desenvolvidos como parte de uma iniciativa do Ministério das Relações Exteriores para a divulgação de oportunidades de negócios no País.

Foram realizados quatro foros internacionais nas seguintes localidades:

- Lisboa, Portugal, em 3 de novembro de 2008;
- Londres, Inglaterra, em 4 de novembro de 2008;
- Madri, Espanha, em 6 de novembro de 2008;
- Frankfurt, Alemanha, em 10 de novembro de 2008.

5.3 - APRIMORAMENTO DO PROCESSO DAS RODADAS

Diante do quadro de evolução e perspectivas futuras otimistas para o setor de petróleo no Brasil, aliado à participação de um número cada vez maior de empresas nas rodadas de licitações, faz-se necessário que o processo licitatório seja aprimorado constantemente, de forma a acompanhar tais mudanças. Essas melhorias têm por objetivo principal tornar o processo mais focado na eficiência e transparência para o sucesso da rodada. Neste sentido, a SPL criou a área de mapeamento e aprimoramento dos processos internos da Superintendência, visando à certificação do processo da Rodada de Promoção de Licitação.

5.3.1 - Sistemas Informatizados de Apoio às Rodadas

Dando continuidade ao processo iniciado em 2007, os sistemas Sistema de Análise de Ofertas (SAOF) e o Gerador de Ofertas (GEOF) foram aprimorados de acordo as necessidades detectadas ao longo do ano. O SAOF é o sistema utilizado em toda fase de habilitação e apuração das ofertas recebidas nas rodadas de licitações, e o GEOF é o sistema disponibilizado para as empresas gerarem as ofertas. Esses programas foram desenvolvidos pelo núcleo de informática (NIN) da ANP com apoio da SPL no planejamento e homologação.

Foram desenvolvidos, também, relatórios de acesso automático ao SIGEP para o sítio www.brasil-rounds.gov.br, permitindo a consulta pela *internet* a diversas informações constantes nesse sistema, tais como coordenadas, blocos devolvidos e blocos sob concessão.

Essas melhorias permitiram facilitar a consulta aos dados em questão, além de integrá-los a todas as outras informações disponíveis no sistema, agilizando e aprimorando o fluxo das atividades dos processos da Superintendência de Promoção de Licitações.

5.3.2 – Período Exploratório e Programa Exploratório Mínimo (PEM)

Como inovação, para a Décima Rodada, houve o aumento do tempo da fase exploratória (primeiro e segundo períodos exploratórios), principalmente para as bacias maduras e, introduzido o Programa Exploratório Mínimo (PEM), por bloco. O PEM deve ser cumprido integralmente durante o primeiro período da fase de exploração, que pode variar entre três e cinco anos, dependendo do setor.

O tempo (em anos) da fase exploratória e a oferta de PEM mínimo por bloco foram determinados com base na duração média (em meses) das principais atividades integrantes do PEM e de seus respectivos custos declarados através do Plano Anual de

Trabalho (PAT) e Orçamento Anual de Trabalho (OAT), armazenados no Sistema de Gerenciamento de Exploração e Produção (SIGEP). Foram consideradas as atividades de gravimetria e magnetometria, levantamentos sísmicos, reprocessamento sísmico e perfuração. Assim como, o tempo demandado para a fase do planejamento, logística, aquisição de licenças ambientais e interpretações.

Ofertas de PEM inferiores ao mínimo solicitado para cada bloco não seriam aceitas. A apresentação de ofertas dessa natureza ocasionaria a desclassificação da empresa ou consórcio ofertante e somente seriam aceitas as ofertas de PEM expressas em números inteiros de Unidades de Trabalho. Os novos valores dos períodos exploratórios e PEM estão sumarizados na Tabela 9.

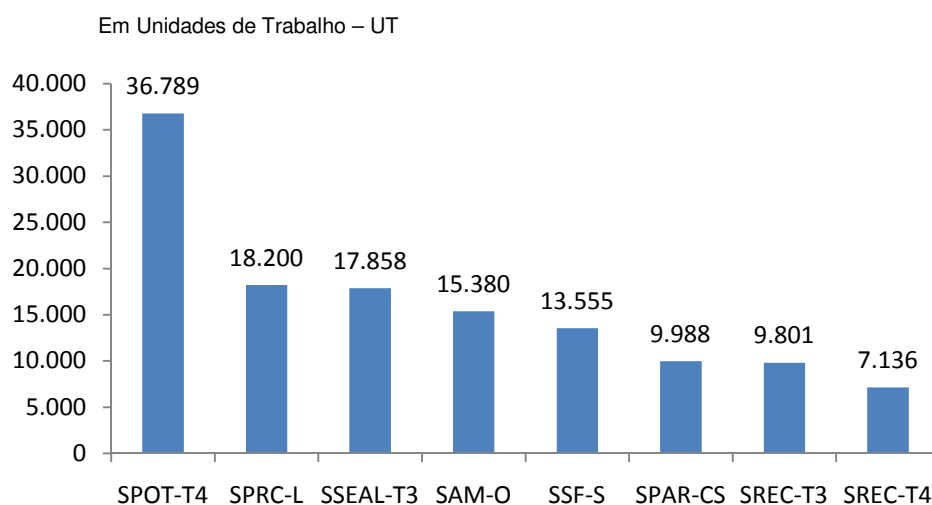
Tabela 9 – Fase Exploratória e PEM por Bloco

Bacia/Setores Oferecidos	Oferta mínima de PEM / Bloco	Fase Exploratória (anos)
Amazonas - SAM-O	250	5+2
Paraná - SPAR-CS	850	4+2
Parecis - SPRC-L	850	4+2
Potiguar - SPOT-T4	308	3+2
Recôncavo - SREC-T3 e SREC-T4	308	3+2
São Francisco - SSF-S	850	4+2
Sergipe-Alagoas - SSEAL-T3	308	3+2

Fonte: SPL/ANP

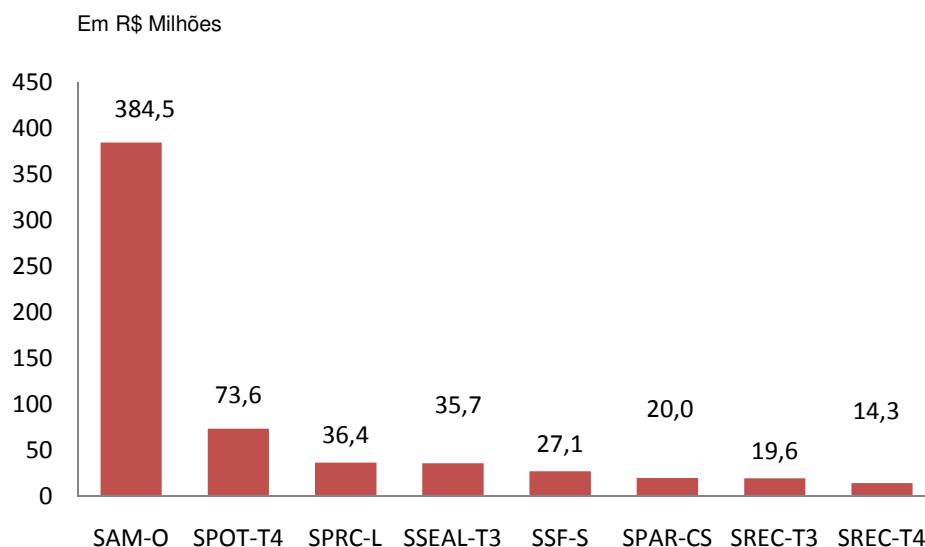
Os gráficos 16 e 17 ilustram o Programa Exploratório Mínimo ofertado em unidades de trabalho assim como o valor dos investimentos mínimos a serem realizados na fase de exploração por setor da 10ª Rodada.

Gráfico 16 - Programa Exploratório Mínimo Ofertado na 10ª Rodada de Licitações



Fonte: SPL/ANP

Gráfico 17 - Investimento Mínimo por Setor da 10ª Rodada de Licitações



Fonte: SPL/ANP

5.3.3 – Critérios de Habilitação para Participar da 10ª Rodada de Licitações

Como inovação, na 10ª Rodada houve um aumento dos valores do Patrimônio Líquido (PL) mínimo exigido para que uma empresa possa ser qualificada, tecnicamente, nas categorias A, B ou C, conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Patrimônio Líquido Mínimo

Qualificação da Empresa	Patrimônio Líquido Mínimo Exigido
Operadora A	Maior ou igual a R\$ 50 milhões
Operadora B	Maior ou igual a R\$ 20 milhões
Operadora C	Maior ou igual a R\$ 2 milhões
Não Operadora	Maior ou igual a R\$ 1 milhão

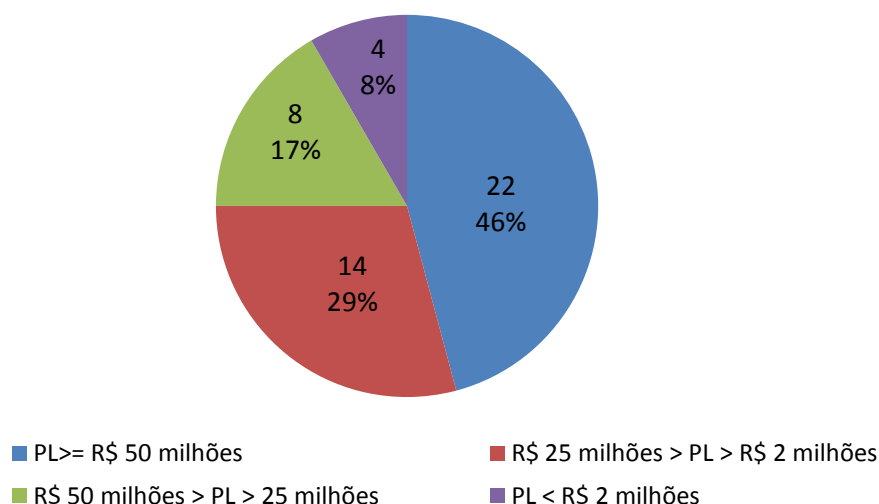
Fonte: SPL/ANP

O critério utilizado para a definição destes novos valores foi o custo médio da perfuração de um poço, que é uma atividade que a empresa obrigatoriamente terá que executar no segundo período exploratório do contrato de concessão. Assim, é razoável assumir que a empresa deva possuir um capital não inferior a este valor para que seja capaz de assumir os compromissos.

Das 48 empresas qualificadas pela Comissão Especial de Licitação na Décima Rodada, 22 possuíam um PL maior ou igual a R\$ 50 milhões, 8, entre R\$ 20 milhões e R\$ 50 milhões, 14, entre R\$ 2 milhões e R\$ 20 milhões e 4 possuíam PL inferior a R\$ 2 milhões. O Gráfico 18 ilustra a composição percentual desses quatro grupos no total das empresas habilitadas.

Com o propósito de restringir a participação nas rodadas às empresas que realmente se comprometam e possuam condições de assumir os compromissos ofertados, outra medida adotada foi a elevação do valor das garantias de oferta. Na Nona Rodada, a garantia exigida para os blocos em terra era de R\$ 15 mil. Já na Décima, este valor passou a ser de R\$ 50 mil.

Gráfico 18 - Classificação das Empresas Habilitadas quanto ao Patrimônio Líquido



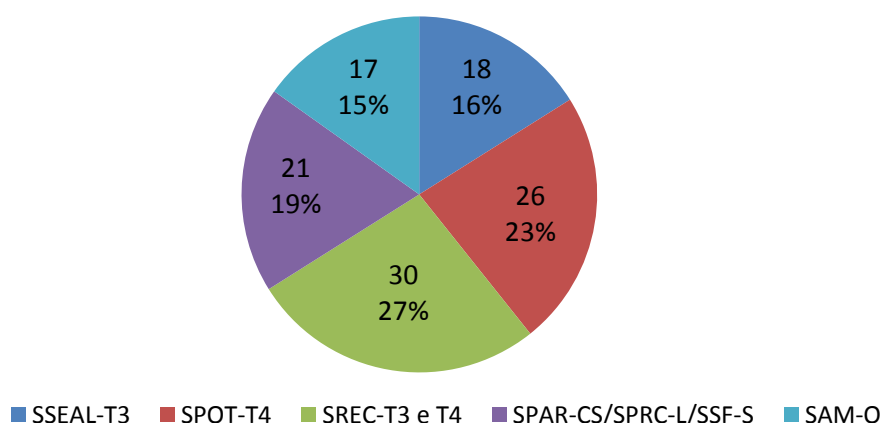
Fonte: SPL/ANP

5.4 - RESULTADOS DA DÉCIMA RODADA

Os 130 blocos somavam uma estimativa refletida no total de bônus mínimo de assinatura no montante de R\$ 24,6 milhões, segundo estudos realizados pela área técnica da ANP. Além do valor esperado, referente ao recolhimento total do bônus mínimo, considerando o arremate de todos os blocos, os investimentos mínimos esperados, somente na fase exploratória, seriam de R\$ 144,4 milhões.

Das 52 empresas que manifestaram interesse na rodada, 43 pagaram a taxa de participação para alguma área em oferta, contudo 40 foram habilitadas a apresentar ofertas. Conforme se observa no gráfico 5, as áreas de maior interesse, nas Bacias Maduras, foram Recôncavo (SREC-T3 e T4) e Potiguar (SPOT-T4) que tiveram, respectivamente, 30 e 26 empresas efetuando o pagamento. Em seguida, Sergipe-Alagoas (SSEAL-T3), com 18 empresas. Com relação às áreas de Novas Fronteiras, o pacote contemplado por São Francisco (SSF-S), Parecis (SPRC-L) e Paraná (SPAR-CS) teve maior interesse, com 21 empresas efetuando o pagamento e, em seguida, Amazonas (SAM-O), com 17 empresas. O pagamento relativo à Taxa de Participação totalizou R\$ 3.955.000,00.

Gráfico 19 – Quantidade de Empresas que Pagaram a Taxa de Participação



Fonte: SPL/ANP

Em números agregados, dos 130 blocos ofertados na rodada, 54 blocos foram arrematados, somando uma área de 48 mil km², frente ao total de 70 mil km² em oferta. Foram 48 empresas qualificadas pela Comissão Especial de Licitação (31 brasileiras e 17 de origem estrangeira). Dessas, 40 empresas foram habilitadas por esta Agência, isto é, puderam apresentar oferta.

Na licitação, 23 empresas apresentaram ofertas individuais ou em consórcio. Obtiveram êxito 17 delas (das quais 12 brasileiras), com ofertas que totalizaram R\$ 89,4 milhões em bônus de assinatura.

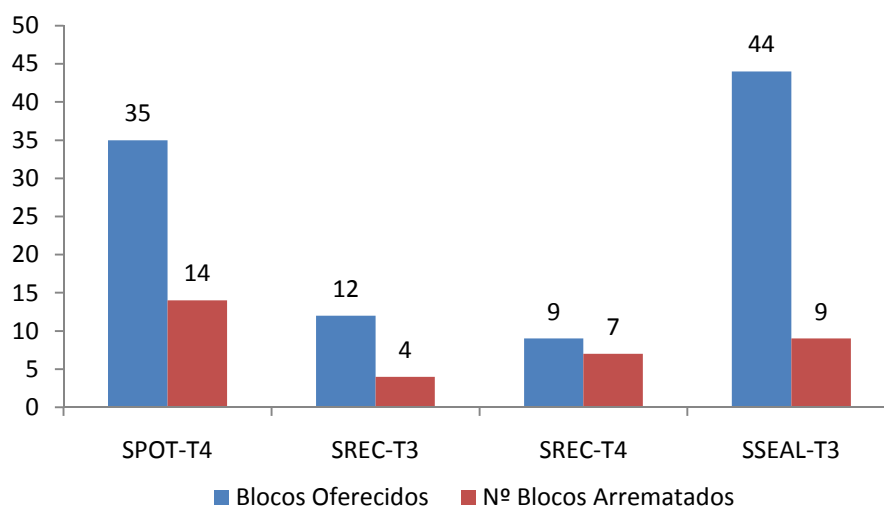
Além do bônus, com peso de 40% na nota final dos licitantes, outro quesito, o chamado Programa Exploratório Mínimo, também com peso de 40%, somou um acumulado de 128.707 Unidades de Trabalho, o que pode ser convertido para um valor estimado de R\$ 611,2 milhões de investimentos mínimos a serem despendidos durante a fase de exploração.

Um total de 38 envelopes foram abertos contendo 92 ofertas individuais ou provenientes de consórcios na Décima Rodada. Os setores colocados em ofertas agruparam-se, diferentemente das rodadas anteriores, conforme a Resolução nº 10 do CNPE, em dois modelos exploratórios distintos com os títulos autoexplicativos de 'Bacias Maduras' e de 'Novas Fronteiras'.

No setor "Bacias Maduras" foram oferecidos 100 blocos em 4 setores, isto é, mais de 75% do total dos blocos. Foram 35 blocos na bacia de Potiguar, 21 blocos na Bacia do Recôncavo (Setores SREC-T3 e SREC-T4) e 44 blocos na Bacia de Sergipe-Alagoas, como se observa no gráfico 6.

Dos 100 blocos oferecidos, 34 foram arrematados, dos quais 14, em Potiguar, 11, no Recôncavo (Setores SREC-T3 e SREC-T4) e 9 em Sergipe-Alagoas. O êxito, medido em termos percentuais, foi maior no Recôncavo (52% dos blocos oferecidos foram arrematados) do que em Potiguar (40%) e Sergipe-Alagoas (20%). Estes setores tiveram um resultado agregado tímido, seja em termos do que foi arrematado (apenas 34 blocos ou 34% do ofertado), seja no índice de disputa (60 ofertas para 100 blocos oferecidos).

Gráfico 20 - Blocos Oferecidos e Arrematados da 10ª Rodada de Licitações
Setor “Bacias Maduras”



Fonte: SPL/ANP

Por outro lado, os blocos arrematados nas bacias maduras somaram bônus de R\$ 39,2 milhões (44% do total) e um acumulado de Programa Exploratório Mínimo de 71.584 Unidades de Trabalho, o que pode ser convertido para um valor estimado de R\$ 143,2 milhões de investimentos mínimos durante a fase de exploração.

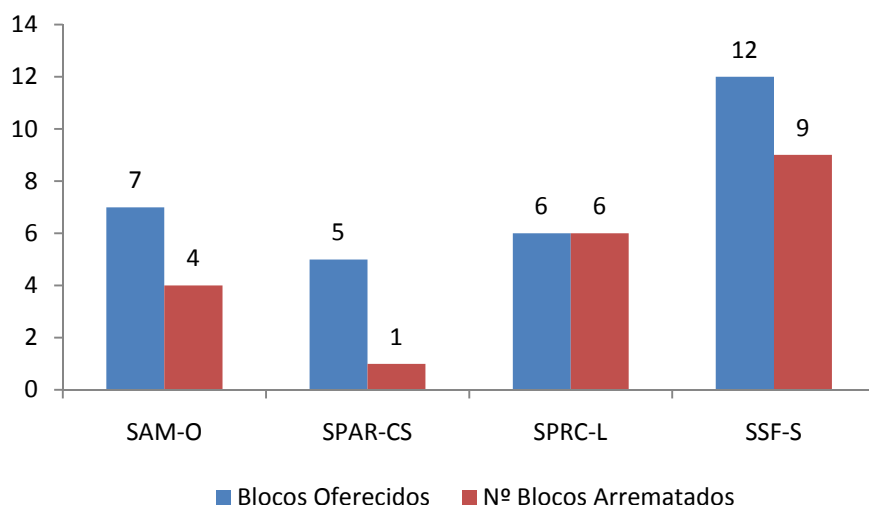
No modelo “Novas Fronteiras” foram oferecidos 30 blocos em quatro setores, isto é, 23% do total dos blocos ofertados, como se verifica no Gráfico 21. Foram sete blocos na bacia do Amazonas (Setor SAM-O), cinco blocos na Bacia do Paraná (SPAR-CS), seis blocos na Bacia do Parecis (SPRC-L) e 12 blocos na Bacia de São Francisco (SSF-S).

Dos 30 blocos oferecidos, 20 foram arrematados, sendo quatro no Amazonas, um no Paraná, seis no Parecis e nove em São Francisco. O êxito, medido em termos percentuais, foi maior em Parecis (100% dos blocos oferecidos foram arrematados) e São Francisco (75%), em relação à Amazonas (57%) e Paraná (20%).

Os setores desse modelo tiveram um resultado agregado ótimo, seja em termos do que foi arrematado (20 blocos ou 67% do ofertado), seja no índice de disputa (32 ofertas para 30 blocos oferecidos).

Os blocos arrematados nas bacias de novas fronteiras somaram bônus de R\$ 50,2 milhões (56% do total) e um acumulado de Programa Exploratório Mínimo de 57.123 Unidades de Trabalho, o que pode ser convertido para um valor estimado de R\$ 468,0 milhões de investimentos mínimos a serem realizados durante a fase de exploração.

Gráfico 21 - Blocos Oferecidos e Arrematados da 10ª Rodada de Licitações
Setor "Novas Fronteiras"



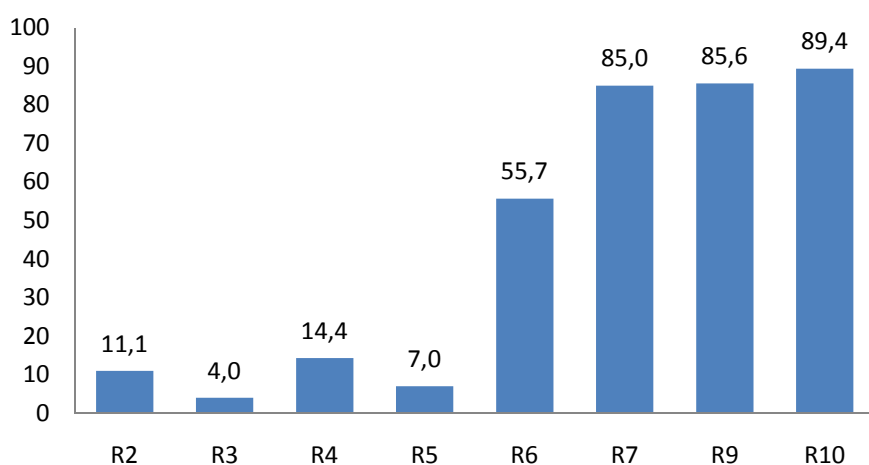
Fonte: SPL/ANP

A assinatura dos contratos desta rodada está marcada para abril de 2009. Este mês foi definido de forma a dar às empresas um prazo razoável para que consigam obter e apresentar à ANP a documentação necessária para a formalização dos compromissos assumidos.

Vale ressaltar que apesar de ter sido uma rodada exclusivamente de blocos terrestres, o resultado foi excelente, um dos melhores se comparado com o resultado das rodadas passadas de áreas terrestres. Nesta Rodada, a Agência conseguiu recorde em todos os quesitos.

O bônus de assinatura terrestre arrecadado (R10 = R\$ 89.406.927,00) foi o melhor dentre todas as rodadas (de R2 a R9), conforme se verifica no Gráfico 22. Na primeira rodada de licitações não foram ofertadas áreas terrestres.

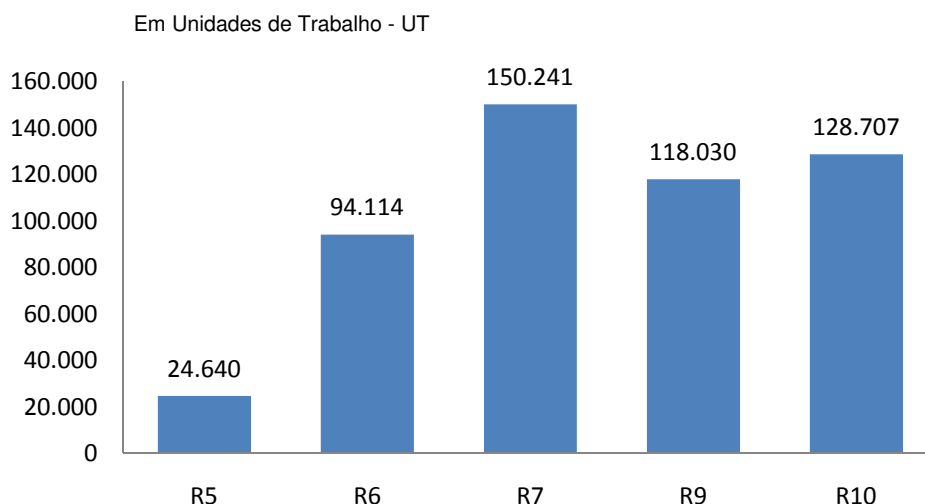
Gráfico 22 – Bônus Arrecadado
(em R\$ Milhões)



Fonte: SPL/ANP

O Programa Exploratório Mínimo, em Unidades de Trabalho (UT), ofertado (R10 = 128.707 UT) foi o segundo maior dentre as Rodadas já realizadas, como se verifica no Gráfico 23. O maior PEM foi obtido na 7ª Rodada (R7 = 150.241). Vale ressaltar que o número de blocos arrematados na 7ª Rodada foi 4 vezes superior ao da 10ª Rodada. As Rodadas 1, 2, 3 e 4 não foram contempladas porque o Programa Exploratório Mínimo em Unidades de Trabalho não fazia parte da oferta de licitação.

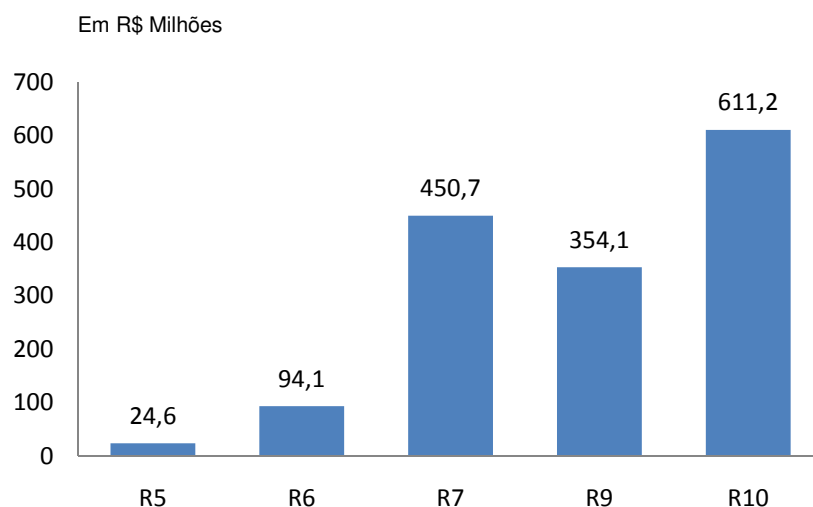
Gráfico 23 – Programa Exploratório Mínimo



Fonte: SPL/ANP

Os investimentos totais estimados na fase exploratória também superaram todas as expectativas, chegando a R\$ 611,2 milhões, nesta 10ª Rodada (R10), tendo sido o maior obtido até então, como se observa no Gráfico 24.

Gráfico 24 - Investimento Previsto para Fase Exploratória



Fonte: SPL/ANP

5.5 - ATIVIDADES EM COOPERAÇÃO COM OUTRAS ÁREAS

A Décima Rodada de Licitações contou com a colaboração de diversas áreas da Agência, além da Comissão Especial de Licitação (CEL), criada para conduzir o certame, e teve também a participação de membros da sociedade.

A SPL também participa do Comitê de Cessão de Direitos, composto por todas as superintendências do *upstream*, que analisam as solicitações das empresas, antes de o pleito ser submetido à decisão da Diretoria Colegiada. Compete à SPL verificar se as empresas cessionárias estão qualificadas para a Rodada para a qual pretendam assumir os direitos. Caso não esteja, cabe à SPL realizar sua qualificação, baseando-se nos critérios estipulados no edital da Rodada em questão. Estão envolvidos na realização desse trabalho os técnicos da SPL responsáveis pelas áreas técnica, jurídica e financeira, solicitando, quando necessário, o apoio da Procuradoria Federal.

Em 2008, 100 blocos foram objetos de cessão de direitos, sendo que 98 foram qualificados e dois encontram-se pendentes, aguardando o envio de documentação adicional. Esses números ilustram o crescimento da utilização desta modalidade no setor de petróleo brasileiro, nos últimos anos.

6 - EXPLORAÇÃO

A Superintendência de Exploração (SEP) é responsável, no âmbito das atribuições da ANP, pela gestão dos contratos de concessão, na fase de exploração, das áreas licitadas para exploração de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares brasileiras.

Ao final de 2008, havia 264 contratos (445 blocos) ativos em fase de exploração, sendo um oriundo da primeira concessão à Petrobras – Rodada 0 (reflexo da Lei 9.478/97), dois oriundos da Primeira Rodada de Licitações, nove da 2ª Rodada, 15 da 3ª Rodada, 17 da 4ª Rodada, dez da 5ª Rodada (33 blocos), 37 da 6ª Rodada (90 blocos), 71 da 7ª Rodada (170 blocos), 102 de 9ª Rodada (108 blocos), além de seis áreas de acumulações marginais, sendo uma da 1ª Rodada de Áreas Inativas com Acumulações Marginais (realizada junto com a 7ª Rodada) e cinco da 2ª.

Ao final de 2007, havia 200 contratos (451 blocos) sob concessão. Percebe-se que o número de contratos aumentou, enquanto o número de blocos se manteve mais ou menos estável. Tal ocorrência se deve ao fato de que os contratos do 9ª Rodada assinados ao longo de 2008 contêm em sua maioria apenas um bloco, além do fato de ter ocorrido devoluções ao longo de 2008.

Nos blocos exploratórios e acumulações marginais, ao final de 2008, 55 empresas estavam operando contratos de concessão no País. Dos 264 contratos ativos e assinados, 147 (227 blocos) eram operados por empresas que não a Petrobras.

Em 2008 foram realizadas atividades exploratórias em 159 dos blocos concedidos, e em 61 planos de avaliação de descoberta (PA).

Foram perfurados 195 poços exploratórios no País (137 em terra e 58 no mar), conforme tabela a seguir, onde a linha denominada “Outros” engloba apenas poços de extensão e jazida mais profunda.

Tabela 11 – Poços Exploratórios Perfurados no Brasil em 2008

Categoria	Terra	Mar
Pioneiro	91	26
Pioneiro Adjacente	19	8
Outros	27	24
Total	137	58

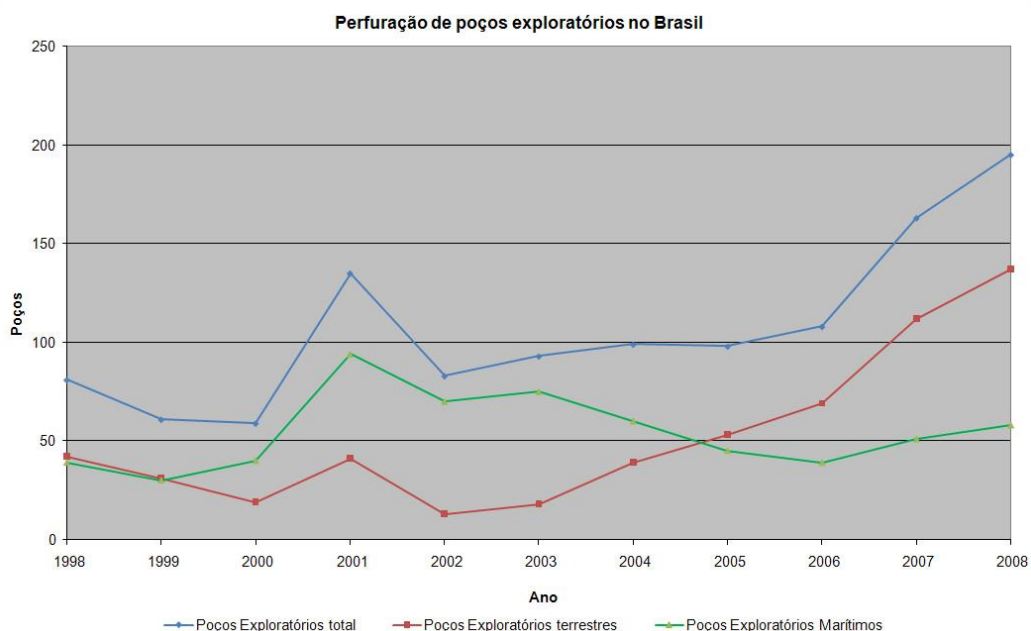
Fonte: SIGEP/ANP

Além disso, foram executados 33 programas geofísicos de caráter exclusivo. Esses levantamentos somam aproximadamente 3.800 km de linhas sísmicas 2D e 6.600 km² de sísmica 3D em blocos exploratórios concedidos. Também foram realizados 13 programas de aquisição de amostras para análise geoquímica.

Pode-se perceber um aumento expressivo na atividade exploratória em relação a anos anteriores, principalmente no que diz respeito a poços exploratórios em blocos terrestres. Esse aumento pode ser atribuído à necessidade do início da atividade em áreas concedidas nas rodadas de licitação mais recentes, que, aliada ao aumento nos preços do petróleo em nível internacional que vigorou durante boa parte do ano, estimula

o incremento nas atividades de exploração de hidrocarbonetos. O Gráfico 25 exibe a evolução do número de perfurações de poços exploratórios no Brasil ao longo dos últimos 10 anos. Quanto aos levantamentos sísmicos, o número também sofreu grande incremento, conforme demonstrado na Tabela 12⁵. Este efeito se deu em virtude principalmente do início da atividade em blocos marítimos oriundos da 9ª Rodada.

Gráfico 25 – Poços Exploratórios Perfurados no Brasil



Fonte: SIGEP

Tabela 12 – Evolução na Produção Obtida em Levantamentos Sísmicos Proprietários

Ano	Sísmica 2D (km)	Sísmica 3D (km ²)
2008	3.800	6.600
2007	650	2.400
2006	520	2.500
2005	220	1.650
2004	3.250	1.900

Fonte: SIGEP/ANP

Em 2008, foram recebidas e aprovadas 133 notificações de descoberta de hidrocarbonetos, divididas em blocos de 11 bacias sedimentares distintas (ressalta-se que um mesmo poço pode ter mais de uma Notificação enviada), contrastando com 86 em 2007.

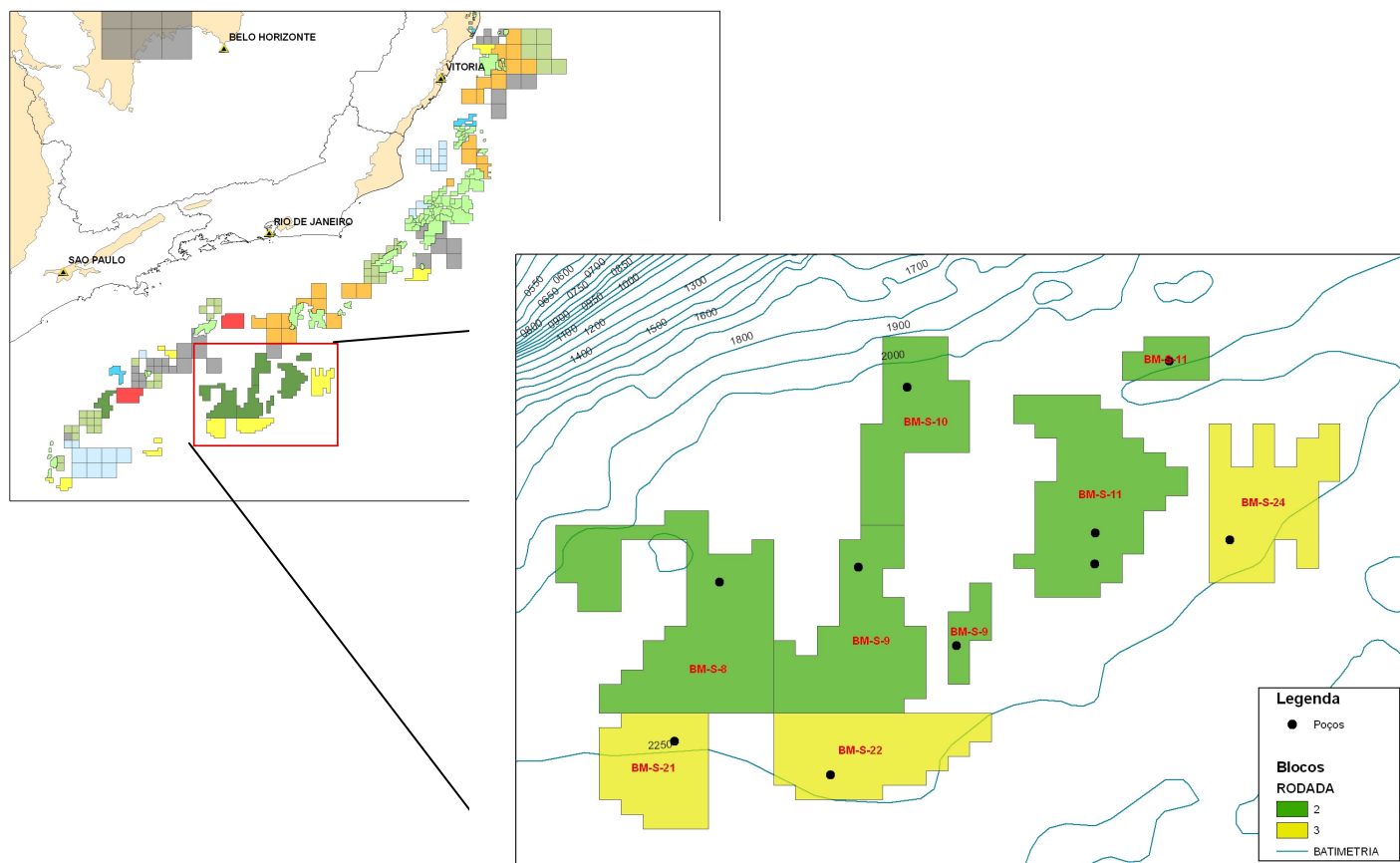
⁵ - Estes números referem-se apenas a levantamentos sísmicos proprietários; os não proprietários são cadastrados pela SDT.

Como resultado dessas novas descobertas, foram aprovados 25 novos Planos de Avaliação de Descoberta.

Como resultado de planos de avaliação de descobertas (não necessariamente os aprovados em 2008), houve 25 declarações de comercialidade, o que representou um aumento de reservas da ordem de 40 milhões de barris de óleo e 9 bilhões de m³ de gás natural, apenas referentes a novos campos de produção e anexações. O volume pouco expressivo decorre do fato de a grande maioria das declarações se ter originado de blocos terrestres, em bacias maduras, onde as maiores descobertas já foram feitas. As maiores reservas declaradas foram no campo de Camarupim Norte, operado pela Petrobras, e na área anexada ao campo de Pinaúna, operado pela El Paso, ambos campos de gás marítimos. Tais valores não consideram aumento de reserva oriundo de novas interpretações e descoberta de novas zonas em campos já existentes.

Foram perfurados, em 2008, 13 poços exploratórios atingindo a camada pré-sal, nas Bacias de Campos e Santos, sendo notificadas descobertas em 12 deles. Foram submetidos Planos de Avaliação nos blocos BM-S-9, BM-S-11 e BM-S-21, juntando-se aos já existentes no BM-S-9, BM-S-10 e BM-S-11. Os dados sísmicos e de poço adquiridos nesta região são alvo de análise pela SEP, para embasar as discussões técnicas sobre o tema. O mapa da Figura 7 exibe a região de maior interesse na camada pré-sal, o chamado *cluster* da Bacia de Santos, com os poços perfurados até hoje. Outra região em destaque no pré-sal é o chamado “Parque das Baleias”, para o qual também houve Planos de Avaliação submetidos, nos campos de Jubarte e Cachalote. Iniciou-se a produção de hidrocarbonetos no Teste de Longa Duração do poço 1-BRSA-108A-ESS.

Figura 7 – Cluster do Pré-sal na Bacia de Santos



Foram devolvidas áreas de 128 blocos exploratórios, sendo 110 integralmente e 18 parcialmente. Entre as devoluções há blocos cujas parcelas já haviam se transformado em campos de produção e outros que ainda ficaram com áreas retidas como Plano de Avaliação ou mesmo campos de produção.

Nas áreas com acumulações marginais, 18 delas entraram 2008 com contrato em vigor (três já haviam sido devolvidas), 12 declararam comercialidade, dois foram devolvidas e quatro permanecem com contrato ativo na fase de avaliação.

Ao longo do ano, deu-se intenso processo de análise e aprovação de planos de avaliação de descobertas e declarações de comercialidade, além de análises técnicas que resultaram em adaptações de Programas Exploratórios Mínimos (PEM), suspensões de período exploratório (devido a problemas de licenciamento ambiental, dificuldades em perfurações em certas situações, realização de testes de formação em curso, entre outros motivos), aprovações de Declarações de Comercialidade, entre outras ações.

Quanto aos PEM e prazos exploratórios, as solicitações de ajuste foram tecnicamente embasadas pelo corpo técnico da Agência e submetidos ao processo de aprovação pela Diretoria.

Foram também elaborados os pareceres técnicos para cessões de direitos, liberação de garantias financeiras, aprovações de Planos de Avaliação e Declarações de Comercialidade, entre outros assuntos.

Deu-se subsídio à Coordenadoria de Conteúdo Local (CCL) para a verificação do cumprimento, pelos operadores de contratos de concessão com Fase Exploratória en-

cerrada, da percentagem comprometida na oferta para aquisição dos blocos destes contratos.

Do ponto de vista de suporte, fiscalização e monitoramento de atividades exploratórias, foram realizadas atividades de fiscalização em levantamentos sísmicos e perfuração de poços, em terra e mar, cobrindo 41 blocos exploratórios; e reuniões em órgãos governamentais como IBAMA e MME, além da participação em audiências públicas, envolvendo questões como licenciamento ambiental e as Rodadas de Licitação.

Foi dado prosseguimento junto ao Núcleo de Informática da especificação as demandas da SEP com relação ao sistema SIGEP, de fundamental importância na gestão dos contratos de concessão e análise das atividades exploratórias. As modificações, correções e novas funcionalidades vêm sendo implementadas já em um ritmo bem superior ao que vigorava em anos anteriores.

Também foi elaborada uma nova versão dos documentos que constam na página da ANP na *internet* para relacionamento dos operadores com a SEP, o chamado Catálogo de E&P, a fim de sintonizá-los com as necessidades atuais da Superintendência e com as adaptações no SIGEP.

Outro evento significativo foi a finalização da montagem da sala de visualização e a aquisição dos programas de processamento sísmico (SPW) e de interpretação sísmica (Geographix). Essas aquisições, aliadas à compra, no ano anterior, de quatro estações de trabalho, permitem a visualização e interpretação de linhas sísmicas adquiridas pelos operadores, além da modelagem geológica do subsolo. Essas ações fornecem maior subsídio para a análise técnica dos compromissos exploratórios, com o objetivo de aumentar a fiscalização e o retorno à sociedade dos contratos de concessão de áreas situadas nas bacias sedimentares brasileiras.

Foram realizadas, nestas novas estações, as primeiras modelagens geológicas de reservatório, a partir de interpretação de cubos sísmicos, do Campo de Maromba, na Bacia de Campos, e do pré-sal do Parque das Baleias. Tais modelagens agregaram valor às atividades da SEP, conferindo maior autonomia e equiparando a capacidade de análise da SEP com os operadores.

7 - DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO

A ANP faz a gestão dos contratos de concessão nas etapas de desenvolvimento e produção, pautada nas atividades atribuídas à Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP), dentre as quais:

- a) fazer cumprir a regulamentação técnica e as melhores práticas de engenharia relativas às operações de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural e à preservação ambiental;
- b) analisar o desempenho técnico-operacional dos concessionários, buscando estabelecer referências para o controle da produção, tanto no que se refere aos padrões operacionais quanto aos benefícios a serem auferidos pela sociedade;
- c) aperfeiçoar o instrumental regulatório para desenvolvimento e produção; e
- d) aperfeiçoar a aferição do desempenho da Superintendência.

A rotina anual da unidade inclui a análise, processamento de informações e aprovação, quando é o caso, dos Boletins Mensais de Produção (BMP), dos Programas Anuais de Trabalho (PAT) e Programas Anuais de Produção (PAP), do Boletim Anual de Reservas (BAR), dos Planos de Desenvolvimento (PD), da cessão de direitos de campos, da anexação de áreas a campos, da mudança de limites de campos, da análise dos acordos de individualização da produção, dos relatórios de perfuração, completação e abandono e da notificação de perfuração de poços exploratórios.

Mensalmente as informações do BMP são enviadas para o MME e internamente para as superintendências de Planejamento e Pesquisa (SPP) e Participações Governamentais (SPG); esta última utiliza esses dados para o cálculo e pagamento das participações governamentais. São publicados na *Internet*, até 15 de fevereiro, os dados de Reservas de Petróleo e Gás Natural obtidos do BAR e, no mesmo veículo, os sumários dos PD quando aprovados. A Superintendência fornece anualmente dados para o anuário estatístico e faz a gestão dos dados de produção no SIGEP.

7.1 - CONTROLE DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

A análise da totalidade dos Programas Anuais de Trabalho e Produção (PAT/PAP), referentes a 354 campos em produção e desenvolvimento em 2008, e de parte significativa dos Boletins Mensais de Produção (BMP) permitiu melhoria substantiva do controle das atividades de produção de petróleo e gás natural, uma vez que é possível verificar problemas e inconsistências com maior celeridade nos dados recebidos e propor correções e ajustes necessários.

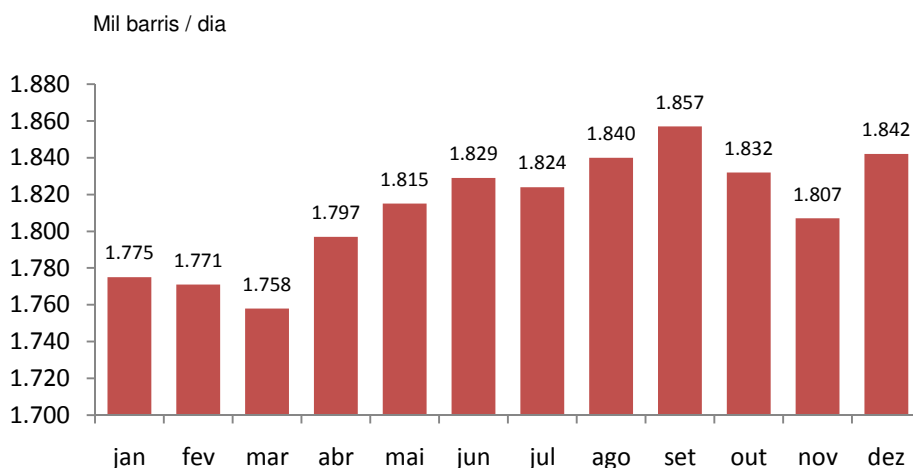
Tabela 13 – Campos em Desenvolvimento e Produção - 2008

Etapa	Localização	Nº de Campos
Desenvolvimento	Mar	42
	Terra	26
Total de campos em desenvolvimento		68
Produção	Mar	72
	Terra	214
Total de campos em produção		286
Total Geral		354

Fonte: SIGEP/ANP

A produção de petróleo no ano de 2008 apresentou um incremento de aproximadamente 25 milhões de barris, comparado ao ano anterior, totalizando uma produção superior a 663 milhões de barris. A maior produção ocorreu no mês de setembro com 1,857 milhões de barris por dia e a menor em março com 1,758 milhões de barris por dia, configurando uma média de 1,81 milhões de barris por dia.

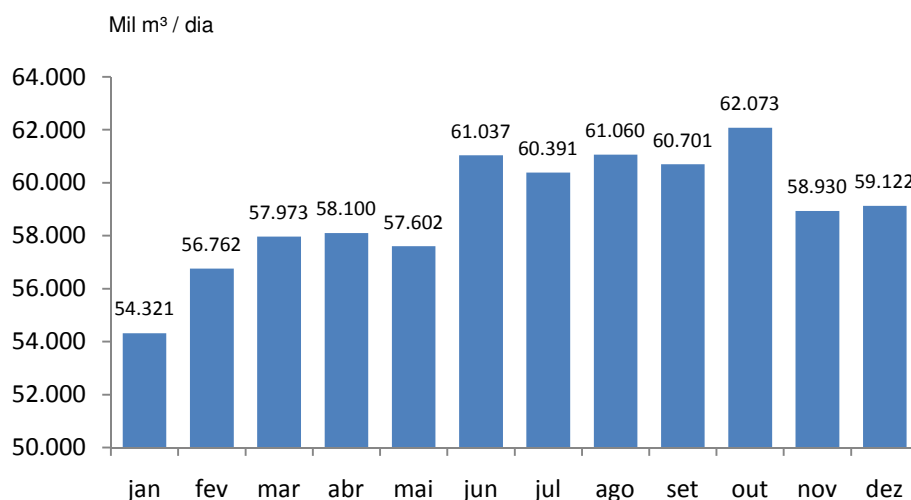
Gráfico 26 - Produção de Petróleo em 2008



Fonte: BMP/SDP/ANP

A produção de gás natural também teve um acréscimo em 2008, quando comparada ao ano anterior, situando-se em 21,59 bilhões de metros cúbicos. A maior produção ocorreu em outubro com 62,073 milhões de metros cúbicos por dia e a menor em janeiro com 54,321 milhões de metros cúbicos por dia. O esforço continuado para cumprimento das metas e estratégias formuladas no Plano Nacional de Gás Natural (PLANGÁS 2008) faz prever a continuação deste crescimento nos próximos exercícios. A SDP tem participado dos trabalhos do PLANGÁS, subsidiando o planejamento com dados e análises.

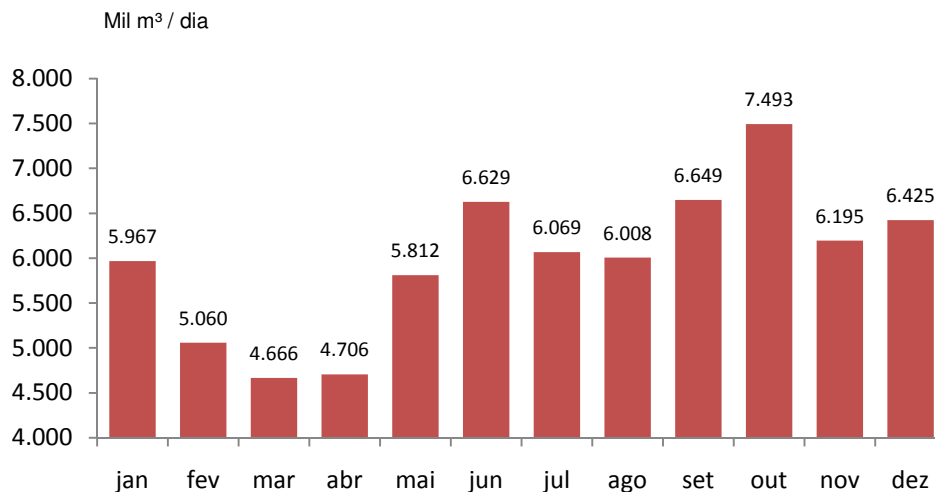
Gráfico 27 - Produção de Gás em 2008



Fonte: BMP/SDP/ANP

A ANP, por intermédio da SDP, tem realizado controle dos volumes de queima e perda de gás, a fim de preservar esse recurso energético. Todavia, falhas recorrentes de equipamentos e sistemas fizeram que os níveis de queima tivessem se acentuado em alguns meses do ano, principalmente nos meses de junho, setembro e outubro. O volume de gás queimado no ano chega a 2,18 bilhões de metros cúbicos.

Gráfico 28 – Queima de Gás em 2008



Fonte: BMP/SDP/ANP

7.2 - CONTROLE DE ATIVIDADES E INVESTIMENTOS

O acompanhamento das atividades e dos investimentos a serem realizados nos campos produtores de petróleo e gás natural foi efetuado por meio dos Programas Anuais de Trabalho e Orçamento (PAT), apresentados pelos concessionários à Superintendência de Desenvolvimento e Produção e analisados em sua totalidade durante o mês de outubro. Durante o exercício são também analisados os Planos de Desenvolvimento (PD) de novos campos e revisões de PD solicitadas pela Superintendência em virtude de exigência regulamentar.

Uma das formas encontradas para o acompanhamento da execução das atividades previstas nos Programas Anuais de Trabalho de cada campo foi a realização de inspeções presenciais, por amostragem, em 47 campos de produção em 2008, de um universo de 286 concessões na fase de produção.

Em relação aos Planos de Desenvolvimento, durante o exercício de 2008 foram aprovados 24 PD e no final do ano ainda estavam tramitando 49 processos relativos a Planos de Desenvolvimento, alguns com solicitações a serem atendidas pelos concessionários, outros em procedimento de análise técnica na Superintendência ou sob exame da Procuradoria Geral, além de cinco processos relacionados a Planos de Reabilitação de Jazidas.

7.3 - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE INSTALAÇÕES E ATIVIDADES

A ANP, por intermédio da SDP, participou das audiências públicas relativas ao licenciamento ambiental dos campos que se encontram nas etapas de desenvolvimento e produção mais significativos, particularmente daquelas realizadas em locais antes não contemplados para estes eventos. Estas audiências públicas objetivam apresentar os potenciais impactos ambientais oriundos das atividades a serem desenvolvidas e as suas formas de mitigação, por exigência da legislação ambiental e consoante com a Lei do Petróleo e com as premissas dos Planos de Desenvolvimento.

Com base na Resolução ANP n° 3, de 8/2/2007, que estabelece a obrigatoriedade da comunicação da situação de licenciamento ambiental das atividades, já se encontra implantado os procedimentos de alimentação das notificações pela *internet*, o que vem ocorrendo regularmente.

7.4 - ELABORAÇÃO DE RESOLUÇÕES

Durante o exercício de 2008, houve considerável esforço na elaboração de novas resoluções, para o qual foram constituídos grupos de trabalho. Também foram concluídos os estudos das resoluções que estavam sendo revisadas, com elaboração de minutas.

Esse trabalho tem fundamental importância para o aperfeiçoamento das atividades regulatórias da ANP, uma vez que o dinamismo do setor exige permanente atualização em função das novas realidades que se apresentam. Importante mencionar que as revisões são as primeiras que tais instrumentos sofrem desde sua primeira elaboração.

Foram seis as novas minutas elaboradas ou ainda em elaboração ao longo do ano, quais sejam: Boletim Mensal de Produção, Boletim trimestral de trabalho, fundo de provisionamento de recursos para desativação, individualização da produção, anexação de áreas a campos de produção e Plano de Reabilitação de Jazidas (PRJ). Essas minutas de resoluções encontram-se em estágios variados de tramitação e não foram ainda levadas à consulta pública, encontrando-se umas tramitando internamente na ANP e outras em apreciação pela Diretoria.

Foi também iniciada e concluída no exercício a revisão da Portaria de Penalidades n° 234/2003, além de concluir a revisão das Portarias ANP n° 90, de 31/5/2000 (que institui o regulamento do Plano de Desenvolvimento), n° 100, de 26/6/2000 (que instrui do Programa Anual de Produção), e n° 123, de 18/7/2000 (que pauta o Programa Anual de Trabalho e Orçamento).

8 - MEDIÇÃO DA PRODUÇÃO

A ANP, por meio do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção (NFP), regula, controla e fiscaliza a medição da produção de petróleo e gás natural visando garantir a qualidade metrológica dos volumes medidos e utilizados no cálculo do valor das participações governamentais.

A regulamentação se dá com base no Regulamento Técnico de Medição (RTM), publicado na portaria conjunta ANP/Inmetro nº 1/2000. Como esta foi a primeira portaria a regulamentar a medição da produção e movimentação de óleo e gás natural, naturalmente, carecia de melhorias baseadas na realidade operacional das unidades. Sendo assim, vem sendo preparada a sua revisão. Em 2008 foi concluída a análise interna do documento, incluindo consulta à Procuradoria Geral da União, e em meados de 2008 a minuta da revisão foi posta em Consulta Pública. A Indústria se pronunciou, apresentando cerca de 700 sugestões e ANP/Inmetro vêm realizando reuniões para avaliar estes comentários.

De um modo geral, as principais modificações introduzidas pela revisão estão relacionadas com os seguintes tópicos:

- ✓ alteração nas frequências de calibração dos instrumentos de medição, de forma a reduzir custos e riscos na medição sem, no entanto, comprometer a confiabilidade metrológica;
- ✓ aumento do controle metrológico sobre alguns instrumentos, procedimentos e processos que se mostraram mais sensíveis;
- ✓ maior detalhamento dos itens relacionados à medição dos volumes transferidos e transportados e medições operacionais de forma geral, uma vez que o RTM também cobre as medições realizadas na movimentação de óleo e gás natural;
- ✓ flexibilidade na avaliação das dificuldades encontradas pelos operadores de campos marginais, com relação ao cumprimento do RTM, possibilitando a continuidade da produção de tais campos sem, no entanto, olvidar as exigências metrológicas.
- ✓ modificações na formatação do documento, de forma a se adequar às atuais normas técnicas de redação de textos técnicos e aumentar a objetividade e clareza do Regulamento;

O controle dos sistemas de medição é realizado pela solicitação e análise de documentos como certificados, análises cromatográficas e relatórios de falhas dos sistemas de medição, conforme previsto no RTM. Com tais documentos, pode-se realizar um diagnóstico da confiabilidade dos dados fornecidos à ANP para cálculo das participações governamentais.

A fiscalização é desenvolvida com base nas verificações prévias, desenvolvidas de acordo com os contratos para apoio às ações de fiscalização da produção, firmados em dezembro de 2005. As atividades de visitas de verificação prévia dos sistemas de medição foram divididas em três áreas, da seguinte forma:

- Área 1 (AM, CE e RN): CEFET-RN e UFRN;
- Área 2 (BA, SE, AL): CEFET-SE e UNIFACS;
- Área 3 (RJ, ES, SP, PR): PUC – RJ.

Durante o ano de 2008, as inspeções voltaram-se principalmente para a verificação das condições de operação e manutenção das estações de medição em relação à sua adequação à Portaria Conjunta; adicionalmente, foram realizadas inspeções de aprovação de sistemas de medição de unidades novas e inspeções de adequação dos sis-

temas de medição remanescentes. Em 2008 foram efetuadas 156 verificações prévias para um total de 300 instalações de produção, envolvendo todas as regiões produtoras.

As verificações prévias servem para se realizar um levantamento das não-conformidades apresentadas nos sistemas de medição da unidade visitada. Com este levantamento, exige-se que a operadora realize as ações necessárias para sanar os problemas levantados.

Nesse sistema de trabalho, é importante que o volume de verificações seja significativo, de forma a conseguir manter os sistemas de medição de óleo e gás em conformidade com o RTM. A atual quantidade de verificações anuais permite que se verifiquem todas as instalações a cada dois anos, sendo que as instalações de maior produção são verificadas anualmente.

Como os contratos com estas instituições venciam em dezembro de 2008, foi realizada uma prorrogação por mais seis meses, enquanto os novos servidores se preparam para assumir por completo as ações de fiscalização.

Adicionalmente, foram realizadas inspeções em conjunto com o Inmetro, aumentando a boa relação entre as duas entidades. É de grande importância para a confiabilidade metrológica que exista esta sintonia, combinando o conhecimento das exigências metrológicas e das questões peculiares do processamento primário de óleo e gás natural.

9 - SEGURANÇA OPERACIONAL

9.1 - REGULAMENTAÇÃO

Com o objetivo de regulamentar a segurança operacional nas instalações de produção e perfuração de petróleo e de gás natural nas águas jurisdicionais brasileiras, foi aprovada a Resolução ANP Nº 43/2007, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Regime de Segurança Operacional e aprovou o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO). O Regulamento introduz requisitos e diretrizes para implementar e operar um sistema de gestão que visa à garantia da Segurança Operacional das Instalações de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás Natural, a ser aplicado durante todas as etapas do ciclo de vida dessas instalações. Tal regulamentação estabelece critérios de segurança para condução das atividades de E&P, provendo elementos que permitem à ANP exercer a fiscalização no sentido de educação e orientação dos agentes econômicos, bem como da prevenção e repressão de condutas violadoras. As instalações em operação também foram consideradas na nova Resolução, e no prazo de dois anos a contar da data de sua publicação deverão se adequar aos requisitos de qualificação, treinamento, desempenho, controle e gerenciamento de contratadas, auditorias, identificação e análise de riscos, investigação de incidentes, integridade mecânica, procedimentos operacionais, trabalho seguro, gerenciamento de emergências e operações simultâneas, dentre outros previstos no Regulamento Técnico.

Em 2008, foram realizadas seis auditorias-piloto para o desenvolvimento de novos manuais de verificação, baseados no Regulamento Técnico do SGSO, que passarão a balizar as atividades de fiscalização de segurança operacional em unidades marítimas de produção e perfuração.

Em novembro foi concluída a versão preliminar do Regulamento Técnico de Dutos Terrestres, elaborado em conjunto com a SCM (Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural) e com o apoio do CTDUT (Centro de Tecnologia de Dutos). No ano de 2009, ocorrerão a Consulta Pública e a Audiência Pública que precederão a emissão da versão definitiva do Regulamento Técnico.

Em dezembro, foi concluída a versão preliminar do Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade Estrutural das Instalações Terrestres de Produção de Petróleo e Gás Natural (RTSGI) que visa garantir que os campos em produção *on-shore* operarão dentro dos requisitos mínimos de segurança operacional, estabelecidos pela ANP. No ano de 2009, ocorrerão a Consulta Pública e a Audiência Pública que precederão a emissão da versão definitiva do Regulamento Técnico.

9.2 - AUDITORIAS E INSPEÇÕES PARA GARANTIA DA INTEGRIDADE ESTRUTURAL DA PLANTA DE PROCESSO

Para efetuar o controle da Segurança Operacional das Instalações de Produção de Petróleo e Gás Natural, terrestres e marítimas, a ANP acompanha o estado da integridade estrutural dessas instalações, mediante execução de inspeções e auditorias periódicas. Com a ajuda de consultoria especializada, foi desenvolvida a metodologia de verificação da integridade estrutural de instalações de produção e seu respectivo manual de procedimentos, que tem como finalidade estabelecer as ações a cumprir antes, durante e após as inspeções e as auditorias, definir critérios para execução dessas atividades, tratar as não-conformidades identificadas pela inspeção, bem como atribuir classificação à instalação através da auditoria. As verificações são realizadas rotineiramente, obedecendo à programação estabelecida de comum acordo entre a ANP

e as instituições contratadas para apoio à atividade. Os relatórios emitidos pelas instituições são analisados pela equipe da CSO, antes de encaminhados ao concessionário.

Em 2008, foram realizadas 72 atividades (60 inspeções e 12 auditorias), com o apoio das instituições, a saber: Instituto Tecnológico da PUC-Rio (PUC/ITUC) para as regiões Sudeste e Sul; Universidade Salvador (UNIFACS) e CEFET-SE para os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe; e CEFET-RN/UFRN para os estados do Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará.

9.3 - TERMINAIS DE RECEBIMENTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO

Foram realizadas vistorias técnicas nos terminais de recebimento de gás natural liquefeito (GNL) de Pecém e do Rio de Janeiro a fim de assegurar que o início da operação se dará dentro dos requisitos mínimos para garantia da segurança operacional das atividades.

Com o objetivo de conhecer os procedimentos e normas adotados pelas agências reguladoras do Reino Unido para conceder outorga de autorização para as instalações de regaseificação de GNL, técnicos da ANP estiveram na planta industrial de Dragon-LNG, que é um terminal de importação e regaseificação de GNL, localizado no País de Gales.

9.4 - EXECUÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICAS

Para efetuar a verificação da segurança operacional das instalações nos seus aspectos navais e dos sistemas que têm interface com a planta de processo, a ANP renovou, em dezembro de 2008, o convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para a realização de perícias técnicas em unidades marítimas de exploração e produção, com a correspondente emissão de Declarações de Conformidade. O controle técnico dessa atividade é executado pela ANP por meio da análise dos relatórios das perícias e das Declarações de Conformidade emitidas pela Marinha em nome da ANP e da DPC. A Diretoria de Portos e Costas disponibiliza, na sua página na *internet*, a relação de todas as instalações periciadas, bem como o sistema informatizado de controle das perícias técnicas realizadas.

Devido ao considerável aumento do número de unidades marítimas em operação, em decorrência do incremento na atividade de exploração em águas jurisdicionais brasileiras, foi necessária a realização de 796 perícias técnicas e a consequente emissão 475 Declarações de Conformidade no ano de 2008, quantitativo bastante superior ao inicialmente definido no convênio, de 480 perícias anuais.

Dessa forma, na renovação do convênio, que passou a vigorar até novembro de 2013, elevou-se das atuais 40 perícias por mês até 2008 para 60, 70, 80, 90 e 100 perícias por mês em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

9.5 - MONITORAMENTO DO TRÁFEGO MARÍTIMO

Tendo como principais objetivos o controle de tráfego dos petroleiros nas Bacias do Espírito Santo e Campos, a verificação da presença e abordagem de barcos de pesca dentro da área de segurança das plataformas e a verificação da presença de navios sísmicos operando nas áreas autorizadas, foi renovado, em dezembro de 2008, o convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para realização de ações de monitoramento e controle do tráfego marítimo nas áreas de exploração e produção de petróleo.

leo e gás natural. O Convênio passou a vigorar até dezembro de 2011 e trouxe o acréscimo do controle *in loco* na Bacia de Santos, além do já realizado nas Bacias do Espírito Santo e Campos.

Através do sistema eletrônico de monitoramento de tráfego marítimo disponibilizado pela Marinha do Brasil em uma *workstation* nas dependências da ANP, a Agência é capaz de identificar e acompanhar, em tempo real, as embarcações de petróleo e gás natural que são monitoradas pela Marinha do Brasil.

9.6 - CONTROLE DE INCIDENTES

As comunicações de incidentes encaminhadas pelos concessionários, em conformidade com a Portaria ANP n.º 03/2003, são analisadas e cadastradas pela Agência. No caso de acidentes com consequências graves, tais como grandes vazamentos, ocorrência de vítimas, interrupção da produção por mais de 24 horas, a ANP acompanha as investigações e a implementação das medidas corretivas decorrentes.

Em 2008, foram recebidos e cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP) 139 incidentes. Todos foram analisados pela CSO, e os cinco acidentes considerados relevantes sofreram investigação criteriosa e detalhada, com solicitação de documentos, esclarecimentos adicionais e de ações de fiscalização nas instalações.

9.7 - CONSISTÊNCIA E HOMOGENEIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DA AGÊNCIA

Visando à troca de experiências e o fortalecimento da Agência no aprimoramento da regulamentação e das ações de fiscalização da segurança operacional, a CSO, representando a ANP, e as agências dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Noruega, Holanda, Austrália e Nova Zelândia se reuniram no *International Regulators Offshore Safety Conference*, em Sydney, Austrália, para apresentação da regulamentação vigente nos respectivos países e definição de ações conjuntas a partir de uma abordagem comparativa entre a atuação das agências em diversos tópicos da segurança *off-shore*.

9.8 - ARTICULAÇÃO COM OS AGENTES GOVERNAMENTAIS

A CSO compõe o Grupo de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para elaboração de um novo anexo da NR-30 (Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário), referente ao trabalho em plataformas de perfuração e produção.

Durante o ano de 2008, foram realizadas 11 reuniões do GT e a previsão do MTE para término das atividades é dezembro de 2009.

10 - CONTEÚDO LOCAL

Conteúdo Local é o conjunto de mecanismos que visa ao incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas, nos projetos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, tendo como principal finalidade a geração de empregos e renda.

Ao longo das rodadas de licitações de blocos exploratórios, a ANP vem atuando no sentido de incentivar e apoiar o fortalecimento e o desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços aplicáveis às atividades de E&P de petróleo e gás natural. Desde a 1ª rodada, em 1999, a ANP inclui nos contratos de concessão cláusulas contendo disposições direcionadas a garantir condições equânimes aos fornecedores nacionais em relação aos estrangeiros, nas aquisições de bens e serviços.

Em função da importância do tema, haja vista a participação do conteúdo local como critério de pontuação nas rodadas de licitação, respondendo por 20% da nota das ofertas, a Diretoria da ANP criou, em 2007, a Coordenadoria de Conteúdo Local (CCL). Sua principal atribuição é a de controlar e fiscalizar os compromissos de conteúdo local dos contratos de concessão para as atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural.

Criada inicialmente com apenas o responsável e um servidor, a CCL passou a contar com uma estrutura mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades ao longo do 2º semestre de 2008. Dentre as iniciativas para tal, destaca-se a contratação de sete novos servidores, oriundos do concurso público deste mesmo ano.

10.1 - FISCALIZAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Para efetuar o controle dos percentuais de conteúdo local definidos nos contratos de concessão, a ANP, por intermédio da CCL, acompanha o processo a partir dos Relatórios de Gastos e Relatório de Investimentos enviados trimestralmente pelos concessionários. Durante a execução da fiscalização, esses relatórios são analisados pela Coordenadoria e comprovados por meio de documentos fiscais solicitados aos concessionários. Isso dá origem a um relatório de fiscalização e, depois de concluído o processo, poderá resultar na aplicação da multa contratual no caso de descumprimento do percentual, ou no seu arquivamento. Esse relatório é divulgado na página da ANP na *internet*.

Em 2008, foram abertas 23 novas fiscalizações de Conteúdo Local junto aos concessionários. Este volume de fiscalizações abrange quase que integralmente os contratos passíveis de fiscalização da 1ª à 4ª Rodadas, além das acumulações marginais. Todos os concessionários estão sendo submetidos à pelo menos uma fiscalização. Para isso, foi desenvolvida metodologia baseada no modelo *Analytical Hierarchy Process* (AHP), amplamente referido na literatura sobre processo decisório, em que se torna necessário classificar ou ranquear um determinado conjunto de atividades em ordem de importância.

A tabela abaixo detalha o quantitativo de blocos disponíveis para fiscalização e as fiscalizações em andamento ao final do exercício.

Tabela 14 - Fiscalização de Conteúdo Local – 2008

Rodada	Blocos Disponíveis para Fiscalização			Fiscalizações em Andamento		
	Mar	Terra	Total	Mar	Terra	Total
1	0	0	0	2	0	2
2	0	1	1	2	2	4
3	0	0	0	3	1	4
4	0	0	0	1	0	1
5	39	6	45	0	3	3
6	0	51	51	0	1	1
7	0	65	65	0	0	0
AM1	0	4	4	0	8	8
AM2	0	0	0	0	0	0
Total	39	127	166	8	15	23

Fonte: CCL/ANP

10.2 - CERTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Com o objetivo de estabelecer as condições legais para a implementação das novas regras e exigências relacionadas à Cláusula de Conteúdo Local dos contratos de concessão, instauradas a partir da Sétima Rodada, a ANP criou o Sistema de Certificação de Conteúdo Local e, após comentários advindos de consultas públicas, publicou, em 16/11/2007, os quatro Regulamentos abaixo descritos:

- Regulamento ANP nº 6: define os critérios e procedimentos para execução das atividades de Certificação de Conteúdo Local.
- Regulamento ANP nº 7: define os critérios e procedimentos para cadastramento e credenciamento de entidades para exercer a atividade de Certificação de Conteúdo Local;
- Regulamento ANP nº 8: define os critérios e procedimentos de auditoria nas empresas credenciadas para exercício da atividade de Certificação de Conteúdo Local.
- Regulamento ANP nº 9: define a periodicidade, a formatação e o conteúdo dos relatórios de investimentos locais realizados com as atividades de exploração e desenvolvimento da produção em Contratos de Concessão.

Com o início das atividades de certificação de conteúdo local, previstas nos contratos de concessão a partir da 7ª Rodada, foi necessário criar um cadastro de entidades certificadoras credenciadas pela ANP para que concessionárias e fornecedores de bens e serviços pudessem solicitar a emissão dos certificados de conteúdo local para o devido cumprimento das exigências.

Assim foram credenciadas, até o final de 2008, sete empresas: ABS Group; Bureau Veritas (BV); Det Norske Veritas (DNV); First Engenharia; Galena Engenharia; Registro Brasileiro de Navios e Aeronaves (RBNA) e Terratek.

Tendo em vista que o sistema de credenciamento da ANP é um processo contínuo, ao final do exercício estavam sendo finalizados mais três processos de credenciamento, além de outros sete processos em fase inicial.

A relação de credenciadas está disponível na página da ANP na *internet*, no seguinte endereço eletrônico: http://www.anp.gov.br/petro/credenciamento_conteudo_local.asp.

A tabela a seguir mostra a relação das empresas credenciadas por atividade.

Tabela 15 – Empresas Credenciadas

Área de Atividades	Código	Empresa Credenciada
Geologia e Geofísica	Ge001	Terratek, DNV, BV, ABS, RBNA, Galena Engenharia
Sondas de Perfuração	Pe001	BV, RBNA, ABS, DNV
Apoio Logístico e Operacional	Pe002	BV, RBNA, Galena Engenharia, DNV
Perfuração, Completação e Avaliação de Poços	Pe003	BV, RBNA, Galena Engenharia, DNV
Engenharia Básica e de Detalhamento	En001	BV, RBNA, ABS, Galena Engenharia, First Engenharia, DNV
Gerenciamento, Construção, Montagem e Comissionamento	En002	BV, RBNA, ABS, Galena Engenharia, First Engenharia, DNV
Sistemas Elétricos, de Controle, Instrumentação e Medição	En003	BV, RBNA, ABS, Galena Engenharia, First Engenharia, DNV
Sistemas de Telecomunicações	En004	BV, RBNA
Obras Civas e Utilidades	En005	BV, RBNA, ABS, Galena Engenharia, DNV
Oleodutos, Gasodutos e Tanques de Armazenamento.	Es001	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Bombas de Transferências	Es002	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Equipamentos e Controle Submarinos: linhas rígidas, flexíveis, umbilicais e manifolds	Es003	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Monobóias e Quadro de Bóias	Es004	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Unidades de Compressão	Up001	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Unidades de Geração de Energia Elétrica	Up002	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Unidades de Geração e Injeção de Vapor	Up003	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Unidades de Tratamento e Injeção de Água	Up004	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Sistemas de Processamento e Tratamento de Óleo	Up005	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Sistemas de Processamento e Tratamento de Gás Natural	Up006	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Construção Naval: casco, turrete, ancoragem e sistemas navais	Up007	BV, DNV, RBNA, ABS, Galena Engenharia
Segurança Operacional	Up008	BV, RBNA, ABS, Galena Engenharia

Fonte: CCL

Com o início da vigência da certificação de conteúdo local a partir do dia 11/09/2008, a Coordenadoria de Conteúdo Local iniciou uma série de encontros com as empresas credenciadas com o objetivo de treiná-las a utilizar a cartilha de conteúdo local, que é a ferramenta única de medição do nível de conteúdo local de bens e serviços. Estes encontros também serviram para fechar os entendimentos sobre a interpretação da cartilha, isto é, uma vez que a ferramenta de medição não prevê todas as formas de

aquisição de bens e serviços, foi necessário elaborar algumas sistemáticas para a correta aplicação da cartilha frente a essas situações.

Dada a relevância da uniformização dos procedimentos a serem adotados para execução dessa atividade de medição de conteúdo local, a CCL desenvolveu um canal de comunicação para tráfego de informações, exclusivo em meio eletrônico, o qual permite tanto a visualização imediata por todos os servidores da CCL, como garante o rastreamento de qualquer comunicação realizada. Além disso, o processo assegura que todas as certificadoras tenham visibilidade dos esclarecimentos prestados às demais.

Adicionalmente, no intuito de divulgar esse processo e atrair novas empresas para se candidatarem a certificadoras, iniciou-se um programa de divulgação do sistema de credenciamento, com apresentações em instituições representantes e pertencentes ao mercado de petróleo e gás natural.

Cabe destacar que a partir da Resolução ANP nº 39/2007 foi instituído o Relatório de Investimentos realizados nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção dos Contratos de Concessão, a partir da 7ª rodada. No ano de 2008, estabeleceu-se na CCL o sistema de controle e o acompanhamento da execução desses investimentos, que se constituem no foco da fiscalização do conteúdo local.

10.3 - APERFEIÇOAMENTO DE CONTEÚDO LOCAL PARA AS RODADAS DE LICITAÇÕES

Os objetivos dessa atuação estão pautados pelo incremento da capacitação profissional, desenvolvimento tecnológico e aumento da participação da indústria local de bens e serviços aplicáveis ao segmento de E&P de petróleo e gás.

Os critérios, exigências, formas de controle e penalidades definidos pela ANP variaram ao longo das rodadas de licitação, partindo de uma abordagem mais genérica nas primeiras rodadas, para abordagens mais detalhadas e exigentes nas últimas rodadas.

Por se tratar de um fator de pontuação nas ofertas, a CCL participou na condição de expositor de atividades de divulgação do Conteúdo Local para a Décima Rodada de Licitação em diversos Estados. Além da Audiência Pública e do Seminário Jurídico Fiscal, realizados no Rio de Janeiro, houve participação da Coordenadoria em diversos Seminários Regionais.

Especificamente no caso da Décima Rodada de Licitação, composta unicamente por blocos terrestres, este processo de divulgação teve papel bastante importante, já que os blocos em licitação exigiam investimento inicial menor do que os blocos marítimos e, portanto, poderiam ser operados por investidores de menor porte. Além disso, esses blocos despertam interesse apenas limitado sobre os grandes *players* do mercado, o que facilita ainda mais a entrada de investidores menores.

Considerando a possibilidade de ocorrência de dificuldades no abastecimento do mercado com bens ou serviços de origem nacional, sobretudo em tempos de demanda aquecida, ou em casos de tecnologias não-disponíveis, algumas cláusulas do contrato procuram mitigar os efeitos da forte dosagem nos níveis de exigência de conteúdo local, como as exceções no cumprimento dos percentuais no caso de condições muito desfavoráveis de preços e prazos em relação ao mercado internacional, assim como para o caso do surgimento de novas tecnologias não previstas ou não-disponíveis por ocasião da licitação. A concessão das liberações de cumprimento do conteúdo local acordado contratualmente depende de uma consulta prévia à ANP, que pode, excepcionalmente, autorizar a contratação no exterior. Mantém-se, no entanto, a necessidade do cumprimento do percentual global firmado em contrato.

Nesse sentido, começou a ser elaborada no final de 2008, Nota Técnica que define os procedimentos para solicitação e avaliação dos pedidos de isenção de cumprimento

do Conteúdo Local para itens e subitens especificados em edital, para os quais os Concessionários estabeleceram compromissos contratuais de utilização de bens e serviços nacionais.

Em 2008, a CCL deu continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Conteúdo Local (SGCL). A idéia central desse Sistema de Gestão é a elaboração de um programa computacional que permita o gerenciamento das principais atividades executadas pelos servidores da CCL, como o credenciamento de novas certificadoras, a certificação de Conteúdo Local, a auditoria em certificadoras e fiscalização dos compromissos contratuais de Conteúdo Local mantidos entre as Concessionárias e a ANP, à época da assinatura dos contratos de concessão realizados nas Rodadas de Licitação. O programa está sendo desenvolvido em conjunto com o núcleo de informática da Agência.

Tendo em vista a necessidade de atualização normativa e a instituição de novos diplomas legais acompanhando a dinâmica do setor de petróleo e gás, a CCL participou ativamente, com a indicação de representantes, nos seguintes grupos de trabalhos:

- GT Unitização - com o objetivo do desenvolvimento de Resolução inédita para tratar da individualização da produção, ou seja, a situação na qual uma jazida se estende para além da área de concessão, compreendendo um conjunto unificado de instalações de desenvolvimento e produção e a atribuição a cada parte do percentual que lhe cabe na produção da área.
- GT Penalidades - com o objetivo de atualização e aperfeiçoamento da Portaria 234/2003, considerando que o valor atribuído às penalidades não mais corresponde à realidade de investimentos empregados na área de exploração e produção de petróleo e gás natural, e que as rodadas de licitação realizadas pela ANP assumiram contornos diferenciados entre o ano da edição da Portaria 234 e o atual momento da Indústria do Petróleo.
- GT Plano de Desenvolvimento - com o objetivo de rever a Resolução 90/2000, agregando o conteúdo local e instituindo mecanismos para o seu efetivo cumprimento. O Plano de Desenvolvimento é documento preparado pelo concessionário contendo o programa de trabalho e respectivo investimento necessários ao desenvolvimento de uma descoberta ou conjunto de descobertas de petróleo ou gás natural na área da concessão.

Pautadas no incremento da capacitação profissional dos servidores da CCL foram realizadas, em 2008, as seguintes visitas técnicas a instalações da Petrobras:

- Província Petrolífera de Urucu – a visita técnica abrangeu o complexo de Urucu, onde é produzido petróleo de alta qualidade, o mais leve entre os óleos processados nas refinarias do País. O petróleo e o GLP de Urucu seguem ao longo de 285 quilômetros de dutos, ligando a área de produção de Urucu, a 650 km de Manaus, ao Terminal de Solimões, no município de Coari. Nesse terminal, o óleo e o GLP são embarcados em navios petroleiros e navios butaneiros ou propaneiros, para a Refinaria de Manaus e outros pontos da região Norte e Nordeste. A construção do gasoduto Urucu-Manaus permitirá que o gás natural chegue à capital do Amazonas. Na visita técnica foi possível observar equipamentos utilizados nas instalações, a operação das plantas, a origem, processamento e destino dado ao óleo, gás e água produzidos, entre outras particularidades das instalações.
- Unidade de Produção Terrestre Carmópolis/SE – Carmópolis é uma região produtora de óleo e gás existente no norte do Estado de Sergipe, onde a Petrobras possui diversas instalações de coleta e processamento do óleo e gás

produzidos ali. Na visita técnica, foi possível observar equipamentos utilizados nas instalações, a operação das plantas, a origem, processamento e destino dado ao óleo, gás e água produzidos, entre outras particularidades das instalações.

- Centro de Controle da Bacia de Campos da Petrobras em Macaé – durante a visita técnica foi possível visualizar todas as condições operacionais das plataformas, até acompanhar o posicionamento dos navios ao redor do mundo, disponíveis para as operações denominadas *offloading*, pelos quais o petróleo produzido e/ou armazenado nas unidades de produção é transferido para navios aliviadores. Foram apresentados também o GEDIG - Gerenciamento Digital Integrado, chamado de Campo Inteligente e o SGO - Sistema de Gerenciamento de Obstáculos, que contém o mapeamento das estruturas submarinas da Bacia de Campos.

A CCL participou da 14ª edição da Rio Oil & Gas Expo and Conference, a partir de diversas iniciativas: disponibilização de trabalho técnico intitulado: “Conteúdo local nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural”, apresentado na sessão *poster* e com material e palestra de divulgação sobre conteúdo local no estande da ANP, além da participação integral dos seus servidores nas conferências e na exposição da indústria de bens e serviços do setor de petróleo e gás.

11 - CONTROLE DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A ANP, por meio da Superintendência de Controle das Participações Governamentais (SPG), é responsável pelo controle, cálculo, auditoria e da distribuição do pagamento das Participações Governamentais e de Terceiros.

As ações da Superintendência, nos últimos doze meses, foram voltadas às atividades de controle, cálculo, auditoria e distribuição das Participações Governamentais e de Terceiros, sustentada nos seguintes fundamentos: exatidão dos valores arrecadados e distribuídos; transparência do processo de arrecadação e distribuição das Participações Governamentais; a justa distribuição dessas participações aos beneficiários conforme a legislação vigente; e a constante melhoria dos processos executados pela área.

11.1 - ARRECADAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CÁLCULO DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A arrecadação das participações governamentais no exercício de 2008 totalizou o recolhimento de R\$ 24,9 bilhões, dos quais R\$ 10,9 bilhões foram relativos a *royalties* distribuídos a 10 estados e 922 municípios, além dos outros beneficiários como o Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial de Participação (FEP).

Com relação à participação especial, foram distribuídos R\$ 11,7 bilhões para seis estados e 28 municípios, ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério do Meio Ambiente.

O pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área recolhido diretamente à Secretaria do Tesouro Nacional pelas concessionárias, mediante cálculo e cobrança efetuados pela SPG, somou R\$ 139,0 milhões, no período.

O valor de R\$ 89,4 milhões para Bônus de Assinatura representa o pagamento esperado para 2009 referente à 10ª Rodada, realizada em dezembro de 2008.

Na tabela abaixo, são apresentados os valores das participações governamentais arrecadadas no período de 2000 a 2008 e, no gráfico a seguir, a evolução dessas participações.

Tabela 16 - Participações Governamentais

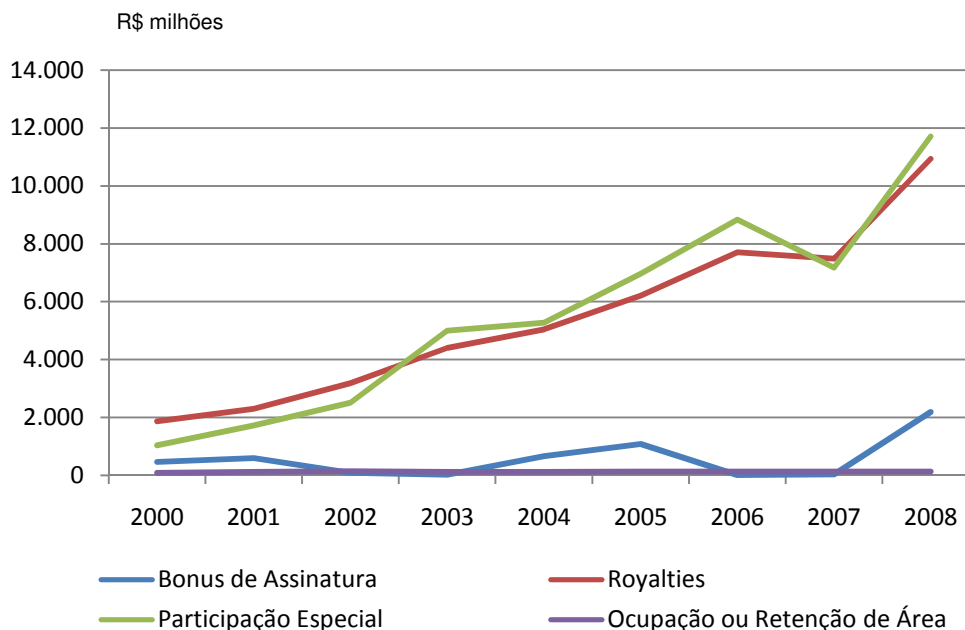
Em R\$ milhões

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Bônus de Assinatura	468,3	594,9	92,4	27,4	665,4	1.088,8	11,0	31,0	2.194,0
<i>Royalties</i>	1.867,8	2.303,3	3.184,0	4.396,4	5.042,8	6.206,1	7.703,5	7.490,6	10.936,6
Participação Especial	1.038,7	1.722,0	2.510,2	4.997,8	5.272,0	6.967,0	8.839,9	7.177,5	11.710,1
Ocupação / Retenção de Área	91,2	124,7	146,5	126,2	124,3	130,1	134,6	135,0	139,0
Total	3.466,0	4.744,9	5.993,1	9.547,8	11.104,5	14.392,0	16.689,0	14.834,1	24.132,2

Fonte: SPG/ANP

Analisando a arrecadação dos anos de 2000 e 2008, verificou-se um crescimento na quantidade de beneficiários, que passou de 806 para 922 municípios, e uma variação de 558% no total arrecadado.

Gráfico 29 - Participações Governamentais



Fonte: SPG/ANP

11.2 - AÇÃO DE TRANSPARÊNCIA, DIVULGAÇÃO DE CÁLCULOS E RESULTADOS

Com objetivo de dar transparência às ações de controle, a SPG adotou vários procedimentos internos, a se destacar quanto à transparência nos procedimentos: a publicação mensal de todas as tabelas necessárias para cálculo das participações governamentais no site da ANP na *internet* (www.anp.gov.br/participacao_gov/calculo.asp), publicação trimestral de relatório de apuração e distribuição da PE (participação especial) no *site* da ANP e publicação mensal do relatório de arrecadação, distribuição das participações governamentais, solicitado pelo Tribunal de Contas da União e publicação mensal no Diário Oficial da União do volume da produção brasileira de petróleo e gás natural e valores dos pagamentos de *royalties* realizados pelas concessionárias à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e transferidos pela ANP aos órgãos governamentais, governos estaduais e municipais.

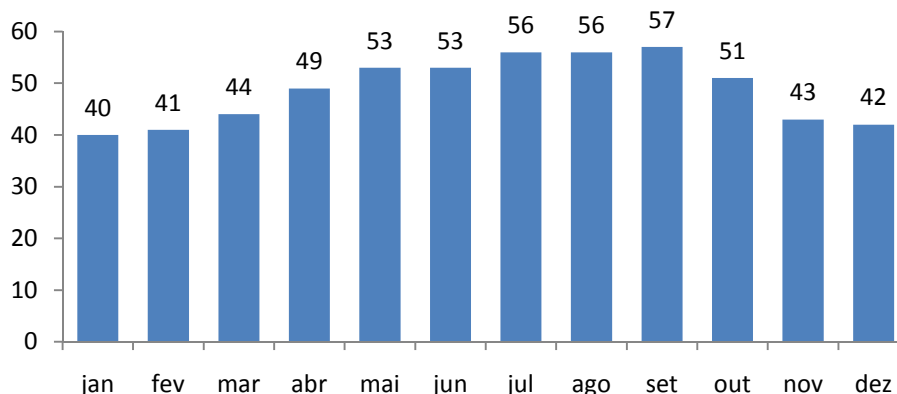
11.3 - REPRESENTAÇÕES DOS INTERESSES GOVERNAMENTAIS RELATIVOS AO PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A maior demanda de atividades judiciais da SPG, em 2008, foi o esforço contínuo na elaboração de subsídios técnicos à Procuradoria Geral com vistas à reversão de decisões judiciais desfavoráveis à Agência na distribuição de *royalties* por instalações de embarque ou desembarque de petróleo e gás natural, conforme previsto na Lei nº 7990/89 e Decreto 01/91.

No gráfico a seguir, mostra-se a evolução do número de municípios que recebem *royalties* (parcela de 5%) pelo critério “possuir instalações de embarque ou desembar-

que”, em função de decisões judiciais. O número representa os que tiveram decisões favoráveis e não considera a forma e o montante do pagamento (terrestre, marítimo ou ambos). O que se pode observar é um contínuo crescimento do número de decisões desfavoráveis à ANP, atingindo um ápice de 57 municípios, em setembro de 2008. Em seguida, houve um decréscimo expressivo em novembro para apenas 43 municípios.

Gráfico 30 – Municípios Receptores de Royalties por Decisão Judicial em 2008



Fonte: SPG/ANP

O relevante decréscimo de municípios, que recebem *royalties* por decisão judicial, se deu devido ao esforço contínuo da ANP para a realização da justa distribuição de participações governamentais aos beneficiários. Nesse sentido, a SPG tem tomado ações tais como: maior aproximação com a PRG e integração com outras áreas técnicas (SCM, SRP, NFP, SBQ, SPP) visando à melhoria da qualidade dos subsídios e ocasionando melhores defesas aos Interesses governamentais; organização interna das demandas judiciais em processos administrativos específicos para cada município, de modo a criar um acompanhamento e histórico de cada demanda judicial e aprimoramento da comunicação com a PRG, a fim de sanar eventuais dúvidas com relação ao cumprimento e interpretação de decisões judiciais.

Das ações efetuadas no período, um destaque foi a elaboração por um grupo de trabalho do relatório “Fundamentos para o não-enquadramento de ponto de entrega e gasoduto como instalações de embarque e desembarque de gás natural para fins de pagamento de *royalties* aos municípios”, publicado em maio de 2008 e aprovado pela RD nº 363/2008. Outro destaque foi o trabalho integrado com PRG, culminando em uma série de decisões favoráveis à ANP e ocasionando formação de jurisprudência no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

11.4 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS E REVISÃO ANUAL DOS ANEXOS I E II DA PORTARIA 206/2000

Destacam-se também, entre as atividades realizadas no período pela SPG: a aplicação de autos de infração, nos termos da Portaria ANP nº 234/2003, a concessionárias pelo descumprimento de obrigações contratuais legais; questionamento maior dos dados declarados pelas concessionárias, estes utilizados no cálculo das participações governamentais. De modo geral a aplicação de autos de infração se resumiu a inadimplência da Petrosynergy Ltda. pelo atraso de pagamento de *royalties* da produção

do mês de setembro de 2007 a maio de 2008, o que resultou em pagamento de multas no valor de R\$1.195.358,79 e a abertura de processo de rescisão do contrato de concessão.

Tendo em vista as auditorias realizadas em 2008, destacam-se os valores arrecadados com o pagamento adicional de participação especial (PE) no 2º trimestre de 2008, decorrentes de ajustes de preços de referência de petróleo nos meses de abril a junho de 2008, distribuídos pela ANP, em 31 de outubro de 2008, aos Municípios, Estados e União (Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente) e levantamento de irregularidades na arrecadação da PE. Como resultado, o montante complementar pago pelos concessionários foi de R\$ 4.042.905,70.

12 - TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Compete à Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos (CTC), no âmbito das atribuições legais da ANP, fazer cumprir o estabelecido na alínea X do art. 8º da Lei 9.478, de 6/08/96 - Lei do Petróleo, que impõe à ANP a obrigação de estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento, e no inciso IV desse mesmo artigo, que trata da fiscalização da execução dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

No cumprimento de suas atribuições, a CTC desenvolve as seguintes ações:

Programa de formação de recursos humanos (PRH) da ANP, destinado à formação de recursos humanos para o setor de petróleo e gás natural;

Regulação e fiscalização dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) previstos em cláusula específica dos contratos de concessão;

Credenciamento de instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, com competências nas áreas de petróleo, gás natural e biocombustíveis, aptas a receberem recursos dos concessionários para a realização de projetos de P&D;

Apoio técnico ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) na gestão do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-PETRO).

Além dessas atividades, a CTC atende às demandas das diretorias e superintendências da ANP para a formulação de projetos específicos e ao público externo em assuntos relacionados ao desenvolvimento tecnológico e à formação de recursos humanos especializados para o setor.

12.1 - PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS DA ANP PARA O SETOR PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Implementado pela ANP em 1999, o Programa de Recursos Humanos (PRH) consiste na alocação de recursos para bolsas de estudo para o nível técnico e nível superior – graduação, mestrado e doutorado - com vistas à formação de mão-de-obra capacitada para atender à demanda da indústria de petróleo e gás natural.

É uma iniciativa de sucesso que tem contribuído para formação de profissionais altamente qualificados para o setor de petróleo e gás natural, permitindo a empregabilidade do jovem brasileiro e incrementando a capacidade competitiva da indústria nacional.

O PRH é constituído por 36 programas de nível superior, implantados em 23 instituições de ensino e pesquisa no País, localizadas em 13 estados (PA, RN, PE, BA, PB, PE, ES, RJ, SP, SC, PR, RS, MG).

O Programa referente ao nível superior é financiado com recursos do MCT/ CT-PETRO⁶, por intermédio de convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao MCT, gestora dos recursos do Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural.

Desde a sua implementação, foram investidos no PRH mais de R\$ 164 milhões, concedidas 4.568 bolsas de estudo e formados mais de 2.700 profissionais, conforme po-

⁶ O CT-PETRO - Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural - tem como instrumentos de criação a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.851/98, alterado pelo Decreto nº 3.318/99. Tem como objetivo financiar programas de amparo à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico do setor petrolífero e à formação de recursos humanos.

de ser observado nas Tabelas 17 e 18 que registram, respectivamente, a evolução do quantitativo de bolsas concedidas e os investimentos realizados no período 1999-2008.

Do total de alunos formados, 1.800 foram absorvidos pelas empresas do setor de petróleo e gás natural, atingindo um índice de empregabilidade de cerca de 70%. Cabe observar que nesse índice não está considerado o sequenciamento acadêmico de ex-bolsistas, o que representa, também, um grande ganho para as instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

Tabela 17 - Quantidade de Bolsas Concedidas

Nível	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Técnico			672		141						813
Graduação	74	179	201	322	322	360	0	355	432	0	2.245
MSc	52	101	108	162	162	166	0	160	217	0	1.128
DSc	18	37	44	57	57	59	0	57	71	0	400
Total	144	317	1.025	541	682	585	0	572	720	0	4.586

Fonte: PRH/CTC

Conforme pode ser observado na Tabela 17, em 2005 e 2008, não houve concessão de novas bolsas. No entanto, os orçamentos daqueles exercícios garantiram a continuidade das bolsas vigentes.

É importante ressaltar que o PRH de nível superior vem sendo mantido por meio da renovação dos convênios e concessão de novas cotas de bolsas, enquanto o PRH-Técnico, que depende de recursos próprios da ANP, teve suas atividades descontinuadas, devido às restrições orçamentárias que vêm ocorrendo desde 2002.

Tabela 18 - Investimento Realizado (em R\$1,00)

Ano	PRH- ANP/MCT Nível Superior	PRH-ANP/MEC Nível Técnico	Recursos ANP	Recursos CT-PETRO	Total
1999	538.778		538.778		538.778
2000	8.325.050			8.325.050	8.325.050
2001	13.031.345	3.412.659	3.412.659	13.031.345	16.444.004
2002	18.075.749	643.360	643.360	18.075.749	18.719.109
2003	11.153.738	873.840	873.840	11.153.738	12.027.578
2004	22.476.978	417.340	417.340	22.476.978	22.894.318
2005	15.000.000			15.000.000	15.000.000
2006	24.000.000			24.000.000	24.000.000
2007	27.000.000			27.000.000	27.000.000
2008	19.400.000			19.400.000	19.400.000
Total	159.001.638	5.347.199	5.885.977	158.462.860	164.348.837

Fonte: PRH/CTC

Com relação à gestão do Programa, em 2008 foi realizado o X Encontro de Coordenadores e Pesquisadores Visitantes do Programa com a participação dos coordenadores e professores visitantes de todos os programas, técnicos da ANP, convidados do MCT e profissionais do setor. Foram ainda realizadas cinco reuniões regionais para avaliação de monografias e teses dos bolsistas.

Em 2008, deu-se continuidade ao ajuste das cotas de bolsas atribuídas a cada uma das instituições participantes do PRH-ANP/MCT, como forma de observar a alocação de, pelo menos, 40% dos recursos às regiões Norte-Nordeste e, assim, atender a uma diretriz do CT-PETRO.

Os valores das bolsas foram, pela primeira vez desde a implantação do PRH, atualizados para patamares equivalentes aos praticados pelas demais instituições de fomento, aumentando, assim, o interesse dos alunos.

12.2 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CLÁUSULA DE INVESTIMENTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A partir de 1998, a ANP incluiu nos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural cláusula estabelecendo que, caso a Participação Especial seja devida para um campo em qualquer trimestre do ano-calendário, o concessionário será obrigado a realizar despesas qualificadas com pesquisa e desenvolvimento (P&D) em valor equivalente a 1% da Receita Bruta da produção para tal campo.

Estabeleceu ainda que até 50% do valor dos investimentos poderão ser aplicados em despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento, executadas em instalações próprias dos concessionários e, no mínimo, 50% dos recursos devem ser aplicados em instituições de P&D credenciadas pela ANP para esse fim.

Nos termos do que dispõe o contrato de concessão, estão enquadrados nessa obrigatoriedade os concessionários Petrobras, SHELL e REPSOL, cujas obrigações anuais são apresentadas na Tabela 19.

Tabela 19 - Valores das Obrigações por Concessionário (em R\$ 1,00)

Concessionário	Acumulado 1998-2004	2005	2006	2007	2008	Total
Petrobras	1.231.581.196	506.629.955	613.841.821	610.244.146	704.689.055	3.666.985.772
Shell	10.715.802	2.281.682	--	--	--	12.997.485
Repsol	--	--	2.547.915	6.259.121	5.833.995	14.641.030
TOTAL	1.242.296.999	508.911.637	616.389.736	616.503.266	710.523.049	3.694.624.287

Fonte: SPG/ANP

A regulamentação da cláusula de investimentos em P&D se dá pelas Resoluções e respectivos Regulamentos Técnicos, especificados a seguir:

- Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005 – diretrizes e critérios para a aplicação dos recursos e para a fiscalização dos investimentos;
- Resolução ANP nº 34/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 6/2005 – credenciamento das Instituições de P&D.

Dessa forma, são as seguintes as principais atividades da CTC, as quais estão diretamente relacionadas à aplicação das referidas Resoluções e Regulamentos:

- Autorização Prévia;
- Fiscalização dos Investimentos Realizados; e
- Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento.

12.2.1 - Autorização Prévia

De acordo com o item 8.2 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, algumas modalidades de despesas somente podem ser admitidas como em pesquisa e desenvolvimento, para efeito do cumprimento da cláusula de investimentos, mediante autorização prévia da ANP.

Para tanto, os concessionários submetem à apreciação da ANP os projetos sujeitos à autorização prévia, cabendo à CTC proceder à sua análise técnica e verificar a pertinência e o enquadramento nos requisitos estabelecidos no Regulamento Técnico ANP Nº 5/2005. No processo de análise, a CTC conta com a participação de especialistas das Superintendências, Coordenadorias e Núcleos da ANP.

Como resultado, em 2008, foram elaborados 173 pareceres técnicos conclusivos referentes aos projetos autorizados. As Tabelas 20 e 21 apresentam, por ano e por con-

cessionário, o número de projetos de investimento autorizados e as despesas, respectivamente.

Tabela 20 - Investimentos em P&D – Número de Projetos Autorizados

Concessionário	Nº de Projetos			
	2006	2007	2008	Total
Petrobras	184	166	172	524
REPSOL	0	2	0	2
SHELL	0	2	1	3
Total	184	170	173	529

Fonte: CTC/ANP

Tabela 21 - Investimentos em P&D – Despesas Autorizadas (em R\$ 1,00)

Concessionário	Investimentos (R\$)				% sobre total acumulado 2006-2008
	2006	2007	2008	Total	
Petrobras	580.521.540	426.954.080	486.264.189	1.493.739.809	98,92
REPSOL	0	2.417.044	0	2.417.044	0,16
SHELL	0	1.015.472	12.908.100	13.923.572	0,92
Total	580.521.540	430.386.596	499.172.289	1.510.080.425	100,00

Fonte: CTC/ANP

Nas despesas autorizadas para o concessionário Petrobras estão incluídas as do Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQP do Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo - PROMINP. Esse programa tem como meta a qualificação de 93.499 profissionais nos níveis básico (58.280), médio (22.155), técnico (2.646), de inspetor (4.208) e superior (6.210), distribuídos por dezessete estados no período 2007-2009. As Tabelas 22 e 23 apresentam os dados referentes ao número de alunos qualificados e aos investimentos realizados nos exercícios de 2007 e 2008.

Tabela 22 - Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP (em nº de alunos)⁷

Nível	Previsto até 2009	Realizado			
		2007	2008	Acumulado	% Realizado / Previsto
Superior	6.210	698	3.296	3.994	64,3
Técnico	2.646	150	473	623	23,5
Inspetor	4.208	433	647	1.080	25,7
Médio	22.155	1.995	3.931	5.926	26,7
Básico	58.280	3.492	9.486	12.978	22,3
Total	93.499	6.768	17.833	24.601	26,3

Fonte: Secretaria Executiva do PNQP/PROMINP

Tabela 23 - Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP (em R\$1,00)

Nível	Previsto até 2009	Realizado			
		2007	2008	Acumulado	% Realizado / Previsto
Superior	76.221.986	22.082.528	34.817.563	56.900.091	74,7
Médio	70.986.329	5.555.055	13.475.830	19.030.885	26,8
Básico	70.454.515	2.624.765	15.861.707	18.486.472	26,2
Despesas com Gestão	11.059.950	3.061.303	3.611.047	6.672.350	60,3
Total	228.722.780	33.323.651	67.766.147	101.089.798	44,2

Fonte: Secretaria Executiva do PNQP/PROMINP

Os investimentos sujeitos à autorização prévia alcançaram em 2008 o montante de R\$499.172.288,98, sendo que, desse valor, cerca de 90% referem-se a investimentos em infraestrutura laboratorial, que atingiu a cifra de R\$ 448.804.566,65. Considerando o acumulado no período 2006-2008, cerca de 80% foram destinados aos gastos com infraestrutura. A Tabela 24 apresenta o volume de investimentos autorizado no período 2006-2008, por categoria de gasto prevista no regulamento.

⁷ Número de alunos efetivamente qualificados em 2007 e 2008. Não inclui alunos evadidos, reprovados e demais perdidas ao longo do curso.

Tabela 24 - Investimentos em P&D (em R\$ 1,00)

Item do Regulamento Técnico ANP Nº 5/2007	2006	2007	2008	Acumulado 2006/2008	% sobre total acumulado 2006-2008
8.2.1 Gestão Tecnológica	-	527.205	-	527.205	0,03
8.2.2 Recursos Humanos (PNQP/PROMINP)	157.997.388	70.725.392	11.562.485	240.285.265	15,91
8.2.3 Infraestrutura Laboratorial	422.524.152	338.768.985	448.804.567	1.209.911.858	80,13
8.2.4 Pessoal administrativo e técnico-operacional	-	4.656.407	-	4.656.407	0,31
8.2.6 P&D em Tecnologia Industrial Básica (TIB)	-	2.211.430	8.563.576	10.733.661	0,71
8.2.7 P&D em Energia	-	13.497.176	30.241.661	43.966.029	2,91
Total	580.521.540	430.386.596	499.172.289	1.510.080.425	100,00

Fonte: CTC/ANP

No que se refere à distribuição regional dos recursos, Tabela 25, verifica-se uma forte concentração dos investimentos na região Sudeste (67,96%), seguida das regiões Nordeste (15,53%), Sul (10,79%) e Norte (4,31%). A região Centro-Oeste apresenta valor pouco expressivo (1,41%).

Tabela 25 - Investimentos em P&D por Região (em R\$1,00)

Região	2006	2007	2008	PNQP/PROMINP	Total	% sobre total acumulado 2006-2008
Sudeste	294.471.020	244.915.561	319.880.112	167.089.250	1.026.355.943	67,96
Nordeste	88.239.582	54.037.753	66.063.487	26.115.270	234.456.092	15,53
Sul	34.002.015	48.566.346	48.248.239	32.081.690	162.898.289	10,79
Norte	3.773.765	4.384.604	53.899.606	3.074.230	65.132.205	4,31
Centro-Oeste	2.037.770	7.756.941	11.080.845	362.340	21.237.896	1,41
Total	422.524.152	359.661.204	499.172.289	228.722.780	1.510.080.425	100,00

Fonte: CTC/ANP.

Considerando os investimentos da concessionária Petrobras, que estrutura seus projetos por área e por redes temáticas, verifica-se que os projetos estão concentrados na área de produção, que absorveu 30,67% do total dos recursos no período 2006-2008, seguido pela área de abastecimento com 13,48% do volume total de recursos, conforme se observa na Tabela 26.

Tabela 26 - Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Área (em R\$ 1,00)

Área	Recursos (R\$)				% sobre total acumulado
	2006	2007	2008	Total	
Exploração	49.693.630	44.607.771	38.058.793	135.142.841	8,95
Produção	119.900.272	124.275.012	182.706.622	463.284.214	30,67
Abastecimento	119.646.510	20.669.600	62.046.625	203.550.306	13,48
Gás, Energia, Meio Ambiente	31.451.537	54.351.252	67.132.641	158.532.824	10,50
Gestão e Inovação		3.877.673	629.418	4.507.091	0,30
Núcleos (multiáreas)	98.468.797	42.066.675	37.891.709	178.427.181	11,82
Projetos (multiáreas)	3.363.407	66.380.705	32.755.476	59.962.183	3,97
PROMINP/PNQP	157.997.388	70.725.392	77.951.006	306.673.786	20,31
Total	580.521.540	430.386.596	499.172.289	1.510.080.425	100,00

Fonte: CTC/ANP

12.2.2 - Fiscalização dos Investimentos Realizados

Conforme determina a cláusula de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, constante dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, o concessionário deverá fornecer à ANP, anualmente, relatório completo das despesas qualificadas com Pesquisa e Desenvolvimento realizadas, incluindo descrição dos aspectos técnicos e documentação auxiliar.

A análise técnica dos relatórios demonstrativos é realizada pelos técnicos da CTC, conjuntamente com técnicos das Superintendências, Coordenadorias e Núcleos da ANP, cujas áreas de atuação e especialização sejam afins com o tema dos projetos de P&D em análise. Inicialmente, é verificado se os investimentos realizados pelos concessionários atendem ao previsto nos contratos de concessão e no Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, classificando-se os projetos como: enquadrados, não enquadrados ou não considerados por falta de informações.

Na fase seguinte, são realizadas visitas técnicas às instalações dos concessionários ou das instituições em que foram executadas as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de acompanhar a execução dessas atividades, confirmar informações ou obter informações adicionais sobre os dados constantes nos relatórios demonstrativos anuais.

Concluída a fase de análise, é elaborado o Parecer Técnico conclusivo, que é encaminhado para manifestação da PRG e, em seguida, para apreciação da Diretoria Colegiada, com a consequente deliberação sobre o valor reconhecido dos investimentos realizados e, se for o caso, sobre o valor do saldo apurado.

12.2.3 - Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O credenciamento das instituições de P&D junto à ANP é condição para que o concessionário possa nelas investir, conforme previsto na cláusula de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento.

O processo de credenciamento, que representa o reconhecimento formal, por parte da ANP, de que a instituição possui competência técnica para atuar em áreas de relevante interesse para o setor de petróleo e seus derivados, gás natural, meio ambiente, energia e na formação de recursos humanos, e de que possui, também, infraestrutura e condições operacionais adequadas para a execução dos serviços tecnológicos credenciados, obedece ao Regulamento nº 06/2005, aprovado pela Resolução ANP nº34/2005.

A Resolução nº 34 prevê ainda que, em caráter temporário e até que a ANP tenha um conjunto de instituições credenciadas, o concessionário possa realizar despesas com Pesquisa e Desenvolvimento nas instituições que tenham recebido recursos do CT-PETRO. Esse mecanismo permitiu que os investimentos continuassem a ser realizados normalmente, enquanto a ANP criava as condições internas para implantar efetivamente o processo de credenciamento.

Em cumprimento às determinações regulamentares, a CTC iniciou em janeiro de 2008 o processo de credenciamento após a conclusão e adequação de um sistema informatizado, que possibilitou às instituições inserirem, *on line*, as informações necessárias para o credenciamento.

A análise técnica das solicitações de credenciamento é realizada pelos técnicos da CTC, conjuntamente com técnicos das Superintendências, Coordenadorias e Núcleos da ANP, cujas áreas de atuação e especialização sejam afins com os serviços de P&D objeto da análise. Como etapa fundamental desta análise, é realizada visita técnica à instituição onde são identificadas evidências quanto a sua competência técnica e capacidade de infraestrutura, sendo também discutidos o escopo e a relação dos serviços tecnológicos propostos.

Concluída a fase de análise, é elaborado o Parecer Técnico conclusivo, que é encaminhado a Diretoria Colegiada, com a consequente deliberação sobre o credenciamento da instituição, sendo posteriormente publicado Despacho no DOU.

Em 2008, deram entrada no sistema 86 solicitações de credenciamento, sendo que 75 instituições protocolaram formalmente a documentação de solicitação de seus pedidos. Das solicitações protocoladas, 19 Instituições foram credenciadas, tendo apenas uma o seu pedido não enquadrado, conforme tabela a seguir.

Tabela 27: Posição do Credenciamento de Instituições de P&D em dezembro de 2008.

Registros no Sistema	Solicitações Protocoladas na ANP	Solicitações Não Enquadradas	Instituições Credenciadas	Solicitações em Análise
86	75	1	19	38

Fonte: CTC / ANP

A instituição é credenciada de acordo com o grupo de serviço, abaixo relacionados, previstos no regulamento:

Grupo A: Desenvolvimento e engenharia de unidades operacionais e/ou insumos Básicos;

Grupo B: Desenvolvimento de produto e engenharia de processos;

Grupo C: Desenvolvimento de sistemas de informação e softwares de controle ou Processamento;

Grupo D: Desenvolvimento de produtos e processos para monitoração, manejo e conservação do meio ambiente;

Grupo E: Desenvolvimento de metodologias de análises e ensaios laboratoriais não-rotineiros referentes à tecnologia industrial básica;

Grupo F: Gestão tecnológica de projetos e programas;

Grupo G: Formação de Recursos Humanos.

A Tabela 28 apresenta a relação de instituições que tiveram seu processo de credenciamento concluído no ano de 2008.

Tabela 28 - Instituições Credenciadas em 2008

Instituições Credenciadas	Grupos de Serviços
Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron - ABTLUS	E
Associação de Ensino Superior Unificado do Centro Leste - UCL/ Faculdade do Centro Leste	A.
Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear - CDTN	D
Centro de Tecnologia de Computação Gráfica - CTGRAPHICS	C
Comando da Aeronáutica - Instituto de Estudos Avançados - IEAv	B
Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas - ATECH	B, D e C
Instituto de Radioproteção e Dosimetria - Laboratório de Nêutrons - IRD	E
Instituto Stela – IS	C
Marinha do Brasil - Centro de Instrução Almirante Bráz Aguiar - CIABA	G
MARINHA do Brasil - Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - CIAGA	G
MARINHA do Brasil/ Centro de Hidrografia da Marinha - CHM	D
MARINHA do Brasil/ Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira - Departamento de Engenharia Oceânica - IEAPM	D
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI BA/ Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia - CIMATEC	B, C e E
Universidade Estadual de Maringá - UEM/ Departamento de Engenharia Civil - DEC	E
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF / Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia - CRITT	F
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP / Escola de Minas - Laboratório de Modelagem Tectônica	B
Universidade Federal de Uberlândia - UFU/ Faculdade de Engenharia Mecânica, Laboratório de Mecânica dos Fluidos - Laboratório de Transferência de Massa	C e E
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ / Instituto de Química - LADETEC	E
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/ Departamento de Pesca e Aquicultura - Laboratório de Oceanografia Pesqueira e Laboratório de Ecologia Marinha	D

Fonte: CTC / ANP

Ressalta-se a necessidade de que seja desenvolvido um novo sistema informatizado que conte com recursos e funcionalidades que permitam o gerenciamento de todas as

etapas do processo de credenciamento, além das atividades relacionadas à fiscalização dos investimentos.

12.3 - APOIO TÉCNICO AO CT-PETRO/MCT

Entre as atribuições da ANP está a de dar apoio técnico ao Ministério de Ciência e Tecnologia na formulação e na administração dos programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, quando financiados com recursos provenientes dos *royalties* (Lei 9.478, art.49, parágrafo 2º).

Desta forma, a atuação da CTC consiste em participar das atividades do CT-Petro junto ao MCT, dando respaldo técnico nas ações relacionadas ao setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, junto à FINEP e CNPq, dando apoio na elaboração de Editais e na avaliação de projetos e seus resultados, assim como apoiando a atuação do representante da ANP no Comitê de Coordenação do CT-PETRO.

No ano de 2008, a CTC participou do Comitê de Avaliação de Mérito da Carta-Convite da Chamada Pública MCT/FINEP – Ação Transversal – Serviços Tecnológicos – SIBRATEC – 01/2008 – Seleção de instituições para integrarem o componente de serviços tecnológicos do Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC, juntamente com representantes do MCT, CT-PETRO e IBP.

12.4 - CAMPO-ESCOLA

O Projeto Campo-Escola foi criado com o objetivo de fomentar a indústria do petróleo e do gás natural, estimular e formar mão-de-obra especializada e desenvolver e disseminar tecnologia mediante reabilitação de alguns campos maduros considerados subcomerciais pela Petrobras e devolvidos à ANP. No âmbito da Agência, a gestão dos convênios é realizada pela Coordenadoria de Segurança Operacional. Para isso, foram estabelecidos dois convênios com instituições de ensino federais locais: um na Bahia e outro no Rio Grande do Norte.

Para ambos os convênios, o ano de 2008 foi significativo. Na Bahia, foi inaugurado, em maio, o campo Fazenda Mamoeiro, no Recôncavo Baiano. Esse foi o segundo campo-escola inaugurado, já que o primeiro foi o campo de Quiambina, em 2003. Em decorrência do convênio, foram criados os cursos de Engenharia de Minas com especialização em Petróleo e o de Pós-Graduação em Petróleo, que já conta com 54 alunos formados em duas turmas distintas.

No caso do Rio Grande do Norte, em 2008, Riacho Alazão foi o primeiro campo a ser reativado, encontrando-se atualmente em condições de produzir. Com duas sedes de ensino, uma em Natal e outra em Mossoró, houve 42 alunos formados pelo curso Técnico de Operação e Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural desenvolvido através do Projeto Campo-Escola. Houve ainda capacitação de professores na área de petróleo e gás natural e a criação do Núcleo de Licenciamento Ambiental e do Laboratório de Análise de Fluidos, em Mossoró.

13 - MEIO AMBIENTE

A ANP, como órgão regulador da indústria nacional do petróleo, gás natural e biocombustíveis, tem entre as suas atribuições previstas na Lei 9.478/1997, que a instituiu, a de implementar a política nacional para o setor e fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente. Para a condução dos temas ambientais, a Agência conta com a Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA).

Visando à articulação com os agentes governamentais e econômicos referente às questões ambientais, a CMA acompanhou as discussões para a definição de políticas públicas na área ambiental, relacionadas com a atuação da Agência, ocorridas ao longo do ano de 2008.

Esse acompanhamento se deu pela indicação de representantes institucionais em Grupos de Trabalho (GT) do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), em GT do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), bem como em outros fóruns de discussão temática, no âmbito interministerial.

A participação dos representantes indicados pela CMA ocorreu sempre de forma articulada com as demais superintendências afins com os temas em discussão nos diversos fóruns. Assim, foi estabelecida uma dinâmica de troca de informações, de maneira que a CMA acompanhasse o andamento dos trabalhos nesses fóruns, sendo responsável pela definição dos posicionamentos assumidos em nome da Agência, com o objetivo de influenciar na criação de políticas e regulamentações que incorporem a realidade do setor de petróleo e gás e reflitam os interesses da sociedade e do mercado.

Foram diversos os temas abordados nos dois grupos de trabalho do CONAMA em que a ANP se fez representar, a saber:

- GT Áreas Contaminadas: a resolução trata de diretrizes para o gerenciamento de áreas contaminadas, bem como estabelece valores orientadores de qualidade de solos brasileiros, e outros, para substâncias químicas orgânicas e inorgânicas. A construção da resolução foi finalizada pelo grupo de trabalho em 2008 e, nesse momento, encontra-se em avaliação na Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental;
- GT Impactos das Mudanças Climáticas no Brasil, que trata do papel do CONAMA na adoção de medidas de adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Não houve reuniões formais do referido GT no segundo semestre de 2008.

Da mesma forma, no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), houve também a participação da ANP no Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira, onde se discutiu a elaboração de minuta de Resolução que estabelece diretrizes adicionais a serem incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira. O GT foi encerrado em 2008.

Encontra-se em estágio inicial a implementação do GT Reavaliação e Adequação da Proposta de Resolução que Estabelece Diretrizes Adicionais aos Planos de Recursos Hídricos de Regiões que Conttenham Trechos da Zona Costeira, que tem como objetivo o estabelecimento de diretrizes adicionais para a articulação entre o gerenciamento de recursos hídricos e o gerenciamento costeiro.

Grupo Interministerial - Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)

Desde o ano de 2006, a área ambiental da ANP acompanha as discussões para elaboração dos ZEE regionais e estaduais, participando de eventos coordenados pelo Consórcio ZEE Brasil. No ano de 2008, avanços foram realizados em relação ao ZEE da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Uma vez que existem bacias sedimentares inseridas na área geográfica tratada pelo referido ZEE, em 2008, a CMA forneceu ao MMA informações sobre as atividades da indústria de petróleo e gás já realizadas e em estudo ou planejamento na área em questão. Adicionalmente, a CMA, em conjunto com outras áreas finalísticas da ANP, estabeleceu diretrizes e prioridades para a área geográfica de referência do ZEE do São Francisco. A participação da ANP neste Grupo é de grande importância já que, nas discussões realizadas para a elaboração dos ZEE, diversas restrições derivadas de políticas ambientais podem impactar a implementação da política energética nacional.

Colaboração com outros órgãos governamentais

Buscando colaborar com outros órgãos governamentais da área ambiental, responsáveis por definir ou implementar políticas relativas às suas áreas de atuação, a CMA/ANP, dentro da sua competência, atuou no envio de informações sobre a atuação da indústria de petróleo e gás em território nacional. De forma geral, a CMA, com o apoio de outras superintendências da ANP, além do repasse das informações, elaborou mapas georreferenciados, levando em consideração as bacias sedimentares, setores de interesse para E&P, blocos exploratórios, campos em produção, polígonos com a previsão de estudos de exploração de petróleo e gás a serem realizados pela ANP, gasodutos, terminais e bases, de forma a construir um panorama sobre a atuação da indústria.

Em 2008, foram atendidas pela CMA requisições do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) quanto à identificação de áreas de interesse para o setor de petróleo e gás natural que, porventura, se sobrepussem às áreas das unidades de conservação federais Floresta Nacional de Jacundá, Estação Ecológica de Cuniã e Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, localizadas no estado de Rondônia; e do Ministério da Justiça do Distrito Federal, quanto à atuação da indústria de petróleo e gás no estado de Roraima. Adicionalmente, a CMA colaborou com o MMA no sentido do repasse de informações que subsidiarão o Plano Nacional de Outorga Florestal.

Audiências convocadas pelo Ministério Público

É comum a ANP receber convocações e solicitações de órgãos governamentais, como dos Ministérios Públicos, Delegacias de Polícia de Meio Ambiente, para responder pelos aspectos de caráter ambiental existentes em ações da Agência. Em 2008, técnicos da CMA atuaram como prepostos da ANP nas seguintes circunstâncias:

- Audiência relativa ao Inquérito Civil 167/05 - MP/RS, em Tramandaí, RS, para tratar de contaminação por óleo em terreno nas imediações do Terminal Soares Dutra – TEDUT;
- Audiência na Vara Federal em São Paulo-SP sobre a regulamentação da especificação do Diesel S-50 para cumprimento da Resolução CONAMA nº 315/03;
- Audiência na Vara Federal em São Paulo-SP em Ação Civil, que trata da distribuição do GLP através do sistema *bobta*;

- Solicitação à ANP da Procuradoria Federal de Barra Mansa para análise técnica de relatórios de investigação e de remediação de Posto de Combustível localizado em Barra Mansa/RJ;
- Solicitação à ANP da Delegacia de Polícia de Meio Ambiente de São Paulo de ação de fiscalização em Posto de Combustível na Cidade de Monções, São Paulo – SP. Tal ação incluiu contatos com a SFI/ANP, SAB/ANP, CETESB e Prefeitura do Município de São Paulo.

Audiências públicas do processo de licenciamento ambiental

A ANP, através da Coordenadoria de Meio Ambiente, vem acompanhando junto ao IBAMA o andamento de diversos processos de Licenciamento Ambiental dos agentes econômicos do setor de Petróleo e Gás. Alguns desses processos requerem a realização de audiência pública para a discussão do EIA/RIMA. Em 2008, o grupo da CMA participou das seguintes audiências:

- Audiência pública sobre o Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais para a atividade de perfuração da Área Geográfica do Espírito Santo (AGES) e Termo de ajustamento de conduta;
- Audiência pública sobre o Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais do licenciamento ambiental do teste de longa duração – TLD no Pólo Tupi, Bloco BM-S-11, Bacia de Santos;
- Audiência Pública referente ao EIA/RIMA para o licenciamento ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Gás Natural e Petróleo no Bloco BS-500, Bacia de Santos.

Décima Rodada de Licitações

A CMA participou dos trabalhos que viabilizaram a realização da Décima Rodada de Licitações, realizando as seguintes atividades:

- Interlocução com os órgãos de meio ambiente federal e estaduais, com vistas à emissão dos pareceres ambientais sobre as áreas estudadas, para oferta na 10ª Rodada de Licitações. Os pareceres ambientais são determinantes para a definição das áreas e as circunstâncias em que poderão ser ofertadas nas rodadas de licitação;
- Avaliação conjunta com a SDB dos pareceres técnicos emitidos pelo GTPEG, OEMAs e Secretarias de Meio Ambiente estaduais, referentes a restrições e condicionantes ambientais para os blocos a serem ofertados na Rodada;
- Preparação, em conjunto com a SDB, da “Manifestação conjunta ANP e IBAMA sobre a oferta de blocos”, conforme previsto na Resolução CNPE nº 8 /2003;
- Organização do Seminário Técnico-ambiental da 10ª Rodada com participação dos técnicos de OEMAs e das Secretarias de Meio Ambiente Estaduais, para o atendimento aos representantes de empresas e consultorias, bem como para a definição de sistemática de trabalho para o aprimoramento das atividades conjuntas da ANP e dos órgãos ambientais em futuras rodadas de licitação;
- Apresentação do tema relativo às “Questões ambientais no contexto da Décima Rodada”, nos fóruns regionais em Salvador, Natal e Manaus.
- Apresentação institucional da ANP em *workshops* realizados na UFRN, em Natal-RN e na UFCG, em Campina Grande-PB

Avaliação ambiental para a 3ª Rodada de Licitações de Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais

A CMA ofereceu subsídios à Diretoria Colegiada no que se refere à decisão sobre a realização da 3ª Rodada de Licitações de Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais. A seguir estão as principais atividades realizadas:

- Interlocução com os órgãos de meio ambiente federal, da Bahia e do Espírito Santo com vistas à emissão dos pareceres ambientais sobre os campos estudados para oferta na 3ª Rodada de Áreas Inativas com Acumulações Marginais;
- Avaliação dos pareceres técnicos emitidos pelo GTPEG, IEMA-ES, SEMA-BA e IMA-BA, referentes a restrições e condicionantes ambientais para os campos a serem ofertados na rodada;
- Visita técnica para levantamento de passivos ambientais das áreas de Beija-Flor, Bom Viver, Cinzento, Dias D'Ávila, Fazenda Azevedo Oeste, Fazenda Gameleira, Jacumirim, Miranga Leste, Narandiba, Rio Santana, Santa Maria, Sabaúma Mirim, Vale do Quiricó, Fazenda Sori, Lagoa Verde e Paramirim do Vencimento, acompanhado de técnicos da Petrobras e do IMA-BA;
- Elaboração de Notas Técnicas para subsídio à tomada de decisão sobre a oferta das áreas visitadas.

GT da ANP para Emissão das Autorizações de Construção dos Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

Conforme solicitação da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM) da ANP, a CMA avaliou as informações encaminhadas pela Petrobras referentes aos aspectos de meio ambiente dos projetos de construção dos terminais flexíveis de GNL na Baía de Guanabara (RJ) e em Pecém (Ceará). O GT permanecerá em funcionamento em 2009. Está prevista para o início de 2009 a emissão das autorizações de operação dos referidos terminais.

Avaliação do Programa de Formação de Recursos Humanos (PRH)

Em cooperação com a Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos (CTC), os servidores lotados na CMA participaram tanto de reuniões de apresentação das Instituições credenciadas no Programa de Recursos Humanos da ANP, como também das visitas às instalações de algumas delas, objetivando avaliar tais instituições seguindo os critérios preestabelecidos pelo CTC.

Análise de Projetos ambientais de instituições de pesquisa e desenvolvimento

A ANP incluiu, desde o ano de 1998, da Rodada Zero, nos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, cláusula denominada "Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", a qual determina que o Concessionário deverá investir em Pesquisa e Desenvolvimento, em temas relacionados com a indústria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 1% da receita bruta da produção do campo no qual a Participação Especial seja devida. A CMA, colaborando novamente com a CTC, participou na análise técnica de projetos relacionados a temas ambientais de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, que necessitavam de autorização prévia por parte da ANP, de acordo com o Regulamento Técnico ANP – Nº 5/2005. No ano de 2008, foram analisados 14 projetos, que versavam sobre te-

mas como a conservação e a recuperação de ecossistemas e a remediação de áreas impactadas, o monitoramento ambiental marinho, e tecnologias para mitigação de mudanças climáticas, dentre outros.

Grupos de Trabalho para revisão de regulamentação da ANP

Em 2008, a CMA também auxiliou na revisão de portarias e resoluções elaboradas pela ANP:

- Revisão da Portaria ANP 234/2003, que define o procedimento de imposição de penalidades aplicáveis aos infratores das disposições e termos constantes dos contratos de concessão de E&P;
- Revisão da Resolução ANP 41/2004 e de seu respectivo regulamento técnico, que estabelecem a regulamentação e a obrigatoriedade de autorização da ANP para o exercício da atividade de produção de biodiesel;
- Revisão da Portaria 28/1999 e de seu respectivo regulamento técnico, que estabelecem a regulamentação para o exercício das atividades de construção, ampliação de capacidade e operação de refinarias e de unidades de processamento de gás natural.

Seminário Técnico sobre os Impactos Ambientais das Atividades *Onshore* de Exploração, Produção e Transporte de Petróleo e Gás Natural

Compreendendo que, para a indústria de petróleo e gás, a etapa de Licenciamento Ambiental se configura como etapa crítica que antecede a implantação de tais atividades, a CMA em conjunto com o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) e com a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP) discutiu a realização de um seminário que tratará dos impactos ambientais das atividades *onshore* de exploração, Produção e Transporte de Petróleo e Gás Natural. Até o presente momento, foram elaborados a estrutura e o conteúdo programático do seminário, bem como identificados os instrutores e as instituições (órgãos ambientais estaduais) que participarão do evento. O evento, considerado como prioritário, deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2009.

Análise de mérito dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de Exploração e Produção (E&P)

Em 2008, a equipe da CMA, a partir de solicitações da SEP e da SEC, passou a realizar análises de mérito dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de E&P, em função de solicitação de prorrogação e suspensão temporária de contratos de concessão. Coube à CMA avaliar os impactos de eventuais atrasos no processo de licenciamento ambiental nos compromissos existentes nos contratos de concessão de áreas de E&P. Em 2008, a CMA analisou cinco processos referentes aos blocos exploratórios BM-ES-24, BM-SEAL-10 e 11, BM-J-1, BM-SEAL-9, BM-BAR-4, e um sobre a fase de avaliação do poço 1-RC-4-RN de Rio do Carmo (RN).

Apoio a outras Superintendências e demais estruturas da ANP

- Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM) – Suporte sobre o andamento dos processos de licenciamento ambiental;
- Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de produtos (SBQ) – Apoio ao levantamento dos aspectos ambientais da produção e uso do asfalto de borracha, visando à sua especificação pela ANP; Participação no Grupo de Trabalho da ANP criado com o objetivo da elaboração de especificação do asfalto-borracha.

- Comissão Especial de Licitações (CEL) – Parecer sobre a possibilidade de realização de atividades exploratórias e de produção de petróleo e gás na Zona de Amortecimento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Convênio ANP-UFRN-CEFET/RN - Governo do Rio Grande do Norte para a implantação do Campo-Escola Riacho Alazão

Representantes da CMA participaram de reuniões com os partícipes do Convênio Campo-Escola Riacho Alazão, no Rio Grande do Norte, com o objetivo de efetivar o início da operação do referido Campo-Escola. Também foram realizadas visitas a campo para conhecimento dos aspectos ambientais da região.

14 - REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

A ANP, por meio da Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP), destacou como prioridade o projeto de atualização dos ativos industriais existentes na indústria do refino de petróleo e processamento de gás natural e a finalização da revisão da regulamentação para a atividade de produção de biodiesel, de modo a consolidar as suas atribuições de regulação nos setores sob sua responsabilidade.

O projeto de atualização dos ativos visou aproximar a ANP dos agentes regulados, de modo a confirmar a existência, a operação e as respectivas capacidades das unidades industriais até então autorizadas por meio da Portaria ANP nº 28, de 5 de fevereiro de 1999 e, principalmente, no que se refere às autorizações expedidas por força do artigo 55 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, ratificando a titularidade e os direitos das refinarias e unidades de processamento de gás natural - UPGN existentes na época de criação da citada lei.

Com exceção de duas refinarias privadas, com vistorias previstas para o primeiro semestre de 2009, todas as demais refinarias e unidades de processamento de gás natural - UPGN foram vistoriadas, com o objetivo de mapear o esquema de produção e propor a outorga de uma autorização unificando os ativos industriais existentes em cada empreendimento. Em 2009, pretende-se dar continuidade a esse projeto, direcionando as vistorias para os produtores de solventes, centrais petroquímicas e o agente econômico denominado formulador de combustíveis.

Em 2008, foi publicada a Resolução ANP nº 25, de 2 de setembro de 2008, que regula a atividade de produção de biodiesel. Com este novo instrumento, o processo de autorização foi dividido em três etapas, permitindo uma regulação mais eficiente principalmente quanto ao aspecto de garantia da qualidade do produto final. Isso somente foi possível devido à grande participação da sociedade durante os processos de consulta e de audiência públicas.

14.1 - REGULAMENTAÇÃO

A Resolução ANP Nº 41/2004, que regulava a atividade de produção de biodiesel, foi revogada e substituída pela Resolução ANP Nº 25, de 2 de setembro de 2008. Essa Resolução e seu Regulamento Técnico são mais prescritivos e têm como principal objetivo minimizar ocorrências quanto aos aspectos de qualidade do produto, saúde, segurança e meio ambiente.

Esse novo instrumento regulatório permite à ANP um acompanhamento melhor da atividade de produção de biodiesel no País, melhorando a eficiência do processo de autorização, da fiscalização dos agentes autorizados, e propicia maior transparência à sociedade quanto à construção e à operação de plantas industriais, bem como a qualidade do biodiesel produzido e a garantia do abastecimento.

Destaca-se como um dos maiores avanços na Resolução ANP Nº 25, de 2 de setembro de 2008, a garantia da qualidade do biodiesel a ser produzido pelos agentes econômicos antes mesmo de sua autorização ser outorgada, pois a Resolução estabelece que esses agentes somente poderão comercializar sua produção após a publicação, no Diário Oficial da União - D.O.U., da Autorização para Comercialização do biodiesel produzido, B100, condicionada à comprovação de sua qualidade.

A autorização para a atividade de produção de biodiesel passou a ser composta de três etapas:

- ✓ - Autorização para construção de novas unidades, ampliação de capacidade ou modificação de plantas existentes;

- ✓ - Autorização para Operação (condicionada à emissão, pela ANP, de laudo positivo de vistoria das instalações industriais após a conclusão da etapa de construção ou modificação); e
- ✓ - Autorização para Comercialização do biodiesel (condicionada à comprovação da qualidade do biodiesel produzido).

Além da Portaria ANP Nº 91, de 26 de maio de 2004, que trata da delegação de competência para a SRP autorizar ampliações de capacidade dos ativos na área de refino de petróleo e processamento de gás natural, foi criada a Portaria ANP Nº 365, de 1º de dezembro de 2008, que trata da delegação de competência para a SRP autorizar a comercialização do biodiesel produzido em plantas produtoras de biodiesel, mediante parecer favorável da SBQ.

Foi reiniciado o processo de revisão da Portaria ANP Nº 28, de 5 de fevereiro de 1999, que regulamenta as refinarias e as UPGN. Essa revisão promoverá a segregação da regulamentação de refinarias e UPGN, a partir de duas resoluções distintas, acompanhadas de seus respectivos Regulamentos Técnicos. Este processo de revisão tem sua conclusão prevista para o final do 1º semestre de 2009.

Além disso, está sendo desenvolvida uma nova resolução para regular a produção de combustível por meio de processos alternativos. O projeto parte de uma realidade do mercado, que começa a desenvolver novos processos industriais para produzir combustíveis, como a partir da reciclagem de pneus ou de materiais plásticos. Esse processo também está previsto para ser finalizado no final do 1º semestre de 2009.

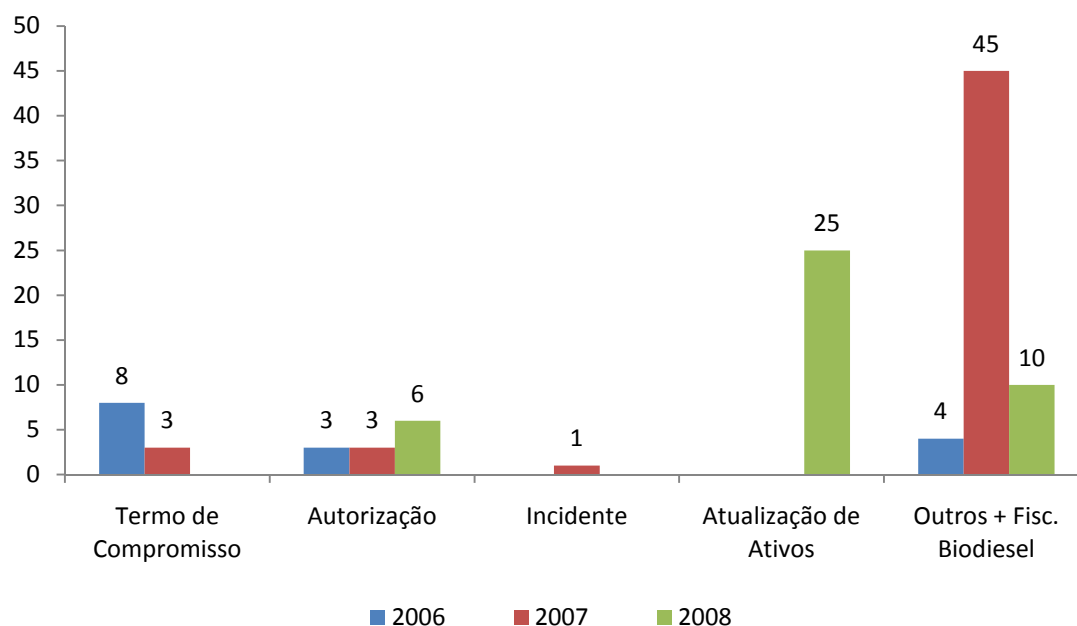
14.2 - FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS

A SRP tem como uma de suas atribuições, de acordo com a Lei n.º 9478, de 6 de agosto de 1997, artigo 8º, inciso VII, fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

No ano de 2008, a SRP realizou 41 visitas de fiscalização direcionadas aos processos de autorização de novas instalações, aos acompanhamentos da Segurança Operacional das instalações autorizadas por meio do cumprimento dos termos de compromisso⁸, às novas instalações produtoras de biodiesel e vistorias para o projeto de atualização dos ativos industriais.

⁸ Termo de Compromisso: documento a ser firmado entre a ANP e a empresa ou consórcio de empresas requerente, como parte integrante da Autorização, estabelecendo prescrições para as atividades de operação, manutenção, inspeção, treinamento de pessoal e desativação de Refinarias de Petróleo e Unidades de Processamento de Gás Natural e exigências quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações vizinhas a estas instalações.

Gráfico 31 – Fiscalizações por Ação 2006/2008



Fonte: SRP/ANP

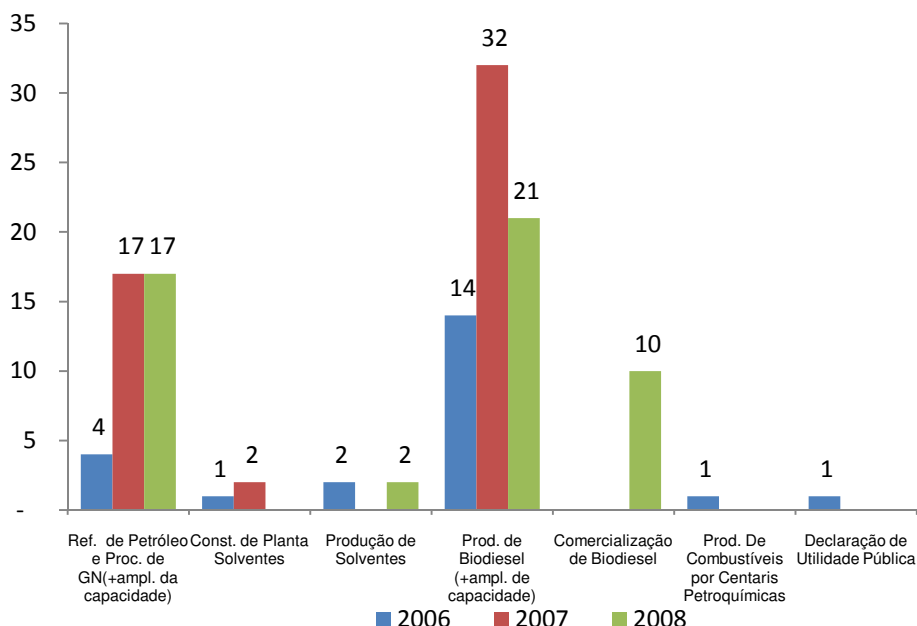
As 25 ações de fiscalização realizadas para o projeto de atualização dos ativos englobam todas as UPGN e 12 Refinarias, localizadas nas regiões norte, nordeste, sul e sudeste do País. Essa atividade mobilizou toda a equipe da SRP no período de maio a dezembro de 2008, vista a complexidade dos empreendimentos e a necessidade de elaboração de notas técnicas para nortear as vistorias.

Contribuindo para a proteção dos interesses do consumidor quanto à qualidade, segurança operacional e oferta de produtos, foram realizadas duas fiscalizações para investigação de denúncias em produtores de solventes autorizados, juntamente com a SFI.

14.3 - AUTORIZAÇÕES DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS

Foram outorgadas 50 autorizações das áreas de refino de petróleo e processamento de gás natural, de produção de solventes, e de produção de biodiesel.

Gráfico 32 – Autorizações Outorgadas 2006/2008



Fonte: SRP/ANP

Em 2008, destacam-se as 10 autorizações para comercialização de biodiesel. Autorização esta que foi estabelecida com a publicação da Resolução ANP nº 25/08, focando a qualidade do biodiesel que chegará até o consumidor final.

Quanto às autorizações para produção de biodiesel, incluindo as ampliações de capacidade, percebe-se uma queda com relação ao ano de 2007. A diminuição da entrada de novos agentes econômicos se deve ao fato do mercado estar mais maduro e estável. Ainda assim, a ampliação da capacidade autorizada de produção de biodiesel em 2008 foi três vezes o crescimento da demanda total de biodiesel.

As 17 autorizações para as atividades de refino de petróleo e processamento de gás natural contemplam as UPGN previstas no Plano de Antecipação da Produção de Gás - PLANGÁS, a saber:

UTG (Unidade de Tratamento de Gás) – Sul Capixaba – ES, composta pelas Unidades UAPO (Unidade de Ajuste de Ponto de Orvalho) e UPCGN (Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural). Este projeto visa processar a produção do Campo de Jubarte, bem como de novos campos em sua proximidade, aumentando a oferta de gás natural através do gasoduto Cabiúnas-Vitória (GASCAV).

UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural) – TECAB (Terminal de Cabiúnas) – Cabiúnas- RJ, composta pelas Unidades: URL III / URL IV (Unidades de Recuperação de Líquidos) / UTGN II / UPCGN III. Este projeto visa permitir o escoamento de 28 milhões m³/d de gás das Bacias de Campos e do Espírito Santo.

UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural) – REDUC – RJ, composta pelas Unidades: UFL II (Unidade de Fracionamento de Líquidos) / U-MEA II (Unidade de Monoetanolamina). Este projeto visa aumentar a produção e oferta de gás natural na região Sudeste.

Ainda sobre as autorizações para as atividades de refino de petróleo, foram autorizadas no período seis ampliações visando adequar o teor de enxofre dos combustíveis

automotivos produzidos às novas especificações de qualidade e cenários de mercado, com foco ambiental.

14.4 - PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS INSTITUCIONAIS

A ANP, por meio da SRP, participa de grupos denominados institucionais, administrados por outros órgãos do Governo Federal, dando apoio técnico e representando a ANP nas mais diversas discussões do setor de petróleo e gás. No exercício de 2008, podemos dar destaque à participação da SRP no Painel de Referência, organizado pelo Tribunal de Contas da União, para validação de métodos e técnicas desenvolvidas pela Fundação Getúlio Vargas para a fiscalização da regulação econômico-financeira do setor de refino de petróleo, e ainda a participação nas reuniões do Grupo de Trabalho do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP, que tem como objetivo a criação de uma política de conteúdo local para o setor de abastecimento.

15 - COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

De acordo com a Lei n.º 9.478/97, a ANP regulamenta, através das atividades desenvolvidas no âmbito da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM), a comercialização e movimentação de petróleo, seus derivados e gás natural, expondo como atribuições neste segmento os seguintes tópicos:

- (i) propor a outorga de autorizações para importação e exportação de gás natural, a construção, ampliação ou operação de instalações destinadas ao transporte e à transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive gás natural liquefeito (GNL), e as atividades de distribuição de Gás Natural Comprimido - GNC e Gás Natural Liquefeito - GNL;
- (ii) realizar estudos visando à viabilização da ampliação da participação do gás natural na matriz energética brasileira;
- (iii) gerir as atividades relacionadas com a importação, exportação e movimentação do petróleo, seus derivados e gás natural;
- (iv) propor os requisitos a serem atendidos pelos proponentes interessados em exercer as atividades citadas no item anterior e;
- (v) desempenhar outras funções correlatas.

15.1 - AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS

A Agência encaminhou para publicação 204 atos administrativos, sendo 145 autorizações e 59 despachos necessários para dar transparência ao mercado e à sociedade quanto ao escopo dos projetos de infraestrutura de movimentação de petróleo, seus derivados e gás natural. No que tange especificamente ao quantitativo de autorizações, as outorgas em 2008 representaram um acréscimo de 38,1% de atos publicados, se comparados com os dados de 2007, tendência esta observada na tabela abaixo.

Tabela 29 – Autorizações Outorgadas

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Gás Natural	8	12	23	29	28	37	46	33	42	73
Petróleo e Derivados	28	17	32	62	36	51	48	53	63	72
Total	36	29	55	91	64	88	94	86	105	145

Fonte: SCM/ANP

Vale mencionar que, no conjunto de instalações autorizadas ao longo do ano, destacam-se aquelas relacionadas:

- (a) à construção dos terminais flexíveis de GNL (marcadas pelo seu pioneirismo), com a operação prevista para 2009 e capacidade de regaseificar e escoar 20 milhões m³/dia;

(b) ao início da operação de cinco gasodutos de transporte e transferência, com potencial, já em 2009, de agregar 42 milhões m³/dia de gás natural no mercado, mediante a utilização de mais 1.117 km de dutos; e

(c) à construção de mais seis gasodutos de transporte e transferência que poderão introduzir mais 105 milhões m³/dia de gás natural, mediante a implantação de mais 800 km de infraestrutura de escoamento, estes com previsões de entrada em operação até o final de 2013.

Estes projetos ganham relevância, em virtude da necessidade de garantir abastecimento do energético gás natural, em um mercado com perspectivas de crescimento no consumo. Além destas autorizações, destacam-se, ainda, aquelas atinentes ao segmento de distribuição de GNC (em virtude da regularização dos agentes em operação perante os termos da nova norma - Resolução ANP n.º 41/2007) e aos sistemas de armazenamento e movimentação de biodiesel (em virtude da obrigatoriedade de adição de 3% de biodiesel em diesel, conforme antecipação estabelecida pela Resolução CNPE nº 2, de 13/03/2008).

15.2 - INSPEÇÕES TÉCNICAS

Esta é uma das principais atividades da ANP, uma vez que seu objetivo precípua é garantir a segurança operacional das instalações por ela autorizada, dentro de sua esfera de competência. Tais inspeções técnicas realizadas nas instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural podem ser classificadas como:

- (i) vistorias técnicas para outorga de autorização de operação;
- (ii) vistorias de cunho preventivo;
- (iii) inspeções relacionadas com a fiscalização de incidentes;
- (iv) vistorias em embarcações utilizadas no transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

Vale destacar que para realizar ações apontadas no item (iv), faz-se fundamental manter convênio com o Departamento de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil, tendo em vista o fato de a Agência não possuir infraestrutura e pessoal especializado para a realização das seguintes atividades:

- a) fiscalizar as embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural (no que diz respeito às atividades de movimentação desses produtos);
- b) levantar os dados e informações e apurar responsabilidades sobre incidentes operacionais que tenham causado danos ambientais.

Nesse sentido, no ano de 2008, foram executadas 1.939 ações de fiscalização, estando em torno de 30% acima do montante de vistorias realizadas no ano anterior, demonstrando a crescente importância da Agência nessa atividade.

15.3 - ATIVIDADES QUE VISAM À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

Entendem-se como atividades que visam à promoção do sadio desenvolvimento da indústria do petróleo, seus derivados e gás natural aquelas ações realizadas no âmbito da ANP que permitem garantir tanto a inserção de novos agentes no mercado (em mercados incipientes como o de gás natural) quanto o desenvolvimento da indústria

em padrões adequados (tanto do ponto de vista da sua estruturação quanto do ponto de vista de enquadramento ao arcabouço normativo técnico). Nesse sentido, merecem destaque as seguintes atividades executadas pela Agência no ano de 2008, sendo que algumas delas representam a continuidade de atividades iniciadas em anos anteriores.

Desde o ano de 2002, a ANP vem enfatizando a necessidade de existência de uma legislação específica para a indústria brasileira de gás natural, tendo, a partir de então, participado da discussão, sempre que convocada. Cientes da importância de tal legislação, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo elaboraram propostas de Projetos de Lei do Gás Natural, tendo tais propostas sido apresentadas em 2005 e 2006. Após longa discussão no Congresso Nacional, o texto foi aprovado no plenário das duas casas, em dezembro de 2008. Cabe ressaltar, que ao longo de todo o processo de discussão, áreas técnicas da ANP elaboraram um conjunto de notas técnicas para subsidiar a participação da Diretoria nessa discussão.

Em outubro de 2007, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP solicitou à ANP uma avaliação a respeito da possibilidade de publicação de ato administrativo, atestando que as cláusulas de *Take-or-Pay* e *Ship-or-Pay*⁹ são necessárias para garantir o equilíbrio econômico dos contratos entre os agentes da indústria do gás natural e que, portanto, figuram como prática comum na comercialização deste energético. Conforme exposto pelo IBP, tal ato administrativo atenderá aos agentes que tenham que comprovar a usualidade dessas cláusulas, junto aos bancos comerciais integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nas operações cambiais destinadas ao pagamento das importações e das obrigações contratuais das empresas importadoras de gás natural.

Dessa forma, a ANP publicou no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2008 o Despacho nº 562, de 11 de junho de 2008, atestando que as cláusulas de *Take-or-Pay*, *Make-up Gas* e *Ship-or-Pay* representam práticas usuais adotadas no âmbito da indústria do gás natural, no Brasil e no exterior.

Diante do contexto de crescimento da demanda por gás natural no Brasil, atrelado a alguns problemas enfrentados no suprimento desse energético, tornou-se premente o empreendimento de ações efetivas para a ampliação da capacidade de transporte de gás, visando ao abastecimento do mercado nacional. Nesse sentido, visando cumprir regulamentações desta Agência, o Concurso Público de Alocação de Capacidade (CPAC) realizado pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) foi finalizado no ano de 2008, tendo a Petrobras figurado como a única manifestante interessada em adquirir capacidade no Gasoduto Bolívia Brasil (GASBOL), apresentando sua Proposta Irrevogável à TBG. As empresas assinaram o Contrato de Transporte de Gás Natural correspondente, incluídos os Termos e Condições Gerais a este anexo, em 28 de maio de 2008. Cabe destacar, ainda, que há outro processo que se encontra em curso, este referente à expansão da Malha Sudeste de escoamento de gás natural de produção nacional pela Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), empresa que incorporou a Transportadora Nordeste Sudeste S.A. (TNS), cujo processo teve início no segundo semestre de 2006. Espera-se a conclusão deste CPAC apenas no ano de 2009.

⁹ Conforme disponível no Despacho do Diretor-Geral nº 562, de 12 de junho de 2008, entende-se que: (i) cláusula de *Take-or-Pay*, integrante dos contratos de compra e venda de gás natural, determina a regra pela qual o comprador/importador assume a obrigação de pagar um percentual mínimo sobre a quantidade total contratada de gás natural, em um período de apuração especificado, independentemente do seu efetivo consumo ou da sua internalização neste ínterim, objetivando-se assegurar o retorno mínimo dos investimentos realizados na exploração dos campos e tratamento do gás natural ao vendedor/fornecedor do energético; (ii) cláusula de *Ship-or-Pay* estabelece a regra de que o agente que contrata capacidade de transporte junto ao transportador para escoar gás natural é obrigado a pagar por ela ainda que não a utilize, objetivando-se garantir o retorno dos investimentos realizados em instalações de transporte dutoviário de gás natural; e (iii) cláusula de *Make-up*, integrante dos contratos de compra e venda de gás natural, outorga, sob determinadas condições, o direito de recuperação futura de quantidades de gás natural não retiradas, mas pagas pelo comprador/importador em virtude da cláusula de *Take-or-Pay*.

Diante do ineditismo de processos relacionados à construção/operação de instalações de GNL no País, diversas ações foram tomadas a fim de possibilitar uma avaliação pormenorizada de toda a documentação dos empreendimentos. Nesse sentido, um grupo técnico formado por diferentes áreas da ANP foi criado, com o objetivo de elaborar pareceres que pudessem embasar tecnicamente a Diretoria Colegiada quanto à decisão de outorgar as autorizações para construção dos Terminais de GNL de Pecém e Baía de Guanabara.

Ao final do ano de 2007, foram outorgadas as Autorizações de Construção dos gasodutos de escoamento de gás natural dos dois empreendimentos. Já nos meses de março e abril de 2008 foram outorgadas as Autorizações de Construção das instalações de recebimento e transferência de GNL dos Píeres de Pecém/PE e Baía de Guanabara/RJ, respectivamente. Já no segundo semestre de 2008, a Transportadora Associada de Gás (TAG) iniciou o processo referente à outorga das autorizações de operação para os terminais de GNL, sendo então realizadas diversas reuniões entre os corpos técnicos da ANP e da TAG, Transpetro e Petrobras, para esclarecimento de dúvidas e fornecimento de informações. Além disso, o corpo técnico da ANP realizou cinco vistorias técnicas ao Terminal de Pecém, e três ao Terminal da Baía de Guanabara, com a finalidade de acompanhar a construção das instalações para posterior outorga da Autorização de Operação.

Adicionalmente, foram realizadas duas missões técnicas no decorrer do ano de 2008, ao Reino Unido e à Espanha, que, somadas à visita aos EUA ocorrida em novembro de 2007, visaram ao intercâmbio de informações técnicas com os órgãos reguladores locais, plantas industriais e empresas de consultoria com larga experiência em operações com GNL, de modo a ANP trocar experiências com órgãos reguladores que detêm mais experiência neste tipo de atividade. Após o retorno das missões, foram elaborados relatórios de visita que se encontram no endereço eletrônico: http://www.anp.gov.br/gas/gas_visitas_tecnicas.asp.

Ressalta-se, ainda, que além da aderência aos preceitos técnico-normativos, que se configura como requisito para a obtenção das autorizações de construção/operação destes empreendimentos, a ANP esteve também focada na aderência regulatória dos aspectos econômico-financeiros. Sendo assim, outro grupo de trabalho foi formado para analisar especialmente questões referentes ao cálculo da parcela do transporte do gás natural regaseificado. Após a realização dessas reuniões e do encaminhamento dos esclarecimentos acerca de diversos itens, observou-se o atendimento de todas as condicionantes de cunho econômico e regulatório.

Cabe destacar, por fim, que para a movimentação de gás natural, advinda do recebimento do gás natural liquefeito (GNL) nos terminais supracitados, fez-se necessário permitir a importação desse produto pela Petrobras, nos termos da Portaria ANP n.º 43/1998, com o volume total a ser importado de até 20 milhões m³/dia de gás natural, ou 33.300 m³/dia de GNL. O GNL será adquirido pela Petrobras no mercado *spot*, sem um fornecedor previamente definido, o qual poderá variar de uma carga de produto para outra, e terá como finalidade o atendimento da demanda para geração termelétrica e, eventualmente, do suprimento das distribuidoras de gás canalizado. Nesse sentido, a ANP emitiu a Autorização n.º 257, de 8 de julho de 2008, publicada no DOU de 9 de julho de 2008.

Em consonância com o estabelecido no Art. 57 da Lei n.º 9.478/97, um conjunto de instalações necessárias para movimentação de petróleo e derivados (dutos e terminais) foram autorizadas pelas Autorizações ANP n.º 04/98 e n.º 07/98. Todavia, fez-se necessária a assinatura de Termos de Compromisso com a Petrobras e com a Transpetro (ao longo de 2001 a 2003), para que essas instalações fossem enquadradas nos termos da Portaria ANP n.º 170/98, norma esta que regulamenta o processo de autori-

zação destas unidades. Ao longo de 2008, seis autorizações foram emitidas para a regularização de instalações pertencentes tanto à Petrobras quanto à Transpetro.

Por outro lado, em virtude da incorporação da Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. (TNS) pela Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), foi necessário celebrar outro termo de compromisso, este entre ANP e TAG, mediante o qual esta transportadora se comprometeu a efetuar as medidas necessárias à alteração da titularidade das autorizações emitidas originalmente em nome da TNS e à conclusão dos processos de análise dos pedidos de autorizações realizados pela TNS e pela TAG em nome do Consórcio.

Com o intuito de monitorar a movimentação de gás natural no Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) durante restrições no abastecimento provocadas por uma crise política na Bolívia, que levou danos às instalações de transporte de gás natural naquele país, foram elaborados boletins periódicos de acompanhamento da vazão de gás natural na fronteira da Bolívia com o Brasil e do estoque no gasoduto.

Objetivando acompanhar as ações tomadas pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) a fim de recuperar o trecho danificado do gasoduto no Estado de Santa Catarina e de retomar o abastecimento de gás natural nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul de forma segura, foram:

- (i) realizadas reuniões entre a Agência e a TBG para tomada de conhecimento dos fatos relacionados ao acidente e das medidas implementadas;
- (ii) solicitados documentos relativos à obra emergencial de recuperação do trecho do gasoduto (testes hidrostáticos da tubulação, inspeção de soldas, etc).

Segundo dados apresentados pela companhia, espera-se que no início de 2009 seja: (a) realizada passagem de PIG¹⁰ instrumentado ao longo do trecho reconstruído, a fim de verificar a integridade do duto para restabelecimento da pressão máxima de operação (75 kgf/cm²) e (b) elaborado relatório de inspeção geotécnica da área do acidente, por empresa contratada pela TBG, a fim de analisar as causas do deslizamento ocorrido e o risco de deslizamentos futuros.

O Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGÁS) foi concebido pela Petrobras e tem como objetivo reduzir os riscos associados ao fornecimento do gás natural boliviano e assegurar a oferta de gás para a geração termelétrica e demais mercados não-térmicos. O Plano é composto por uma carteira de projetos em exploração e produção, processamento e transporte de gás natural no Sudeste do País, que visa ao incremento da oferta de gás natural. Com o intuito de acompanhar a realização do PLANGÁS, garantir uma visão integrada deste projeto na ANP, bem como verificar sua aderência regulatória perante o arcabouço normativo desta Agência, em 17 de janeiro de 2007, instituiu-se um grupo de trabalho para realização desta tarefa. Em 2008, o Grupo de Trabalho elaborou três relatórios de acompanhamento do PLANGÁS, com uma breve descrição do estágio da análise dos projetos na ANP. Nesse período, as atividades do Grupo de Trabalho foram conduzidas de modo a que os representantes de cada Superintendência pudessem, com base nos Projetos constantes do Plano atinentes a cada uma das áreas, verificar: (i) a aderência regulatória perante as normas desta Agência; (ii) a consistência dos dados; (iii) o estágio atual dos pedidos à ANP; e (iv) as etapas realizadas e as previstas para cada Projeto.

A Portaria Interministerial MME/MF nº 234, de 22 de julho de 2002, impõe uma série de obrigações aos supridores de gás natural para as usinas térmicas contempladas no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT). Cabe à ANP a verificação da aderência das práticas desses agentes às normas dispostas no referido documento. Em síntese, o PPT garante às térmicas um preço máximo a ser pago pelo suprimento de gás

¹⁰ PIG é uma sigla que se refere a "Pipeline Inspection Gauge".

natural e, opcionalmente, que este preço seja fixo por um período de doze meses, mediante a utilização do mecanismo de parcela compensatória. A tarefa realizada pela ANP depende da opção da térmica em relação ao suprimento com preço fixo. Caso esta tenha optado pelo mesmo, verifica-se, além da correção dos cálculos da parcela compensatória, se o preço máximo foi respeitado por parte do supridor. Caso contrário, a verificação restringe-se apenas a este último item. Ao longo do ano de 2008, a ANP (i) checkou os cálculos referentes à parcela compensatória encaminhados pelas Unidades Termoelétricas Norte Fluminense, Pernambuco e Juiz de Fora; e (ii) solicitou informações concernentes ao preço de suprimento praticado pelas distribuidoras locais às demais térmicas integrantes do PPT.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) foi criado pela Lei nº 10.848, de 2004, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. De acordo com o decreto 5.175, de 9 de agosto de 2004, o CMSE é presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e tem a seguinte composição: quatro representantes do Ministério de Minas e Energia e os titulares dos órgãos a seguir indicados: (a) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (b) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; (c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (d) Empresa de Pesquisa Energética - EPE; e (e) Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Nesse sentido, ao longo de 2008, a ANP participou das reuniões ordinárias do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), realizadas mensalmente na Sala Plenária do Ministério de Estado de Minas e Energia. Essa atividade possui uma importância intrínseca, tendo em vista a interface entre o setor elétrico e a indústria do gás natural, e a crescente importância atribuída à geração termelétrica a gás para a segurança e confiabilidade do suprimento de eletricidade no País.

A participação da SCM/ANP nessa atividade refere-se à colaboração com o grupo de trabalho coordenado pelo núcleo de informática da Agência, com vistas à implementação de um banco de dados de informações de infraestrutura de movimentação de gás natural (gasodutos) e derivados de petróleo (bases, terminais e oleodutos), denominado como Sistema Integrado de Movimentação de Produtos (SIMP). Ao longo de 2008, a SCM/ANP participou no desenvolvimento e homologação do novo sistema de cadastramento do Simp e no desenvolvimento e homologação do novo sistema I-simp.

15.4 - ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE MONITORAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL

Com o objetivo de obter uma maior transparência das informações relativas à movimentação do gás natural na rede dutoviária nacional, a ANP iniciou a implementação do Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural da ANP – CMGN, no segundo semestre de 2001. Uma das principais metas do CMGN é a recuperação eletrônica, a partir das diferentes empresas transportadoras, dos dados relacionados com as principais variáveis operativas do sistema de transporte de gás natural. Essa atividade possui um perfil dinâmico de desenvolvimento, pois esse sistema deve sempre refletir a movimentação de gás natural na infraestrutura de transporte em operação. Nesse contexto, para atingirem-se os objetivos acima citados, em 2008, juntamente com o Núcleo de Informática (NIN), foram realizadas algumas atividades, dentre elas: (i) realização de reuniões entre as equipes da SCM/ANP e do NIN, para discutir o conteúdo do Termo de Referência do projeto de atualização e modernização do CMGN; (ii) aquisição de equipamentos de informática, para a atualização da infraestrutura física do CMGN; (iii) atualização emergencial do cadastro de instalações de transporte, a fim de minimizar a perda de informação recebida via conexão FTP; (iv) elaboração de pro-

cedimento de inclusão de novas instalações no sistema computacional (atual) do CMGN; e (v) revisão dos dados no banco de dados do sistema do CMGN.

15.5 - CONVÊNIO COM O CENTRO DE TECNOLOGIA DE DUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DE DUTOS

Ao longo dos anos de existência da ANP, sua atuação no que se refere às questões atinentes à segurança operacional sempre foi apresentada de forma dispersa, além de ter sido definida mediante a incorporação, nas portarias/resoluções publicadas até a presente data, de diretrizes de cunho geral que deveriam ser seguidas pelos agentes autorizados a construir, ampliar e operar instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

Nesse contexto, e levando em conta o atual estágio de desenvolvimento da ação regulatória da ANP, faz-se necessário o estabelecimento de um conjunto de normas que: (i) assegurem a aplicação de sistemas de segurança operacional adequados ao bom funcionamento da atividade de transporte pelos agentes econômicos atuantes no mercado; e (ii) possam garantir a aplicação de melhores instrumentos para o exercício da fiscalização das instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

Logo, a ANP iniciou processo para firmar um acordo de Cooperação Técnica com o Centro de Tecnologia de Dutos – CTDUT, visando à realização de estudos que irão subsidiar o desenvolvimento do arcabouço regulatório sobre o tema. Ao final de 2006, foi firmado tal acordo de cooperação técnica. No decorrer do ano de 2008, foi elaborada minuta de regulamento de segurança operacional de dutos terrestres para os produtos supracitados. Nesse sentido, e com o intuito de dar prosseguimento a esta atividade, será desenvolvida resolução para disponibilização para consulta pública, com previsão ao longo do ano de 2009.

16 - ABASTECIMENTO

Com o objetivo de gerir as atividades de operacionalização do abastecimento nacional de combustíveis a ANP, a partir de propostas de minutas elaboradas pela Superintendência de Abastecimento (SAB), publicou, em 2008, vários atos normativos, no âmbito das atribuições legais previstas na Portaria ANP nº 160, de 02/08/04, entre as quais se destacam o gerenciamento e acompanhamento do abastecimento nacional de bio-combustíveis e de derivados de petróleo, a elaboração de atualizações e de novas regulamentações para o setor, e a concessão e revogação de autorizações para o exercício de atividades relacionadas ao mercado de derivados de petróleo.

Os referidos atos e respectivas motivações foram:

- ✓ Resolução ANP nº 5, de 26/02/08, adotando a Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, com vistas ao estabelecimento dos critérios de segurança das áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ou não à comercialização;
- ✓ Resoluções ANP nº 8, de 25/03/08, e nº 21, de 10/07/08, com o intuito de atender às diretrizes da Resolução CNPE nº 2, de 13/03/08, e da Portaria MME nº 109, de 17/03/08, e objetivando flexibilizar a modalidade de realização dos Pregões de aquisição de biodiesel, incluindo o pregão presencial, assim como alterar a redação das Resoluções ANP nº 33, de 30/10/07, e nº 45, de 11/12/07;
- ✓ Resolução ANP nº 33/07, que dispõe sobre o percentual mínimo obrigatório de biodiesel, de que trata a Lei nº 11.097, de 13/01/05, referente a 2008, a ser contratado mediante leilões para aquisição de biodiesel;
- ✓ Resolução ANP nº 45/07, que estabelece que os produtores de óleo diesel (Petrobras e REFAP), adquirentes nos Pregões Eletrônicos nºs 069 e 070/07, devem adquirir biodiesel, com o intuito de formar estoque, em volume superior à demanda mensal desse produto para atendimento ao percentual mínimo de adição obrigatória ao óleo diesel, nos termos da Lei nº 11.097, de 16/01/05;
- ✓ Resolução ANP nº 11, de 17/04/08, que alterou a Portaria nº 72, de 26/04/00, e regulamentou os procedimentos a serem observados pelo distribuidor de combustíveis automotivos, ficando estabelecida a obrigatoriedade do fornecimento do óleo combustível para turbinas elétricas (OCTE) mediante os regimes de pedido mensal ou de contratos de fornecimento. Tudo, em vista da necessidade de controlar a comercialização de OCTE, por ter carga tributária menor do que o diesel e por reunir características técnicas similares a esse produto, podendo ser desviado para uso em outros fins, gerando distorções competitivas;
- ✓ Resolução ANP nº 22, de 16/07/08, aprovada com o intuito de adequar os atos regulatórios do setor de óleos lubrificantes às diretrizes da Resolução ANP nº 10/07, que trata do registro de produtos estabelecendo novos padrões mínimos de qualidade; da Portaria Interministerial nº 464/07, que estabelece percentuais de coleta progressivos para o País e regiões, de 2008 até 2011; da Resolução CONAMA nº 362/05, que dispõe sobre a destinação do óleo lubrificante usado ou contaminado, proibindo definitivamente a queima ou incineração do óleo lubrificante usado ou contaminado e elegendo o rerrefino como a única destinação viável para o produto; e do Convênio ICMS 38/00, que determina o tipo de documento que deve ser emitido quando da coleta e transporte do óleo lubrificante usado ou contaminado;

- ✓ Resolução ANP nº 29, de 26/09/08, que visou a simplificar as exigências relativas ao SICAF e à comprovação de base contidas nas Resoluções ANP nº 24, de 06/09/06, nº 08, de 06/03/07, e nº 17, de 26/07/06, quando da inclusão de filiais para o exercício das atividades em questão, tornando a análise pela ANP menos burocrática e maximizando o uso da infraestrutura existente no País;
- ✓ Resolução ANP nº 30, de 30/09/08, editada com o objetivo de estabelecer novos procedimentos a serem observados pela empresa contratada pela ANP para realizar o serviço de cadastramento relacionado com a análise dos pedidos de autorização, em nível nacional, de todos os revendedores de GLP, bem como tornar mais clara as exigências documentais a serem observadas pelos revendedores, quando do encaminhamento do requerimento para o exercício da atividade de revenda de GLP, Portaria ANP n.º 297/03;
- ✓ Resolução ANP nº 33, de 13/11/08, alterando a Portaria nº 116, de 05/07/00, que regulamenta o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, atualizando a documentação necessária para autorização, os procedimentos para mudança de bandeira do revendedor de modo a evitar a descontinuidade em suas operações, e estabelecendo critérios de observância da marca comercial dos distribuidores;
- ✓ Resolução ANP nº 35, de 18/11/08, motivada pela necessidade de alterar o escopo da Resolução ANP nº 33, de 31/10/07, retirando a referência de que se aplica somente para 2008, considerando a aprovação da Portaria MME nº 366, de 23/10/08, que estabeleceu a realização de Leilões de Compra de Biodiesel para o 1º trimestre de 2009;
- ✓ Resolução ANP nº 43, de 24/12/08, que estabelece o uso de óleo diesel S50, de janeiro de 2009 em diante em atendimento à Resolução ANP nº 315, de 29/10/02, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que dispõe sobre nova etapa do Programa de Emissões Veiculares – PROCONVE, visando à redução dos níveis de emissão de poluentes pelo escapamento e por evaporação e à adequação dos combustíveis automotivos comercializados, para que resultem em produtos menos agressivos ao meio ambiente e à saúde pública.

A SAB, com a colaboração da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa (SFA), responsabilizou-se pela elaboração dos editais, assim como pela execução de cinco leilões de compra de biodiesel, visando garantir o fornecimento de biodiesel para o atendimento à mistura obrigatória de 3% de biodiesel ao óleo diesel no segundo semestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009.

Além de propor regulamentações das atividades relacionadas com o abastecimento de combustíveis e de derivados de petróleo, a SAB acompanhou o cumprimento dos atos aprovados, sendo responsável por autorizar, mediante delegação de competência, o exercício das atividades de distribuição, transportador-revendedor-retalhista (TRR), revenda varejista de combustíveis automotivos e de GLP, importação e exportação de petróleo e seus derivados, com vistas a cumprir os seguintes objetivos:

- a) maximização da quantidade de produto ofertado no território nacional;
- b) manutenção da qualidade dos produtos especificados;
- c) estímulo à competição eficiente;
- d) promoção do suprimento em áreas remotas;
- e) segurança e preservação do meio ambiente;
- f) uso racional dos insumos energéticos;
- g) monitoramento do mercado; e

h) suprimento de informações ao mercado e à sociedade.

Os principais números do setor de combustíveis traduzem o seu comportamento em 2008, e podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 30 - Venda de Combustíveis

Produto	2005	2006	2007	2008	Variação % (2008/2007)
Gasolina C	23.553.490	24.007.633	24.325.449	25.140.227	3,35%
Diesel e B2	39.167.155	39.008.397	41.558.180	44.684.654	7,52%
Álcool Hidratado	4.667.223	6.186.553	9.366.836	13.248.802	41,44%
Querosene Iluminante	58.769	42.236	30.671	24.284	-20,82%
Querosene de Aviação	4.429.475	4.465.962	4.890.597	5.227.500	6,89%
Gasolina de Aviação	55.464	52.262	54.744	60.978	11,39%
Gás Liquefeito de Petróleo	11.638.591	11.783.131	12.034.181	12.259.108	1,87%
Óleo Combustível	5.237.225	5.126.619	5.525.058	5.237.932	-5,20%
TOTAL	88.807.392	90.672.794	97.785.715	105.883.485	8,28%

Fonte: SAB, SIMP/ANP

Na esteira das informações oficiais, a previsão de crescimento da economia brasileira é de 5,6%, em 2008. Por seu turno, o mercado de combustíveis registra variação robusta no volume agregado de vendas, de 8,28%.

O ano de 2008 foi marcado pela consolidação do mercado de biocombustíveis no Brasil. No tocante ao biodiesel, a adição obrigatória ao diesel teve início em janeiro com o percentual de 2%, perdurando até junho. Em julho, o percentual foi elevado para 3%. Com o objetivo de garantir o abastecimento nacional e em atendimento às diretrizes da Resolução CNPE nº 05/07, foram realizados cinco leilões de biodiesel com volume total arrematado de 990 mil m³, que representa 65% do volume ofertado. O acompanhamento do mercado de biodiesel foi rigoroso por parte da SAB, tendo sido realizadas diversas Salas de Monitoramento, com a presença dos segmentos envolvidos.

O etanol também merece destaque. No caso do hidratado, o aumento expressivo do consumo, identificado no período 2007/2006, é observado também no período de 2008/2007, com incremento de 41,44%. Ressalta que o consumo de etanol, hidratado e anidro, ultrapassou o de gasolina A, de abril em diante. Devido às características diferenciadas do etanol, em especial a sazonalidade e a logística, foi necessário o acompanhamento criterioso do mercado durante todo o ano, inclusive com a realização de Salas de Monitoramento do Abastecimento.

Em linhas gerais, o crescimento expressivo das vendas de combustíveis foi impactado principalmente pelas vendas de óleo diesel, decorrentes do crescimento econômico e a geração elétrica por usinas termoeletricas e pelas vendas de etanol hidratado, decorrentes do crescimento da frota flex.

Quanto aos produtos não-energéticos regulados no âmbito da SAB, o setor de asfaltos promoveu a regularização dos cadastros das instalações de distribuição, condição essencial ao aprimoramento qualitativo e quantitativo dos dados de movimentação enviados pelos agentes, uma vez que várias distribuidoras operavam sem que todas as suas instalações estivessem devidamente cadastradas no Sistema de Informações de Movimentações de Produtos (SIMP V4). Merece destaque o amadurecimento das relações regulador-regulado junto à Diretoria de Asfaltos da Petrobras e à Associação Brasileira de Distribuidoras de Asfaltos (ABEDA), que culminaram na realização de reuniões preliminares sobre mudanças no arcabouço regulatório do setor de asfaltos e na participação dos representantes da SAB na reunião anual da ABEDA. Destaca-se também o apoio prestado à equipe da CDC no que tange à implantação do Acórdão do TCU que determinou a coleta de preços de venda de produtos asfálticos.

Relativamente ao setor de lubrificantes, vale notar a participação nas oficinas regionais de treinamento, conduzidas pelo Grupo de Monitoramento Permanente da Resolução CONAMA n° 362, que objetivaram capacitar órgãos estaduais e municipais do meio ambiente, a colaboração na assinatura do Convênio n° 14/08 – ANP – 005.435 entre a ANP, Sindicato Nacional da Indústria do Refino de Óleos Minerais (SINDIRREFINO) e Associação Brasileira das Entidades de Meio Ambiente (ABEMA), e por fim, a elaboração de planilhas eletrônicas específicas capazes de produzir os relatórios de coleta regionais necessários ao cumprimento das determinações contidas na Portaria Interministerial n° 464, de 29/08/07, dos Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia.

No que concerne ao setor de solventes, foram exercidas atividades de monitoramento, controle e orientação dos agentes regulados, no âmbito dos solventes passíveis de uso como combustível, dando continuidade à aplicação de regime de quotas volumétricas mensais, mediante análises técnicas criteriosas dos processos fabris e movimentos de comercialização. De destacar o aperfeiçoamento e consolidação do monitoramento dos dados de movimentação de solventes, enviados eletronicamente por meio do módulo de Sistema de Informações de Movimentações de Produtos (i-SIMP), aumentando sua confiabilidade e precisão. Promoveram-se, também, diversas reuniões técnicas com agentes do setor para esclarecimentos de normas e exigências técnicas.

Constatou-se, ainda, movimento de concentração de produtores primários de solventes por meio de incorporações e fusões, bem como a queda na produção de solventes com recuo de 13% em 2008 em relação a 2007 e decréscimo nas vendas internas em cerca de 29% em relação a 2007.

Em relação aos produtos não-energéticos, o ano de 2008 destaca-se pela adoção de melhorias adotadas nos procedimentos de controle pela ANP.

A SAB atuou ainda na área de importações e exportações, aprovando Licenças de Importação (LI) de produtos de sua área de competência; participou de várias reuniões com o Governo, em especial relacionadas com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, com o etanol e com o óleo diesel com teor de enxofre de 50 ppm (S50); tomou parte de vários eventos nacionais e internacionais, na qualidade de expositora; apresentou estudos sobre o mercado e manteve a edição periódica do Boletim Abastecimento em Números, de ampla divulgação e interesse dos segmentos envolvidos

Quanto às autorizações concedidas aos agentes que integram os diversos setores que compõem o abastecimento nacional de combustíveis, e em vista da necessidade constante de tornar esse mercado mais saudável e eficiente, a SAB praticou, em 2008, os seguintes atos administrativos, conforme a tabela a seguir.

Tabela 31 - Atos Administrativos Expedidos

Ato Administrativo	2006	2007	2008	Variação % 2008/2007
Licença de Importação – LI	35.936	43.058	49.741	15,52
Registro de Exportação - RE	10.152	11.532	8.317	-27,88
Autorização para Distribuição de Combustíveis	12	7	15	114,28
Revogação para Distribuição de Combustíveis	29	17	37	117,65
Autorização para Distribuição de GLP	1	1	0	-100,00
Autorização para Distribuição de Asfaltos	1	3	5	66,67
Autorização para Distribuição de Solventes	4	11	10	-9,09
Revogação para Distribuição de Solventes	2	18	10	-44,44
Autorização para TRR	15	150	74	-50,67
Revogação para TRR	20	125	17	-86,4
Autorização para Revenda de Combustível	2.479	2.353	3.345	42,16
Revogação para Revenda de Combustível	3.487	1.364	1.249	-8,43
Autorização para Revenda de GLP	5.029	8.214	7.057	-14,08
Revogação para Revenda de GLP	19	22	188	754,54
Importação e Exportação de Combustíveis e Solventes	16	15	27	80,00
Importação de Lubrificantes	13	10	18	80,00
Rerrefino de Lubrificantes	0	2	1	50,00
Produção de Lubrificantes	12	12	21	75,00
Coleta de Lubrificantes	3	0	2	---
Total	53.722	66.914	70.134	4,81

Fonte: SAB/ANP

Destaca-se, nesse quadro, o aumento considerável do número de autorizações revogadas para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis automotivos, da ordem de 117,65 %, o que caracteriza elevada inadimplência dos agentes do setor quanto à manutenção do atendimento às normas estabelecidas pela ANP. Entretanto, mais importante que o número elevado de revogações de empresas que se encontram em situação irregular, é a efetividade desses atos administrativos que são questionados no Poder Judiciário com muita frequência. Em geral, a ANP conseguiu manter a revogação dos registros quando questionada no Poder Judiciário, tendo em vista a correta instrução do Processo Administrativo de revogação e os subsídios que propiciou à Procuradoria da Agência, responsável por representá-la em demandas judiciais.

Outro setor que chama a atenção é o de revenda de GLP. A atividade tem sua regulamentação tratada na Portaria ANP nº 297, de 18/11/03, que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício dessa atividade. No art. 17 desse ato, está previsto que a ANP designará entidade cadastradora para realizar o cadastramento dos revendedores em operação em todo o País. Esses permaneceram provisoriamente com seu cadastro vinculado ao distribuidor com o qual mantinha relação comercial,

até o cadastramento a ser promovido pela ANP. À época da aprovação da Portaria, mostrou-se impossível proceder, pela SAB, ao cadastramento dos estimados 75.000 estabelecimentos de revenda de GLP credenciados pelos distribuidores na base de dados da ANP, fato que ensejou a concepção da prestação de serviços por entidade cadastradora. Assim, após aprovação da contratação de tal entidade no final de 2007, os trabalhos foram iniciados em 18/10/08 e se espera cadastrar todas as revendas de GLP em operação no País no prazo de 24 meses. A previsão é de que a empresa contratada receba cerca de 50.000 pedidos de autorização para o exercício da atividade de revenda de GLP, dos quais 55% devem reunir condições para atender às exigências da regulamentação aplicável, somando-se ao universo de 24.000 estabelecimentos já autorizados ao final de 2008 no banco de dados da Agência, por esforço da SAB.

A interlocução com agentes e sociedade em geral, estruturada pelo CRC (Centro de Relações com o Consumidor), resultou no encaminhamento de várias demandas remetidas para resposta dos diversos setores da ANP. Delas, estima-se que, à SAB, se tenha incumbido de cerca de 50%.

*Tabela 32 - Manifestações Recebidas no CRC
e Destinadas à SAB*

Manifestação	2006	2007	2008
Recebida	5.484	6.643	5.898
Atendida	5.461	5.068	3.499
% Pendências	0,31	23,71	40,67

Fonte: CRC/ANP

O elevado número de manifestações recebidas nos últimos anos pode ser atribuído à divulgação do Centro de Relações com o Consumidor (CRC) em eventos e palestras que contaram com a participação da SAB e ao aumento da complexidade dos novos atos normativos. O desafio de retomar os níveis de respostas a demandas de 2006 aos agentes econômicos que recorreram ao CRC é fundamental para a manutenção da imagem da ANP, construída ao longo dos últimos anos, junto à sociedade e ao mercado.

17 - QUALIDADE DE PRODUTOS E BIOCOMBUSTÍVEIS

A Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos (SBQ) tem como principal atribuição gerir as atividades relacionadas com o desenvolvimento e estabelecimento das especificações dos produtos derivados do petróleo, gás natural, biocombustíveis e outros combustíveis não especificados, como forma de garantir os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Estão apresentados abaixo os principais resultados obtidos pela SBQ no ano de 2008.

17.1 - QUALIDADE DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL

Com relação à qualidade de petróleo, gás natural e derivados, foram aprovadas, no ano de 2008, oito resoluções, havendo outra em fase final de elaboração. Segue abaixo a descrição de cada uma delas.

Com relação ao gás natural, foi aprovada a Resolução ANP nº 16, de 17 de junho de 2008, que revogou a Portaria ANP nº 104, de 8 de julho de 2002, e especificou o gás natural, nacional ou importado, a ser comercializado em todo o território nacional. Essa Resolução foi publicada em cumprimento à Resolução CNPE nº 4, de 21 de novembro de 2006, que estabelece diretrizes e recomenda ações para a implementação de Projetos de Importação de Gás Natural Liquefeito - GNL a serem disponibilizados ao mercado brasileiro, de forma a garantir suprimento confiável, seguro e diversificado de gás natural. A Resolução proporcionará ainda a possibilidade da utilização do gás de Manati sem comprometimento da qualidade do produto, de modo a aumentar a oferta do gás naquela região, tendo em vista o declínio da produção do gás do Recôncavo.

Ainda sobre o gás natural, a ANP também aprovou a Resolução ANP nº 42, de 24 de dezembro de 2008, alterando a Resolução ANP nº 9, de 1º de abril de 2008 no que tange ao prazo do término do Projeto Experimental de Uso do Gás Natural de Urucu, que passa a ser 30 de setembro de 2009. Esse Projeto, implantado pelo Estado do Amazonas, pretende viabilizar a utilização do gás natural de Urucu em aplicações automotivas. Muito embora o produto não atenda às especificações da ANP, sua utilização, em caráter experimental e temporário, foi autorizada com o objetivo de estimular iniciativas dos governos federal e estadual que resultem em uma maior utilização do gás natural.

Sobre o asfalto borracha, a Resolução ANP nº 39, de 24 de dezembro de 2008, contempla a especificação dos cimentos asfálticos de petróleo (CAP) misturados à borracha moída de pneus inservíveis. As características contempladas por esta especificação são aquelas de maior importância para a determinação do desempenho desse produto, na finalidade em que é mais comumente utilizado, qual seja, a pavimentação rodoviária e urbana.

No que tange aos óleos isolantes, foi aprovada a Resolução ANP nº 36, de 5 de dezembro de 2008, que estabelece as especificações desses produtos, de origem nacional ou importados, comercializados em todo o território nacional. Vale ressaltar que o óleo isolante é um derivado de petróleo que requer grande severidade na elaboração de suas especificações, pois qualquer inadequação pode resultar em paralisações de fornecimento de energia, os chamados “apagões”, com prejuízos de extensões incalculáveis.

A falta de abastecimento do mercado brasileiro e o crescente consumo de óleo isolante trouxeram a necessidade de aprovação desta Resolução, que teve como grande benefício a ampliação da faixa de tensão para os óleos isolantes tipo B, antes utilizados somente na classe de tensão máxima de 145 kV.

A Resolução ANP nº 13, de 30 de abril de 2008, alterou a Resolução ANP nº 15, de 17 de julho de 2006, que estabelece as especificações do óleo diesel e mistura óleo diesel/biodiesel de uso rodoviário, para comercialização em todo o território nacional. Foi adicionado o termo BX, sendo X o teor em volume de biodiesel no óleo diesel. Ressalta-se que a alteração realizada teve por objetivo único adequar a Resolução ANP nº 15 ao cronograma estabelecido pela Lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

Para dar cumprimento à Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 403, de 11 de novembro de 2008, e o acordo judicial celebrado pela ANP e o Ministério Público Federal, foi estabelecida a Resolução ANP nº 40, de 24 de dezembro de 2008, que trata da especificação do óleo diesel de referência a ser utilizado em ensaios de consumo de combustível e de emissões para fins de homologação de veículos, em atendimento à fase P-7 do PROCONVE, a qual consiste na redução de emissões de gases poluentes para veículos pesados do ciclo diesel. Esta fase é equivalente, em nível de emissões, à fase européia Euro V.

A aprovação da Resolução ANP nº 40, de 24 de dezembro de 2008, permitiu que os fabricantes de veículos iniciassem o desenvolvimento dos motores que atenderão aos limites de emissão estipulados pela fase P-7 do PROCONVE. Dessa maneira, estes veículos estarão disponíveis no mercado a partir de 1º de janeiro de 2012.

Adicionalmente, foi publicada a Resolução ANP nº 41, de 24 de dezembro de 2008, que alterou a Resolução ANP nº 15, de 17 de julho de 2006, contemplando a redução do limite máximo do teor de enxofre do óleo diesel interior de 2.000 mg/kg (ou ppm) para 1.800 mg/kg (ou ppm), a partir de 1º de janeiro de 2009.

Para a gasolina de aviação (GAV), a SBQ realizou todos os procedimentos para rever a especificação da GAV, atualmente estabelecida na Resolução CNP nº 18, de 15 de novembro de 1985. A especificação da GAV demandou revisão para modernizar-se quanto aos tipos de gasolina de aviação requeridos pelo mercado, bem como para atualizar as metodologias exigidas para avaliação das suas propriedades. Ademais, verificou-se a necessidade de alinhamento com as especificações internacionais.

17.2 - QUALIDADE DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Em 2008 foram publicados dois importantes regulamentos na área de biocombustíveis: a Resolução ANP nº 7, que especifica o biodiesel, e a Resolução ANP nº 31, que trata do cadastramento de laboratórios de ensaio em biodiesel. Ambas as resoluções visam aumentar a confiabilidade do biodiesel no mercado e, por consequência, do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, podendo, adicionalmente, facilitar a antecipação da garantia por parte da indústria automobilística quanto ao uso de biodiesel no teor de 5% em volume em misturas com óleo diesel.

A primeira especificação do biodiesel era muito aberta. Embora tivesse 26 características, a maioria delas não apresentava limites, bastando ao produtor anotar o valor e informar à ANP para montagem do banco de dados. Além disso, apenas 16 características eram obrigatórias, as outras 10 eram para análises trimestrais, também para alimentação do banco de dados. Com a revisão, foram utilizadas as informações já disponíveis sobre a qualidade do biodiesel nacional, sendo elaborada uma especificação mais próxima da realidade brasileira, evitando ao máximo a restrição de matérias-primas.

Não se pode esquecer que o biodiesel participa da composição do diesel que abastece os veículos, e a indústria automotiva, durante anos, desenvolveu sua tecnologia usando o diesel como referência. A princípio, falava-se apenas em 2% de biodiesel. Esse percentual causaria poucos reflexos na qualidade do combustível e, por conseguinte, no desempenho do motor. Porém, a intenção é que esse teor suba com o tem-

po. Hoje trabalha-se com 3% e a legislação já estabelece o teor de 5% a partir de 2013. Algumas características, principalmente se estiverem no seu limite de especificação, começam a ser afetadas por esses percentuais.

Sempre houve, portanto, uma grande preocupação por parte da indústria automobilística com relação aos impactos da adição de biodiesel na qualidade do óleo diesel. A principal preocupação reside na percepção do consumidor final. A intenção é que ele não perceba a mudança ou perceba melhorias. Porém, estas, normalmente, são mais difíceis, pois residiriam em ganhos ambientais.

É claro que ter apenas uma especificação robusta que responda às demandas do consumidor e do motor não é suficiente. É necessário também garantir que somente biodiesel especificado seja comercializado no País. Nesse ponto, houve alguns obstáculos inicialmente, pois não havia laboratórios capacitados para analisar biodiesel. Recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia foram liberados para que fosse montada uma rede de análise de biodiesel e, hoje, pode-se dizer que já existe alguma estrutura nesse sentido. Contudo, falta ainda certa segurança de que os resultados apresentados nos Certificados da Qualidade sejam realmente confiáveis.

Não se pode dizer que o mercado já confia no biodiesel. Há ainda grande resistência, principalmente com relação a algumas matérias-primas. Contudo, percebe-se que as ações desenvolvidas têm sido vistas com “bons olhos” e têm trazido a percepção de que a intenção não é apenas de impor um novo combustível na matriz energética por questões econômicas, ambientais ou sociais, mas também garantir que esse combustível seja introduzido da forma mais benéfica possível também em termos de desempenho e qualidade.

A motivação para o cadastramento de laboratórios surgiu diretamente de uma das atribuições da ANP: a de proteger os interesses do consumidor quanto à qualidade de produtos. Fez-se necessária a existência de uma rede de laboratórios que exerçam um controle analítico confiável e rastreável e que permita à Agência monitorar a qualidade do biodiesel comercializado no país.

Até o dia 20/04/09, os resultados apresentados por qualquer laboratório têm que ser aceitos, mesmo aqueles que não apresentem condições mínimas de análise. Esse foi o prazo estipulado pela Resolução de cadastro de laboratórios, publicada em outubro de 2008. A partir de abril, somente laboratórios cadastrados pela ANP poderão certificar o biodiesel nacional. Todos eles serão vistoriados pela ANP e deverão apresentar condições mínimas necessárias para garantir a confiabilidade dos resultados apresentados no certificado, ou seja, aquele certificado que indica que um produto está conforme, correspondendo, efetivamente, a um produto dentro das especificações estabelecidas.

Ainda em 2008, foram organizadas duas edições do Programa de Comparação Interlaboratorial em biodiesel, com reuniões de encerramento realizadas na sede da ANP nos meses de março e dezembro de 2008. A última edição contou com a participação de 34 laboratórios de todo o País, o que demonstrou que o programa vem se tornando um importante fórum de discussão das metodologias analíticas aplicadas ao biodiesel.

A ANP tem representação no grupo de trabalho brasileiro, liderado pelo Ministério das Relações Exteriores, para a harmonização das especificações internacionais de álcool e biodiesel a ser referenciada em comercializações internacionais entre Brasil, Estados Unidos e União Européia. Esse trabalho culminou na publicação, em janeiro de 2008, do *White Paper*. O documento foi levado para discussão em março de 2008 com o *International Biofuels Forum – IBF*, dos quais participam representantes das referidas regiões, bem como da África do Sul, China e Índia, que poderiam aderir a tal proposição de harmonização. Espera-se que essa adesão ocorra ainda em 2009.

Foi também iniciado um processo similar de discussão no âmbito do MERCOSUL. Atualmente, existe um grupo de trabalho que vem atuando no sentido de harmonizar as especificações de biocombustíveis nacionais dos países do MERCOSUL.

Ainda com relação aos biocombustíveis, o CPT trabalhou na aquisição de diversos equipamentos novos, com vistas a prover o seu laboratório com a infraestrutura necessária para a realização dos ensaios de sódio, cloreto e sulfato, compostos que, existentes em excesso, podem, a longo prazo, causar corrosão em motores a combustão movidos a etanol, e que estão especificados na Resolução nº36/2005, em seu Regulamento Técnico nº07/2005.

Além disso, com o objetivo de modernizar o processo de medição de pH e condutividade, dois dos principais parâmetros especificados pela ANP para o álcool combustível, também foram solicitados novos equipamentos que, além de serem utilizados em laboratório, por serem portáteis, também podem ser usados nas ações conjuntas realizadas com a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI).

17.3 - AUTORIZAÇÕES DE NOVOS COMBUSTÍVEIS

De forma a viabilizar a introdução do biodiesel no mercado nacional, nos prazos estabelecidos em lei, diversas autorizações para uso de misturas BX foram concedidas em 2008, abrangendo testes em várias regiões do país.

A maior parte das autorizações foi concedida de acordo com a Resolução ANP nº 18/2007, que regula o uso experimental. No que se refere ao uso de B5, a SBQ entendeu ser estratégico estimular esse teor, uma vez que a sua comercialização será compulsória em um horizonte de pouco mais de cinco anos, podendo, inclusive, ser antecipada. Nesse sentido, foi publicada a Resolução ANP nº 2/2008 que trata do uso específico, uma espécie de uso controlado, porém com regras menos rígidas que aquelas requeridas para a concessão de autorização de uso experimental.

A proposta desta Superintendência contemplou que o novo regulamento tratasse do uso específico, entendido como uma fase posterior ao uso experimental. Findo o prazo conferido para o uso experimental, o agente autorizado poderia solicitar uma autorização especial para continuar a usar a mistura anteriormente testada.

17.4 - CONVÊNIO ANP/ FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP)

Programa de Certificação de Biocombustíveis

Em relação ao Projeto de Certificação Compulsória de Biocombustíveis (PCB/FINEP), foram aplicados recursos na execução de treinamentos, participação em eventos e aquisição de bens e serviços.

Dentre os treinamentos realizados, encontram-se cursos relacionados à área de certificação e metrologia, além de outros relacionados a ensaios físico-químicos na área de biocombustíveis.

Os integrantes do Projeto participaram em eventos nacionais e internacionais que trataram de temas genéricos como biocombustíveis, agrobioenergia e laboratórios de ensaio, bem como outros mais específicos relacionados a ensaios físico-químicos na área de biocombustíveis.

De acordo com o que fora estabelecido no plano de trabalho do Projeto, realizou-se o pedido para aquisição de consumíveis para cromatografia gasosa e laboratório, mate-

rial de informática e de escritório e normas, alguns por meio de dispensa de licitação e outros por pregão eletrônico.

Em 2009, está prevista a elaboração do manual de certificação, objetivo principal do Projeto, cuja conclusão está prevista para janeiro de 2010.

Consolidação da Rede de Estudos e Projetos sobre Armazenamento de Biodiesel e Misturas:

Em 2008 foi assinado o projeto BIODARMAZI, financiado pela FINEP e coordenado pelo Instituto Nacional de Tecnologia, que visa consolidar a rede de estudos e projetos sobre armazenamento de biodiesel e misturas. O plano de trabalho prevê a geração de conhecimento e tecnologia envolvendo o desenvolvimento de estudos e projetos que contemplem a elucidação e a mitigação de problemas decorrentes da ação do tempo sobre o biodiesel puro, misturas de diferentes tipos de biodiesel e misturas de diesel/biodiesel. Serão estudadas, também, questões concernentes a perdas de propriedades em fluxo e a frio de biodiesel, bem como desenvolvidas metodologias e dispositivos para o controle dessas perdas e de corrosão e o monitoramento da qualidade do biodiesel, em condições reais de distribuição e estocagem no campo.

Diversas instituições de pesquisa e tecnologia participam desse projeto, sendo que o CPT participará da 2ª etapa, prevista para se iniciar em abril de 2009, por meio da realização de ensaios físico-químicos em biodiesel de diferentes matérias-primas e suas misturas com óleo diesel. Para tanto, prevê-se o repasse de recursos para compra de consumíveis analíticos e participação em cursos e reuniões.

17.5 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

Programa Nacional do Monitoramento de Qualidade de Combustíveis – PMQC

No ano de 2008, o PMQC teve, além do CPT, a participação de 20 instituições contratadas. Juntos, o CPT e os laboratórios dessas instituições realizaram a coleta e análise de 174.512 amostras de combustíveis oriundas do monitoramento, consistindo em um aumento de pouco mais de 3% no número de amostras coletadas e analisadas quando comparado com o ano de 2007.

O aumento, apesar de ter sido relativamente pequeno, produziu impacto direto na sociedade, na medida em que contribui com as reduções significativas verificadas nos índices de não-conformidade para gasolina e álcool e estabilidade do índice de não-conformidade para o óleo diesel.

Contudo, paralelamente ao aumento no número de coletas e análises, foram desenvolvidas ações de modo a melhorar a gestão do Programa. Dentre as principais ações que impactaram nos resultados do Programa ao longo de 2008, podemos citar visitas técnicas realizadas nos laboratórios das Instituições Contratadas, a revisão do Manual de Procedimentos do PMQC, a realização de dois programas interlaboratoriais de combustíveis e de marcadores e a realização de duas reuniões gerais com todos os laboratórios integrantes do PMQC. Essas medidas permitiram padronizar algumas questões relacionadas às análises dos combustíveis, bem como dirimir dúvidas no tratamento e envio de resultados, o que contribui com a melhoria no fluxo de informações entre os laboratórios e a SBQ e, conseqüentemente, na velocidade com que a fiscalização do abastecimento da ANP recebe as informações sobre as não-

conformidades constatadas no monitoramento, beneficiando assim diretamente no consumidor final, já que a SFI usa essas informações para executar ações nos revendedores de combustíveis.

Além dessas atividades, podemos também destacar a revisão do Boletim Mensal da Qualidade dos Combustíveis Brasileiros, que permitiu uma melhor disposição das informações para a sociedade, possibilitando que o consumidor que for consultar o boletim mensal publicado na página da ANP possa obter rapidamente uma comparação entre os índices de não-conformidade dos estados da federação.

Por fim, destacamos que todas as atividades desenvolvidas ao longo de 2008 reforçaram e ampliaram outras realizadas em anos anteriores, permitindo assim manter a sequência no aumento nos índices de conformidades verificado a cada ano, conforme pode ser constatado na tabela abaixo.

Tabela 33 - Índice de Conformidade dos Combustíveis

Ano	%
2000 ¹¹	89,3
2001	91,3
2002	92,4
2003	93,3
2004	95,0
2005	96,0
2006	96,5
2007	97,4
2008	97,9

Fonte: ADQC – janeiro/2009.

Programa de Monitoramento da Qualidade de Lubrificantes – PMQL

Em 2008, o PMQL foi ampliado para os estados do Espírito Santo e Ceará. Além disso, foi confirmado o aumento no índice de conformidade das amostras de lubrificantes analisadas em relação aquele verificado no ano anterior.

Nos últimos dois anos, foram adotados procedimentos com intuito de melhorar a gestão do programa. A implementação da emissão e divulgação mensal do boletim da qualidade de lubrificantes, por meio do site da ANP na *internet*, trouxe como consequência o interesse dos agentes econômicos para orientações quanto às não-conformidades observadas e ações necessárias para sua adequação, tendo sido realizadas neste sentido 75 reuniões em 2007 e 100 em 2008.

Em conjunto com o Núcleo de Informática (NIN) foi desenvolvido Projeto de Melhoria dos Fluxos de Lubrificantes e implantação do Sistema de Registro Geral de Produtos, que possibilitará o controle e acompanhamento das solicitações de registro de produtos até a publicação no Diário Oficial da União, permitindo acesso pela *Internet* pelos

¹¹ Monitoramento realizado de setembro a dezembro de 2000.

solicitantes para o acompanhamento da tramitação do processo de solicitação e, pelos consumidores, na aquisição de produtos para verificar a existência de registro na ANP.

Em 2008 foram analisados 9.326 processos de registro de óleos e graxas lubrificantes, sendo que 6.292 deles foram deferidos.

Pode-se destacar o início da divulgação do Boletim do Programa de Monitoramento da Qualidade de Lubrificantes no sítio da ANP na *internet*, informando às empresas que apresentam não-conformidades, bem como a publicação das Resoluções ANP nº 10/2007, que regulamenta o registro de produtos, e nº 3/2008, que estabelece prazos para o atendimento da resolução anterior. O principal desafio foi a implantação do novo sistema geral de registro de produtos, RGP, ferramenta hoje consolidada e que otimiza todo o fluxo de registro de lubrificantes, possibilitando disponibilizar informações de registros e acompanhamento dos processos pela *Internet*. No primeiro bimestre de 2009, estará disponível ao público também a consulta do nível de desempenho, grau de viscosidade e aplicação de cada lubrificante. Como desafios a serem superados, está a conclusão da alimentação do banco de dados com os registros anteriores ao ano 2000 e a realização de análises do PMQL por instituições contratadas.

Tabela 34 - Índice de Conformidade dos Lubrificantes

Ano	%
2007	73,4
2008	81,7

Fonte: SBQ/ANP

Contratos para Monitoramento da Qualidade de Combustíveis e Lubrificantes

A SBQ concluiu, no ano de 2008, um estudo para a reestruturação do PMQC, que teve como destaque a revisão e a padronização do escopo do Programa, com vistas a adequá-lo à atual demanda do mercado de combustíveis e de lubrificantes. Em suma, destaca-se a revisão das regiões a serem monitoradas e as proporções de análises entre os combustíveis, a inclusão de novas análises (biodiesel, lubrificante e teor de biodiesel no óleo diesel por infravermelho) e o transporte de amostras de combustíveis para o CPT, além da ampliação da abrangência da análise de marcador no solvente em amostra de gasolina e da coleta e transporte de amostras de óleos lubrificantes para todas as regiões monitoradas.

A análise em amostra de biodiesel foi incluída em cumprimento à política energética brasileira, na medida em que o biodiesel é, hoje, um componente obrigatório do óleo diesel comercializado no País. Mesmo adicionado em pequena proporção, o biodiesel é capaz de alterar a qualidade do óleo diesel, tornando-o não-conforme, razão por que se torna imprescindível o acompanhamento da sua qualidade. Da mesma forma, a inclusão do ensaio para determinação do teor do biodiesel em amostra de óleo diesel, em função do caráter compulsório da comercialização de misturas de óleo diesel com biodiesel, é importante para que a ANP possa fiscalizar o cumprimento de tal obrigatoriedade, bem como aferir o percentual dessa mistura.

Considerando que a única maneira de identificar uma gasolina que, ainda que especificada, tenha sido adulterada pela adição de solventes, é a realização de análise de presença de marcador no solvente. Por esse motivo, foi ampliada a análise da presença de marcador em amostras de gasolina para todas as regiões monitoradas, visando

aprimorar o monitoramento e as ações de fiscalização realizadas pela Agência e os agentes conveniados.

Para levar a efeito a reestruturação programada, os contratos mantidos com os laboratórios contratados para a execução do programa foram renovados, e para os estados que estavam sem contrato, foram iniciados processos licitatórios contemplando integralmente o novo escopo do PMQC.

17.6 - PROGRAMA DE MARCAÇÃO DE SOLVENTES E BIODIESEL

A marcação consiste na adição de uma substância química a determinados produtos de modo a detectar a sua presença em outros produtos. Até julho de 2008, a ANP possuía dois Programas de Marcação, a marcação de biodiesel e a marcação de solventes.

A Resolução ANP Nº 37, de 22/12/2005, estabeleceu a obrigatoriedade de o produtor adicionar marcador ao biodiesel com o objetivo de identificar quantitativamente o seu teor na mistura diesel-biodiesel e determinar a origem do biodiesel adicionado ao diesel.

A SBQ, que já coordenava o Programa de Marcação de Solventes, passou então coordenar também a marcação de biodiesel. Assim, coube à SBQ verificar se o volume de marcador comprado pelo produtor condizia com o volume de biodiesel produzido, além de verificar se a marcação ocorria de acordo com os procedimentos definidos pelo fornecedor do marcador.

Tendo em vista os problemas encontrados para a detecção do marcador do biodiesel no óleo diesel e a possibilidade de se determinar o teor de biodiesel no óleo diesel por meio de metodologia analítica padronizada, a Diretoria da ANP decidiu, por meio da publicação da Resolução Nº 19, de 4 de julho de 2008, descontinuar a marcação compulsória do biodiesel.

Atualmente, apenas uma empresa está atuando no fornecimento de marcador de solventes. No entanto, durante o ano de 2008, a SBQ fez contatos com empresas que atuam nesse ramo, de modo a cadastrar todas as empresas que se propusessem a fornecer marcador de solventes.

Importante ressaltar que em 2008 duas empresas foram credenciadas, conforme o Anexo I da Portaria ANP nº 274/2001, para fornecimento de marcador.

Em 2008 a SBQ elaborou proposta de resolução, com requisitos técnicos e documentais, visando cadastramento de todas as empresas interessadas em atuar no fornecimento de marcador de solventes. A proposta é cadastrar todas as empresas que atendam aos requisitos estabelecidos pela ANP e efetuar um processo de escolha, dentre aquelas cadastradas, para que apenas uma única empresa atue no fornecimento de marcador por um determinado período. A resolução que trata do cadastramento de fornecedores de marcador foi aprovada na Reunião de Diretoria nº 511, realizada em 3 de fevereiro de 2009, e será submetida à consulta e audiência públicas.

Outras duas empresas iniciaram em 2008 seu processo de credenciamento, sendo que uma delas já realizou os testes de verificação de desempenho de produto ofertado no CPT. Há ainda outras empresas, com as quais o CPT realizou reuniões, que também manifestaram interesse no credenciamento junto à ANP para fornecimento de marcador de solventes.

18 - FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

Uma das principais atribuições da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis é a de fiscalizar a distribuição e revenda de produtos derivados do petróleo.

No cumprimento de sua competência legal, a Diretoria da ANP criou, em 2005, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI), com a atribuição de fiscalizar, em todo o território nacional, aproximadamente, 120.000 agentes econômicos. Essa fiscalização é realizada diretamente pela ANP ou indiretamente por meio de Convênios de Cooperação Técnica e Operacional com órgãos públicos, como Secretarias de Fazenda, Corpos de Bombeiros, Polícia Federal e Ministério Público.

A SFI também é responsável por aplicar sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

18.1 - AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Conforme dados constantes no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal – SIGPLAN, no ano de 2008 foram realizadas 19.252 ações de fiscalização, correspondendo a 72,65% da meta estipulada em 26.500 ações.

Manteve-se em 2008 a diretriz de concentrar as ações de fiscalização em agentes considerados prioritários, tais como produtores de biodiesel e lubrificantes, usinas de álcool e Transportadores Revendedores Retalhistas, cujos resultados observa-se na tabela a seguir.

Tabela 35 - Ações de Fiscalização por Agente de Mercado em 2008

Descrição	2007	2008
Posto Revendedor de Combustível	20.065	13.808
Distribuidor de Combustíveis	1.197	1.383
Transportador Revendedor Retalhista	432	629
Produtores e Distribuidores de Solventes	178	262
Posto Revendedor de Gás Liquefeito	2.343	2.242
Distribuidor de Gás Liquefeito	220	283
Produtor de Lubrificantes	105	132
Produtor de Biodiesel	-	64
Usina de Álcool	-	149
Outros	354	300
Total	24.977	19.252

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

Os segmentos considerados prioritários foram as usinas de álcool (aumento de 132,81% na comparação com 2007), Transportador Revendedor Retalhista (aumento

de 45,60%), Produtores de Lubrificantes (aumento de 25,71%) e Produtores de Biodiesel (redução de 22,89%).

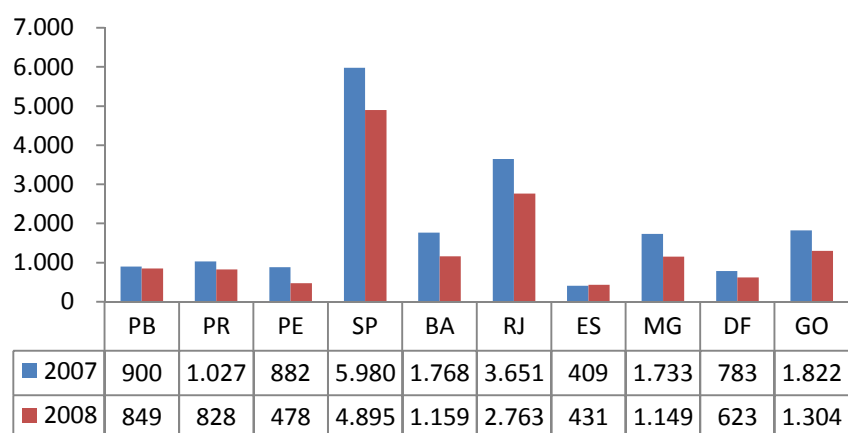
Dentre os demais segmentos observa-se redução de 31,18% em revenda de combustíveis e de 4,31% em revendedores de GLP (justificados pela mudança de foco das ações, dando ênfase aos segmentos), enquanto que em distribuidores de combustíveis houve acréscimo de 15,54%, 47,19% em agentes de solventes e 28,64% em Distribuidores de GLP.

Para 2008, algumas unidades da Federação foram consideradas prioritárias: Paraíba, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás. Dentre destes, destacam-se o Espírito Santo (único Estado que apresentou variação positiva de 5% no total de ações em relação a 2007) e São Paulo (Estado com maior número de ações de 2008 dentre estes prioritários – 4.895 ações).

Essa concentração no Estado de São Paulo fez-se necessária em virtude das peculiaridades que envolvem o mercado de combustíveis na região. As ações foram divulgadas pela mídia e possibilitaram constatar a existência de mecanismos de adulteração de combustíveis nas instalações de postos revendedores, tais como: chaves reversoras e tubos metálicos.

Uma das causas do não atingimento da meta estipulada foi a mudança de foco em 2008. Foi dada uma grande ênfase aos segmentos que demandam maior tempo de planejamento e maior complexidade na execução de suas ações em campo.

Gráfico 33 – Ações em Estados Prioritários



Fonte: SFI - SIGI-WEB

O Distrito Federal teve 73 dos seus 314 postos revendedores de combustíveis fiscalizados no ano de 2008, o que representa um percentual de atendimento à meta interna por estado de 23,2%, considerando assim abrangido pela Fiscalização da ANP.

Tabela 37 - Autuações, Interdições e Apreensões

Tipo de Infração	2007	2008
Número de Autuações de Agentes Econômicos	3.057	4.496
Número de Interdições de Agentes Econômicos	470	708
Número de Autuações de Agentes Econômicos por Qualidade de Produto Comercializado	363	823

Fonte: SFI/ANP

Alguns fatores foram decisivos para a eficácia dos resultados. As ações de fiscalização se tornaram melhores devido a uma maior efetividade e abrangência das operações executadas.

A SFI elaborou a Cartilha de Transportador Revendedor Retalhista, que é um documento direcionado aos agentes de mercado e contém informações, de caráter orientador, relativas à atividade de revenda a retalho de óleo diesel, óleo combustível e que-rosene.

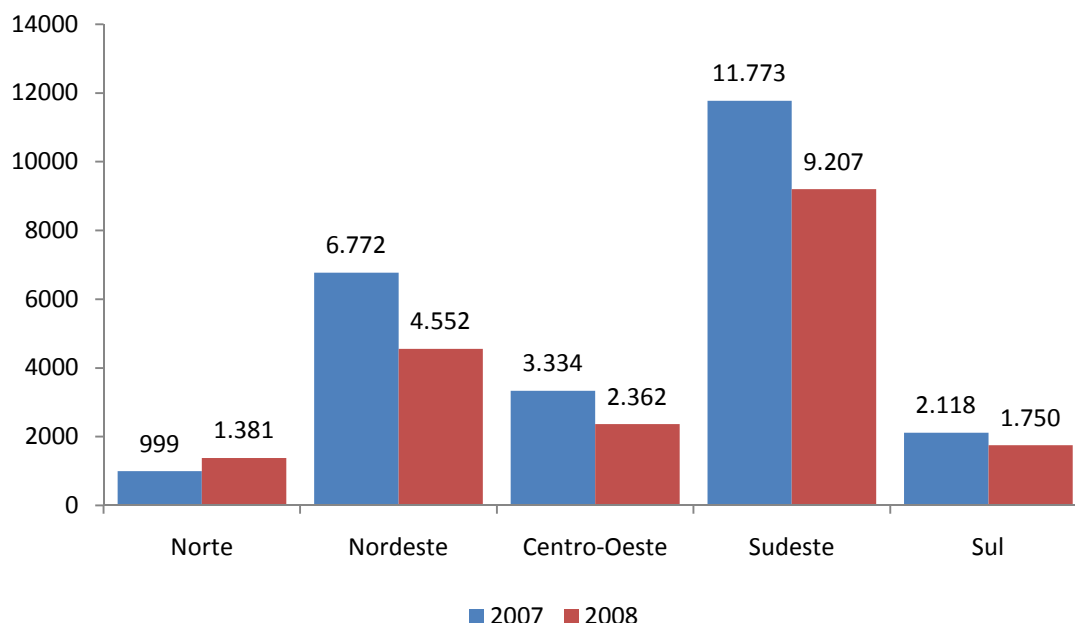
Promoveu-se a atualização do Manual de Procedimentos de Fiscalização em Postos Revendedores de Combustíveis Automotivos – Versão 2, que foi entregue a todos os servidores agentes de fiscalização. Essa segunda versão do manual teve o objetivo de atualizar os procedimentos e medidas utilizadas na fiscalização de revendedores de combustíveis.

Iniciou-se o processo de descentralização do Setor de Análises Técnicas – SAT, visando à otimização da análise e julgamento dos processos administrativos da SFI. Dentro da estrutura organizacional da Superintendência, foram criados novos Setores de Análises Técnicas nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Com isso, o julgamento de processos ficou ligado diretamente à Unidade Regional que originou a ação de fiscalização. Hoje há quatro Setores de Análises Técnicas: RJ, SP, DF e BA. Conseguiu-se melhorar expressivamente o desempenho do setor.

É importante, porém, ressaltar que alguns pontos críticos influenciaram negativamente o desempenho da SFI e impactaram no não-atingimento da meta. As atividades foram reduzidas principalmente devido à inadequação do quadro de servidores, à paralisação do serviço por greve dos servidores fiscais nos meses de junho e julho, à paralisação de ações realizadas através de convênios e à dificuldade de disponibilização de viaturas pela necessidade de adequação do contrato de veículos.

Além disto, a SFI ficou limitada pela falta de novas tecnologias operacionais e instrumentos de comunicação, o que prejudicou sobremaneira a realização das ações de fiscalização em campo, afetando o resultado e limitando sua eficácia.

Gráfico 34 – Comparativo das Ações de Fiscalização 2007/2008 por Região



FONTE: SFI – SISTEMA SIGI-WEB / ANP

18.2 - AÇÕES POR CONVÊNIO

A Superintendência continua valorizando a celebração de convênios, com uma expectativa de intensificação nas ações de fiscalização dos órgãos conveniados em 2008.

No entanto por diversos fatores, esta expectativa não se efetivou, e a partir de setembro houve uma paralisação de algumas atividades, incluindo a assinatura de novos contratos de convênios, realização de cursos de capacitação e operações conjuntas. Com isso, houve uma redução de 38% nas ações realizadas mediante convênios.

Em junho de 2008, com base no convênio assinado com o Corpo de Bombeiros do Pará, foi inaugurado um ponto de apoio à Superintendência de Fiscalização, em Belém, no Pará, onde dois servidores foram lotados. Assim, a SFI está representada na Região Norte do País, onde no futuro a ANP pretende abrir uma Unidade Regional de Fiscalização.

Foram assinados sete novos convênios com as Secretarias de Fazenda dos Estados do Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Chegou-se ao final de 2008 totalizando dezesseis Convênios de Cooperação Técnica e Operacional.

Foram realizados seis cursos de capacitação de agentes conveniados do Corpo de Bombeiros e Secretaria de Fazenda.

O resultado é apresentado conforme tabela a seguir.

Tabela 37 – Ações Realizadas por Convênio e Realizadas Diretamente pela ANP

Descrição	2007	2008
Convênio com Ministério Público	564	289
Convênio com Secretarias Estaduais de Fazenda	1.695	1.316
Convênio com Corpos de Bombeiros	1.541	754
Convênio com Prefeituras Municipais	55	28
Total de Ações Conveniadas	3.855	2.387
Ações Diretas da ANP	21.122	16.865
Total	24.977	19.252

Fonte: SFI/ANP

18.3 - PROCESSOS JULGADOS E ARRECADAÇÃO DE MULTAS

A ação de fiscalização visa verificar a regularidade das operações do agente econômico. Caso o agente não apresente irregularidades, o ato de fiscalização se encerra imediatamente após o Documento de Fiscalização ser lavrado. No caso de ser identificada alguma irregularidade, o ato prossegue com a emissão de um Auto de Infração, que dará origem a um Processo Administrativo.

Para dar atendimento ao crescente número de processos, a SFI se reorganizou e criou uma nova estrutura e descentralizou o setor de análises técnicas – SAT. Criou-se esse setor em cada Escritório Regional da Superintendência de Fiscalização. Os julgamentos dos processos administrativos são agora realizados nos escritórios regionais, de onde partem as diligências, intimações dos agentes para apresentação de alegações finais e as emissões de decisões de primeira instância.

Em 2008, a SFI conseguiu aumentar consideravelmente o número de processos julgados e verificamos um aumento na arrecadação de multas em 2008, pois, alcançou-se maior controle das demandas de análise de contra prova, diligências e autuações por convênios com outros órgãos públicos.

Criou-se também, na unidade regional de Brasília, o GEAP – Grupo Extraordinário de Análise de Processos, com a finalidade de analisar e julgar o passivo de processos administrativos anteriores ao ano de 2008. Esse grupo recebeu a incumbência de analisar e julgar um total de, aproximadamente, 15.000 processos.

Iniciou-se, junto com o Núcleo de Informática, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão da Fiscalização – SIGEF. Esse sistema permitirá um grande avanço na gestão integrada de informações específicas da Superintendência, trazendo uma celeridade na rotina das atividades desenvolvidas por diversas áreas.

Na tabela a seguir estão os resultados obtidos nos últimos dois anos.

Tabela 38 – Processos Julgados e Multas Arrecadadas

Descrição	2007	2008
Quantidade de Processos Julgados	1.486	5.232
Multas Recebidas (R\$)	11.931.534,49	17.532.109,41

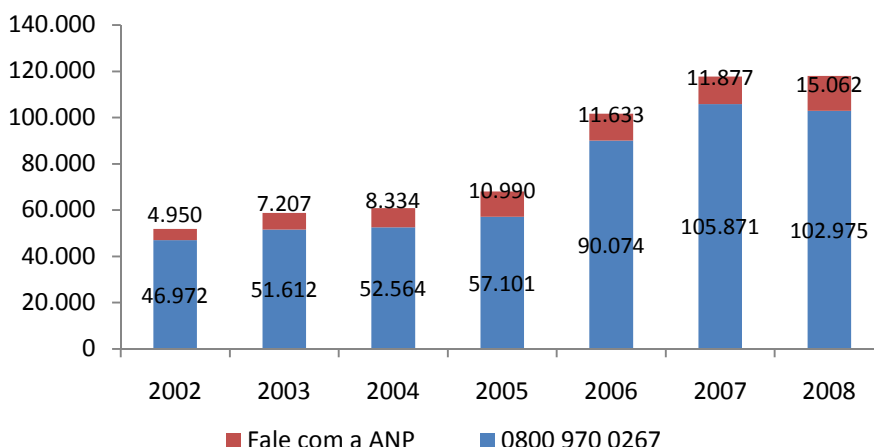
Fontes: Processos Julgados – SFI/DF - Setor de Análises Técnicas; Multas recebidas - SIAFI

19 - RELAÇÕES COM O CONSUMIDOR

O atendimento ao cidadão é o principal foco das atividades do Centro de Relações com o Consumidor (CRC) que, desde 2006, é vinculado à Superintendência de Comunicação e Divulgação Institucional (SCI) com o objetivo de harmonizar o conteúdo das informações divulgadas pelos demais canais de comunicação da ANP. Por meio de uma central de atendimento terceirizada, constituída por dois canais de comunicação – telefônico (0800 970 0267) e correio eletrônico (Fale com a ANP, disponível no sítio da Agência na *internet*) – são registradas demandas de agentes econômicos, consumidores, órgãos públicos, de proteção dos interesses e defesa dos direitos do consumidor, entre outros. Todas as manifestações são classificadas de acordo com o teor da demanda e a necessidade do manifestante: pedidos de informação, denúncias, reclamações, sugestões, elogios e agradecimentos.

Em 2008, o CRC reafirmou seu papel de principal canal de comunicação direta entre a ANP e a sociedade; mantendo estável o número de contatos em relação a 2007. É importante notar, contudo, o aumento de quase 27% na quantidade de manifestações recebidas por meio do serviço Fale com a ANP, evidenciando o crescimento do uso da *internet* pela população. Abaixo, é apresentada o gráfico com o número de atendimentos desde 2002.

Gráfico 35 – Atendimentos via Internet e 0800



Fonte: CRC

Considerando o perfil do público usuário dos serviços do CRC, quem mais interagiu com a ANP, em 2008, foram os agentes econômicos, que mantiveram sua hegemonia na interação externa com a ANP, seguidos pelos consumidores e entidades que os representam.

O CRC recebe, também, denúncias relativas a assuntos não inseridos na esfera de atribuições da ANP, enviado-as, por meio de ofício, para as respectivas entidades responsáveis, totalizando, em 2008, 1.273 correspondências; sendo 1.187 ofícios, relacionados a pesos e medidas, expedidos para os INMETRO estaduais e 86 ofícios para as Secretarias de Estado de Fazenda, versando, normalmente, sobre irregularidades fiscais e imprecisões na emissão de notas fiscais.

O CRC adotou, em 2008, o correio eletrônico (*e-mail*) como canal de expedição dos ofícios, aumentando a agilidade no encaminhamento das denúncias enviadas a essas entidades.

Após a entrada em funcionamento do Sistema de Ponto de Abastecimento, o CRC assumiu o papel de suporte aos agentes econômicos no processo de autorização e alteração cadastral, disponível na página da ANP na *internet*. A compilação das dúvidas e dificuldades relatadas pelos agentes permitiu o aprimoramento da segunda versão do sistema.

O item Dúvidas Frequentes, apresentado na área do *site* Fale com a ANP, foi atualizado e ampliado, com a inclusão de novas opções de consulta e de um campo específico para sugestão de novas questões. A possibilidade de contribuir com estas sugestões de forma direta no sítio da ANP proporcionou o aumento do número de sugestões recebidas, em 2008, foram 300 sugestões contra 50 sugestões recebidas no ano anterior.

Com a diversificação dos temas demandados pelo público externo, foi necessária a criação de três novos interlocutores do CRC na Agência, alocados, respectivamente: na Coordenadoria de Meio Ambiente, na área de Pesquisa e Desenvolvimento da Coordenadoria de Tecnologia e Formação de RH e em Brasília, no Setor de Análises Técnicas.

Com o objetivo de melhorar a qualidade da Central de Atendimento foram realizadas as seguintes ações de capacitação e treinamento:

- Recadastramento de GLP;
- Credenciamento de Empresas para Certificação de Conteúdo Local;
- *Workshop* de Competências;
- Procedimentos de Fiscalização da ANP;
- Processos Administrativos da SFI;
- Importação e Exportação – comércio exterior;
- Treinamento para os supervisores e *backoffice* no próton;
- Treinamento em Defesa da Concorrência;
- Participação da equipe no curso Geologia do Petróleo para Não Geólogos;
- Participação na Rio Oil & Gás;
- Treinamento para as questões ligadas à 10ª Rodada de Licitações;
- Sistema Ponto de Abastecimento Novo e Normas Técnicas- ABNT.

A participação de servidores do CRC em eventos relativos ao atendimento ao cidadão proporcionou a troca de experiências e idéias para aplicação no Centro, tendo sido enviados representantes aos seguintes eventos: Semana do Consumidor, em Brasília, promovido pelo PROCON-DF; Dia do Consumidor, em Fortaleza, organizado pelo Ministério Público; e Novas Regras para os Serviços de Atendimento ao Consumidor – SAC, de iniciativa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, realizado na cidade de São Paulo.

20 - DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Um dos eixos principais das reformas nas indústrias de petróleo, gás natural e álcool combustível iniciadas na metade da década de 90 foi sua orientação competitiva. A importância dada à defesa da concorrência aumentou substancialmente, acompanhando as transformações no modo tradicional de organização destes setores. A proteção da concorrência é não apenas objetivo da política energética nacional (art. 1º, IX, Lei 9.478/97), mas princípio constitucional que deve nortear toda ação estatal.

Isto porque a defesa da concorrência tem por fundamento a defesa do interesse comum, não sendo um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual se busca um resultado mais eficiente para a sociedade como um todo. Nesse sentido, busca não a proteção dos concorrentes individuais ou de consumidores particulares, mas a proteção do processo competitivo nos mercados.

Na indústria do petróleo, gás natural e álcool combustível, a atuação antitruste não se resume apenas à Lei nº 8.884, de 1994, e ao arcabouço institucional voltado para sua aplicação, mas também a todas as ações do Estado relacionadas a ela. Todos os agentes do poder público que tomam decisões que possam afetar as condições de concorrência nos mercados regulados por esta Agência devem levar em conta o princípio concorrencial.

A ANP, em particular, tem dentre suas finalidades a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. A Agência, entretanto, não regula preços nem tampouco a quantidade ofertada. Deve atingir os objetivos legais, quanto a estes aspectos, através da proteção do processo competitivo nos mercados.

A competência específica da ANP na defesa da ordem econômica está definida no art. 10 da Lei nº 9.478, de 1997, que determina que a Agência, no exercício de suas atribuições, comunique à Secretaria de Direito Econômico (SDE) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ambos do Ministério da Justiça, fatos que possam configurar infrações contra a ordem econômica, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei nº 8.884, de 1994, Lei de Defesa da Concorrência.

A garantia de concorrência é fator essencial para o sucesso dos modelos implementados nos segmentos de *upstream* e do *downstream*. Nesse sentido, são de grande importância as ações desta Coordenadoria tanto em seu aspecto preventivo, que busca evitar o surgimento de estruturas de mercado que afetem o processo concorrencial, quanto em seu aspecto repressivo, por meio das ações de acompanhamento e atuação junto aos demais agentes do Estado. Além disso, atua no sentido de desenvolver uma cultura de concorrência em todas as áreas da Agência.

A Coordenadoria de Defesa da Concorrência (CDC) foi criada em 2000, a partir do reconhecimento da necessidade de proteção do processo competitivo nos mercados regulados pela ANP para o sucesso do novo modelo implementado. A necessidade de interação com todas as áreas da Agência bem como a importância da consideração de aspectos concorrenciais em todos os segmentos da indústria determinou a necessidade de criação de um ente que, dentro da estrutura organizacional da Agência, não ficasse subordinado a uma superintendência ou a um segmento específico da indústria.

As atividades desenvolvidas no âmbito da CDC podem ser agrupadas nos seguintes eixos de atuação:

- (i) relacionamento com os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;
- (ii) interação com os poderes judiciário, legislativo e executivo e órgãos do Ministério Público e de defesa do consumidor;
- (iii) interação com outras áreas da ANP;

- (iv) interação com agentes regulados e seus representantes e com o público em geral;
- (v) acompanhamento dos preços do petróleo, seus derivados, gás natural veicular e biocombustíveis, elaborando estudos de preços, margens e da tributação dos combustíveis;
- (vi) acompanhamento dos mercados a partir do levantamento dos preços dos combustíveis e da análise de seu comportamento no País.

A área de defesa da concorrência na ANP, por meio da atuação da CDC, em sua interação com os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), abrange duas vertentes: a prevenção de práticas anticompetitivas, por meio do controle das estruturas de mercado; e a repressão de condutas anticoncorrenciais.

A atuação da Agência no que tange a primeira vertente consiste em emitir, quando solicitado pela SDE, pareceres técnicos acerca das operações de fusão e aquisição de empresas da indústria de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis submetidas à análise do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, composto pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE), pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A Coordenadoria também elabora, sob a forma de notas técnicas, estudos acerca dos mercados de combustíveis com a finalidade de atender solicitações da SDE. Esses estudos têm por objetivo identificar indícios da ocorrência de práticas anticoncorrenciais por parte dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis a partir da análise do comportamento dos preços e da estrutura de mercado. Eventualmente o CADE faz diligências com o fito de obter informações adicionais concernentes aos processos já instruídos pela SDE. Nesse caso, a Coordenadoria manifesta-se também por intermédio de notas técnicas, uma vez que se refere a algum ponto específico sobre o qual o conselheiro do CADE não se encontrava suficientemente convencido sobre os elementos de prova constantes nos autos.

Em junho de 2003, a ANP firmou um acordo de intercâmbio de informações e cooperação técnica e operacional com a SDE. Esse acordo substituiu o celebrado com o CADE e a SDE em 2000, que vigorou até março de 2002. O referido instrumento estabelece mecanismos que visam a uma maior celeridade nos procedimentos de prevenção e de repressão de infrações da ordem econômica no setor de petróleo, seus derivados e gás natural. O último acordo expirou em junho de 2005 e a minuta de um novo, a ser firmado entre as partes, encontra-se em análise pelo Ministério da Justiça, já que a perspectiva de redefinição das competências dos órgãos que compõem o SBDC, a serem provocadas pelos Projetos de Lei n.º 3.337/04 e n.º 5.877/05, imporá a revisão dos antigos acordos e o estabelecimento de novos, no que concerne à cooperação técnica com o CADE e a SEAE.

Como a finalidade primordial das matérias de defesa da livre concorrência e de regulação econômica consiste na repressão e na prevenção do abuso do poder econômico nos mercados de bens e serviços, a atividade regulatória das agências setoriais e as funções de defesa da concorrência guardam uma relação de complementaridade. Alguns instrumentos utilizados para a regulação econômica em um determinado mercado são também empregados para a regulação da defesa da concorrência: controle de entrada e saída das empresas (controle estrutural que equivale à prevenção antitruste) e controle de preços e da qualidade de bens e serviços (controle da conduta e do desempenho que corresponde à forma de atuação repressiva às práticas anticompetitivas).

A Coordenadoria também elabora estudos acerca dos mercados de combustíveis com a finalidade de atender solicitações dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, do

Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais, dos PROCONS e de outras entidades públicas ou civis em todo o País. Esses estudos têm por objetivo identificar indícios da ocorrência de práticas anticoncorrenciais por parte dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis a partir da análise do comportamento dos preços e da estrutura de mercado.

No caso dos Ministérios Públicos, os estudos desenvolvidos servem para instruir processos e inquéritos, cujos objetos estão relacionados a denúncias de condutas anti-competitivas por parte de empresas que atuam nos mercados de combustíveis.

As conclusões dos estudos identificam a existência ou não de indícios de infrações contra a ordem econômica e norteiam as decisões a serem tomadas pelos órgãos públicos, levando em conta as suas atribuições no que se refere à apuração de práticas anticompetitivas. Nos casos em que há elementos para caracterizar indícios de infração contra a ordem econômica, os estudos são também enviados à SDE e ao CADE, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei n.º 8.884/94, conforme prevê o art. 10 da Lei do Petróleo.

A CDC interage, ainda, com as demais áreas da ANP, seja por meio da elaboração de notas técnicas voltadas à resposta de questionamentos sobre matérias de sua competência, seja por meio de reuniões em que se faz útil a expertise desta Coordenadoria.

Um aspecto importante do trabalho compreende o relacionamento com entes regulados, seus representantes e o público em geral, já que à Coordenadoria são repassadas as denúncias recebidas pela Agência através de seu Centro de Relações com o Consumidor.

Desde 2002, são elaborados pela Coordenadoria de Defesa da Concorrência, e disponibilizados pela Agência, os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para gasolina comum, álcool hidratado e GLP, no seu sítio na *internet*. A partir de setembro de 2003, incluíram-se os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para GNV e óleo diesel, sendo o de GNV descontinuado, em 2006.

Estes relatórios analisam o comportamento dos mercados de distribuição e de revenda dos combustíveis à luz das informações do levantamento de preços da ANP, com o objetivo de identificar os municípios com baixos índices de dispersão entre preços de revenda, indicativo da possibilidade de ocorrência de infração à ordem econômica. As conclusões dos relatórios no que diz respeito aos indícios de alinhamento de preços servem de base para elaborar uma análise mais detalhada do comportamento dos preços em um determinado mercado. Anualmente, são também disponibilizados relatórios que analisam a trajetória dos preços desses combustíveis.

Em 2008, foram publicados os relatórios mensais referente aos meses de setembro a dezembro de 2007 e os relatórios mensais referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2008, perfazendo um total de 64 relatórios mensais.

A tabela a seguir sintetiza e compara em números os processos e atendimentos realizados pela Agência nos últimos sete anos, no campo da defesa da concorrência.

Tabela 39 - Processos e Atendimentos Realizados no Campo da Defesa da Concorrência

Descrição	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Pareceres SDE ¹²	10	3	13	3	4	2	2
Notas Técnicas ¹³	81	90	80	71	59	60	50
Ofícios	195	157	146	112	120	124	174
Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado ¹⁴	27	44	60	60	48	32	64

Fonte: CDC/ANP

As atribuições da ANP relativas a preços de combustíveis, que sempre guardaram pertinência temática com as competências e o trabalho desenvolvido na Coordenadoria de Defesa da Concorrência (CDC), eram, destarte, desempenhadas pela Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos (SBQ). Para melhor estruturar as atribuições destas áreas, na Reunião de Diretoria n.º 470, de 01/04/08, com base na Proposta de Ação n.º 162, de 14/02/08, a Diretoria da ANP resolveu transferir as atribuições relativas a preços de combustíveis da SBQ para a CDC.

No ano de 2008, o programa de Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis - LPMC teve como destaques:

- a celebração, no dia 11 de agosto, do Termo Aditivo n.º 03 entre a ANP e a Pólis Pesquisa Limitada, atual empresa responsável pela prestação do serviço de pesquisa semanal de preços;
- contratação, em maio, de serviços de estatística, no campo da teoria da amostragem, por meio da Solicitação de Aquisição de Bens e Serviços (SABS) n.º 88/2008, com o objetivo de promover aperfeiçoamentos na metodologia e no planejamento amostral da pesquisa do levantamento de preços;
- participação, em conjunto com o Núcleo de Informática (NIN), no desenvolvimento de novo sistema eletrônico de recebimento e divulgação dos resultados da pesquisa do LPMC, ferramenta necessária à implementação da nova metodologia da referida pesquisa.

A página de divulgação dos resultados das pesquisas semanais apresenta, atualmente, cerca de 1.600.000 acessos de interessados, agentes econômicos, órgãos de governo e consumidores em geral.

O LPMC abrange gasolina comum, álcool etílico hidratado combustível - AEHC, óleo diesel não-aditivado, gás natural veicular – GNV e gás liquefeito de petróleo – GLP, produtos que são pesquisados em 555 localidades, cerca de 10% dos municípios brasileiros, em mais de 23.000 postos revendedores, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP n.º 202, de 15/8/00. O resultado das pesquisas é disponibilizado semanalmente à sociedade, possibilitando ao consumidor conhecimento dos preços praticados no mercado e melhor opção de compra. Essas pesquisas destinam-se também a orientar a ANP na identificação de indícios de infrações à ordem econô-

¹² Referem-se a Atos de Concentração

¹³ Referem-se a estudos de práticas anticompetitivas.

¹⁴ Os Relatórios referem-se a análises do comportamento dos preços de gasolina comum, álcool hidratado, e GLP. A partir de setembro de 2003, passaram a ser elaboradas análises referentes ao óleo diesel. Entre setembro de 2003 e dezembro de 2005, foram elaboradas análises referentes ao GNV.

mica, como alinhamento de preços e formação de cartel, que são comunicadas à Secretaria de Direito Econômico (SDE) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgãos do Ministério da Justiça, integrantes do Sistema de Defesa da Ordem Econômica e responsáveis pela investigação e a aplicação das penalidades previstas em lei para esses tipos de infrações.

A tabela a seguir, mostra a evolução das coletas de preços realizadas nos pontos de revenda de combustíveis automotivos e de GLP, no período de 2000 a 2008.

Tabela 40 - Coleta de Preços – Pontos de Revenda Pesquisados¹⁵

Ano	Combustíveis Auto- motivos	GLP
2000	73.951	
2001	230.593	115.916
2002	501.928	363.269
2003	471.892	303.967
2004	583.075	351.697
2005	602.257	349.013
2006	607.332	484.899
2007	572.584	412.001
2008	465.532	444.346

Fonte: CDC/ANP

A CDC deu também continuidade ao acompanhamento de preços praticados por produtores e importadores nacionais de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação (QAV), gás liquefeito de petróleo (GLP), óleo combustível A1, A2 e B1, cimento asfáltico 50/70 e asfalto diluído de petróleo de cura rápida 250 e de cura média 30, retroativos ao dia 1.º de janeiro de 2002, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP n.º 297, de 18/12/2001. Nesses preços, apresentados obrigatoriamente pelos produtores e importadores à ANP até o quarto dia útil subsequente ao fechamento da semana de competência, em conformidade com instruções disponibilizadas na página da Agência na *internet*, estão incluídas, quando couber, as parcelas relativas à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei n.º 10.336, de 19/12/01, e alterada pelo Decreto n.º 4.565, de 01/01/03, e dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, conforme a Lei n.º 9.990, de 21/07/00.

Atualmente, as parcelas da CIDE, do PIS/PASEP e do COFINS são regulamentadas pela Lei n.º 10.865, de 30/04/04, pelos Decretos n.º 5.059 e n.º 5.060, ambos de 30/04/04, pelo Decreto n.º 6.446, de 02/05/08, e pela Medida Provisória n.º 413, de 03/01/08.

¹⁵ Somatório das visitas feitas a pontos de revenda ao longo das semanas em que foi realizada a pesquisa.

Os preços médios ponderados semanais são divulgados no sítio eletrônico da Agência, garantindo à sociedade o conhecimento dos preços praticados pelos agentes econômicos de todos os segmentos do mercado, reduzindo a assimetria de informações e contribuindo para a transparência das práticas comerciais e para o bom funcionamento do mercado.

Além disso, em função de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão AC-2649-51/07-P, item 9.4, foi exigido que a ANP realizasse o acompanhamento dos preços praticados pelas distribuidoras de asfalto no país, conferindo-se ampla divulgação do resultado do trabalho.

A implementação da decisão exigiu a articulação entre três áreas da ANP: esta CDC, a Superintendência de Abastecimento (SAB) – responsável pela regulação das atividades de distribuição de asfaltos – e a Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos (SBQ) – área responsável, até abril de 2008, pelo setor de preços da ANP. Após diversas reuniões com os agentes envolvidos (internos e externos), foi definida a cesta de produtos a ser acompanhada e a forma através da qual foi implementado tal acompanhamento.

A partir de então, teve início o processo de elaboração e publicação das Resoluções ANP nº 27/2008 e 28/2008, bem como de definição e aprimoramento das ferramentas de informática necessárias para o fiel cumprimento das decisões do TCU.

Foi disponibilizado um espaço no *website* da ANP (http://www.anp.gov.br/petro/precos_de_asfalto.asp) que trata do acompanhamento de preços de distribuição de produtos asfálticos, bem como um Manual para preenchimento via *internet* do i-SIMP no que se refere aos distribuidores de produtos asfálticos. Neste mesmo endereço serão disponibilizados, a partir de janeiro de 2009, os preços médios estaduais e regionais dos produtos englobados neste sistema.

Paralelamente, realizou-se acompanhamento da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre a importação e a comercialização de gasolina e suas correntes, diesel e suas correntes, querosene de aviação e outros querosenes, óleos combustíveis – *fuel-oil*, gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e de nafta, e álcool etílico combustível.

Desde 1991, o Brasil participa como membro do grupo de tarefa C: Preços, Tarifas e Tratamento Tributário do Setor Energético – Combustíveis, do Subgrupo de Trabalho 9 – SGT-9: Energia e Mineração, no âmbito do Grupo Mercado Comum – GMC, órgão executivo do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Entre as funções do GMC destacam-se:

- i) velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos assinados no seu âmbito;
- ii) fixar programas de trabalho que assegurem avanço para o estabelecimento do mercado comum e,
- iii) negociar, com participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais.

O objetivo do grupo tarefa C é o intercâmbio de dados e informações e o desenvolvimento de estudos com o propósito de promover a integração energética entre os países do bloco. Dessa forma, foram efetuados diversos estudos localizados e específicos relativos a preços, margens e tributação de combustíveis, além de análises e estudos comparativos para grupos de estudos do MERCOSUL – SGT N.º 9 (Subcomissão de Preços e Tarifas de Combustíveis).

Atividade de suma importância realizada consistiu no atendimento ao público em geral, demandantes internos, CRC, Poder Executivo, Ministérios, demais órgãos governamentais, agentes econômicos, consumidores, consultores nacionais e estrangeiros, estudantes e especialmente PROCONS, DECONS e Poder Judiciário, diretamente ou através da Procuradoria Geral – PRG/ANP.

Além disso, foram realizados estudos comparativos de preços de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo entre o mercado internacional e o nacional.

Destacou-se, ainda, a elaboração de tabelas e gráficos relativos à formação de preços do GLP, com base na legislação tributária vigente (CIDE, ICMS e PIS/COFINS), para todos os estados brasileiros, retroativos a novembro de 2001. Com essa divulgação, a ANP visa garantir à sociedade o amplo conhecimento dos preços e margens praticados pelos agentes econômicos em todos os segmentos do mercado de GLP – produção, distribuição e revenda.

A CDC prosseguiu acompanhando os atos da Comissão Técnica Permanente do ICMS e das resoluções do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

Por solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em agosto de 2008, foram enviadas tabelas com os preços médios ponderados mensais praticados pelos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores de óleo diesel, óleo combustível A1 e óleo combustível B1, referentes aos últimos trimestres de 2005, 2006 e 2007, para o cálculo do reajuste anual do custo variável dos empreendimentos de geração acionados a óleo diesel e a óleo combustível, conforme previsto na Portaria do Ministério de Minas e Energia – MME n.º 510, de 20/10/05.

Com relação ao acompanhamento dos preços internacionais de petróleo e seus derivados, até o mês de junho, foi realizada a análise diária do comportamento das cotações de petróleo e derivados no mercado internacional. Esta análise vinha sendo elaborada desde 2001 na Coordenadoria de Preços da Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos e migrou para a CDC junto com a transferência da Coordenadoria de Preços. A análise diária visa informar o público interno sobre o comportamento dos preços do petróleo e derivados e os principais fatores que influenciam seu comportamento, a partir do exame das variações nos preços dos contratos de referência, tanto para o óleo cru quanto seus derivados. A partir do mês de julho de 2008 esta análise diária foi descontinuada, tendo em vista o estudo de um novo formato para elaboração desta análise.

Em dezembro definiu-se o novo formato, que passará a ter periodicidade quinzenal e, além de conter análise sobre a evolução quinzenal dos preços de petróleo e derivados no mercado internacional, também desenvolverá análise sobre temas relevantes à luz da conjuntura evidenciada ao longo da quinzena e que seja pertinente para um melhor entendimento do mercado internacional de petróleo e derivados, bem como do comportamento de seus preços. O sistema Platt's permanecerá como fonte de dados de preços.

Em 2008, a Coordenadoria foi responsável pela proposição das Resoluções ANP n.º 27/2008 e n.º 28/2008.

A primeira determina a obrigatoriedade do envio mensal, por parte das distribuidoras de produtos asfálticos, dos preços à vista, sem frete, com todos os impostos inclusos, à exceção do ICMS, praticados nas vendas dos produtos asfálticos constantes na cesta ANP, realizadas no mês anterior, esclarecendo os critérios e parâmetros que deverão ser observados para seu cumprimento.

A segunda altera, exclusivamente em relação aos distribuidores de produtos asfálticos, os procedimentos para o preenchimento e a remessa do Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos – DPMP, expressos no Regulamento Técnico ANP n.º

1/2004, anexo à Resolução ANP nº 17/2004, esclarecendo os campos e tabelas que foram objeto de modificações.

A publicação das resoluções teve como motivador a decisão constante do subitem 9.4 do Acórdão AC-2649-51/07-P do Tribunal de Contas da União, que identificou irregularidades referentes à aquisição de materiais betuminosos para utilização em obras rodoviárias.

A fim de dar maior transparência à sociedade e orientar as compras públicas de materiais betuminosos, o TCU determinou à ANP que realizasse o acompanhamento contínuo dos preços praticados pelas distribuidoras de asfalto no país, dando ampla divulgação do resultado.

As resoluções contribuem para uma maior transparência e publicidade nas compras públicas, em especial para a redução dos custos de aquisição de asfaltos, sem impor aos agentes regulados custos adicionais (adaptou-se um sistema que já era utilizado pelos agentes para informar sua movimentação de produtos à ANP).

21 - GESTÃO INTERNA

A gestão interna da Agência é competência da Secretaria Executiva (SEC), unidade da estrutura organizacional da casa que incorporou responsabilidades antes atribuídas à extinta Superintendência de Gestão Interna, agregando funções que ressaltaram sua vocação de unidade de assessoramento direto à Diretoria Colegiada.

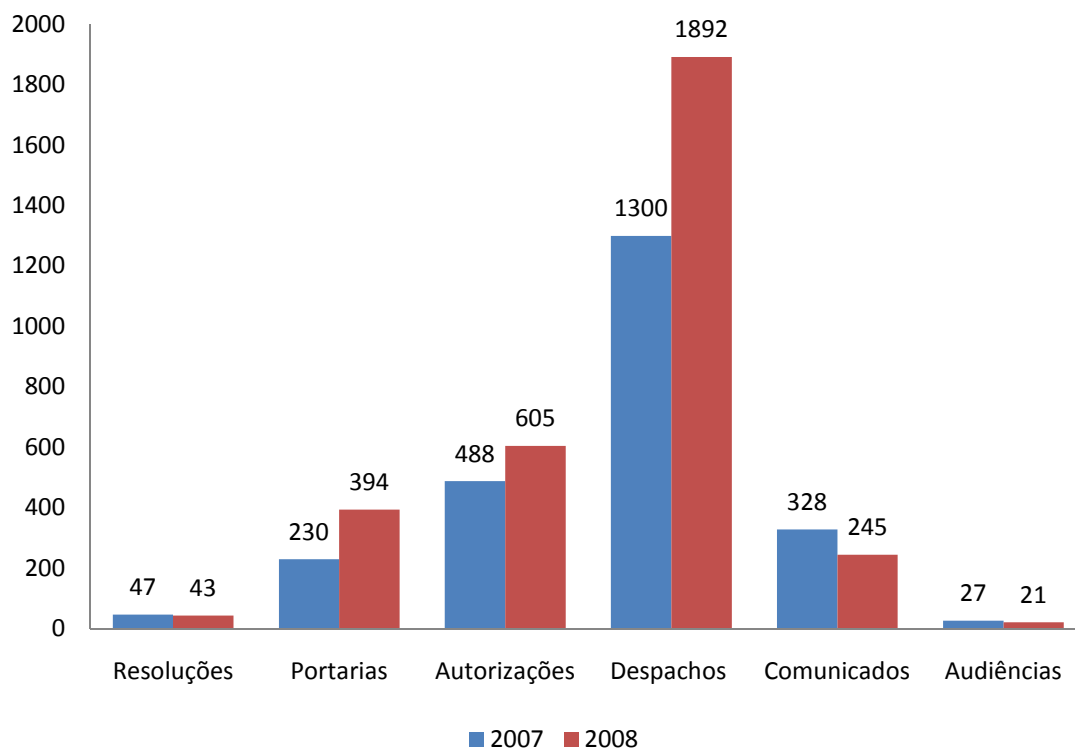
Essas funções envolvem, de modo amplo, o assessoramento à casa na implantação de inovações e mudanças organizacionais; o desenvolvimento da política de documentação e sua implantação; a gestão interna, seus instrumentos normativos, mecanismos e processos; o apoio às decisões da Diretoria; o planejamento estratégico da Agência; a elaboração e acompanhamento do orçamento anual da autarquia; e a gestão da política de documentação e informação da casa.

21.1 - APOIO À DIRETORIA E PROCESSO DECISÓRIO

A ANP tem como sua instância máxima de deliberação a Diretoria Colegiada. O processo decisório, naquilo que é considerado relevante para o cumprimento das competências institucionais da Agência, passa pela apreciação e decisão do colegiado, seja a aprovação das Rodadas de Licitação de Blocos, seja a emissão de portarias administrativas.

Em 2008 foram aprovados e publicados no Diário Oficial da União 3.200 atos, número 32% superior ao número de atos publicados em 2007. O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de atos aprovados pela diretoria nos últimos dois anos.

Gráfico 36 – Atos Aprovados pelas Reuniões de Diretoria e Publicados 2007/2008.

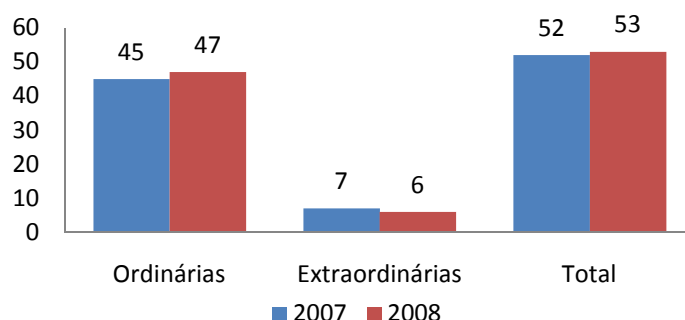


Fonte: SEC

Para que as propostas do corpo técnico da casa se transformem em decisões do colegiado, a SEC trabalha na preparação e adequação das pautas das reuniões, na confecção das atas e no encaminhamento e publicação de resoluções, acompanhando o cumprimento das decisões, naquilo que se relaciona às suas competências.

As reuniões da Diretoria ocorrem ordinariamente a cada semana e extraordinariamente em funções de decisões de urgência e relevância. O gráfico abaixo apresenta a quantidade de reuniões realizadas em 2008.

Gráfico 37 – Reuniões de Diretoria 2007/2008.



Fonte: SEC

Todo esse fluxo de informações é gerido por ferramenta informatizada, que é constantemente aperfeiçoada para fazer frente às demandas dos usuários e para dar aos membros da Diretoria e seus assessores informações consistentes para instrução das decisões.

21.2 - GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS DA ANP

A ANP implantou, a partir de 2007, com apoio do Núcleo de Informática, o sistema de gestão de documentos e processos, responsável pelo gerenciamento eletrônico de documentos, processos e arquivos na Agência. O sistema é gerido pela Chefia do Gabinete do Diretor-Geral, com apoio técnico da Secretaria Executiva.

O sistema cria rotinas operacionais de gestão documental, abrangendo todo o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção, passando por sua tramitação, uso e avaliação, até sua destinação final, ou seja, sua eliminação ou guarda permanente. A iniciativa garante à autarquia agilidade e suporte documental relativamente ao planejamento e decisões estratégicas, táticas e operacionais. Possibilita ademais às áreas operacionais da casa facilidades antes inexistentes na tarefa de localização de informações, na comprovação de atos e fatos ocorridos, mais uma vez facilitando o processo de tomada de decisão.

No final de 2007, os servidores da ANP já começavam a obter informações de documentos e processos, seja de sua própria estação de trabalho, seja de qualquer outra dependência da Agência. Nos primeiros meses do exercício de 2008, todas essas funcionalidades já estavam sendo amplamente divulgadas pela casa e utilizadas por suas equipes administrativas e técnicas. No ano de 2008, 26.944 processos e 126.797 documentos foram cadastrados e 674.519 tramitações foram realizadas via sistema informatizado.

Recentemente, como decorrência do concurso público realizado pela ANP no primeiro semestre de 2008, foram incorporados ao quadro técnico autarquia os seus primeiros Arquivistas. A iniciativa está revitalizando a área de gestão de documentos e arquivos

e abrindo uma produtiva discussão interna sobre processos e instrumentos, e está levando a ANP a priorizar a implantação da sua Política de Gestão de Documentos e Arquivos, que está sendo concebida e administrada pela Secretaria Executiva.

As ações que se seguiram no segundo semestre do ano de 2008 tiveram como foco a investigação da realidade dos acervos documentais da ANP, o levantamento de problemas e a formulação de propostas para elaboração de planos de ações a serem implantados pelas áreas, com acompanhamento da Secretaria Executiva, no ano de 2009. O Projeto Diagnóstico foi realizado inicialmente na área em que atuam diretamente os Arquivistas da Agência, ou sejam as Superintendências de Dados Técnicos, de Gestão de Recursos Humanos, de Gestão Financeira e Administrativa, e de Abastecimento, no Rio de Janeiro, além do Escritório-Sede, no Distrito Federal.

Os diagnósticos e seus respectivos planos de ações foram elaborados e se constituem num primeiro produto do Projeto Diagnóstico. O Projeto será levado para outras áreas da Agência, de forma a fornecer à Secretaria Executiva informações que serão a base para a normatização da área de Gestão Documental e Arquivos da ANP, e para o entendimento de suas diversas realidades, visando à construção de um Programa de Gestão Documental Corporativo.

Para alavancar o Projeto Diagnóstico, promoveu-se uma série de reuniões com os arquivistas em forma de comitê, para fomentar o compartilhamento de conhecimento e experiências e sua participação na reformulação das normas, diretrizes e procedimentos de arquivo, não somente nas suas áreas como também para toda a ANP. Nesse fórum, fez-se uma análise dos principais instrumentos de gestão documental da agência pelos arquivistas, que concluíram pela necessidade de reavaliação e de aperfeiçoamento do Código de Classificação de Assuntos e Tabela de Temporalidade Documental da ANP. Além disso, foi ministrado treinamento no Sistema Próton, ferramenta corporativa de GED – Gestão Eletrônica de Documentos da ANP, para os arquivistas, que identificou a necessidade de customização da ferramenta, principalmente do módulo de arquivos, já que até então o foco eram as funções de protocolo, cadastro e tramitação.

21.3 - ACOMPANHAMENTO DE GASTOS DA AGÊNCIA

Dando continuidade ao processo de acompanhamento dos gastos com contratos e convênios, solicitado pela Diretoria Colegiada, a Secretaria Executiva manteve atualizado diariamente o Banco de Dados de Contratos e Convênios por ela concebido e montado. Nele estão depositadas informações relativas à publicação da abertura do processo de licitação, modalidade da licitação, fundamento legal, objeto, empresas participantes, seus CNPJ, número do contrato, prazo de execução, data de publicação no Diário Oficial da União, valor do contrato, área solicitante do contrato, interlocutor da área, entre outras. Todas essas informações cadastrais estão interligadas com informações do acompanhamento da execução, permitindo o conhecimento preciso da posição financeira e orçamentária de cada contrato e convênio. A análise da estrutura da base de dados permite a visualização das diferentes opções de relatórios que dela podem ser extraídos, como, por exemplo, relatórios para acompanhamento de prazos, acompanhamento financeiro, posição orçamentária, execução por unidade administrativa etc.

Em 2008, foram acrescentados ao Banco de Dados 415 registros de publicações no Diário Oficial da União, referentes a todos os processos licitatórios iniciados pela Agência. Detalhando esses registros, chega-se a:

- ✓ 138 contratos;
- ✓ 90 termos aditivos;

- ✓ 23 convênios;
- ✓ 34 termos aditivos de convênios.

Os demais registros se referem às homologações, adjudicações, cancelamentos e notas de empenho. Todas esses registros, depois de processados no Banco de Dados, formam a base para os relatórios de gestão interna e para o cumprimento das demandas do Tribunal de Contas da União e da Corregedoria Geral da União. As informações são todas disponibilizadas, com atualização mensal, na página da Agência na rede mundial de computadores.

21.4 - REORGANIZAÇÃO INTERNA DA AGÊNCIA

A Secretaria Executiva tem entre suas competências regimentais a de assessorar a Diretoria e orientar as demais unidades da Agência no processos de diagnóstico, análise, desenvolvimento e implantação de inovações e mudanças organizacionais, tendo como referência as diretrizes estratégicas adotadas pelo colegiado. Em 2008, foram duas as circunstâncias que motivaram iniciativas da SEC nesse sentido.

A primeira foi o deslocamento de duas das competências da Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos para a Coordenadoria de Defesa da Concorrência, conforme Resolução de Diretoria n.º 217, de abril de 2008. A partir daí, a Coordenadoria passou a “coordenar o processo de monitoramento dos preços e margens praticados no mercado nacional e internacional de petróleo, gás natural, biocombustíveis e seus derivados” e “elaborar estudos comparativos relativos a preços e margens de combustíveis.”

Em novembro de 2008, ocorreu a segunda alteração na organização interna, promovida a partir da nomeação de dois novos diretores para o quadro da Agência. A ANP vinha atuando com apenas três dos cinco diretores previstos no art. 11 da Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997. No dia 05/11/2008, os diretores Magda Maria de Regina Chambriard e Allan Kardec Dualibe Barros Filho foram nomeados. Em 18 de novembro de 2008, a Diretoria, em sua resolução de número 902, aprovou as novas vinculações das unidades organizacionais, respeitando a sua nova composição.

Os organogramas apresentados a seguir mostram o resultado dessa resolução de Diretoria. O primeiro deles apresenta a nova organização da casa estabelecida em 2008 até o nível de Superintendência. O segundo engloba todas as unidades organizacionais da autarquia, da forma como passaram a se organizar, a partir daquela decisão de 2008.

A atribuições de cada unidade organizacional pode ser visualizada na página: http://www.anp.gov.br/doc/conheca/regimento_interno.pdf.

Figura 8 - Organograma da ANP

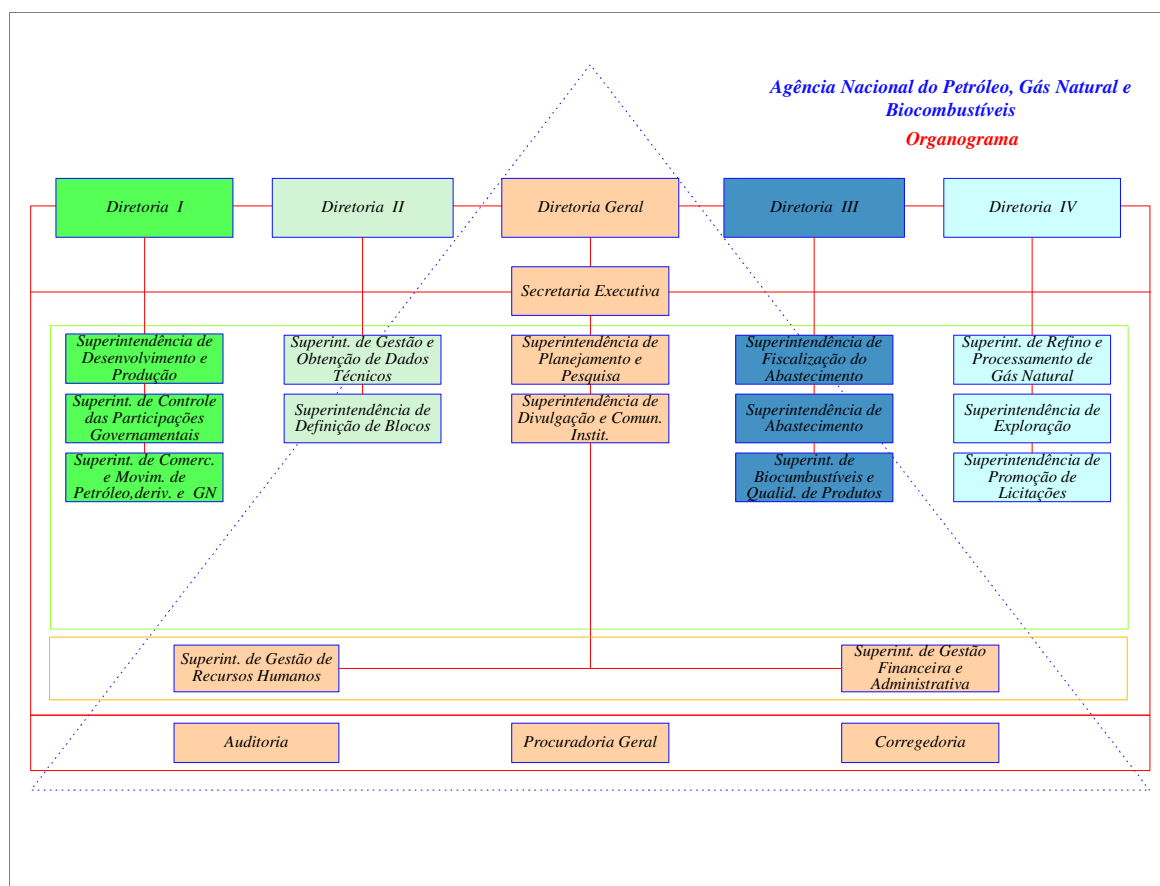
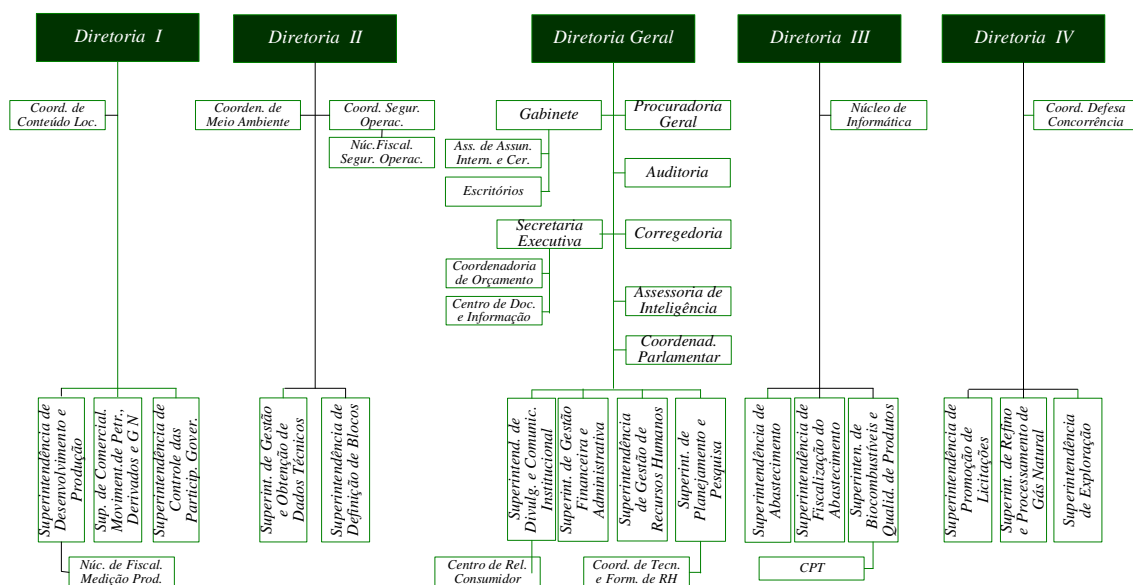


Figura 9 – Organograma de Vinculações



Em 2008, foram finalizadas as atividades do Grupo de Trabalho que revisou a portaria do Regimento Interno da ANP. Sob a coordenação da SEC e contando com a participação das assessorias dos diretores e dos responsáveis por cada unidade organizacional, foi proposta uma reformulação, com redistribuição de competências das unidades organizacionais, além da introdução de mecanismos de aperfeiçoamento do processo decisório. O fim do exercício de 2008 encontrou o projeto de novo regimento interno da ANP aguardando apreciação final dos diretores, para submissão formal do texto ao colegiado da casa.

21.5 - PROJETO LEGISLAÇÃO

A Secretaria Executiva deu prosseguimento ao projeto que permite à Agência disponibilizar, para consulta irrestrita, toda a legislação brasileira, desde 1934, relacionada às competências da autarquia.

O projeto consiste na manutenção e atualização diária da legislação do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Em 2008, ele incorporou ao acervo de legislação e consequentemente disponibilizou à sociedade e aos servidores da casa cerca de 2.463 normas, nas áreas a seguir listadas:

Legislação federal – superior e inferior - do setor petrolífero, gás natural e biocombustíveis. O acervo inclui emendas constitucionais, leis, decretos, decretos-lei, medidas provisórias, resoluções e portarias de órgãos que antecederam a ANP (Conselho Nacional de Petróleo e Departamento Nacional de Combustíveis) e portarias interministeriais;

Regulamentação editada pela ANP – resoluções, portarias, autorizações e despachos, além de todo o conteúdo das rodadas de licitações de blocos;

Legislação estadual e de meio ambiente – superior e inferior - de 11 unidades da Federação (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe), relacionadas ao setor petrolífero, gás natural e biocombustíveis;

Normas emanadas dos ministérios, principalmente, o de Minas e Energia; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Outras normas de qualquer natureza que se refiram às competências institucionais da ANP.

Segue comparativo das normas inseridas no sistema nos anos de 2007 e 2008. Houve, como se pode constatar, um crescimento de 35,81% nas normas disponibilizadas aos usuários.

Tabela 41 – Normas Inseridas 2007/2008

	2007	2008
Resol. ANP	49	44
Portarias ANP	227	392
Autorizações ANP	488	605
Despachos ANP	1.300	1889
ADE COFIS	23	16
Ato COTEPE	24	34
Conv. ICMS	29	10
Dec. Legislativos	3	1
Decretos	11	25
IN RFB	0	7
IN SEAP	1	1
Leis	0	2
MPS	0	3
Port CGZA	4	2
Port Conj.	0	1
Port. INMETRO	42	53
Port. Interm.	3	4
Port. MAPA	2	1
Port. MCT	2	3
Port. MME	15	6
Port. PGF	6	3
Port. SEAP	64	25
Port. ICMS	11	6
Resol. CIMA	1	0
Resol. CNPE	4	3
Total	2.309	3.136

Fonte: SEC

21.6 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária tem como foco a busca da garantia ou ampliação dos recursos disponíveis para o cumprimento da missão institucional da Agência. Para atingir esse objetivo, a Coordenadoria de Orçamento (COR), vinculada à Secretaria Executiva, se articula diretamente com os órgãos setoriais e centrais de orçamento e apóia a Diretoria Colegiada nas gestões realizadas junto ao Congresso Nacional, no sentido de aprovar uma proposta orçamentária que reflita as necessidades de manutenção ou ampliação das ações da ANP.

A definição das necessidades da Agência se dá por meio de um processo de planejamento interno que resulta no Plano de Ação Anual (PAA). O PAA é o detalhamento dos objetivos esperados para um determinado ano em função de metas físicas e estimativas de recursos a serem aplicados para o cumprimento da missão institucional de diferentes unidades organizacionais.

Além disso, no decorrer do exercício, a COR, em sintonia com as demais áreas da Agência, tomou as medidas necessárias para buscar a ampliação dos recursos disponíveis e a ampliação dos limites estabelecidos nos decretos de programação orçamentária e financeira.

Como instrumento de apoio ao acompanhamento da execução orçamentária, a COR divulgou mensalmente no exercício de 2008, como tem feito em anos anteriores, a execução orçamentária de cada unidade gestora responsável (UGR). Esse relatório tem possibilitado um melhor controle por parte dos dirigentes de UGR sobre os gastos realizados em suas áreas de atuação e permite à Coordenadoria de Orçamento um dimensionamento preciso das despesas no decorrer dos exercícios através das séries históricas estabelecidas desde a implantação da execução por UGR, em 2003.

Execução Orçamentária em 2008

Para uma Lei Orçamentária Anual (LOA) de R\$ 236,6 milhões, o orçamento de 2008 foi inicialmente inferior ao de 2007 em 21,2%. Essa redução foi decorrente da extinção, ao final de 2007, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o que resultou em redução das despesas previstas em todo o Orçamento da União de 2008.

No decorrer do ano, foram acrescidos à LOA inicial mais R\$ 316,6 milhões, distribuídos conforme abaixo:

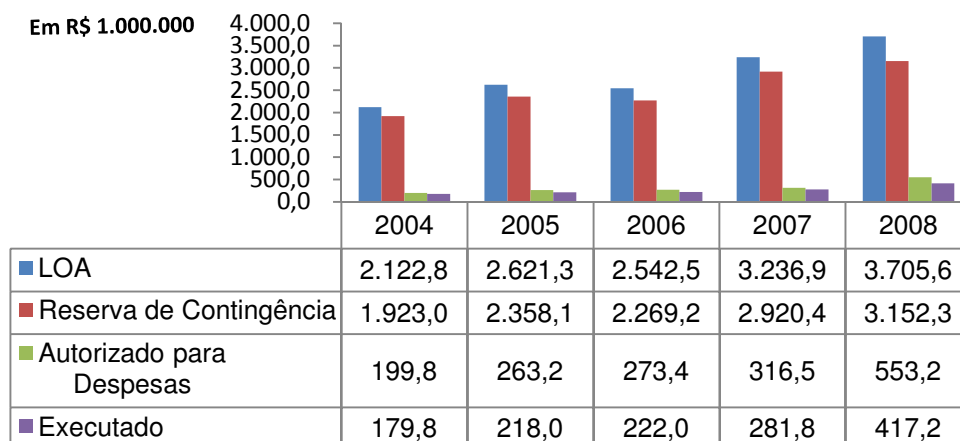
- R\$ 178,4 milhões referentes a crédito especial para cobertura do saldo remanescente da Conta Petróleo (Lei nº 11.748, de 21 de julho de 2008);
- R\$ 116 milhões para despesas com serviços de geologia (Lei nº 11.851, de 3 de dezembro de 2008);
- R\$ 17,7 milhões para pagamento de despesas com salários dos servidores (sendo R\$ 16 milhões concedidos pelo Decreto de 23 de outubro de 2008 e R\$ 1,7 milhão, pelo Decreto de 24 de dezembro de 2008);
- R\$ 3,7 milhões para custeio do regime de previdência dos servidores (sendo R\$ 1,1 milhão concedido pelo Decreto de 26 de setembro de 2008, R\$ 2,6 milhões, pelo Decreto de 23 de outubro de 2008 e R\$ 80 mil, pelo Decreto de 24 de dezembro de 2008);
- R\$ 705 mil para pagamento de aposentadorias e pensões (sendo R\$ 350 mil concedidos pelo Decreto de 4 de setembro de 2008, R\$ 170 mil, pelo Decreto de 23 de outubro de 2008, R\$ 135 mil, pelo Decreto de 26 de novembro de 2008 e R\$ 50 mil, pelo Decreto de 24 de dezembro de 2008);
- R\$ 61 mil para auxílio-alimentação dos servidores (Decreto de 27 de novembro de 2008).

Essas alterações resultaram, ao final de 2008, em uma LOA 74,8% maior do que a do exercício de 2007. Esse crescimento, porém, não é significativo se considerarmos que 75% do aumento autorizado se constituiu de créditos da Conta Petróleo, que em nada contribuem para as atividades da Agência, e que os R\$ 116 milhões aprovados para despesas com serviços de geologia não tiveram o respectivo limite de movimentação e empenho liberado.

A maior parte dos recursos vinculados aos serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo continua a ser alocado na reserva de contingência, para contribuir com o cumprimento das metas de superávit primário.

O gráfico a seguir mostra a variação da reserva de contingência nos cinco últimos exercícios e a execução orçamentária.

Gráfico 37 - Composição do Orçamento e Execução da ANP 2004 a 2008



O quadro abaixo demonstra os limites de movimentação e empenho de 2008.

Tabela 42 - Limites de Movimentação e Empenho em 2008¹⁶

Anexos	em R\$			
	a) Autorizado (LOA)	b) Limite Inicial	c) Limite Final	d) Executado ¹⁷
Anexo I (fontes 100, 129, 142, 174)	426.446.944	142.717.531	317.859.808	317.945.812 (*)
Anexo II (fonte 250)	54.500.572	26.983.180	27.393.138	27.323.633
Anexo VI (fontes 100 e 250)	1.364.468	1.303.580	1.364.468	1.231.943
Total	482.311.984	171.004.291	346.617.414	346.501.388

Fonte: SIAFI e Ofício nº 908/2008/SE/MME

Créditos Suplementares

Durante o ano de 2008 foram encaminhadas pela COR as seguintes solicitações de créditos suplementares:

¹⁶ Os limites de movimentação e empenho não incluem as despesas com pessoal

¹⁷ O valor do executado está maior do que o limite final devido a uma inconsistência contábil que está sendo apurada pelo Setorial de Contabilidade do Ministério de Minas e Energia.

Tabela 43 – Créditos Suplementares Solicitados e Concedidos em 2008

em R\$

Ações	Valor Solicitado	Valor Concedido
Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural	116.000.000	116.000.000
Administração da Unidade (Despesas Correntes e de Capital)	12.524.321	-
Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis	10.555.949	-
Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo	1.485.817	-
Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural	2.337.911	-
Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural	3.933.924	-
Cobertura de Saldo Remanescente da Conta Petróleo Devido pela União	178.435.832	178.435.832
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	340.792	-
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	2.970.990	3.719.662
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	60.888	60.888
Administração da Unidade (Despesas com Pessoal)	19.691.361	17.700.000
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	606.769	705.000

Fontes: SIAFI & SIDOR

O processo de Planejamento Orçamentário

O processo de planejamento orçamentário da Agência tem sofrido aperfeiçoamentos ano a ano. A captação da proposta orçamentária para 2009, realizada no primeiro semestre de 2008, perseguiu os seguintes objetivos:

- aproximar o sistema interno da ANP das exigências dos sistemas e das normas dos órgãos centrais de orçamento e gestão do Governo federal;
- aumentar o grau de informação associado às solicitações de recursos, principalmente no que diz respeito aos acordos administrativos e;

- estabelecer relação entre os processos realizados sob responsabilidade das unidades organizacionais, orçamentos, objetivos, produtos e resultados.

Pela captação de necessidades, chegou-se a um valor de R\$ 549,9 milhões necessários para 2009, dos quais R\$ 257,0 milhões para os serviços de geologia. Foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) com uma programação de despesa de R\$ 454,2 milhões para a ANP (esse valor não considera a reserva de contingência).

O Projeto de Lei Orçamentária Anual foi aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 2008, com despesas autorizadas de R\$ 386,1 milhões (valor líquido sem a reserva de contingência) para a Agência. Em relação ao PLOA, houve uma redução do valor das despesas autorizadas em decorrência da revisão da estimativa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que foi reduzido de 4,0% para 3,5% devido ao cenário de crise econômica internacional e seus possíveis impactos no País. Com a revisão para baixo do crescimento do PIB, houve uma redução na estimativa da receita total para 2009, compensada com uma redução correspondente nas programações de despesas nos órgãos da administração pública federal.

21.7 - DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Criado em 1998, com a missão de gerir a política de documentação da ANP, garantir a recuperação da informação, o acesso ao documento e a preservação de sua memória, o Centro de Documentação e Informação (CDI), subordinado à Secretaria Executiva, conta com uma estrutura adequada para atender aos pesquisadores por meio de recursos multidisciplinares e mantém um intenso intercâmbio com instituições de natureza distinta, além de uma estreita comunicação com profissionais de todas as áreas e especialistas do setor finalístico da Agência.

É, portanto, uma unidade caracterizada pelo relacionamento direto com o pesquisador, e investe diariamente na busca por novos recursos informacionais e tecnológicos que tornem o processo de pesquisa cada vez mais ágil, eficiente e relevante.

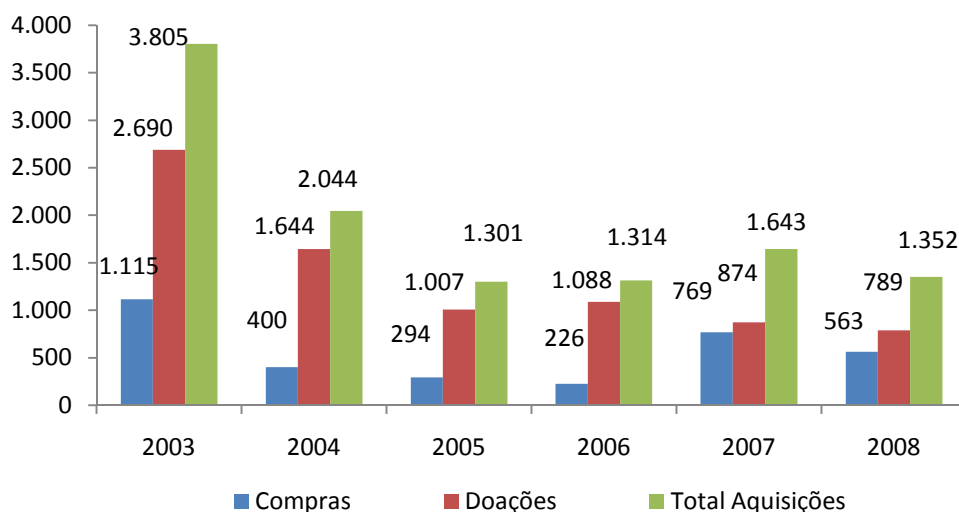
Além do apoio de especialistas em consultoria bibliográfica, o leitor dispõe de uma sala de consulta, reservada, com acesso a obras de referência, de dois computadores conectados à rede mundial de computadores, conforto e recursos imprescindíveis ao estudo aprofundado. O acervo pode ser consultado *in loco* ou cedido, por empréstimo, a todos os servidores da Agência.

A consulta é estendida a leitores de universidades e instituições congêneres, desde que identificados e qualificados pela área acadêmica afim, familiarizados com o setor de regulação e legislação pertinente.

21.7.1 Gestão Interna do CDI

Em 2008, o CDI incorporou ao acervo 1.352 peças, em especial, doações de origens diversas, internas e externas.

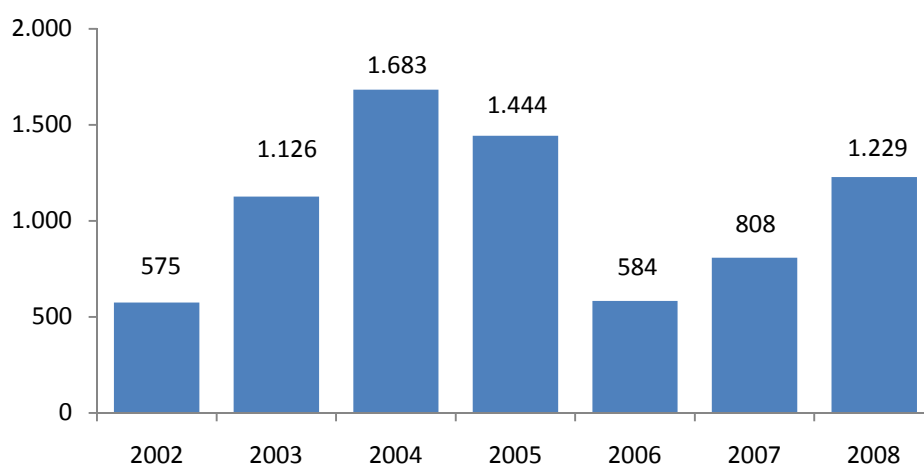
Gráfico 38 - Material Bibliográfico Adquirido



Fonte: CDI / ANP

A manutenção do acervo, atualizado, para pronto acesso por parte do leitor, é possibilitada pelo processamento técnico em sistema automatizado, cuja produção em 2008, está representada no quadro, a seguir.

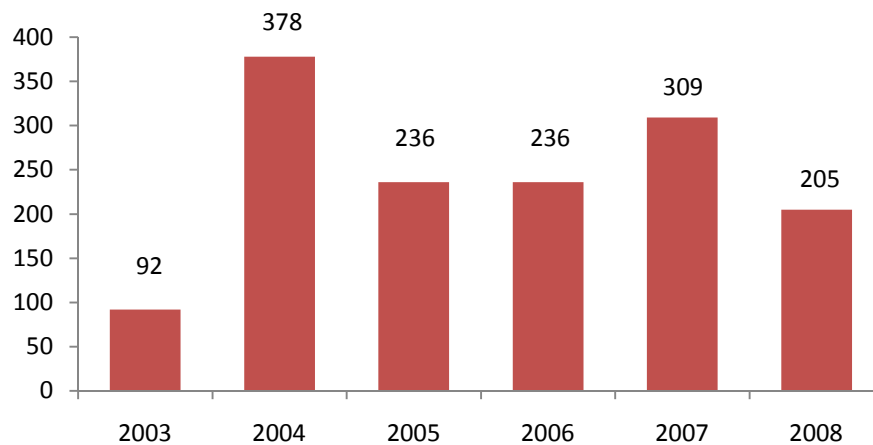
Gráfico 39 – Publicações Catalogadas



Fonte: CDI / ANP

Dentre os trabalhos produzidos pelo programa PRH, o CDI recebeu 205 teses disponíveis para acesso na *Intranet*.

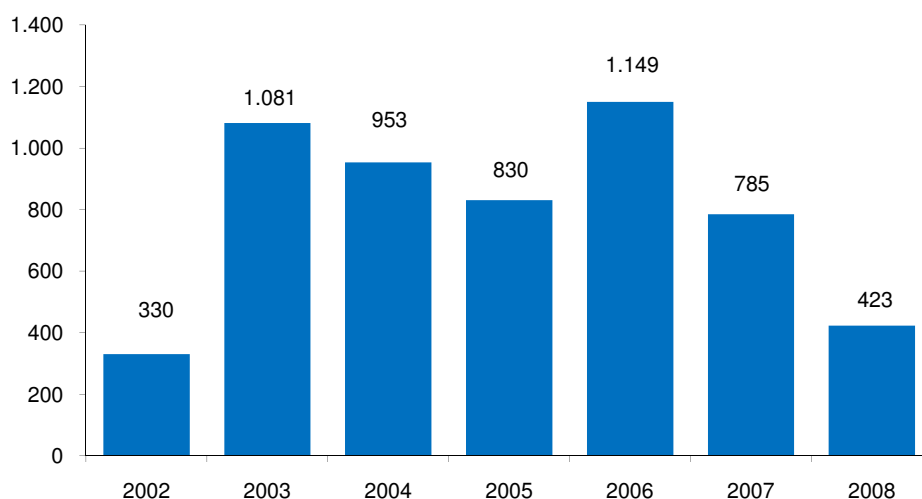
Gráfico 40 – Teses Incorporadas ao Acervo



Fonte: CDI / ANP

Todos os títulos foram processados e registrados no sistema ALEPH, responsável pela administração dos procedimentos técnicos do CDI, e encontram-se disponíveis para consulta *online* e empréstimo controlado por registro eletrônico. A atualização permanente do acervo por meio no sistema ALEPH estimula a realização de pesquisas e estudos entre os servidores da ANP, em todas as suas representações, merecedoras de cuidados e atendimento exclusivo.

Gráfico 41 - Consultas e Pesquisas Atendidas



Fonte: CDI / ANP

A atualização para a 18ª versão do sistema de administração dos serviços técnicos do CDI-ALEPH manteve o ritmo previsto no cronograma elaborado em colaboração com o Núcleo de Informática da ANP e a empresa ExLibris.

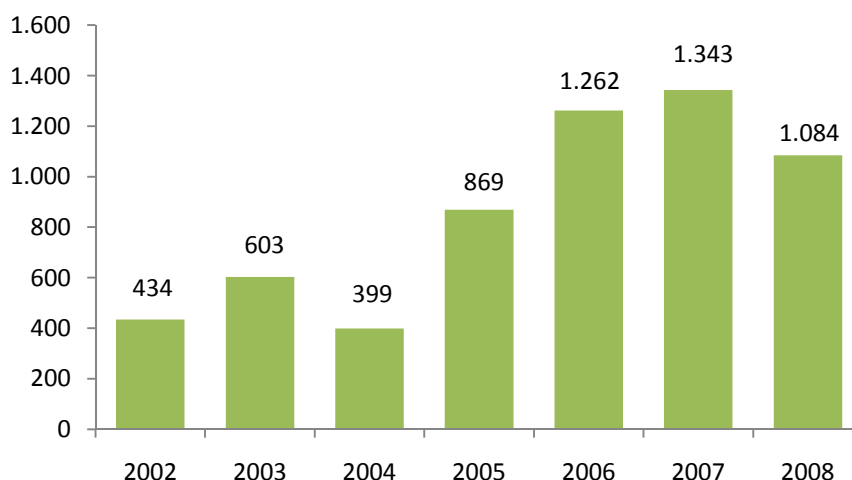
No que diz respeito ao volume de atendimento, em todos os níveis de trabalho, o ingresso de novos servidores concorreu para uma transformação muito favorável na rotina de trabalho. Em decorrência da ampla divulgação dos serviços disponíveis, sobretudo através dos cursos de formação e da página do CDI, na *intranet*, o atendimento ao leitor adquiriu um caráter de autonomia, há muito esperado. Ao chegar no CDI, o pesquisador já sabe o que quer e como obter as informações de seu interesse, sem a interferência e acompanhamento do bibliotecário.

Outro módulo implantado, relativo ao controle de publicações periódicas, garantiu um controle muito mais seguro às coleções, uma vez que propicia informações sobre falhas das coleções e cobranças, por meio eletrônico. No sítio do CDI, na *intranet*, encontram-se registrados todos os títulos e respectivas coleções para consulta remota.

Em ação conjunta com o Núcleo de Informática, o CDI tornou seu sítio mais visível na *intranet*, como “atalho útil”, tornando mais eficiente a divulgação das novas atividades. Essa medida possibilitou o aprimoramento do *clipping* de caráter técnico (artigos e notícias), a ampliação do escopo das publicações eletrônicas e o calendário de eventos nacionais e internacionais, com rigorosa manutenção da atualidade dos dados, com destaque para os sumários correntes.

Os empréstimos de publicações evoluíram conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 42– Publicações Emprestadas



Fonte: CDI / ANP

Bimestralmente são produzidos relatórios individuais, de cada colaborador do Centro de Documentação, em que se registram todos os eventos relacionados com a respectiva atividade. Deles resulta o Relatório Estatístico Mensal, cujo demonstrativo de ampla abrangência, permite visualizar os resultados alcançados no período.

Ciente da importância do fator “tempo” no exercício regulatório, cumpre ao CDI tornar cada vez mais eficiente e ágil o acesso à informação. Para tanto, é preocupação permanente do corpo técnico criar mecanismos que evitem o deslocamento dos servidores e que propiciem pronta consulta aos dados de interesse, no próprio setor de trabalho. Além do aperfeiçoamento do processo de pesquisa *online* a temas relacionados com a atividade finalística, houve significativo investimento na composição de um novo

projeto, tradicional nas bibliotecas de maior porte, que prevê a realização de pesquisa prévia à manifestação do leitor, a partir de um perfil de interesse, traçado em conjunto com os especialistas da ANP, de forma a divulgar em caráter permanente todos os documentos recebidos ou pesquisados, de acordo com o perfil traçado de cada um dos profissionais registrados no Sistema de Disseminação Seletiva da Informação – DSI.

Em 2008, foi desenvolvido o primeiro módulo, a saber: pesquisa a mais de seis mil periódicos *online* de acesso livre, para servir de acervo básico para o teste de DSI. Destes, após seleção temática, chegou-se a um conjunto de 300 títulos relevantes que já poderão ser oferecidos ao público alvo. O pleno funcionamento do sistema deve ser efetivado em 2009.

Outra iniciativa definida em 2008 destinada ao enriquecimento e atualização do acervo foi o estabelecimento de rotina anual de captação de relatórios anuais de instituições e empresas de cujo conteúdo são extraídos elementos essenciais ao estudo de desempenho da indústria de petróleo, gás e biocombustíveis.

A área reservada ao armazenamento do acervo e à acomodação de servidores esgotou-se, o que estará sanado com a transferência para o prédio anexo, em 2009, para uma área compatível com as necessidades do setor, propiciando também melhoria das condições de trabalho.

21.7.2 Atuação Externa do CDI

Consciente da importância de se manter um sistema cooperativo entre as bibliotecas, e considerando a carência bibliográfica da grande maioria delas, desde 2002, o CDI mantém o programa Intercâmbio Bibliográfico, através do qual são distribuídas duplicatas do acervo, publicações institucionais e aquelas recebidas por doação.

O CDI manteve também o atendimento ao Centro de Relações com o Consumidor - CRC da Agência, no que se refere à demanda externa de informações bibliográficas e legislação.

22 - AÇÕES NA ÁREA DE INFORMÁTICA

O Núcleo de Informática (NIN) é responsável por todo o ambiente computacional da ANP, definindo, formalizando e garantindo, em todos os níveis (infraestrutura, banco de dados, aplicativos, comunicação) o funcionamento ininterrupto dos recursos de informática imprescindíveis ao funcionamento da Agência.

22.1 - TECNOLOGIA

Dando continuidade ao processo de reestruturação do parque de informática da Agência iniciado no ano de 2007, diversas ações e atividades foram realizadas neste período com o objetivo de promover a atualização do ambiente e aumento na qualidade dos serviços prestados. Muitos foram os exemplos de novos equipamentos adquiridos e novos serviços, soluções, sistemas e tecnologias implantadas.

Totalmente aderente às metas presentes no Plano Diretor de Informática (PDI), os projetos executados ao longo do ano permitiram um aumento nos níveis de disponibilidade, continuidade e desempenho dos serviços prestados. Podemos citar como exemplo o contingenciamento e atualização de versão do ambiente de correio da Agência; a implementação de uma nova ferramenta de anti-*spam* que permitiu a redução do número de mensagens indesejadas enviadas para as caixas postais da ANP; a substituição dos equipamentos de conectividade de rede (*switches*) por modelos que proporcionam uma melhor gerência e uma maior confiabilidade e segurança para o tráfego de dados; a aquisição de 15 terabytes de espaço em disco para o *storage*, que ampliou a sua área útil de armazenamento dos dados para 19 terabytes; e a aquisição de três novos servidores de rede para o ambiente de banco de dados corporativo e posterior migração das bases para os novos equipamentos, garantindo desta forma um aumento significativo na performance dos sistemas internos.

O parque de microinformática foi padronizado, entregando a todos os 1.500 funcionários da Agência microcomputadores com no mínimo 1 gigabyte de memória e *softwares* padrões atualizados. Os funcionários do *upstream* receberam microcomputadores com maior capacidade, dada a utilização de *softwares* que trabalham com imagens. Foram adquiridos monitores de vídeo adequados para os deficientes visuais.

Nova estrutura de *backup*, utilizando uma rede apartada da rede corporativa, o que possibilitou a redução do tempo de realização do *backup* para a metade, bem como melhoria no tráfego de dados da rede corporativa.

Atualização do *software* de correio eletrônico e de fluxos, o que envolveu a homologação de 30 aplicações e a migração de 1.500 caixas de correio eletrônico. A ANP foi pioneira nesta migração, tanto no governo como no Brasil. O ambiente que antes era suportado por uma única máquina, passou a ser atendido por três, garantindo uma maior proteção automática a falhas.

Substituição de todos os equipamentos de rede que estavam obsoletos por equipamentos dez vezes mais velozes, o que se refletiu favoravelmente no tráfego de dados.

Outro grande foco de atuação da área de infraestrutura ao longo do ano foi o suporte às áreas finalísticas da Agência assim como aos outros setores do NIN. Temos como exemplos:

- disponibilização de todos os servidores de rede necessários para a realização da Décima Rodada de Licitações;
- melhoria e atualização dos ambientes dos sistemas de Legislação e Reunião de Diretoria;

- integração dos ambientes tecnológicos do Escritório Central com o do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), permitindo que este tenha acesso a diversos serviços disponibilizados na Agência, dentre eles o serviço de correio;
- suporte técnico e disponibilização dos ambientes necessários para o desenvolvimento, a homologação e a implementação de novos sistemas como o Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), o Sistema de Ponto de Abastecimento (SPA), o Aleph, o i2 (ferramenta de investigação de dados) e a nova *intranet*.

Com o objetivo de aumentar cada vez mais o nível de continuidade e disponibilidade dos serviços prestados e a proteção do ambiente como um todo, foram realizadas as seguintes ações voltadas para a parte de monitoramento e segurança:

- disponibilização de servidores de rede de contingência para serviços críticos (sítio na *internet*, por exemplo);
- criação de ambientes de monitoramento, garantindo a disponibilidade dos serviços;
- aquisição de uma nova plataforma de antivírus, permitindo um melhor nível de gerenciamento e cobertura;
- criação de certificados digitais para acesso a alguns serviços, criando um tráfego seguro entre a ANP e a *internet*;
- aquisição de uma estrutura de *backup* mais eficiente que reduziu a janela de execução do processo para metade do tempo gasto anteriormente e o impacto na rede dos usuários;
- análise das vulnerabilidades dos servidores de rede, que permitiu a posterior implantação de políticas de segurança, reduzindo o nível de risco do ambiente.

22.2 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Com a entrada de 321 novos concursados, houve incremento nas atividades do *Service Desk*, principalmente no que se refere às solicitações de recursos de informática, solicitações de acesso a sistemas e *drives* de rede. O *Service Desk* também realizou durante o ano a instalação de impressoras e estações de trabalho em todos os escritórios da ANP.

A média mensal das Solicitações de Recursos de Informática (SRI) durante o ano de 2008 foi de 415 e a média dos chamados ao *Service Desk*, de 1.771.

Tabela 44 - Chamados ao Service Desk e SRI

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
Chamados ao Service Desk	21.755	19.484	21.484	20.147	21.256
SRI	1.891	2.031	2.592	3.283	4.977

Fonte: NIN / ANP

A partir de março, o NIN assumiu a gerência de tecnologia da informação do BDEP. O principal foco foi a integração com a ANP, com a implantação do correio eletrônico, fluxos administrativos, antivírus, integração da rede de dados, controles de segurança, documentação e controles de atendimento.

A capacidade dos links de comunicação de voz e dados entre os diversos escritórios da ANP foi duplicado, contemplando todos os sistemas de automação que se encontram implantados e que venham a ser implantados nas unidades regionais.

22.3 - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

Em 2008 foram colocados em produção vários sistemas, fluxos e módulos de grande importância para a operação da Agência. São eles:

- Sistema de Ponto de Abastecimento – colocado em funcionamento no primeiro dia útil do ano, permitiu o cumprimento da Resolução ANP nº 12, de 21/3/2007, que visava ao cadastramento e autorização de funcionamento dos Pontos de Abastecimento;
- SIMP versão 4.0 – em relação à versão anterior, houve racionalização e depuração da base de dados e a colocação de funcionalidades adicionais à disposição dos usuários finais. O sistema encontra-se agora em fase de aperfeiçoamento, incorporando melhorias especificadas pelos usuários;
- Fluxo de Registros de Produtos - este fluxo faz o cadastramento e emite a autorização de registro de novos produtos e renovação de registro para óleos lubrificantes, graxas lubrificantes e aditivos em frasco para óleos lubrificantes de aplicação automotiva, fabricados no país ou importados, a granel ou embalados, de origem mineral, vegetal ou sintética. É um fluxo para ser utilizado via web, permitindo grande flexibilidade de uso aos usuários;
- Sistema de Acompanhamento de Preço de Asfalto – em resposta à solicitação da CDC, permitindo o acompanhamento dos volumes e preços dos vários produtos asfálticos;
- Criação da Base de Dados Corporativa (ICO) - contendo dados de organizações externas, para uso de todos os sistemas de computador;
- Fluxo de Julgamento Processual – completa reprogramação dos fluxos de julgamento processual de primeira e segunda instância, que foram integrados dentro de uma arquitetura *web* e usando o banco de dados Oracle, com interface com o Sistema de Controle de Multas;
- Gerador de Documento Fiscal – módulo para uso dos fiscais em seus *notebooks*, em ações de fiscalização.

Houve também melhoria significativa em sistemas implantados, tais como:

- Sistema de Gestão de Exploração e Produção (SIGEP) – melhorias no relacionamento com os usuários externos à ANP, com tratamento aperfeiçoado dos dados recebidos, principalmente do Boletim Mensal de Produção (BMP), passando a efetuar a validação, no momento da carga, do volume de gás para *royalties* e de participações especiais do campo, de crédito de gás natural e da produção compartilhada de poços;
- Vinte e cinco novos tipos de arquivos de dados enviados pelas operadoras de Exploração e Produção (E&P). Destaque para Informe de Licença Ambiental de E&P, Situação Mensal do Poço, Comunicação de Reentrada de Poço e Notificação de Conclusão de Reentrada de Poço. Além disso, passamos a enviar *e-mail* para as operadoras com o resultado das análises;
- Impressão via *web* de onze novos relatórios destacando o Boletim Mensal de Produção, Relatório Final de Perfuração e a Notificação de Descoberta de Hidrocarbonetos.

Nos processos internos de gestão da informação pode-se citar ainda outras melhorias:

- informatização do processo de análise de empresas na fase de pré-assinatura de contrato;
- inclusão do *status* “Contrato Suspenso” no módulo de controle de contratos do SIGEP;
- vínculos das formações de litoestratigrafia e geocronologia em poços e campos, dados de prospecto de poço;
- histórico de utilização de sondas em poços, atualização do equipamento e data de construção;
- cadastro das unidades de negócio das empresas, permitindo o envio de arquivos e recebimento de confirmações de análises;
- Fluxos de Solicitação de Aquisição de Bens e Serviços (SABS), de Banco de Currículo Vitae (BCV) e SRI – estes fluxos foram bastante melhorados, de acordo com as demandas dos usuários. Note-se particularmente a recuperação do histórico do processo de aquisição para encaminhamento de Proposta de Ação (aditivo de contratos).

22.4 - INÍCIO DA OPERAÇÃO DA “FÁBRICA DE SOFTWARE”

Em setembro, contratamos empresa para levantamento de requisitos e programação de sistemas completos. O Sistema Informatizado de Gestão da Fiscalização (SIGEF), o Sistema Integrado de Análises Técnicas e Atendimento (SIATA) e o Sistema de Levantamento de Preços (SLP) já foram iniciados, sendo os demais os seguintes: Qualidade de Produtos (SIQUAL e MQC); Movimentação de Gás Natural (SMGN); Conteúdo Local (SGCL - módulos 3 e 4); Plano de Ação Anual (PAA); Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC); Gestão da Medição (SGM); Movimentação de Comércio Exterior (MCE); Marcação de Produtos; Sistema Informatizado de Credenciamento de Serviços Tecnológicos (CST).

22.5 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2008 as atividades de Segurança da Informação na ANP foram realizadas com apoio consultivo de empresa especializada na área, objetivando a realização de um projeto corporativo abrangendo diversas ações para prover maior seguran-

ça ao patrimônio de informações da ANP. Destacamos a seguir os principais resultados obtidos com as diversas atividades e projetos realizados pelo Escritório de Segurança da Informação:

- análise de risco - analisados mais de 30.000 controles de segurança da informação, contemplando ativos tecnológicos (equipamentos servidores e estações de trabalho), ambientes de *datacenters* e arquivos, cultura de segurança de pessoas, bem como legislações e normas aplicáveis;
- implementação de controle - implementação de mais de 2.500 controles no ambiente tecnológico, elevando em 20% os indicadores de segurança dos ativos contemplados;
- segurança no desenvolvimento de aplicações - realizadas análises ou auditorias em 31 dos principais sistemas da ANP dentre os quais citamos SIMP, i-SIMP, SIGEP, i-SIGEP, Sistema de Gestão de Conteúdo Local (SGCL), Sistema de Análise de Ofertas (SAOF), Gerador de Ofertas (GEOF), Consulta de Postos, Levantamento de Preços;
- plano de divulgação e treinamento - realizada a Primeira Semana Interna de Segurança da Informação (SISI) da ANP, objetivando a conscientização em massa dos colaboradores da Agência, por meio de palestras proferidas por especialistas abordando temas atuais, dicas, reportagens e legislação, além de jogos e apresentações teatrais com mais de 600 presentes aos eventos que responderam pesquisas resultando em elevado índice de avaliação do evento e atendimento às expectativas do público. Devido ao sucesso da SISI, foi realizado o Dia Interno de Segurança da Informação, no Escritório Sede em Brasília e nos Escritórios Regionais em São Paulo e Salvador.
- teste de invasão – foram realizadas quatro simulações de tentativa de acesso indevido aos principais sistemas de informações da ANP, identificando vulnerabilidades a serem resolvidas com a implementação de controles e melhorias nos sistemas e ambiente tecnológico;
- classificação da informação - projeto realizado em conjunto com 20 unidades organizacionais da ANP, consolidando a classificação das informações destas unidades, o mapeamento de seus principais processos e a especificação, por parte da equipe de consultores, dos controles e processos de segurança a serem implementados para prover o tratamento adequado às informações das áreas;
- segurança da informação em eventos externos - realizadas análises e implementados controles e melhorias em todos os sistemas e ativos tecnológicos da Rodada de Licitações;
- Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - elaborada Proposta de Ação para a implantação de comitê interdepartamental, objetivando abrangência corporativa às ações de Segurança da Informação e Comunicações na ANP, além do atendimento à regulamentação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, bem como à Instrução Normativa ANP nº 06/2003.

23 - GESTÃO DE PESSOAS

A ANP encerrou o exercício de 2008 contando com um quadro de pessoal composto por 770 servidores nas seguintes situações funcionais, conforme quadro abaixo.

Tabela 45 - Quantidade de Servidores e Despesa¹⁸ com Pessoal

Descrição	2006	2007	2008
Ativo Permanente	397	371	607
Nomeados sem vínculo	102	109	104
Contratos temporários (Lei nº 8.745/1993)	46	0	0
Requisitados com ônus	38	33	7
Requisitados sem ônus	13	10	27
Exercício descentralizado de carreira - Procuradores Federais	22	18	22
Exercício provisório	1	1	1
Cedidos	1	2	2
Total de Pessoal	620	544	770
Despesa Total com Pessoal no exercício (R\$ milhões)	41,1	46,9	67,4

Fonte: Cadger (banco de dados SRH) e SIAFI Gerencial

No exercício de 2008, observa-se um acréscimo de pessoal em relação ao exercício de 2007, passando de 544 para 770, ocasionado principalmente pelo ingresso de servidores aprovados no segundo concurso realizado pela Agência.

A despesa total com pessoal passou de R\$ 46,9 milhões, em 2007, para R\$ 67,4 milhões, em 2008, aumentando 31%. Principais fatores que contribuíram para esse resultado:

- 1) Ingresso no segundo semestre de 2008 dos servidores aprovados no segundo concurso público;
- 2) Reajuste dos valores das remunerações dos servidores efetivos das Agências Reguladoras, implementado pela Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008 – DOU de 30 de agosto de 2008.

A Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispôs sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, estabeleceu o quantitativo de 780 cargos para compor o quadro de pessoal efetivo da ANP. Para preenchimento dos cargos foram realizados dois concursos: o

¹⁸ Despesa - Total incorrido no exercício / Quantidade de pessoal - posição em 31/12 de cada ano

primeiro em 2004/2005, quando foram disponibilizadas 313 vagas, e o segundo em 2008, com previsão para o preenchimento de 325 cargos.

Concluídas as etapas do concurso em 2008, foram nomeados 321 servidores. Porém, ao final do exercício, permaneceram ocupadas 270 vagas.

*Tabela 46 - Vagas Autorizadas e Ocupadas
(dezembro de 2008)*

Cargo	Vagas Autorizadas	Vagas Ocupadas
Analista Administrativo	85	69
Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural	11	9
Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural	147	131
Técnico Administrativo	47	37
Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural	35	24
Total	325	270

Fonte: Cadger (banco de dados SRH)

Quanto ao nível de instrução, havia na ANP em 31/12/2008, 600 servidores com graduação de nível superior, 164 com ensino médio e 6 com ensino fundamental.

Tabela 47 - Formação Escolar dos Servidores

FORMAÇÃO	QTDE. DE SERVIDORES	EM % DO TOTAL
Graduação de nível superior	600	78 %
Ensino médio	164	21 %
Ensino fundamental	6	1 %
Total	770	100%

Fonte: Cadger (banco de dados SRH)

A partir das novas regras instituídas pelo artigo 5º da Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005, convertida na Lei nº 11.292, de 27 de abril de 2006, que modifica o § 4º do artigo 16 da Lei n.º 9.986, de 18 de julho de 2000, a ANP passou a ressarcir aos órgãos de origem somente pela requisição de servidores das esferas estaduais e municipais e de empregados de empresas públicas ou de sociedade de economia mista.

Deixou, portanto, de ressarcir pela requisição de servidores públicos da esfera federal, gerando uma significativa redução de gastos, conforme se verifica nos valores a seguir.

Gastos com ressarcimento

2006 = R\$ 2.157.369,48

2007 = R\$ 1.923.784,08

2008 = R\$ 1.745.249,32

A redução de 2006 para 2007 foi de 10,83% e, de 2007 para 2008, de 9,28%.

Benefícios

A ANP concede a seus servidores os seguintes benefícios:

- Auxílio-transporte;
- Auxílio-pré-escolar;
- Auxílio-alimentação;
- Auxílio-funeral;
- Auxílio-natalidade;
- Assistência médica, ambulatorial e hospitalar;
- Assistência odontológica.

Os benefícios de auxílio-transporte, pré-escolar e alimentação são concedidos aos servidores em pecúnia, por meio da folha de pagamento.

Devido ao ingresso de novos servidores em 2008 houve um aumento significativo na adesão de beneficiários nos planos de assistência médica, ambulatorial e odontológica, em relação a dezembro de 2007. No plano de saúde, houve um aumento de 51%, enquanto no plano odontológico o aumento foi de 38%.

Em dezembro de 2008, o plano de assistência médica contava com a inscrição de 545 titulares e 459 dependentes, representando um total de 1004 beneficiários. O plano de assistência odontológica contava com a inscrição de 467 titulares e 363 dependentes, representando um total de 830 beneficiários.

Tabela 48 - Despesa com Benefícios¹⁹ (em R\$)

Descrição	2006	2007	2008
Auxílio pré-escolar	36.170,40	36.334,10	44.402,51
Auxílio alimentação	992.288,37	916.963,45	1.023.808,47
Auxílio transporte	198.115,56	214.941,85	208.134,07
Auxílio-funeral	0,00	0,00	12.933,93
Auxílio-natalidade	650,00	1.520,00	2.984,40
Plano de saúde (*)	410.662,93	1.030.705,39	374.067,87
Plano odontológico (*)	85.358,93	59.748,63	62.078,55
Total	1.723.246,19	2.260.213,42	1.728.409,80

Fonte: SIAFI Gerencial / DDP-SIAPE

Prestadores de serviço

Os serviços de apoio administrativo são realizados por postos de trabalho, mediante contrato de prestação de serviços, que foram renovados em setembro, por até 12 meses, nos Escritórios do Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e São Paulo.

A despesa apresentou pequena variação nos valores em 2008 comparativamente a 2007, devido à pequena movimentação no número de postos ocupados.

O quantitativo de postos de serviços contratados não apresentou variação expressiva no período de 2006 a 2008, conforme tabela a seguir:

Tabela 49 - Despesa com Prestadores de Serviço²⁰

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	R\$	Qtde	R\$	Qtde	R\$
Prestadores de serviço de Apoio Administrativo	282	8.422.100,94	276	9.340.418,76	281	9.426.665,85

Fonte: SRH e SFA – SIAFI Gerencial 2007 e RM Sistemas

Oportunidades de estágio

O quadro de estagiários da ANP em 2008 previa 151 vagas, sendo 138 de nível superior e 13 de nível médio. A Agência encerrou o exercício de 2008 com 44 vagas de estágio ocupadas tendo uma redução de 51,76 % comparativamente ao encerramento do ano anterior.

¹⁹ Informação do gasto efetivo da ANP (total da fatura deduzindo-se a participação do servidor)

²⁰ Quantidade – posição em 31 de dezembro de cada ano; Despesa – total incorrido no exercício

Essa redução foi ocasionada pela transição entre a edição da Lei nº 11.788/08 e a adequação dos contratos à nova legislação, o que ocorreu em dezembro de 2008. Na ocasião, foi suspensa a celebração de novas contratações, bem como a renovação dos contratos cujo término ocorreria no último trimestre de 2008. Com a adequação às novas regras, a situação foi normalizada no início do exercício seguinte.

A contratação de estagiários segue a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e de acordo com as disposições da Portaria nº 313, de 14 de setembro de 2007 e Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Essas legislações dispõem sobre os procedimentos para a aceitação como estagiários, de alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, ensino médio, de educação profissional de nível médio ou de educação especial, vinculados à estrutura do ensino público e privado do país, pelo prazo máximo de vinte e quatro meses.

Tabela 50 - Despesa com Estagiários²¹

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	R\$	Qtde	R\$	Qtde	R\$
Estagiários	56	252.197,49	85	335.850,65	44	372.913,62

Fonte: SRH e SFA – SIAFI Gerencial 2007 e RM Sistemas

Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

As ações de treinamento e capacitação foram desenvolvidas em consonância com o principal objetivo da Agência, que visa manter seu quadro de pessoal atualizado e bem preparado para atuar como órgão regulador da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis. A SRH vem desenvolvendo seu trabalho de acordo com as diretrizes emanadas da Diretoria e com as demandas das áreas, visando compor um corpo funcional qualificado e apto para dar cumprimento à missão institucional da Agência.

O Comitê Gestor de Capacitação (CGC) tem como objetivo assessorar a SRH nas definições das ações de desenvolvimento dos servidores, buscando a formulação de políticas institucionais e de diretrizes voltadas para a capacitação, treinamento e desenvolvimento do capital humano da ANP.

No ano de 2008, foram realizadas dez reuniões do Comitê Gestor de Capacitação, sendo seis ordinárias e quatro extraordinárias. Nelas, foram aprovados 22 cursos de pós-graduação, cursos *in company*, e cursos no exterior.

Em 2008 foi destinado para capacitação dos servidores da ANP o orçamento de R\$ 1,7 milhão. Desse total, foi investido o valor de R\$ 1,3 milhão na participação dos servidores em cursos presenciais, congressos, seminários, palestras e outros eventos.

Foram analisadas pela SRH 533 Solicitações de Participação em Ações de Treinamento (SPAT), e dessas, 434 foram efetivamente concluídas.

Como resultado efetivo das ações de capacitação, a ANP treinou 566 servidores, o que representa 74% do total de pessoal. Como justificativa para o grupo de servidores não treinados, deve-se considerar o ingresso de aprovados no concurso apenas no segundo semestre de 2008. Em razão da data de entrada em exercício, não houve

²¹ Quantidade – posição em 31 de dezembro de cada ano; Despesa – total incorrido no exercício

tempo hábil de efetivar a sua capacitação. Foram, portanto, incluídos no plano de capacitação de 2009.

Tabela 51 - Resultado das Ações de Capacitação

Descrição	Total de Servidores	Servidores Treinados	Treinados/ Total
Ativo Permanente	607	474	78%
Nomeados sem vínculo	104	63	61%
Requisitados	34	19	56%
Exercício descentralizado de carreira - Procuradores Federais	22	9	41%
Exercício provisório	1	1	100%
Cedidos	2	0	0%
Total de Pessoal	770	566	74%

Fonte: Fluxo SPAT - SRH

Essas ações representaram em 2008 um investimento de 57.452 horas/aula de treinamento, perfazendo uma média de 101,5 horas/ano por servidor, o que fica acima da média nacional e internacional.

Seguem abaixo dados comparativos da pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento - ABTD denominada "O Retrato do Treinamento no Brasil 2007/2008 em parceria com a *American Society for Training and Development* – ASTD:

Tabela 52 - Indicadores de Treinamento e Desenvolvimento

Indicadores	EUA	Ásia	América Latina	Europa	Brasil	Grupo Líder em Desenvolvimento de Pessoas	ANP
Média de horas de treinamento por funcionário	30h	30h	31h	35h	37,5h	52h	101,5h

Fonte: ABTD (2008).

De acordo com os Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos (RPAT), os cursos foram, de um modo geral, bem aproveitados. Os temas foram integrados às atividades profissionais desenvolvidas e serviram como ferramentas de atualização e ampliação de conhecimento adquirido. Os cursos *in company* serviram para promover maior interação e integração dos servidores da Agência. Os debates promovidos ao final das atividades foram importantes na troca de experiências entre as instituições que participaram dos trabalhos desenvolvidos.

Houve cursos solicitados pelo Centro de Pesquisa Tecnológica localizado em Brasília/DF que foram fundamentais para a implementação do Sistema de Qualidade, complementados com cursos sobre as Normas Brasileiras de Regulamentação e sobre processos de Certificações (NBR ISO 9001:2000 / NBR ISO IEC 17025:2005/). Eles forneceram subsídios técnicos para a organização e estruturação de seus laboratórios.

Os servidores das áreas técnicas participaram de congressos, simpósios, conferências e eventos nacionais e internacionais em que discutiram assuntos relacionados à atividade-fim da Agência, como biocombustíveis, bioenergia, biodiesel, GNV, dentre outros.

Essas atividades proporcionaram um aumento na qualidade dos serviços prestados e o aperfeiçoamento das práticas da ANP. Além disso, os servidores das áreas finalísticas da ANP participaram dos seguintes eventos: Duas missões técnicas à Europa, com visita a instituições e órgãos de governo para conhecer como são desenvolvidas as atividades de normalização, metrologia, transporte marítimo, controle de mercado e regulamentação, no âmbito nacional e regional (União Européia); Congresso Mundial de Petróleo em Madri; Congresso Ibero-Americano de Regulação Econômica; *Workshop* de Análise de Bacias em Londres; Conferência Anual da Associação Internacional de Economia da Energia em Istambul; Simpósio Internacional de Engenharia Automotiva; *Rio Oil & Gás*; Conferência Internacional sobre Açúcar e Alcool; Congresso Latino-Americano de Cromatografia e Técnicas Relacionadas.

Os servidores das áreas administrativas participaram de fóruns sobre as agências reguladoras e de cursos em que se discutiram assuntos relacionados às suas atividades e à melhoria de seu desempenho profissional, tais como: Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, Plano de Continuidade de Negócios, Licitações e Contratos, Formação de Pregoeiro, LRF, Legislação Tributária e Análise de Investimentos; PAD e Sindicância, SIAPE, Portal de Convênios, Legislação de Pessoal, RM Labore, Governança e Riscos Corporativos, Combate à Corrupção; Gerência de Material, Almoxarifado e Patrimônio, Cerimonial para Setores Públicos, Redação Oficial e Elaboração de Relatórios; Gestão Tecnológica e da Inovação, Perícia Forense Computacional, *Microsoft Directions*; Geologia para Não Geólogos; Gestão de Pessoas, Liderança de Equipes e Gerenciamento de Projetos.

Segue o demonstrativo da distribuição dos servidores treinados por unidade organizacional da ANP.

Tabela 53 - Servidores Treinados por Unidade Organizacional da ANP

Unidade	Quantitativo de Treinamentos			Quantitativo de Servidores Treinados		
	Nacional	Internacional	Total	Nacional	Internacional	Total
AIC	4	0	4	3	0	3
AIN	8	0	8	5	0	5
AUD	9	0	9	3	0	3
CCL	17	1	18	9	1	10
CDC	25	0	25	10	0	10
CDI	15	0	15	4	0	4
CMA	10	1	11	3	1	4
COP	1	0	1	1	0	1
COR	5	0	5	4	0	4
CPT	192	1	193	38	1	39
CRC	3	0	3	3	0	3
CRG	14	0	14	4	0	4
CSO	46	0	46	13	0	13
CTC	33	0	33	9	0	9
Diretoria	23	1	24	10	1	11
EDF	19	2	21	11	1	12
ESA	19	0	19	9	0	9
ESP	1	0	1	1	0	1
GAB	7	0	7	3	0	3
NFP	13	1	14	6	1	7
NIN	19	1	20	10	1	11
NSO	1	0	1	1	0	1
PRG	8	6	14	7	4	11
SAB	73	2	75	29	2	31
SBQ	114	1	115	29	1	30
SCI	26	0	26	16	0	16
SCM	41	4	45	15	3	18
SDB	56	6	62	15	5	20
SDP	55	2	57	21	2	23
SDT	69	3	72	20	3	23
SEC	13	0	13	7	0	7
SEP	31	7	38	6	7	13
SFA	75	0	75	45	0	45
SFI	113	1	114	72	1	73
SPG	18	2	20	9	2	11
SPL	35	3	38	15	3	18
SPP	34	3	37	12	3	15
SRH	56	0	56	29	0	29
SRP	34	2	36	14	2	16
Total	1.335	50	1.385	521	45	566

Fonte: Fluxo SPAT - SRH

Cursos *In Company* de Curta Duração

No ano de 2008, ocorreram diversos treinamentos internos, realizados por meio de parceria entre a SRH e diversas outras áreas (SEP/SDP/BDEP). Esses cursos foram ministrados por instrutores internos e externos. A seguir, apresenta-se o quadro-resumo com os principais temas e quantidade de servidores certificados:

Tabela 54 - Cursos In Company de Curta Duração

Curso	Local	Carga Horária	Nº Turmas	Nº Participantes
Curso de Legislação Tributária	Auditório 13º	24h	1	40
Curso de Legislação de Pessoal	ESAF	32h	2	45
Curso de Gestão de Contratos	ESAF	20h	1	22
Curso de Licitações e Contratos	ESAF	24h	2	43
Ambientação – ERJ/ESP/ESA/EDF	Auditório 13º	16h	13	263
Curso de Extensão em Regulação – UFRJ	Auditório 13º	180h	1	38
Geologia para não Geólogos – ERJ e ESA	Auditório 13º	20h	3	104
Curso de idiomas – ESP	Parecer	96h	2	4
Curso de idiomas – ERJ e EDF	Dixie	144h	12	74
Aquisição de Dados Sísmicos	BDEP	16h	1	8
Interpretação de Dados Sísmicos	BDEP	24h	1	15
Integração de Dados e Confeção de Mapas	BDEP	24h	1	16

Fonte: Fluxo SPAT - SRH

Cursos *In Company* de Longa Duração

O curso de extensão em Regulação, Concorrência e Reestruturação nos Setores de Infraestrutura com Ênfase em Energia, realizado em parceria com a UFRJ, teve início no mês de agosto de 2008, com previsão de término em fevereiro de 2009. O curso teve como objetivo atender a necessidade das áreas técnicas em atualizar seus servidores nas suas atividades profissionais, nesse sentido, preparando os reguladores da Agência nas questões ambientais e de energia.

Os cursos de idiomas tiveram início no mês de outubro de 2008, com previsão de término em setembro de 2009. Têm como objetivo promover a capacitação dos servidores da ANP nos idiomas inglês e espanhol, visando à necessidade de relacionamento da agência com instituições estrangeiras internacionais, além do acesso à literatura do setor nessas línguas.

Atos de desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Os processos relativos aos atos de admissão, aposentadoria, desligamento e concessão de pensão civil foram registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão – SISAC, conforme previsto na Instrução Normativa TCU nº 44, de 2 de outubro de 2002. A diferença entre a quantidade de atos ocorridos e os encaminhados deve-se ao envio de atos referentes a exercícios anteriores.

Tabela 55 - Atos Informados ao SISAC – TCU (2008)

Atos	Ocorridos	Encaminhados
Admissão	281	283
Desligamento	40	43
Aposentadoria	06	06
Pensão Civil	01	02

Fonte: SisacNet / SIAPE

O acompanhamento da apreciação dos atos registrados no SISAC é realizado através do SisacNet no sítio eletrônico do TCU. Os atos encaminhados em 2008 encontram-se na situação descrita no quadro a seguir.

Tabela 56 - Atos Encaminhados (2008)

Atos	Atos Encamin- nhados	Aguardando parecer do Controle Interno	Em andamento no TCU	Em edição
Admissão	283	281	0	2
Desligamento	43	0	43	0
Aposentadoria	6	6	0	0
Pensão Civil	2	2	0	0

Fonte: SisacNet / SIAPE

Os dois atos de admissão que se encontram em edição são resultado de uma diligência da Controladoria-Geral da União e serão posteriormente analisados.

24 - GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

A gestão administrativa e financeira e a coordenação de aquisições da ANP são atribuições da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa (SFA).

24.1 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A área administrativa é responsável por atender as diversas demandas da Agência, desempenhando papel vital para o cumprimento das ações institucionais da ANP.

Em 2008 a administração teve 4.756 atendimentos, 2.793 agendamento de veículos, 4.133 bilhetes emitidos pela agência de viagem, 103 compras diretas, 223.689 atividades de protocolo, 5.903 movimentação de bens patrimoniais, 29 contratos administrativos gerenciados, 180.965 saídas de material do almoxarifado e 1.610.668 cópias reprográficas. Esta administração é também responsável pelo controle de acesso dos servidores, visitantes e funcionários das empresas terceirizadas. A população fluante no prédio, afeta à ANP, é em média de 1.500 pessoas por dia.

A SFA prestou apoio logístico e operacional (com fornecimento de transporte, manutenção, telefonia, atendimentos, reprografia, almoxarifado, compra direta e agência de viagens) nos diversos eventos institucionais, tais como: audiências públicas, 10ª Rodada de Licitações, Rio Oil & Gas, entre outros.

Em 2008 foram realizadas quatro doações que se referem, em sua quase totalidade, a equipamentos de processamento de dados antieconômicos, assim classificados baseados em pareceres técnicos do Núcleo de Informática (NIN) e em avaliação da Comissão Especial de Avaliação e Doação nomeada pela Diretoria da ANP. Ressalte-se que as doações que envolvem equipamentos de processamento de dados são previamente submetidas à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI-MPOG).

Nos quatro processos de doação concluídos em 2008, as seguintes entidades foram beneficiadas: AMAS - Associação Municipal de Assistência Social (MG); CRADD - Centro de Referência e Apoio às Desordens do Desenvolvimento (RJ); CEABRA - Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (SP); Oxigênio - Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais (SP).

Com a chegada de mais 237 novos servidores concursados, a SFA procedeu à alteração de *layout* existente para alocar os servidores recém-chegados, com a locação de estação de trabalho, aquisição de cadeiras, compra de aparelhos telefônicos e ampliação da central telefônica.

Com vistas a uma melhor adequação do ambiente de trabalho, a ANP locou dois andares do edifício vizinho ao Escritório Central da ANP, no Rio de Janeiro. A adequação do espaço que será utilizado para ampliação do Escritório Central se encontrava na fase do projeto básico, no final de 2008.

Ainda em 2008 foi concluído o processo de aquisição de mobiliário por meio de Ata de Registro de Preços da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Regional Federal da 3ª Região de São Paulo. Esse mobiliário atende a Diretoria, servidores e terceirizados do Escritório Central da ANP. O mobiliário está de acordo com todas as normas regulamentadoras brasileiras, incluindo as instalações técnicas.

24.2 - GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Em 2008, foi autorizado para a ANP um Limite de Movimentação de Empenho – (LME) de aproximadamente R\$ 168 milhões para que a Agência pudesse cumprir com seus compromissos. LME significa o montante orçamentário autorizado e liberado para a execução do órgão. Desse valor do LME, a Agência liquidou a quase totalidade (99,93%), não medindo esforços para que a execução de suas despesas seja cada vez mais adequada às suas reais necessidades.

Na Tabela 57 são apresentados os gastos da ANP por elemento de despesa.

Tabela 57 - Despesa por Elemento (em R\$ 1,00)

Descrição	2006		2007		2008	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Diárias	2.249.496,17	1,72%	2.094.579,49	1,66%	2.401.089,48	1,55%
Passagens	3.221.135,90	2,46%	2.173.947,68	1,72%	3.139.475,79	2,03%
Material de Consumo	1.969.482,95	1,51%	943.274,00	0,75%	2.689.745,79	1,74%
Consultoria	3.666.690,00	2,80%	4.751.862,46	3,77%	4.804.209,41	3,11%
Mão-de-Obra	8.491.249,02	6,49%	8.951.547,69	7,10%	9.200.830,04	5,95%
Obras e Instalações	564.016,80	0,43%	0,00	0,00%	338.773,00	0,22%
Serviços Pessoa Física	188.997,04	0,14%	0,00	0,00%	585.993,56	0,38%
Serviços Pessoa Jurídica	110.508.818,73	84,45%	107.222.358,38	85,00%	131.428.097,79	85,02%
Total	130.859.886,61	100,00%	126.137.569,70	100,00%	154.588.214,86	100,00%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A execução do elemento de despesa “serviços de terceiros – pessoa jurídica” teve um aumento no volume de recursos da ordem de R\$ 24,20 milhões em relação ao exercício de 2007. Grande parte da execução dessa natureza deve-se ao aumento dos serviços regulatórios, fiscalizatórios e de qualidade dos combustíveis, bem como os estudos de geologia. A participação deste no total da despesa manteve-se estável em 85%.

Outro elemento de despesa que vale ser observado é o de “serviços de consultoria”. Mesmo destacando um pequeno aumento da execução em valores absolutos, esse elemento teve uma redução de 1,15%.

Tabela 58 – Gastos Gerais Evolução de Gastos Gerais

Em R\$

	2006	2007	2008
Passagens	3.221.136	2.309.844	3.059.102
Diárias	2.249.496	2.174.482	2.398.605
Serviços Terceirizados	11.992.441	11.727.805	18.103.622
Publicidade	1.787.362	430.000	6.812.277
Vigilância e Limpeza	218.949	194.306	385.044
Tec. da Informação	1.713.830	2.328.977	1.894.144
Outras Terceirizações	8.272.300	8.774.523	9.012.157
Cartão de Crédito Corporativo	121.337	85.183	69.049

Fonte: SIAFI

Na Tabela 58 podemos notar que as despesas com publicidade aumentaram consideravelmente no exercício de 2008, tendo em vista a veiculação de propagandas divulgando sobre os 10 anos da ANP, bem como a veiculação da propaganda de aumento do percentual de biodiesel no diesel.

A Tabela 59 traça o perfil de execução de 2008, demonstrando o comportamento por programa de trabalho. Ela ressalta que a maioria das ações finalísticas teve uma execução quase total. A execução reflete na dinâmica da liquidação dos contratos, convênios e fornecedores diversos, favorecendo a operacionalização dos processos da ANP.

Tabela 59 – Execução Orçamentária por Ação 2008

Discriminação	Lei 11.647 (LOA)	LME - Limite Movimentação de Empenho	Liquidado	Executado em %
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	56.097.291,00	53.252.170,45	53.252.170,45	100,00%
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	1.700.000,00	1.551.356,70	1.551.356,70	100,00%
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVICOS E EMPREGADOS	58.578,00	44.402,51	44.402,51	100,00%
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.079.636,00	1.063.909,44	1.023.808,47	96,23%
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	284.832,00	284.060,44	208.134,07	73,27%
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	797.028,00	492.160,83	492.160,83	100,00%
GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES S/BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS	17.142.376,00	17.020.648,33	17.020.648,33	100,00%
OUTORGA DE CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.000.000,00	966.748,37	966.748,37	100,00%
GESTÃO DAS CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	10.251.646,00	10.143.173,14	10.143.173,14	100,00%
REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA IND. PETRÓLEO E DA DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	1.098.710,00	962.638,36	962.638,36	100,00%
SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	40.024.000,00	31.527.206,88	31.527.206,88	100,00%
AUTORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE PETRÓLEO E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	1.350.000,00	1.329.289,80	1.329.289,80	100,00%
AUTORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	484.020,00	-	-	-
FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	6.003.183,00	5.954.241,93	5.954.241,93	100,00%
FISCALIZAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	45.294.052,00	39.639.945,38	39.639.945,38	100,00%
OUVIDORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	2.500.000,00	2.449.632,84	2.449.632,84	100,00%
PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00%
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE NÍVEL TÉCNICO PARA A INDÚSTRIA DE PETÓLEO	610.800,00	-	-	-
MODERNIZAÇÃO ESTRUTURAL DO CENTRO DE PESQUISA E ANÁLISES TECNOLÓGICA	600.000,00	-	-	-
TOTAL GERAL	187.876.152,00	168.181.585,40	168.065.558,06	99,93%

No exercício de 2008, além do contingenciamento orçamentário e em virtude do alto grau de complexidade dos projetos e atividades, sobretudo as finalísticas, registrou-se maior tempo na liberação de recursos financeiros, tendo em vista o maior rigor no controle da aplicação desses recursos por parte dos órgãos superiores de controle (MME e STN).

24.3 - COORDENAÇÃO DE AQUISIÇÕES

Incumbe a esta setorial realizar os procedimentos de aquisição de bens e serviços, tais como executar as licitações (pregão eletrônico, consulta, concorrência, tomada de preços e convite), proceder às atas de registro de preços, promover os casos de dispensa e inexigibilidade, celebrar convênios e contratos administrativos e as demais avenças de interesse da ANP, adotando as providências que a legislação estabelece, como a divulgação de avisos de licitação, extratos dos instrumentos convocatórios, dos ajustes, de dispensa e inexigibilidade de licitação; e exame dos recursos e impugnações interpostos.

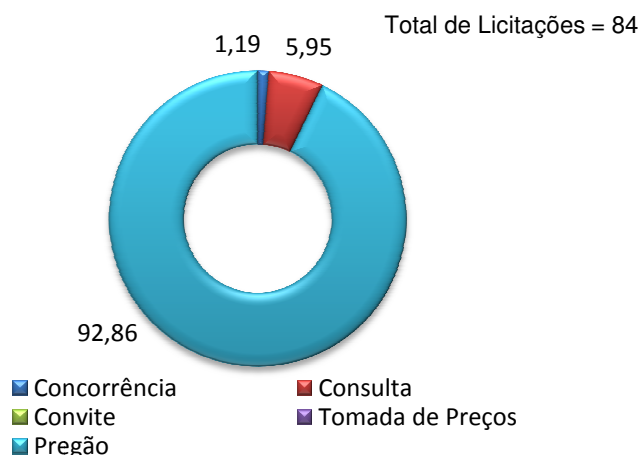
Importante destacar que em 19/05/2008 foi publicada a Instrução Normativa n.º 2/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que estabeleceu como principais mudanças nas contratações de serviços na Administração Pública:

- a) a vedação de fixar quantitativos mínimos de mão-de-obra e salários dos profissionais que serão utilizados na prestação de serviços;
- b) a obrigatoriedade de realização de diligências para apurar os preços considerados inexequíveis nos certames licitatórios; e
- c) a exigência de constar nos instrumentos convocatórios o Acordo de Níveis de Serviço contendo os instrumentos de fiscalização e medição da qualidade para adequar os pagamentos ao atendimento das metas na execução do serviço.

Em face das alterações supracitadas, a ANP, visando atender à IN em questão, alterou alguns editais de licitação, incluindo os Acordos de Níveis de Serviço, quando couber, e retirando os quantitativos mínimos referentes à mão-de-obra e salário, além das demais exigências e obrigações constantes do referido dispositivo legal.

Ao longo do exercício, a Comissão colaborou na realização de três leilões de biodiesel e realizou 84 procedimentos licitatórios, a saber: 78 pregões eletrônicos, cinco consultas e uma concorrência, que resultaram em contratações no montante de R\$ 164.421.468,71, sendo 13,87% inferior à estimativa das despesas, de R\$190.903.951,91.

Gráfico 43 - Modalidades de Licitações Realizadas



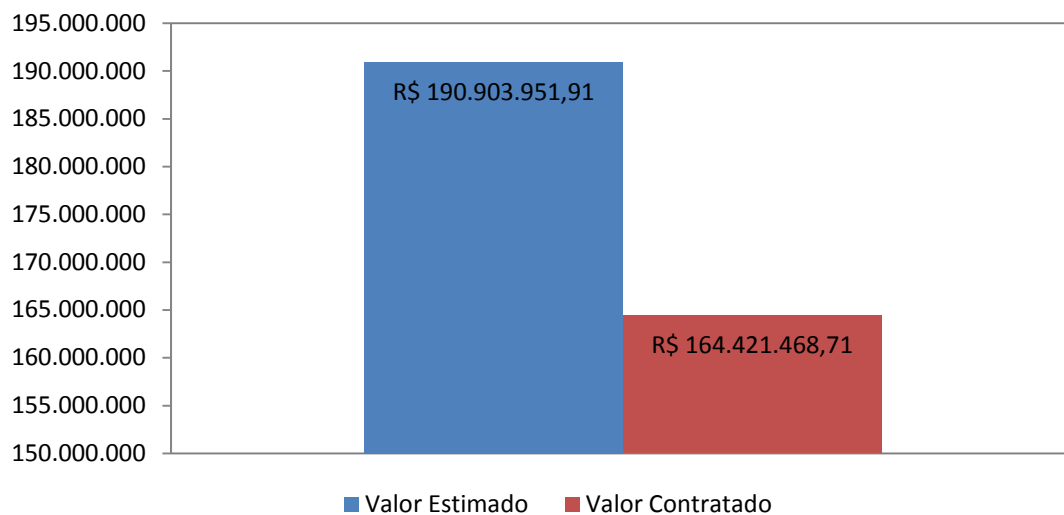
Fonte: SFA / ANP

Dentre as licitações realizadas, destacam-se as seguintes:

- Pregão Eletrônico n.º 002/08, cujo objeto era fornecer o equipamento de sistema de destilação de petróleo cru e mistura de hidrocarbonetos pesados, adquirido junto à empresa Importadora e Exportadora de Medidores Polimate Limitada, pelo valor total R\$ 1.642.000,00;
- Pregão Eletrônico n.º 031/08, destinado à contratação de serviços médicos, ambulatoriais e hospitalares aos servidores ativos e inativos, de seus dependentes e pensionistas, pelo valor global de R\$ 8.756.743,68, junto à empresa Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Limitada;
- Pregão Eletrônico n.º 006/08, cujo objeto era a contratação de serviços de cadastramento nacional dos revendedores de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), que resultou na contratação da empresa G&P Projetos e Sistemas Ltda., pelo montante de R\$ 1.021.000,00;
- Pregão Eletrônico n.º 070/08, que visava à execução de 160.851,67 Km lineares de dados aerogravimétricos e aeromagnetométricos na Bacia do Paraná, que teve como vencedor o Consórcio Aereogeofísica-ANP_Paraná, constituído pelas empresas Lasa Engenharia e Prospeção S/A. e Aereogeophysica Latinoamérica, pelo valor global de R\$35.998.603,75;
- Pregão Eletrônico n.º 004/08, destinado aos serviços de disponibilização de conexão à *Internet* e endereçamento válido, com segurança gerenciada, adquiridos junto à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A., pelo valor total de R\$ 981.500,00;
- Ata de Registro n.º 042/07 TRF/JFRS 4ª Região, referente à aquisição e instalação de móveis ergonômicos, junto à empresa Giroflex S.A., pelo valor total de R\$ 3.403.580,00;
- Consulta n.º 099/08, relativa aos serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 1.500 quilômetros lineares de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria terrestre associada, mediante a utilização de equipamentos, materiais e pessoal da contratada, na porção centro-oeste da Bacia Sedimentar do Parecis, no Estado de Mato Grosso – MT, com proposta equivalente a R\$ 59.044.500,00, junto ao consórcio Brain/Stratageo, constituído pelas empresas Brain Tecnologia Ltda. e Stratageo Soluções Tecnológicas Ltda.;
- Consulta n.º 075/08, concernente aos serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 1.450 quilômetros lineares de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria terrestre associada, mediante a utilização de equipamentos, materiais e pessoal da contratada, na porção norte da Bacia Sedimentar do São Francisco, no estado da Bahia, junto à empresa Geokinetics Geophysical do Brasil Ltda., pelo montante de 42.201.380,00;
- Consulta n.º 057/08, que tinha por objeto a prestação dos serviços técnicos especializados de aquisição de dados geoquímicos em amostras de assoalho oceânico na Bacia de Jacuípe, visando identificar e caracterizar a presença de sistema(s) petrolífero(s) na bacia, através da detecção de exsudações e/ou microexsudações de óleo e gás em 1000 (mil) testemunhos do tipo *piston core*, junto ao consórcio Fugro/HRT Jacuípe, constituído pelas empresas Fugro Brasil – Serviços Submarinos e Levantamentos Ltda. e High Resolution Technology e Petroleum Ltda., pelo valor total de R\$ 18.998.000,00 (dezoito milhões novecentos e noventa e oito mil reais);
- Concorrência n.º 057/06, que teve por objeto a contratação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para produção de sis-

temas informatizados especiais em diversas tecnologias, sob encomenda e especialização de funcionalidades definidas pela ANP, adquiridos junto à empresa Montana Soluções Corporativas Limitada, pelo valor total de R\$ 2.999.964,00 (dois milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais).

Gráfico 44 – Valores Estimado e Contratado das Licitações Concluídas em 2008



Fonte: SFA / ANP

A ANP também realizou outras contratações, que tiveram por base as disposições dos artigos 24 (dispensa de licitação) e 25 (inexigibilidade de Licitação) da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Foram firmados 13 convênios, no valor total de R\$ 4.478.000,00 e celebrados 92 termos aditivos.

25 - CORREGEDORIA

A Corregedoria assessora o Diretor-Geral no sistema de correição, na adoção de medidas necessárias à racionalização dos serviços e na instauração de processos disciplinares, no caso de indícios de infrações e transgressões disciplinares praticadas por servidor no exercício de suas atribuições, que violam os dispositivos dos artigos 116, 117 e 132, da Lei nº 8.112/90, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações, bem como na Lei nº 8.429/92, denominada Lei da Improbidade Administrativa.

No exercício de 2008, o Diretor-Geral da ANP, com base em pareceres da Corregedoria, e nos termos do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Portaria nº 160, de 2/8/04, decidiu instaurar vinte procedimentos disciplinares, sendo dezoito Sindicâncias e dois Processos Disciplinares.

Dentre os objetivos da atual Corregedoria está a formação de um grupo de servidores capazes de atuar, independentemente de sua lotação, em processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, buscou atuar em duas vertentes: com a Controladoria Geral da União (CGU), por meio da Corregedoria Setorial do Ministério de Minas e Energia (MME), conseguindo vagas para o curso Processo Administrativo Disciplinar - Formação de Membros de Comissões; e junto à Superintendência de Recursos Humanos (SRH) e à Coordenadoria de Orçamento (COR) da ANP, com o apoio das quais orçou recursos financeiros para a realização de treinamentos, cujas matérias norteiam a área, em entidades privadas que oferecem treinamento às instituições públicas.

Como resultado dos cursos oferecidos pela CGU no Distrito Federal e nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, foi possível a capacitação de dez servidores para atuarem em Processo Administrativo Disciplinar.

Os recursos orçamentários proporcionaram a capacitação em entidades privadas de quinze servidores, lotados em diversas unidades da Agência, totalizando uma despesa de R\$23.942, em 2008.

A meta da CRG para 2009 é capacitar e habilitar um maior número de servidores para participarem de comissões de processos administrativos disciplinares, tendo em vista que os servidores do primeiro concurso público já concluíram o estágio probatório, condição imposta pela Lei nº 8.112/90.

Por meio da Portaria ANP nº 212, de 30/7/2008, a Agência implantou norma com a “Política de Uso do Sistema CGU-PAD”, em atendimento à Portaria CGU nº 1.043, de 24/7/2007, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição a ser aplicado pelo Poder Executivo Federal. A CRG mantém cadastrado no sistema todos os processos administrativos disciplinares instaurados na ANP.

Ao final de 2008, o titular da Corregedoria Setorial do MME realizou inspeção técnica, visando verificar a estrutura funcional, processual e operacional desta CRG. O relatório será conhecido no próximo exercício.

26 - PLANEJAMENTO E PESQUISA

As ações da Superintendência de Planejamento e Pesquisa (SPP) no ano de 2008 vi-saram dar cumprimento às suas atribuições, definidas no Regimento Interno da ANP, e podem ser divididas em dois grupos: atividades e projetos. Atividades são ações rea-lizadas com periodicidade definida. Dependendo da sua natureza, alguns projetos, quando finalizados, passam a ser atividades de rotina da Superintendência.

26.1 - ATIVIDADES

A atuação da Superintendência tem por objetivo subsidiar ações da Diretoria Colegia-da e das demais áreas da ANP. Para tanto, a SPP realiza o planejamento indicativo da infraestrutura de abastecimento do País, produz publicações com dados e análises sobre o setor de O&G e biocombustíveis, além de elaborar estudos e notas técnicas sobre temas específicos de interesse da Agência.

Entre as atividades de rotina prioritárias, merece destaque a análise crítica dos dados do SIMP – Sistema de Informação sobre Movimentação de Produtos e a preparação de dados estatísticos mensais para publicação no website. Essas informações tam-bém servem para subsidiar o Anuário Estatístico da ANP, cuja versão referente ao ano de 2008 (ano base 2007) foi editada e está sendo distribuída internamente e externa-mente aos interessados. Os principais gargalos referentes a essas atividades relacio-nam-se à dificuldade de extração de dados do SIMP e a não consolidação da implan-tação do sistema.

Além das publicações já existentes, como o Conjuntura & Informação, que teve quatro edições em 2008, e o Boletim Eletrônico, informativo de periodicidade mensal voltado para a divulgação interna com indicadores econômicos e setoriais, a SPP criou o Bole-tim Internacional, com informações e análises acerca da conjuntura internacional do mercado de petróleo (preços, oferta, demanda, estoques e refino), e o Informe de Bio-combustíveis, com dados sobre o setor, ambos de circulação interna.

A SPP também forneceu regularmente dados para outros órgãos/instituições como, por exemplo, o Ministério das Minas e Energia (MME). Para aquele Ministério, a SPP subsidia a elaboração do Balanço Energético Nacional (BEN) e calcula mensalmente o Mercado Aparente Nacional. Adicionalmente, a base de dados mantida pela SPP constitui uma importante fonte de informação para organismos como a OLADE (Orga-nização Latino-americana de Energia) e o grupo de Trabalho SGT-9 Energia do MER-COSUL.

O trabalho de rotina da SPP envolveu também a coordenação e a participação de téc-nicos da equipe em diversos grupos de trabalho internos e externos. O GT para a im-plantação do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos – SIMP que de-verá prover a Agência com informações sobre as movimentações dos produtores, im-portadores, exportadores e distribuidores de petróleo, gás natural e biocombustíveis conta com a participação da SPP. Este GT executa as decisões do Comitê Gestor (COG/SIMP), que acompanha a evolução da implantação deste sistema e do qual também participam técnicos da SPP.

Por sua vez, o GT de Eficiência Energética, coordenado pela SPP e tem como finali-dade dar cumprimento ao inciso IX do artigo 8.º da Lei do Petróleo – fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, dos derivados e do gás natu-ral e de preservação do meio ambiente. Entre as atividades desenvolvidas pelo GT no ano de 2008, que trabalha em conjunto com órgãos como o MME e o INMETRO, des-

tacam-se o acompanhamento da etiquetagem de fogões, fornos e aquecedores a gás, nos mesmos moldes do já realizado para os refrigeradores e a formação de uma comissão criada pelo MME para a implementação da etiquetagem dos veículos leves. O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, que apresenta a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para Veículos para indicar o consumo de combustível dos carros, foi lançado no dia 7 de novembro, durante o Salão do Automóvel, em São Paulo. A adesão ao programa é voluntária e abrangerá inicialmente os veículos leves, de passeio. A SPP representa a ANP no CGIEE – Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética.

A participação da SPP no Grupo de Segurança de Infraestrutura da Presidência da República (GSIPR) consiste no fornecimento e na atualização de dados georreferenciados acerca da infraestrutura de petróleo, gás natural e biocombustíveis ao Gabinete da Presidência da República, com o intuito de eliminar gargalos, evitar desabastecimento ou, em caso de crises, estabelecer estratégias para gerenciá-las. Em março deste ano, por ocasião da proposição de cronogramas para os projetos de cada Núcleo de Trabalho, não foi possível estabelecer um cronograma para este projeto, tendo em vista que para o seu andamento é necessário que o SIMP esteja totalmente implementado e operante, e que o BDEP tenha concluído a sua reestruturação. Dado que essas pré-condições não ocorreram em 2008, o projeto em questão permanece parado.

No ano de 2008, a SPP tomou parte da Comissão Especial de Licitação da 10.a Rodada, na qual um dos seus técnicos atuou como suplente. A SPP também participa do GT de Solventes, criado para fazer o acompanhamento do mercado e composto por agentes do setor e órgãos públicos.

Cabe ressaltar ainda que a SPP elabora anualmente a estimativa da participação do setor petróleo no PIB brasileiro, e que este ano já utilizou os dados da nova metodologia do IBGE. A nova metodologia do IBGE retirou das rubricas concernentes ao setor de petróleo e gás natural todas as atividades relacionadas serviços contratados das parapetrolíferas como, por exemplo, o aluguel de plataformas e sondas. Espera-se que o novo número possa ser divulgado em breve pela Agência.

A SPP também gerencia o banco de dados georreferenciado da infraestrutura de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis do País. Essa atividade envolve a manutenção, a organização, a atualização e o armazenamento do banco de dados, de forma a gerar recursos visuais (principalmente mapas e equivalentes) utilizados como apoio à elaboração de estudos e tomada de decisões de diversas superintendências (SCM, SAB, SDB, CMA), assim como de órgãos externos (IBAMA, MMA e MME). Esse banco de dados também subsidia os Fóruns de Claros e de GLP, descritos anteriormente, e o GSIPR já mencionado.

A SPP é responsável pela consolidação dos resultados dos Indicadores de Desempenho para o ano de 2008, cujo relatório final deverá ser divulgado até março de 2009.

Entre as atividades de rotina que visam a atender a demandas de outras unidades organizacionais, destacam-se a elaboração de mapas no Arcview com os diferentes tipos de infraestrutura do setor de petróleo e gás natural existentes em municípios específicos, para embasamento das respostas da PROGE em ações judiciais contra a ANP relativas ao pagamento de royalties, e para subsidiar a Coordenadoria de Meio Ambiente. A SPP também forneceu esquemas de fluxos logísticos, infraestruturas existentes, movimentação de produtos para a Coordenadoria de Defesa da Concorrência (CDC), com o objetivo de embasar a análise do Ato de Concentração concernente à aquisição da Chevron do Brasil (Texaco) pela Ipiranga (Grupo Ultra).

26.2 - PROJETOS

A SPP desenvolveu e concluiu dois projetos no ano de 2008. O estudo “Evolução Recente dos Custos e Disponibilidade de Equipamentos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás”, elaborado em atendimento à demanda da Diretoria IV ao Gabinete do Diretor-Geral, mostrou que a inflação de custos e a indisponibilidade de equipamentos para prospecção, principalmente para projetos em águas profundas, levaram a atrasos nos seus cronogramas de execução. Assim, como as empresas brasileiras também estiveram sujeitas às mesmas dificuldades enfrentadas em outras partes do mundo, sugeriu-se que a ANP também definisse critérios a serem atendidos pelas empresas que pretendam solicitar prorrogação de prazo exploratório, de modo a tornar o processo mais transparente, e facilitar a apreciação desses pleitos pela Diretoria Colegiada.

O projeto Rendas Petrolíferas elaborou uma série de documentos, que visaram dar suporte técnico ao Grupo de Trabalho criado pela Diretoria Colegiada da ANP, para estudar e propor novas regras para as Participações Especiais. Com a criação do Grupo Interministerial para o estabelecimento do novo marco regulatório para o setor, que tem entre os seus integrantes o Diretor-Geral da ANP, o grupo da SPP envolvido no estudo realizou diversas atividades como o levantamento de informações sobre a Petoro, empresa norueguesa que administra o fundo do petróleo, e sobre os modelos de partilha adotados em outros países, principalmente o modelo angolano. Adicionalmente, foi avaliado o impacto das mudanças propostas na regulamentação para pagamento das Participações Especiais sobre a arrecadação do IR, ou em outras palavras, a “transferência de arrecadação” do Governo federal para os estados e municípios decorrente dessas modificações, assim como uma comparação entre a rentabilidade da Petrobras e de algumas companhias internacionais de petróleo, com base nas demonstrações financeiras/relatórios dessas empresas.

Os Fóruns de Claros e de GLP têm por objetivo avaliar a capacidade da infraestrutura instalada de escoar a produção e atender à demanda. Para tanto, efetua-se um balanço entre oferta e demanda, a partir do qual são identificados os fluxos de GLP, gasolina e óleo diesel, assim como as quantidades totais movimentadas em um dado período de tempo. A seguir, avalia-se a compatibilidade das infraestruturas logísticas existentes, à luz das previsões de oferta e demanda, em ciclos de cinco anos. Além de servidores da SPP, atualmente participam dessa atividade, como colaboradores, técnicos da SAB e os agentes de distribuição. Esse trabalho permite identificar possíveis estrangulamentos futuros na infraestrutura existente, para que estes possam ser sanados antes que venham a se tornar um problema real para o abastecimento nacional. No ano de 2007, o Fórum de GLP consolidou todas as movimentações deste energético, referentes ao ano de 2006. O Fórum de Claros, por sua vez, está em fase de conclusão dessa tarefa, no que tange aos combustíveis líquidos, exatamente como planejado para o ano corrente.

O cronograma proposto em março de 2008, que previa que as atividades desses projetos, referentes ao ano de 2008 (dados referentes às movimentações de produtos em 2007) estariam concluídas no mês de julho, obviamente não pode ser cumprido.

Os principais insumos para o desenvolvimento das atividades desses projetos, que são os relatórios de movimentação de produtos do SIMP no nível de municípios de origem e destino, ainda não foram disponibilizados, o que impossibilitou o seu andamento. Além desse ponto, o atraso do SIMP também comprometeu, ainda que de forma bem mais branda, outra frente de trabalho do projeto, que é a verificação dos elementos da infraestrutura e da logística utilizada no processo de distribuição dos produtos.

Outra pendência que havia para o desenvolvimento desses dois projetos era a da inexistência de uma previsão de demanda da própria ANP para os produtos em questão.

Esse problema foi em parte resolvido, com a disponibilização pelo grupo do Núcleo de Previsão de Demanda de um sistema para avaliar o mercado de GLP, que deve estar operante até o fim de 2009.

Assim, as atividades dos dois fóruns ficaram restritas àquelas em que as restrições referentes ao SIMP não tinham impacto relevante: realização de reuniões preliminares com o Sindigás, Ultra e SHV, nas quais foram discutidas as agendas dos regulados e da ANP, para o Fórum de GLP; levantamento e mapeamento dos elementos da infraestrutura de produção, transporte, armazenamento e processamento de petróleo e gás natural, e de produção, armazenamento e distribuição de derivados de petróleo e de biocombustíveis; verificação e depuração dos dados georreferenciados da infraestrutura do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis disponíveis em nossa base de dados; e análise e definição, em conjunto com o NIN, das dimensões de dados que têm de ser agregados para elaboração dos relatórios com o uso da ferramenta de *Business Intelligence* (BI) a partir da base de dados do SIMP, para a obtenção dos dados de movimentação de produtos até as bases de distribuição. Cabe ressaltar a finalização de uma projeção de demanda e preços a ser apresentada e discutida no âmbito do fórum de GLP.

Entre os projetos em curso, destaca-se o que envolve a Projeção de Demanda de energéticos. Com a chegada dos novos concursados, o projeto foi dividido em dois. O primeiro envolve uma projeção de longo prazo com o auxílio do LEAP (*Long-range Energy Alternatives Planning System*), uma ferramenta desenvolvida pelo *Stockholm Environment Institute* para o planejamento de alternativas energéticas por meio da criação de cenários econômicos, tecnológicos, energéticos e ambientais definidos exogenamente. Aproveitando os resultados de um estudo que havia sido concluído pela FIPE há três anos, já foi realizada a atualização da base de dados de 2002 para 2005. A outra vertente do projeto consiste na obtenção de uma estimativa econométrica de demanda de curto/médio prazo, com o intuito de subsidiar os fóruns de claros e de GLP. Uma projeção preliminar já foi obtida para o GLP e deverá ser apresentada para discussão na próxima reunião do Fórum referente a este combustível.

O projeto Contribuição Econômica do Petróleo e Gás Natural tem por objetivo estimar a contribuição ao setor de petróleo e gás à economia brasileira, de forma similar ao que é feito no Reino Unido. Para tanto, determina-se a participação do setor nas variáveis macroeconômicas: investimento, investimento externo direto, balança comercial, inflação, emprego e massa salarial. As variáveis macroeconômicas refletem todas as variações de cunho quantitativo ocorridas em uma economia. O trabalho encontra-se em fase de conclusão.

O estudo “Estimativa da Contribuição Tributária do Setor de Petróleo e Gás : 2002-2007” foi realizado no ano de 2008 e estimou a contribuição do setor de O&G na arrecadação.

26.3 - ATIVIDADES EM COOPERAÇÃO COM A ARIAE

A SPP desenvolve atividades relacionadas à ARIAE – Associação Iberomericana de Entidades Reguladoras de Energia, representando a ANP no tema “Mudanças Climáticas e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”.

No âmbito da cooperação com essa entidade, a SPP contribuiu com a elaboração de dois capítulos para o novo livro da ARIAE, que versaram sobre biocombustíveis e sobre eficiência energética no setor de petróleo e gás natural.

A SPP também enviou representantes que fizeram apresentações na 12ª reunião da associação, celebrada em San Luis Potosí, México, no mês de abril, assim como no seminário sobre Infraestrutura e Sustentabilidade Energética, realizado na Colômbia,

em junho, e realização de apresentação sobre o mesmo tema, com foco no Brasil. Este grupo tem como objetivo a identificação de barreiras regulatórias ao incentivo da utilização de fontes renováveis de energia nos países ibero-americanos, com vistas à redução das emissões de gases do efeito estufa.

27 - DIVULGAÇÃO

A Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional (SCI) é responsável pelas ações de comunicação social da Agência, que englobam a supervisão das atividades da assessoria de imprensa; a coordenação de ações de publicidade institucional e o planejamento e a organização de eventos; a gestão do conteúdo na página da Agência na Internet; e o relacionamento com os órgãos federais, estaduais e municipais e entidades do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis e de atividades afins; e o atendimento às solicitações de informações, denúncias e reclamações encaminhadas ao Centro de Relações com o Consumidor (CRC).

Essas ações estão amparadas legalmente no art. 18 da Lei 9.478, de 1997, que prevê a realização de audiência pública antes de alterações de normas administrativas que impliquem afetação de direito de agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços, e ainda em dispositivos do Decreto nº 2.455, de 1988, que instituiu a ANP, relativos às necessidades da Agência de estabelecer relacionamento adequado com agentes econômicos e órgãos do governo bem como de comunicação efetiva com a sociedade.

Durante 2008, a SCI coordenou o atendimento a vinte comunicações institucionais, sendo cinco solicitadas pelos entes federados e quinze por instituições diversas.

No relacionamento com os meios de comunicação, a SCI, por meio da assessoria de imprensa, efetuou 1.883 atendimentos à mídia, tendo enviado 172 comunicados, acompanhado 51 entrevistas concedidas por diretores e superintendentes, assessorado executivos da Agência em 15 eventos e ações de fiscalização do abastecimento.

Essa atuação da assessoria ampliou o espaço dedicado à divulgação das ações da Agência na imprensa, tanto junto a segmentos mais abrangentes da sociedade, como também potencializou a publicidade decorrente dos eventos e das publicações.

Foram criadas novas áreas na página da ANP na internet, com inserção de informações referentes aos 10 Anos da ANP, ao Concurso Público ANP 2008, à criação da sala de imprensa e outras seções dedicadas a vídeos institucionais e publicitários ao Anuário Estatístico 2008 e à comunicação de incidentes, além das atualizações diárias. A reformulação da área do sítio dedicada ao meio ambiente foi concluída.

A SCI coordenou a produção de 17 publicações: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2008; revista comemorativa denominada 30 anos do CPT; Cartilha do TRR (2ª edição); Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis (3ª edição); Código de Ética do Servidor da ANP; encarte ao folder institucional sobre os 10 anos da Agência em Português, Inglês e Espanhol; folder institucional da ANP em espanhol; e os folhetos sobre o BDEP (versões em português e em inglês); o Projeto Campo-Escola, com um encarte sobre o Campo-Escola Newton Monteiro; o Plano Plurianual de Estudos Geológicos e Geofísicos (PPA); o Programa de Recursos Humanos (PRH-ANP); a Cláusula de Conteúdo Local, com um encarte dirigido às empresas; e Biocombustíveis, além de duas reimpressões do folder institucional, versões em português e inglês, e da Lei do Petróleo.

A SCI publicou, em veículos nacionais e internacionais, 94 anúncios publicitários, dos quais 27 sobre os 10 Anos da ANP; 25 para divulgação da 10ª Rodada de Licitações, que também contou com nove peças em sítios eletrônicos especializados do setor de petróleo e gás natural, no Brasil e no exterior e, ainda, com a veiculação de filme publicitário nas emissoras abertas de televisão no Rio de Janeiro, local de realização do Leilão.

Coordenou a produção e veiculou ainda campanha específica sobre Biodiesel, composta por 42 anúncios em jornais e revistas especializadas e de filme publicitário em todas as emissoras abertas de televisão, em rede nacional.

Coordenou a produção de vídeo institucional sobre as rodadas de licitações com duração de dez minutos, em versões em português e legendada e ilustrada em inglês, e editou a versão legendada em inglês do vídeo institucional sobre a fiscalização e qualidade dos combustíveis.

Organizou a participação institucional da ANP em oito congressos e exposições, no Brasil e no exterior: OTC 2008 (Houston, Texas); WPC 2008 (Madri, Espanha); Rio Oil & Gas 2008; ExpoPostos 2008 (Natal, RN); XII Congresso Brasileiro de Energia (Rio de Janeiro, RJ); Congresso Brasileiro de Geologia (Curitiba, PR); Brazil Onshore (Salvador, BA) e comemorações do Dia do Consumidor (apresentações em Brasília e Fortaleza). Organizou, em conjunto com a Superintendência de Abastecimento (SAB), as sessões públicas de cinco Leilões do Biodiesel. Coordenou a produção dos materiais da exposição sobre os 30 anos do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT), no espaço cultural da ANP, em Brasília, e supervisionou o evento de inauguração do Campo-Escola Newton Monteiro (Fazenda Mamoeiro), em Entre Rios (BA). A SCI coordenou, ainda, a participação institucional da ANP em vinte seminários nos diversos segmentos da indústria regulada.

Realizou a exposição comemorativa dos 10 anos da ANP, exibida a público interno e também na sessão pública da 10ª Rodada de Licitações.

Organizou, em 2008, vinte audiências públicas, promovidas por diferentes superintendências da Agência.

Com o objetivo de promover a 10ª Rodada de Licitações, a SCI organizou audiência pública e seminário técnico-ambiental e jurídico-fiscal, além de três fóruns regionais em Salvador, Natal e Manaus. Organizou também a infraestrutura da sessão pública da 10ª Rodada de Licitações conduzida pela Agência em 18 de dezembro de 2008.

Editou e produziu também toda a folheteria para a promoção da 10ª Rodada, contemplando onze lâminas informativas: apresentação do certame; atração de investimentos; divulgação dos benefícios das rodadas para o país; apresentação das ofertas no dia do certame; mapa grande das áreas oferecidas, além de sete lâminas com mapas das bacias específicas e texto informativo sobre as mesmas.

A SCI editou e coordenou a produção da cenografia, ambientação e conteúdo dos cartazes para estandes e/ou apresentação nos eventos realizados.